



**Pesquisa da OCDE sobre os fatores que
influenciam a confiança no setor público.**

Instituições – Resultados de 2024

**CONSTRUINDO CONFIANÇA EM UMA POLÍTICA COMPLEXA
AMBIENTE**

**Pesquisa da OCDE sobre os fatores que
influenciam a confiança no setor público.
Instituições – Resultados de 2024**

CONSTRUINDO CONFIANÇA EM UMA POLÍTICA COMPLEXA
AMBIENTE

Este documento, assim como quaisquer dados e mapas aqui incluídos, não prejudicam o estatuto ou a soberania de qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e a denominação de qualquer território, cidade ou área.

Favor citar esta publicação como: OCDE

(2024), *Pesquisa da OCDE sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas – Resultados de 2024: Construindo confiança em um ambiente político complexo*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9a20554b-en>.

ISBN 978-92-64-33830-2 (impresso)
ISBN 978-92-64-33920-0 (PDF)
ISBN 978-92-64-52641-9 (HTML)
ISBN 978-92-64-55901-1 (epub)

Créditos da foto: Imagem da capa criada pela Together.
Introdução © Evgeny Starkov/Shutterstock.com.
Capítulo 1 © Varavin88/Shutterstock.com; © josto/Shutterstock.com; © Ground Picture/Shutterstock.com.
Capítulo 2 © Nemanja Petronje/Shutterstock.com; © Monkey Business Images/Shutterstock.com.
Capítulo 3 © AlpakaVideo/Shutterstock.com; © Media_Photos/Shutterstock.com.
Capítulo 4 © Artist Met and Liked Co/Shutterstock.com; © Alexandros Michailidis/Shutterstock.com.
Capítulo 5 © Microgen/Shutterstock.com; © 13_Phunkod/Shutterstock.com.
Anexo © Leonid Andronov/Shutterstock.com.

As erratas das publicações da OCDE podem ser encontradas em: <https://www.oecd.org/en/publications/support/corrigenda.html>.

© OCDE 2024



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Esta obra está disponível sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao utilizar esta obra, você concorda em estar vinculado aos termos desta licença (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Atribuição – você deve citar a obra.

Traduções – você deve citar a obra original, identificar as alterações feitas no original e adicionar o seguinte texto: *Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, somente o texto da obra original deverá ser considerado válido.*

Adaptações – você deve citar a obra original e adicionar o seguinte texto: *Esta é uma adaptação de uma obra original da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta adaptação não devem ser apresentados como representando as visões oficiais da OCDE ou de seus países membros.*

Material de terceiros – a licença não se aplica a material de terceiros presente na obra. Caso utilize tal material, você é responsável por obter a permissão do terceiro e por quaisquer reclamações de violação de direitos autorais.

Você não deve usar o logotipo, a identidade visual ou a imagem de capa da OCDE sem permissão expressa, nem sugerir que a OCDE endossa o seu uso da obra.

Qualquer litígio decorrente desta licença será resolvido por arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA) de 2012. A sede da arbitragem será Paris (França). O número de árbitros será um.

Prefácio

Este relatório oferece uma perspectiva abrangente sobre os fatores que impulsionam a confiança nas instituições públicas em 2023, por meio de questionários aplicados a pessoas em 30 países da OCDE sobre suas experiências e expectativas em relação às instituições públicas em todos os níveis de governo. A Pesquisa da OCDE sobre os Fatores que Impulsionam a Confiança nas Instituições Públicas (Pesquisa de Confiança), que fornece os dados originais para este relatório, foi realizada em 30 países da OCDE em outubro e novembro de 2023, após a onda inaugural de 2021, que incluiu 22 países da OCDE. As perguntas da pesquisa baseiam-se na Estrutura da OCDE sobre os Fatores que Impulsionam a Confiança nas Instituições Públicas.

Instituições, desenvolvidas ao longo da última década pelo Comitê de Governança Pública. A Pesquisa de Confiança de 2023 apresentou o mesmo conjunto de perguntas que a de 2021, permitindo comparações na evolução dos resultados ao longo do tempo. Algumas novas perguntas foram introduzidas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos resultados.

A Pesquisa de Confiança serve como base para a Iniciativa de Reforço da Democracia da OCDE. Lançada.

No Fórum Global e Ministerial da OCDE de 2022 sobre "Construindo Confiança e Reforçando a Democracia", a Iniciativa para o Reforço da Democracia oferece orientações baseadas em evidências e boas práticas internacionais para ajudar os países a reforçar os valores e as instituições democráticas.

Os países que optam por participar do Inquérito de Confiança fazem-no com o objetivo de compreender melhor as expectativas das pessoas em relação às suas democracias e identificar formas de as melhorar através de uma melhor governação pública. O Secretariado da OCDE beneficiou do forte envolvimento do Comitê de Governança Pública e do Grupo Consultivo do Inquérito de Confiança ao longo deste trabalho.

Este relatório foi aprovado e desclassificado pelo Comitê de Governança Pública em 4 de junho de 2024 e preparado para publicação pela Secretaria.



Agradecimentos

Este relatório é um trabalho da Direção de Governança Pública da OCDE, sob a liderança geral de Elsa Pilichowski, Diretora. A publicação foi preparada pela Divisão de Indicadores de Governança e Desempenho da OCDE, sob a direção de Monica Brezzi, Chefe da Divisão, e coordenada por Sarah Kups. O relatório foi escrito por Sarah Kups (Capítulos 1, 3 e 4), Emma Phillips (Capítulo 5) e Sina Smid (Capítulo 2). Carlotta Alfonsi realizou a pesquisa de base que contribuiu para o Capítulo 5. O apoio estatístico foi fornecido por Giuseppe Ciccolini, Ömer Faruk Metin, Veronica-Nicolle Hera e Sina Smid. Meral Gedik, Thibaut Gigou e Adem Kocaman prepararam o relatório para publicação e divulgação; e

Pauline Barbet prestou apoio administrativo.

Gillian Dorner e Mariana Prats forneceram um feedback valioso para o relatório, e David Brackfield, da Diretoria de Estatísticas e Dados da OCDE, contribuiu para o questionário.

O relatório beneficiou-se do amplo feedback fornecido pelos Delegados do Comitê de Governança Pública da OCDE e pelos membros do Grupo Consultivo da Pesquisa de Confiança. O

Grupo Consultivo da Pesquisa de Confiança, composto por funcionários públicos, institutos nacionais de estatística e pesquisadores acadêmicos, também ofereceu orientação e feedback construtivo sobre o conteúdo, o design e a tradução do questionário para os idiomas locais, bem como sobre a metodologia da pesquisa.

Índice

Prefácio	3
Agradecimentos	4
Sumário executivo	11
Introdução	15
Referências	18
1 Visão geral: Novas tendências, padrões persistentes e mudanças necessárias	19
1.1. O contexto importa: preocupações das pessoas em 2023	21
1.2. Uma parcela crescente da população expressa baixa confiança no governo nacional	23
1.3. As instituições de segurança pública inspiram mais confiança do que as instituições políticas	26
1.4. As pessoas geralmente percebem o funcionalismo público e os governos locais como mais confiáveis do que o governo nacional	28
1.5. Os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas em 2023: um cenário em transformação	29
Anexo 1.A. O Quadro da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas	38
Referências	42
Notas	42
2. Condições socioeconômicas, agência política e confiança	44
2.1. Os níveis de confiança pública variam mais com base no senso de agência política e partidário do que em características socioeconômicas ou demográficas	46
2.2. Os indivíduos socioeconomicamente vulneráveis tendem a ter menos confiança nas instituições públicas, com uma crescente disparidade baseada nos níveis de escolaridade	52
2.3. Mulheres e jovens continuam a depositar menos confiança no governo, mas a diferença de confiança entre os gêneros aumentou, enquanto a diferença de confiança entre as faixas etárias diminuiu	55
2.4. Conclusão para ações políticas que visem aumentar a confiança	60
Referências	61
Notas	61
3. Confiança nas interações diárias com instituições públicas	62
3.1. A maioria está satisfeita com a oferta de serviços de saúde e educação, embora esse nível seja menor do que há dois anos	64
3.2. A confiança no tratamento de dados pessoais pelo governo permanece positiva, e a melhoria da agilidade e da facilidade dos serviços administrativos poderia aumentar ainda mais a satisfação	68
3.3. As pessoas têm mais confiança na imparcialidade dos servidores públicos do que em sua integridade durante as interações cotidianas com o público	74

3.4. Persistem dúvidas quanto à capacidade de resposta das instituições públicas às preocupações e ao feedback sobre a prestação de serviços e programas. 3.5. Conclusão para ações políticas que visem aumentar a confiança. Referências.	81
	86
	87
Notas	87

4. Confiança no governo em questões políticas complexas 89

4.1. A maioria das pessoas considera as instituições públicas confiáveis em caso de emergências. 4.2. O governo é visto como menos confiável para lidar com desafios políticos complexos que envolvem muitas incógnitas ou concessões. 93	91
4.3. A maioria das pessoas sente que a tomada de decisões favorece os interesses do setor privado em detrimento do interesse público.	
4.4. Os mecanismos institucionais de controle e equilíbrio, que visam garantir a tomada de decisões justas, são percebidos como inadequados. 103	
4.5. A tomada de decisões governamentais é vista como indiferente ao público, enfraquecendo o significado da democracia representativa. 105	
4.6. Conclusão para ações políticas que visam aumentar a confiança 115	
Referências 116	
Observação	116

5. Confiança e integridade da informação 117

5.1. O ambiente midiático e os padrões de consumo de mídia afetam a confiança nas instituições públicas 119	
5.2. O atual ecossistema de informação tornou mais difícil para os indivíduos compreenderem e avaliarem a confiabilidade das informações.	
5.3. Uma comunicação governamental eficaz e inclusiva pode aumentar a confiança nas instituições públicas 125	
5.4. A transparência sobre as evidências que fundamentam a tomada de decisões governamentais pode gerar confiança133	
5.5. Conclusão para ações políticas que visam aumentar a confiança 138	
Referências 139	
Nota 140	

Anexo A. Os fatores determinantes da governança pública e as características pessoais. 141

Construindo confiança nas instituições públicas

Anexo B. Visão geral da metodologia da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023 154

FIGURAS

Figura 1.1. As preocupações econômicas estão na vanguarda das preocupações das pessoas. Figura 1.2. Uma parcela ligeiramente maior da população tem pouca ou nenhuma confiança em seu governo nacional em comparação com aqueles que têm alta ou moderadamente alta confiança. Figura 1.3. A pequena mudança na média de alta ou moderadamente alta confiança entre os países da OCDE esconde diferenças importantes entre os países. Figura 1.4. A parcela da população que não confia no governo ou que tem alta confiança diminuiu. Figura 1.5. A polícia e o sistema judiciário são as instituições que inspiram maior confiança. Figura 1.6. Na maioria dos países, o parlamento nacional inspira menos confiança do que o governo nacional. Figura 1.7. A confiança no governo local geralmente é maior do que a confiança nos governos regionais e nacionais. Figura 1.8. A maioria considera as instituições públicas como prestadoras confiáveis de serviços públicos. Figura 1.9. Fatores determinantes da confiança nas interações cotidianas com as instituições públicas: Necessidade de focar na escuta do feedback dos cidadãos em nível local, e na capacidade de resposta e imparcialidade do serviço público. Figura 1.10. As pessoas geralmente confiam que seu governo está pronto para proteger vidas em uma emergência, mas têm mais dúvidas sobre sua capacidade de lidar com desafios que envolvem mais incógnitas. Figura 1.11. Muitas pessoas expressam preocupações sobre a qualidade e a integridade da tomada de decisões democráticas.	22
	23
	24
	25
	26
	27
	32
	33
	35

Figura 1.12. Os fatores determinantes da confiança em questões políticas complexas: foco em garantir a voz das pessoas e as melhores evidências na tomada de decisões, equilibrar os interesses intergeracionais e fortalecer a responsabilização. Figura 2.1. A capacidade de ação política tende a desempenhar um papel mais significativo na confiança das pessoas no governo nacional do que seu status socioeconômico ou características demográficas. Figura 2.2. Pessoas que sentem que têm voz ativa nas ações do governo ou que se sentem confiantes para participar da política também expressam maior confiança no governo nacional. Figura 2.3. Os entrevistados que desconfiam do governo são politicamente engajados. Figura 2.4. Pessoas que votaram em um partido no poder confiam mais no governo nacional. Figura 2.5. A confiança em todas as instituições públicas é menor para pessoas que não votaram em um partido no poder. Figura 2.6. Em todos os países, sentimentos de insegurança econômica correspondem a menor confiança no governo nacional. Figura 2.7. Indivíduos com níveis mais altos de escolaridade tendem a ter mais confiança no governo nacional. Figura 2.8. A confiança em outras pessoas e os sentimentos de discriminação parecem estar interligados. Figura 2.9. A diferença de confiança entre gêneros varia significativamente entre os países (Figura 2.10). Os homens são mais propensos do que as mulheres a se sentirem confiantes em sua própria capacidade de participar da política (Figura 2.11). Pessoas com mais de 50 anos consideram o governo mais confiável (Figura 2.12). Em alguns países, os jovens são mais confiantes do que os idosos na capacidade do governo de equilibrar os interesses intergeracionais, e em outros países ocorre o oposto (Figura 3.1). Mais da metade da população está satisfeita com os sistemas de educação e saúde (Figura 3.2). A satisfação com o sistema educacional permaneceu relativamente estável em muitos países, mas diminuiu acentuadamente em alguns (Figura 3.3). A satisfação com o sistema de saúde diminuiu em 16 dos 19 países da OCDE (Figura 3.4). A grande maioria está satisfeita com os serviços administrativos (Figura 3.5). Aumentar a rapidez e a facilidade de obtenção do serviço poderia impulsionar a satisfação com os serviços administrativos, tanto presenciais quanto remotos.	36 47 48 49 51 52 53 54 55 56 57 58 59 65 67 68 69
Figura 3.6. Uma em cada duas pessoas pensa que as agências públicas utilizam os seus dados pessoais apenas para fins legítimos. 71 Figura 3.7. De 2021 a 2023, não houve mudança significativa na satisfação média da OCDE com o sistema administrativo. Figura 3.8. A maioria continua a expressar confiança no uso de dados pessoais pelo governo para fins legítimos. Figura 3.9. Mais pessoas acreditam que seu próprio pedido de benefícios governamentais será tratado de forma justa do que que os funcionários públicos tratarão todas as pessoas igualmente, independentemente de sua origem. Figura 3.10. Pessoas que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado no país têm menores expectativas de tratamento justo. Figura 3.11. Pouco mais de um terço acredita que um funcionário público recusaria dinheiro oferecido para agilizar o acesso a um serviço público. Figura 3.12. A confiança no serviço público é maior em países onde mais pessoas acreditam que os funcionários públicos recusariam dinheiro para agilizar o acesso a um serviço público. Figura 3.13. Uma parcela ligeiramente menor acredita que seu próprio pedido de benefício governamental será tratado de forma justa. Figura 3.14. A percepção da integridade dos servidores públicos deteriorou-se marginalmente. Figura 3.15. Em média, quatro em cada dez pessoas acreditam que um serviço público melhoraria se as pessoas reclamassem e se uma ideia inovadora fosse proposta (Figura 3.16). Em média, 41% acreditam que poderiam expressar sua opinião antes que o governo local tomasse uma decisão que afetasse sua comunidade (Figura 3.17). Cerca de 40% dos indivíduos nos países da OCDE permaneceram confiantes de que têm voz na governança local (Figura 3.18). As percepções sobre a capacidade de resposta dos serviços às reclamações sobre serviços públicos permaneceram praticamente as mesmas, em média, entre 2021 e 2023 (Figura 3.19). Em muitos países, as percepções sobre a capacidade de resposta das instituições públicas a ideias inovadoras permaneceram relativamente estáveis.	72 73 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84
Figura 4.1. A maioria afirma que as instituições governamentais estariam preparadas para proteger vidas em uma emergência de grande escala. 92 Figura 4.2. Em média, uma parcela maior de pessoas em países de alta renda, em comparação com países de baixa renda, acredita que as instituições governamentais estão preparadas para emergências. Figura 4.3. Proporcionar oportunidades iguais para todos e criar as condições para que as empresas prosperem são vistas como áreas políticas que os países devem priorizar. Figura 4.4. Mais de um terço considera improvável que o governo consiga regular adequadamente as novas tecnologias e ajudar empresas e cidadãos a usá-las de forma responsável. Figura 4.5. Há mais pessoas que consideram improvável do que provável que o governo consiga equilibrar os interesses das gerações atuais e futuras.	93 94 95 96

Figura 4.6. Em média, quatro em cada dez pessoas confiam que seu país reduzirá as emissões de gases de efeito estufa. Figura 4.7. 97

A confiança na preparação dos governos para emergências aumentou na maioria dos países da OCDE. Figura 4.8. A confiança na capacidade 98

de seu país de reduzir as emissões de gases de efeito estufa aumentou ligeiramente em muitos países. Figura 4.9. Menos de um terço das 99

pessoas

acredita que o governo recusaria uma demanda de uma empresa se ela fosse contra o interesse público. Figura 4.10. Quase metade 100

duvida que um político de alto escalão se recusaria a

conceder um favor político em troca de um emprego bem remunerado no setor privado. Figura 4.11. A parcela das pessoas que acreditam que 101

os formuladores de políticas agem com integridade

está diminuindo ligeiramente. Figura 4.12. Em média, cerca de 40% acreditam que o parlamento nacional responsabiliza o 102

governo nacional. Figura 4.13. Uma maior proporção de pessoas que acreditam na capacidade do parlamento nacional de exercer controle sobre 103

o governo

nacional está associada a níveis mais altos de confiança no governo e no parlamento nacionais. Figura 4.14. Pouco mais de um terço acredita 104

que o parlamento equilibra de forma justa os interesses de diferentes grupos ao debater uma política (Figura 4.15). Maior confiança em ter

voz ativa está 104

correlacionada com maior confiança no governo nacional (Figura 4.16). Pouco mais de um terço acredita que o governo mudaria uma 105

política em resposta à opinião pública

majoritária (Figura 4.17). Pouco menos de um terço acredita que o governo adotaria as opiniões expressas em uma consulta pública 106

(Figura 4.18). A maioria é a favor de referendos sobre questões de importância nacional (Figura 4.19). Modos de participação menos

demorados e menos 107

confrontacionais são mais comuns (Figura 4.20). Um número ligeiramente menor de pessoas acredita que o governo mudaria uma política

nacional se a população 108

fosse contra ela em 2023 em comparação com 2021. 109

110

Figura 4.21. Em média, a confiança das pessoas de que o governo adotaria as opiniões coletadas em consultas públicas diminuiu 113

ligeiramente entre 2021 e 2023. Figura 4.22. Em média, a parcela de

pessoas céticas quanto à capacidade do sistema político de permitir que pessoas como elas tenham voz nas decisões do governo aumentou 114

entre 2021 e 2023. Figura 5.1. Mais pessoas desconfiam do que confiam na mídia.

Figura 5.2. A confiança média na mídia não mudou entre 2021 e 2023. Figura 5.3. 120

Leitores da imprensa escrita tendem a confiar mais no governo. Figura 5.4. Os jovens dependem mais 121

das mídias sociais do que das mídias tradicionais. Figura 5.5. A maioria afirma que se baseia nas

fontes citadas em uma notícia como fator determinante de sua confiabilidade. Figura 5.6. 122

Dois terços das pessoas consideram as informações sobre serviços administrativos facilmente acessíveis. Figura 5.7. Em média, 125

entre os países, a

percentagem de pessoas que consideram fácil encontrar informações sobre um serviço administrativo aumentou quatro pontos 127

percentuais em comparação com 2021.

Figura 5.8. Quatro em cada dez acreditam que o governo comunica claramente sobre as reformas. 129

Figura 5.9. Os países em que as pessoas consideram que o governo comunica bem sobre as reformas tendem a ter maior confiança no governo 130

nacional. 130

Figura 5.10. Mais de um terço das pessoas não acredita que as estatísticas fornecidas pelo governo permitam avaliar se o governo cumpre 131

suas promessas. Figura 5.11. A confiança nas estatísticas

governamentais está intimamente ligada à confiança no governo. Figura 5.12. Quatro em cada dez 132

pessoas consideram provável que o governo tome decisões com base nas melhores evidências, pesquisas e dados disponíveis.

Figura 5.13. A confiança na capacidade do governo de formular políticas com base nas melhores evidências disponíveis está intimamente 134

relacionada à confiança no governo nacional. Figura 5.14.

Pessoas que coletam informações de múltiplas fontes tendem a ser mais confiantes. 136

Anexo Figura 1.A.1. As pessoas têm mais confiança na confiabilidade do seu governo do que na sua integridade e capacidade 40

de resposta.

Figura A.1. Pessoas que percebem o governo como utilizando as melhores evidências disponíveis e equilibrando os interesses 143

intergeracionais têm maior probabilidade de apresentar níveis altos ou moderadamente altos de confiança no

governo nacional. Figura A.2. Garantir que os serviços públicos sejam percebidos como confiáveis pode manter altos níveis de confiança 144

no serviço público.

Figura A.3. A confiança no papel do parlamento em responsabilizar o governo e legislar de forma justa pode aumentar a confiança. 146

Figura A.4. A disposição para permitir que as pessoas expressem opiniões sobre decisões que afetam sua comunidade tem o maior potencial para aumentar a confiança no governo local. Figura A.5. Em países onde as preocupações com o bem-estar econômico da família são mais disseminadas, a confiança no governo nacional tende a ser menor. Figura A.6. Em metade dos países com informações disponíveis, grande parte da mudança nos níveis de confiança entre 2021 e 2023 pode ser atribuída a mudanças nos fatores determinantes da governança pública. 151

Tabela 1.A.1 do Anexo. Quadro da OCDE sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas e perguntas da pesquisa. 39

Tabela 1.A.2 do Anexo. As percepções sobre os diferentes fatores determinantes da governança pública frequentemente evoluem em conjunto. 41

Tabela B.1. Visão geral das quotas de amostragem rígidas e flexíveis. 154

Tabela B.2. Visão geral da coleta de dados. 155

CAIXAS

Quadro 1. Pesquisa da OCDE de 2023 sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas (Pesquisa de Confiança) 16

Quadro 2. Iniciativas dos países após a Pesquisa de Confiança de 2021

Quadro 2.1. Desconfiança, mas não desinteresse 49

Quadro 2.2. 56

Disparidades de gênero na confiança

Quadro 3.1. Destaques das mudanças: Satisfação com o sistema de educação e saúde 67

Quadro 3.2. Destaques das mudanças: Satisfação com os serviços administrativos e o tratamento legítimo de dados 72

Quadro 3.3. Destaques das mudanças: Tratamento justo e integridade dos servidores públicos 79

Quadro 3.4. Destaques das mudanças: Abertura e capacidade de resposta nas interações do dia a dia 83

Quadro 4.1. Destaques das mudanças: Confiança na preparação do governo para emergências e na redução das emissões de gases de efeito estufa do país 98

Quadro 4.2. Destaques das mudanças: Integridade de autoridades políticas de alto nível 102

Quadro 4.3. Destaques das mudanças: Abertura, capacidade de resposta na tomada de decisões e participação 112

Caixa 5.1. Destaques das mudanças: Confiança na mídia 121

Quadro 5.2. Destaques das mudanças: Percepção da facilidade de encontrar informações administrativas 128

Cinco princípios-chave para a comunicação pública. 135

Quadro 5.4. Fatos, não notícias falsas: combatendo a desinformação e fortalecendo a integridade da informação. 137

Quadro A.1. Regressão logística avaliando a significância de diferentes fatores relacionados à confiança. 152

Sumário executivo

Os governos democráticos encontram-se hoje numa encruzilhada crítica, conduzindo transições ambientais e digitais, ao mesmo tempo que enfrentam uma crescente polarização interna, tensões geopolíticas acentuadas e as consequências sociais de diversos desenvolvimentos económicos, como a inflação. Neste contexto de grandes desafios, construir e manter a confiança nas instituições públicas tornou-se uma prioridade para muitos governos em todo o mundo.

Este relatório apresenta os resultados da segunda Pesquisa da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas (Pesquisa de Confiança), realizada em outubro e novembro de 2023 em 30 países da OCDE. Ele fornece resultados sobre os níveis atuais de confiança e seus fatores determinantes em diferentes países e instituições públicas, além de uma análise da sua evolução nos últimos dois anos, comparando-os com os resultados da edição de 2021 da pesquisa. A OCDE continuará monitorando os resultados ao longo do tempo com futuras edições da pesquisa.

Os resultados da pesquisa variam entre os países, devido a uma série de fatores culturais, institucionais, sociais e económicos. No entanto, assim como em 2021

Nesta edição da pesquisa, os resultados mostram tendências gerais claras que afetam os membros da OCDE e revelam áreas comuns de atuação futura, que não excluem outras áreas importantes que podem ser mais específicas de cada país.

Principais conclusões

Nos 30 países, a **parcela de pessoas com pouca ou nenhuma confiança no governo nacional (44%) supera a parcela daquelas com alta ou moderada confiança (39%)**.

A **confiança no governo nacional** nos países que participaram das duas edições da pesquisa registrou **uma queda média de 2 pontos percentuais desde 2021**, embora os níveis de confiança tenham aumentado na Austrália, Bélgica, Canadá, Colômbia, França, Letônia e Suécia. Essa queda média pode ser parcialmente atribuída às **mulheres e às pessoas com menor escolaridade, cujos níveis de confiança no governo nacional diminuíram em 5%.**

pontos percentuais.

A confiança na polícia, no sistema judicial, na administração pública e no governo local é maior do que no governo nacional, com 63%, 54%, 45% e 45% das pessoas, respectivamente, tendo alta ou moderadamente alta confiança nessas instituições, enquanto o Parlamento nacional e os partidos políticos inspiram níveis de confiança mais baixos (37% e 24%, respectivamente).

Conforme a edição anterior da pesquisa, uma das principais conclusões do Inquérito de Confiança de 2024 é que **as condições socioeconómicas e as características demográficas são importantes**. Pessoas que se sentem financeiramente inseguras, mulheres e pessoas com baixos níveis de escolaridade, bem como aquelas que se declaram pertencentes a um grupo discriminado, A população relata consistentemente níveis mais baixos de confiança no governo. Nesse sentido, o senso de participação política é crucial para explicar os diferentes níveis de confiança no governo nacional em todos os países. A diferença de confiança entre aqueles que afirmam ter voz nas ações do governo e aqueles que dizem não ter é de 47 pontos percentuais.

De modo geral, **existe uma clara divisão entre os níveis de confiança nas interações cotidianas com as instituições públicas, que permanecem relativamente robustos em média e em muitos países, e a confiança na capacidade do governo de tomar decisões importantes sobre questões políticas complexas, com concessões entre diferentes grupos da sociedade.**

12

De fato, a maioria dos usuários recentes dos serviços públicos relevantes relata relativa satisfação com os serviços nacionais de saúde (52%), educação (57%) e administrativos (66%). Além disso, a maioria da população acredita que as instituições públicas usariam seus dados pessoais apenas para fins legítimos (52%) e confia que sua solicitação de um serviço ou benefício seria tratada de forma justa (52%).

Esses são elementos importantes, visto que essas interações cotidianas com o governo continuam sendo fatores-chave para a construção da confiança.

Em contrapartida, embora a maioria ainda acredite que seu governo esteja preparado para proteger as pessoas em caso de emergência, apenas **37% acreditam que o governo equilibra os interesses das diferentes gerações de forma justa e cerca de 40% acreditam que o governo regulará as novas tecnologias adequadamente ou conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos**. Esses resultados são, pelo menos em parte, atribuíveis à falta de confiança nas instituições e nos funcionários que trabalham em prol do interesse público, que são responsáveis uns pelos outros e pela sociedade.

população e a possibilidade de as pessoas terem voz e influência na tomada de decisões. **Apenas cerca de 30% acreditam que seu sistema político lhes permite ter voz**, que adotariam as opiniões expressas em uma consulta pública ou que seus governos podem resistir à influência corporativa, e 38% acreditam na eficácia dos mecanismos parlamentares de controle e equilíbrio de poderes.

Os dados mostram que esses são todos fatores importantes que impulsionam a confiança atualmente, mas os resultados são insatisfatórios em muitos países.

Finalmente, no complexo ambiente informacional atual, com o aumento da desinformação e do conteúdo polarizador, a forma como a informação é criada, compartilhada e consumida tem uma importante ligação com a confiança. Embora **a confiança na mídia, em média, seja relativamente baixa** e reflita a confiança no governo nacional (39%), a confiança das pessoas no governo está intimamente relacionada aos seus hábitos de consumo de mídia: apenas 22% daqueles que preferem não acompanhar notícias políticas relatam ter alta ou moderada confiança no governo, em comparação com 40% entre aqueles que acompanham as notícias de alguma forma. **Quando o governo é uma fonte de informação, as pessoas ficam satisfeitas com as informações disponíveis.**

serviços administrativos (67%), enquanto apenas 39% acham que a comunicação sobre reformas políticas, um importante fator de confiança, é adequada.

Além disso, embora o uso de estatísticas, dados e evidências também se mostre um forte impulsionador da confiança, **apenas cerca de um terço das pessoas considera as estatísticas governamentais confiáveis, fáceis de encontrar e de entender.**

O que os governos podem fazer?

Apesar das diferenças entre os países, os resultados fornecem uma agenda comum para que os governos da OCDE atendam às crescentes expectativas de seus cidadãos. Essa agenda de ação varia ligeiramente entre as instituições públicas e os níveis de governo, visto que os mecanismos e as possibilidades de melhorar a confiança diferem entre essas instituições.

De forma geral, a Pesquisa de Confiança de 2024 confirma que são **os processos que sustentam a governança democrática** que precisam ser fortalecidos para atender às crescentes expectativas da população: garantir que a voz de todos seja ouvida, fortalecer os mecanismos de controle e equilíbrio entre as instituições, usar evidências melhores, transparentes e verificáveis na tomada de decisões e equilibrar os interesses de uma população diversificada são as melhores alavancas para **melhorar a confiança, especialmente nos governos nacionais.**

- **Melhorar o engajamento com os cidadãos para aumentar a confiança nos governos locais e nacionais.** Há uma necessidade significativa de oportunidades mais relevantes e inclusivas para a participação e influência cidadã nos processos de tomada de decisão. Isso exige o estabelecimento de expectativas claras sobre o papel da democracia deliberativa e direta dentro das democracias representativas; o aprimoramento dos mecanismos pelos quais os governos dão voz a todas as pessoas e respondem a essas vozes; e o apoio a espaços e capacidades para o engajamento cívico e político. Políticas destinadas a promover a inclusão política e mitigar o engajamento econômico, a vulnerabilidade e a discriminação também podem ser essenciais para reduzir as lacunas de confiança participar do debate e capacitar as pessoas a público.
- **Reforçar a capacidade de lidar com desafios políticos complexos, especialmente a nível do governo nacional.** Os dados mostram que os governos devem continuar a melhorar a sua fiabilidade e preparação para futuras crises.

incluindo aquelas com implicações globais; e considerar se as questões de equidade intranacional e intergeracional recebem espaço suficiente não apenas durante o processo de deliberação política, mas também na comunicação pública.

- Relacionado ao exposto acima, **apoie um ecossistema de informação saudável e invista em comunicação baseada em evidências.**

Os governos se beneficiariam com mais

Comunicar ativamente as evidências, pesquisas e estatísticas que fundamentam suas decisões para melhorar a percepção pública do processo decisório e garantir que os dados sejam abertamente verificáveis; assegurar que expliquem de forma clara e inclusiva como as reformas políticas afetam o público; promover um ambiente midiático saudável, diverso e independente que proporcione os mecanismos necessários de controle e equilíbrio da informação.

ecossistema, uma necessidade de confiança; e fortalecimento da alfabetização midiática na sociedade.

- Para todas as instituições, **invista na melhoria da percepção de integridade nas interações diárias e na tomada de decisões complexas.** Confiança em todos.

As instituições analisadas se beneficiariam de regras mais claras relacionadas à integridade e ao combate à corrupção, bem como à sua implementação.

O fortalecimento dos mecanismos de controle e equilíbrio no sistema político, em particular para prevenir percepções de influência indevida e conflito de interesses, também pode contribuir para a construção da confiança e para a manutenção do apoio à democracia representativa. •

Investir em

serviços públicos confiáveis, ágeis e justos, especialmente para aumentar a confiança no funcionalismo público e no governo local. Embora a maioria expresse satisfação com os serviços, os dados mostram que a melhoria da velocidade e da facilidade na prestação de serviços administrativos, bem como a capacidade de resposta dos serviços públicos ao feedback dos usuários ou às ideias dos servidores públicos que atuam na linha de frente, contribuiriam para níveis de satisfação ainda maiores. O tratamento justo por parte dos servidores públicos e o uso legítimo de dados pessoais também têm potencial para aumentar a confiança. A queda na satisfação com os sistemas de saúde e educação nos últimos dois anos justifica um monitoramento mais aprofundado.



Introdução

Os governos encontram-se hoje numa encruzilhada crítica. Eles têm a tarefa de navegar por transições simultâneas e superar desafios significativos, desde garantir a segurança e a recuperação econômica até gerenciar tensões geopolíticas crescentes, mitigar e se adaptar às mudanças climáticas e ajustar-se às mudanças tecnológicas. Ao mesmo tempo, a crescente polarização e o afastamento dos cidadãos dos processos democráticos tradicionais colocam os governos sob pressão cada vez maior. Nesse ambiente de alto risco, construir e manter a confiança nas instituições públicas tornou-se uma prioridade para governos em todo o mundo.

A confiança nas instituições públicas é a base sobre a qual os funcionários públicos em democracias se apoiam para governar diariamente e tomar decisões políticas para enfrentar desafios urgentes. A confiança reduz os custos de transação – na governança, na sociedade e na economia. e facilita o cumprimento das políticas públicas. A confiança pode ajudar a fomentar a adesão a reformas e programas desafiadores, com melhores resultados. Nas democracias, níveis robustos de confiança – juntamente com níveis saudáveis de escrutínio público – podem ajudar a legitimar e proteger as instituições e normas democráticas.

A confiança também é um indicador importante para medir como as pessoas percebem e avaliam suas instituições governamentais. Altos níveis de confiança nas instituições públicas não são, obviamente, um resultado *necessário* da governança democrática. De fato, baixos níveis de confiança observados em democracias são possíveis porque os cidadãos em sistemas democráticos – diferentemente dos autocráticos – são

Os cidadãos não só têm a liberdade de expressar sua desconfiança em relação ao governo, como também são incentivados a fiscalizar o comportamento governamental e a demonstrar uma "confiança cética". A resiliência dos sistemas democráticos provém do debate público aberto que fomentam, permitindo-lhes considerar uma pluralidade de opiniões para aprimorar a busca por confiabilidade e melhores resultados; e da capacidade das diferentes instituições de se responsabilizarem mutuamente. Mesmo baixos níveis de confiança em instituições públicas específicas não devem ser interpretados como uma rejeição aos valores democráticos, mas sim como uma demonstração de que os cidadãos têm grandes expectativas em relação ao que as instituições em sistemas democráticos podem oferecer.

Este relatório apresenta um panorama abrangente dos fatores que impulsionam a confiança nas instituições públicas em 2023, por meio de questionários aplicados a pessoas em 30 países da OCDE sobre suas experiências e expectativas em relação à confiabilidade, capacidade de resposta, habilidade para lidar com desafios complexos e globais, integridade, imparcialidade e transparência do governo. A Pesquisa da OCDE sobre os Fatores que Impulsionam a Confiança nas Instituições Públicas (Pesquisa de Confiança), que fornece os dados originais para este relatório, foi realizada em 30 países da OCDE em outubro e novembro.

2023, após a onda inaugural de 2021 que Incluiu 22 países da OCDE (Quadro 1). O Inquérito de Confiança de 2023 utilizou o mesmo conjunto de perguntas que o de 2021, permitindo comparações na evolução dos resultados. Ao longo do tempo, algumas novas questões foram introduzidas, permitindo uma compreensão mais profunda dos resultados.

Quadro 1. Pesquisa da OCDE de 2023 sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas (Pesquisa de Confiança)

A segunda edição da Pesquisa de Confiança da OCDE oferece ampla cobertura em 30 países membros da OCDE, geralmente com 2.000 respondentes por país. Vinte países que participaram da primeira edição da Pesquisa de Confiança, em 2021, também participaram em 2023. São eles: Austrália, Bélgica, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Islândia, Irlanda, Letônia, Luxemburgo, Coreia do Sul, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suécia e Reino Unido. Além disso, dez novos países aderiram à Pesquisa de Confiança em 2023: Chile, Costa Rica, República Tcheca, Alemanha, Grécia, Itália, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha e Suíça. A participação na pesquisa é voluntária e, de acordo com a Declaração de Luxemburgo de 2022 sobre a Construção da Confiança e o Fortalecimento da Democracia, ela deve ser realizada a cada dois anos.

O questionário da Pesquisa de Confiança segue a estrutura do Quadro de Referência da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança em Instituições Públicas (ver Anexo 1.A no Capítulo 1), que define confiança como “a crença de uma pessoa de que outra pessoa ou instituição agirá de forma consistente com sua expectativa de comportamento positivo”. O questionário inclui perguntas sobre os níveis de confiança em diferentes instituições públicas e na mídia, perguntas situacionais sobre os fatores determinantes da confiança na governança pública e módulos sobre satisfação com os serviços públicos, participação política, desafios globais e intergeracionais e o perfil do respondente. As perguntas relacionadas aos níveis e fatores determinantes da confiança utilizam uma escala de resposta de 0 a 10 e uma opção para responder “não sei”.

A coleta de dados para a Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023 ocorreu em outubro e novembro de 2023 na maioria dos países (ver Anexo B). Na Irlanda, no México e no Reino Unido, a coleta de dados começou no final de setembro; e na Noruega, foi finalizada no início de dezembro. As pesquisas nacionais foram realizadas online na maioria dos países pela Ipsos, por institutos nacionais de estatística (na Finlândia, Irlanda, México e Reino Unido), por um instituto nacional de pesquisa (Islândia) e por uma empresa de pesquisa de opinião (Noruega). Com exceção da Noruega, onde alguns respondentes preencheram questionários em papel, e do México, onde os respondentes foram entrevistados pessoalmente, a coleta de dados ocorreu por meio de questionários online. Os dados são, em geral, representativos da população adulta em nível nacional e da população adulta urbana no México.

Um Grupo Consultivo composto por funcionários públicos de países membros da OCDE, juntamente com representantes de Institutos Nacionais de Estatística e especialistas internacionais, liderou o desenvolvimento do questionário da pesquisa e supervisionou a sua implementação e análise. O Grupo Consultivo ajudou a garantir que o questionário fosse adaptado a diferentes contextos nacionais, assegurando, ao mesmo tempo, uma comparação internacional significativa.

Desde a publicação dos resultados de 2021, a OCDE também pôde acompanhar como os governos, de forma mais ampla, utilizaram os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 para orientar suas políticas públicas. Isso inclui, por exemplo, tornar a confiança um princípio fundamental.

Objetivo político para a ação governamental, incorporando a confiança na estrutura estratégica para a transformação dos serviços públicos e criando mecanismos de coordenação governamental dedicados a impulsionar a agenda da confiança (Quadro 2).

Quadro 2. Iniciativas dos países na sequência do Inquérito à Confiança de 2021

A Pesquisa de Confiança da OCDE fornece fortes evidências de que percepções positivas sobre os processos de governança pública, nomeadamente a capacidade de resposta, a confiabilidade, a integridade, a transparência e a imparcialidade do governo, estão relacionadas com a confiança em diversas instituições políticas. No entanto, as evidências sobre como mudanças ou intervenções políticas específicas podem afetar os níveis de confiança são mais escassas. Este quadro, portanto, visa fornecer uma visão geral de como os governos têm utilizado os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 para orientar as suas políticas públicas, em vez de avaliar os efeitos dessas intervenções governamentais.

- **Priorizar a confiança como objetivo político** implica que o governo reconheça a confiança como um indicador de desempenho governamental e um fator com impacto significativo nos resultados das políticas. Frequentemente, isso envolve um compromisso com a coleta regular de dados, o que permite aos governos acompanhar a evolução da confiança e identificar áreas que necessitam de mais investimentos. Por exemplo, após o Estudo sobre os Determinantes da Confiança em Instituições Públicas, o governo da Nova Zelândia destinou recursos para monitorar os determinantes da confiança e correlacioná-los com dados de características socioeconômicas. Da mesma forma, a Colômbia utilizou os dados da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 como base e os utilizará como indicador de monitoramento para sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento. A Estônia estabeleceu metas numéricas concretas para a confiança no governo nacional e local e no Riigikogu (Parlamento), atualmente derivadas do Eurobarômetro, como indicadores de monitoramento em sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Estônia 2035”. No México, o Gabinete Federal de Segurança Pública e o gabinete de segurança da Cidade do México utilizam dados sobre confiança em decisões relacionadas à melhoria do desempenho e da confiança e à redução da corrupção; e a Comissão Nacional para os Tribunais Superiores de Justiça se refere a estatísticas sobre confiança no sistema judiciário em políticas para melhorar a confiança social em juízes e tribunais locais. E na Suécia, vários resultados da Pesquisa de Confiança de 2021 relacionados à confiança foram incluídos na proposta orçamentária do governo apresentada ao Parlamento.
- **Incorporar a confiança na estrutura estratégica** pode ajudar a disseminar o conceito de confiança em toda a administração pública. Por exemplo, a Irlanda utilizou o Quadro de Referência da OCDE sobre os Impulsionadores da Confiança para moldar sua Estratégia de Transformação do Serviço Público até 2030 (Governo da Irlanda, 2023[1]). Essa estratégia se compromete explicitamente com os impulsionadores da confiança na governança pública identificados pela OCDE e lista a confiança pública como um dos seis principais resultados esperados. Da mesma forma, a Noruega iniciou sua Reforma da Confiança em 2022, uma reforma da gestão do setor público que visa impulsionar a confiança pública, aprimorando a competência governamental, com foco na capacidade de resposta (Governo da Noruega, 2022[2]). Ao aproveitar o conhecimento e a experiência únicos dos funcionários da linha de frente, a reforma busca transformar o setor público em uma entidade mais centrada no usuário e responsiva ao cidadão. O Chile participou da Pesquisa de Confiança da OCDE pela primeira vez em 2023, embora o Quadro de Referência da OCDE sobre os Impulsionadores da Confiança já tivesse sido utilizado anteriormente. O Chile já informou a Agenda de Modernização do Estado no Chile para 2022-2026 (Governo do Chile, 2022[3]). O objetivo central da agenda é recuperar a confiança e a legitimidade das instituições governamentais e inclui iniciativas específicas para fortalecer a competência governamental e promover os valores do governo durante esse período.
- **A implementação de mecanismos de coordenação específicos** pode ajudar a facilitar a implementação de agendas relacionadas à confiança. A Noruega formou um comitê de secretários de Estado e um grupo envolvendo todos os ministérios para melhorar a coordenação em torno da confiança nas administrações (Governo da Noruega, 2022[2]). Nesse sentido, a Finlândia criou um grupo de trabalho intergovernamental para implementar as recomendações da Pesquisa de Confiança da OCDE e identificar áreas para trabalhos futuros. Além da coordenação intragovernamental, em Portugal, está sendo desenvolvido um arcabouço institucional para que os tomadores de decisão e o sistema científico fortaleçam a confiança.
- **Ampliar as oportunidades de abertura e participação.** A Finlândia institucionalizou diálogos nacionais seguindo o modelo dos “Diálogos do Confinamento” realizados durante a pandemia de COVID-19. De forma semelhante, a Letônia organizou diversos treinamentos para “facilitadores de diálogo público” e, em agosto de 2023, a Chancelaria do Estado lançou uma série de debates nacionais com cidadãos sobre a questão da confiança, seguindo o modelo finlandês. As principais conclusões desses diálogos foram apresentadas aos membros do Parlamento. A Irlanda utilizou os resultados de pesquisas para adaptar suas iniciativas às necessidades e preocupações específicas de diferentes grupos populacionais. Os baixos níveis de confiança entre os jovens levaram o governo a criar assembleias de jovens para subsidiar as políticas governamentais sobre temas como mudanças climáticas e inteligência artificial. O governo irlandês também direcionou sua consulta pública aos jovens para aprimorar o desenvolvimento de serviços públicos digitais, por meio de parcerias com organizações voluntárias.

Nota: Estes exemplos foram compilados em relação às atividades realizadas pelo Grupo Consultivo da Pesquisa de Confiança da OCDE.

O ano de 2024 representa um marco significativo na política global, com 83 eleições agendadas em 76 países, representando quase quatro bilhões de pessoas (Hsu, Thompson e Myers, 2024[4]; The Economist, 2023[5]). É improvável que essa onda sem precedentes de atividade democrática seja igualada até 2048. Dos 30 países pesquisados no levantamento da OECD Trust de 2023, 9 realizarão eleições nacionais em 2024, e esse número sobe para 23 com as eleições para o Parlamento Europeu.

Embora a Pesquisa de Confiança da OCDE meça os fatores estruturais que impulsionam a confiança nas instituições, os quais podem variar ligeiramente em períodos eleitorais, o ciclo político afeta diversos elementos da confiança no governo.

por si só. A participação recente nas eleições pode melhorar a legitimidade percebida do sistema, com as pessoas sentindo que têm voz se o sistema eleitoral for percebido como justo e neutro e, consequentemente, aumentando a confiança de que as expectativas serão atendidas no início dos mandatos eleitorais (Hooghe e Marien, 2014[6]; Kolpinskaya et al., 2020[7]). No entanto, os efeitos provavelmente serão mediados pelo partidismo, especialmente em sistemas majoritários com “vencedores” e “perdedores” claros (Hooghe e Stiers, 2016[8]). Além disso, o aumento do escrutínio da mídia e do consumo de notícias políticas durante as eleições também pode resultar em cidadãos mais informados, mas potencialmente mais céticos (Lau, Sigelman e Rovner, 2007[9]).

REFERÊNCIAS

Governo do Chile (2022), *Agenda de Modernização do Estado 2022-2026*, <https://modernizacion.gob.cl/agenda/agenda-periodo-2022-2026>. [3]

Governo da Irlanda (2023), *Melhores Serviços Públicos - Estratégia de Transformação do Serviço Público 2030*, <https://www.gov.ie/en/publication/80247-better-public-services-public-service-transformation-2030-strategy/>. [1]

Governo da Noruega (2022), *Sobre a reforma do trust*, <https://www.regjeringen.no/no/tema/statlig-forvaltning/forvaltningsutvikling/tillitsreform/informasjon-om-arbeidet-med-tillitsreformen/id2894125/>. [2]

Hooghe, M. e S. Marien (2014), “Como alcançar os membros do parlamento? Cidadãos e membros do parlamento sobre a eficácia dos repertórios de participação política”, *Assuntos Parlamentares*, <https://academic.oup.com/pa/article/67/3/536/1450000>. [6]

Hooghe, M. e D. Stiers (2016), “Eleições como um mecanismo de ligação democrática: como as eleições aumentam a confiança política em um sistema proporcional”, *Estudos Eleitorais*, Vol. 44, pp. 46-55. [8]

Hsu, T., S. Thompson e S. Myers (2024), *Eleições e desinformação estão colidindo como nunca antes em 2024*, <https://www.nytimes.com/2024/01/09/business/media/election-disinformation-2024.html>. [4]

Kolpinskaya, E. et al. (2020), “Mandatos importam: como vitórias decisivas aumentam as expectativas” sobre o desempenho do governo”, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, Vol. 30/4, pp. 504-523, <https://doi.org/10.1080/17457289.2019.1599004>. [7]

Lau, R., L. Sigelman e I. Rovner (2007), “Os efeitos das campanhas políticas negativas: uma meta-análise”. *Reavaliação Analítica*, *The Journal of Politics*, Vol. 69/4, pp. 1176-1209, <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2007.00618.x>. [9]

The Economist (2023), *2024 é o maior ano eleitoral da história*, <https://www.economist.com/interactive/the-world-ahead/2023/11/13/2024-is-the-biggest-election-year-in-history>. [5]

1 Visão geral: Novas tendências, padrões persistentes e mudanças necessárias

A confiança é uma medida importante de como as pessoas percebem as instituições governamentais. Este capítulo começa descrevendo o contexto em que a coleta de dados da Pesquisa de Confiança de 2023 ocorreu. Em seguida, apresenta os níveis de confiança nas instituições públicas em todos os níveis de governo nos países da OCDE, acompanhando as mudanças desde 2021. O capítulo também oferece uma visão geral das percepções das pessoas sobre suas interações cotidianas com as instituições públicas e a tomada de decisões governamentais em questões políticas complexas, identificando os principais fatores que impulsionam a confiança na governança pública. O anexo do capítulo detalha a Estrutura da OCDE sobre os Fatores que Impulsionam a Confiança nas Instituições Públicas e traça a evolução das percepções de confiabilidade, capacidade de resposta, abertura, imparcialidade e integridade do governo nos vinte países que participaram das Pesquisas de Confiança de 2021 e 2023.

20 y



1.1. O CONTEXTO IMPORTA: AS PREOCUPAÇÕES DAS PESSOAS EM 2023

As pessoas que vivem nos países da OCDE vivenciaram vários choques importantes desde o início da década, incluindo uma pandemia, inflação crescente e guerras nas proximidades ou com grandes consequências geopolíticas. É provável que esses choques afetem o que as pessoas consideram questões importantes para seus países e suas vidas pessoais e, portanto, determinem a quais aspectos do desempenho do governo elas dedicam atenção especial e, conseqüentemente, seus níveis de confiança (de Blok, 2023[1]).

A coleta de dados para a Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023 ocorreu em outubro e novembro de 2023.¹ Nesse momento, o cenário para o crescimento econômico global apresentava sinais de moderação e resiliência (OCDE, 2023[2]). Embora a crise energética global tenha inicialmente impulsionado a inflação, observou-se uma moderação gradual à medida que as cadeias de suprimentos se ajustavam, embora os níveis de inflação permanecessem acima das metas dos bancos centrais e dos níveis pré-pandemia (OCDE, 2023[3]). Ao mesmo tempo, o baixo desemprego persistiu juntamente com a escassez de mão de obra, representando um desafio para vários setores. Os serviços públicos, incluindo os serviços de saúde, estavam sob pressão em meio ao aumento da demanda e

Restrições de recursos. Geopoliticamente, a guerra de agressão russa contra a Ucrânia e os ataques terroristas do Hamas, que resultaram na intervenção militar de Israel em Gaza, aumentaram a incerteza econômica e política.

Em paralelo, a polarização política, em parte alimentada pela desinformação, aumentou visivelmente, possivelmente exacerbando as tensões sociais e o desinteresse político. Também é provável que tenha dificultado...

A capacidade do governo de lidar com os desafios políticos, uma vez que o partidário extremo dificulta o consenso social e político sobre as reformas.

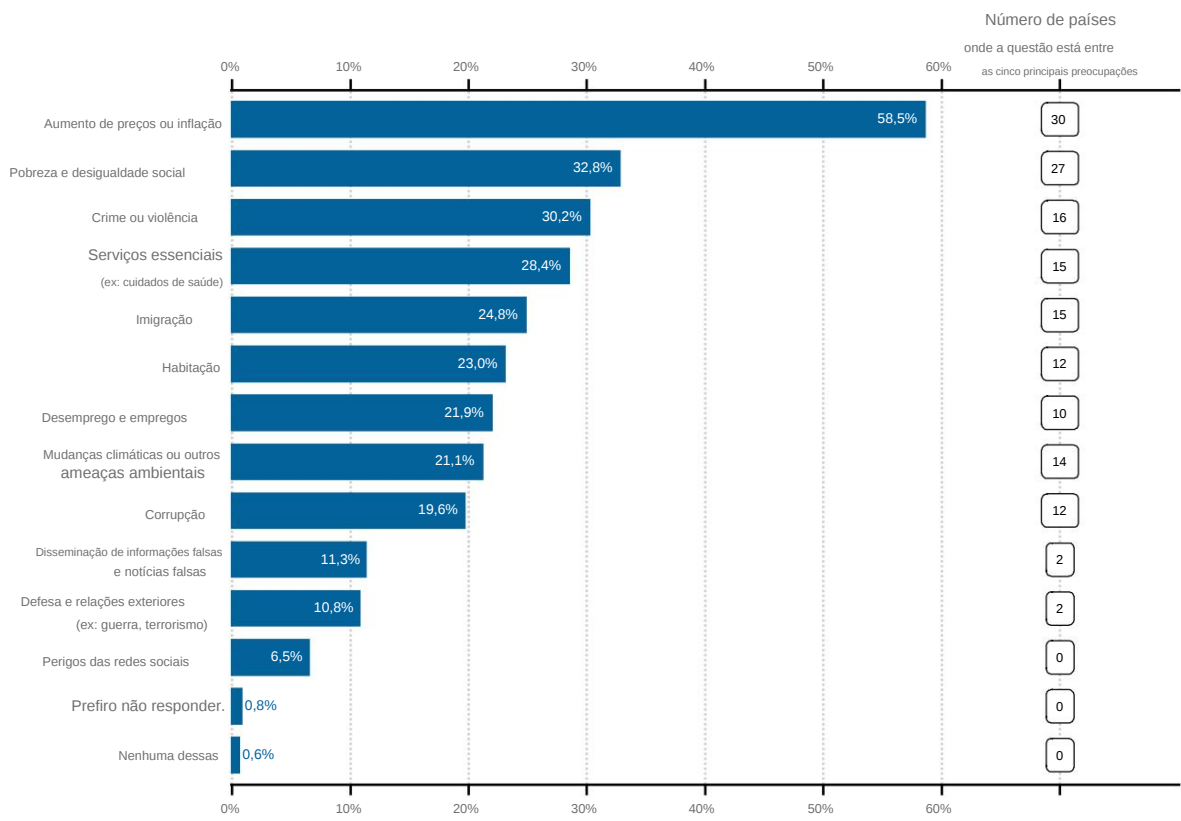
A incerteza durante esse período se reflete em preocupações significativas com a economia, tanto em nível macro quanto pessoal, nos países pesquisados. Em média, 59% das pessoas identificam a inflação como um dos três problemas mais importantes que enfrentam, tornando-a, de longe, o país mais afetado (Figura 1.1).

Preocupações frequentemente citadas. A pobreza e a desigualdade social são apontadas como as principais preocupações por uma média de 33% dos entrevistados nos países participantes, e o desemprego e a falta de empregos por 22%. Em nível pessoal, uma média de 71% indica estar um tanto ou muito preocupada com as finanças e o bem-estar econômico de sua família nos próximos um a dois anos.



Figura 1.1. As preocupações econômicas estão na vanguarda das preocupações das pessoas.

Proporção da população que considera as questões políticas entre as três mais importantes que seu país enfrenta, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas à pergunta “Quais são, na sua opinião, os três problemas mais importantes que [PAÍS] enfrenta?”. A imigração não foi uma opção de resposta no México e na Noruega. O número de países em que o tema está entre as cinco principais preocupações refere-se ao número de países em que o tema teve uma das cinco maiores proporções de menções entre os respondentes.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/zpi8s5>

Uma segunda área importante de preocupação em muitos países é a segurança individual e nacional. Em média, 30% das pessoas nos países participantes citam o crime ou a violência entre os três principais problemas que seus países enfrentam, e 11% estão preocupadas com a defesa e as relações exteriores, incluindo guerra e terrorismo. No entanto, em relação a ambas as preocupações, a variação entre os países é muito grande: enquanto apenas 4% citam a violência entre suas principais preocupações na Estônia, essa porcentagem ultrapassa 60% no Chile (62%), Costa Rica (63%), México (70%) e Suécia (65%). Em países mais próximos da guerra de agressão em curso na Ucrânia, a preocupação com a defesa e as relações exteriores está muito acima da média, variando de 19% na Suécia a 22% na China.

Na Letônia, 23%; na Noruega, 25%; e na Estônia, 33%. A preocupação nessa área também é relativamente alta na Coreia, com 20%, e na França, com 22%.

O acesso e a qualidade dos serviços básicos também são uma área de preocupação importante. Em média, 28% citam serviços de saúde e outros serviços essenciais.

Entre as três principais preocupações para seus países, atingindo 45% ou mais na Islândia (48%), Letônia (49%), Finlândia (56%) e Irlanda (57%). Habitação, que uma média de 23% identifica como uma das três principais preocupações, é um tema particularmente problemático em vários países, incluindo Austrália (39%), Canadá (40%), Islândia (42%), Luxemburgo (58%) e Irlanda (71%). Em média, um quarto dos entrevistados menciona

A imigração figura entre os três principais problemas a nível nacional, enquanto cerca de um quinto citou as alterações climáticas e outras ameaças ambientais (21%) e a corrupção (20%).

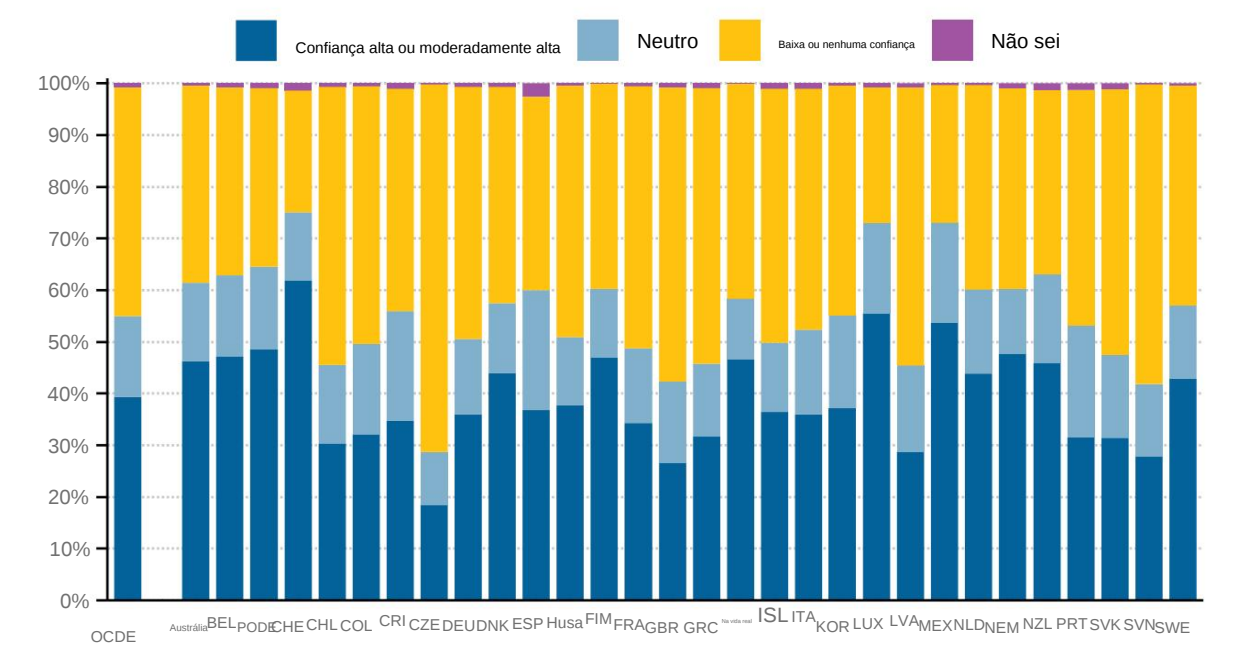
1.2. Uma parcela crescente da população expressa baixa confiança no governo nacional.

A confiança diminuiu ligeiramente desde 2021, embora os níveis ainda sejam mais altos do que após a crise financeira global. Em 2023, cerca de quatro em cada dez pessoas (39%) tinham um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo nacional do seu país.

governo (tendo selecionado respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10). Uma parcela maior (44%) não tinha confiança ou tinha pouca confiança (Figura 1.2). 16% deram uma resposta neutra à pergunta, indicando nem confiança nem falta de confiança (tendo selecionado a resposta “5” em uma escala de 0 a 10). Entre os países, a proporção de pessoas com alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional varia bastante.³ Em alguns países (Luxemburgo, México e Suíça), a maioria das pessoas tem alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, enquanto menos de uma em cada três pessoas tem em cerca de um terço dos países. Mais de uma em cada cinco pessoas dá uma resposta neutra na Costa Rica, em Portugal e na Espanha.

Figura 1.2. Uma parcela ligeiramente maior da população tem pouca ou nenhuma confiança em seu país. governo em comparação com aqueles com alta ou moderadamente alta confiança

Proporção da população que indica diferentes níveis de confiança no governo nacional (em uma escala de 0 a 10), 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, qual é o seu nível de confiança no governo nacional?”. Uma resposta de 0 a 4 corresponde a “pouca ou nenhuma confiança”, 5 a “neutro” e de 6 a 10 a “alta ou moderada confiança”. “OCDE” representa a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/vtenks>

Em comparação com 2021, observa-se um aumento modesto na proporção de pessoas com baixa ou nenhuma confiança no governo nacional e uma diminuição na proporção de pessoas com alta ou moderada confiança no governo nacional. Para os dezoito países em que os níveis de confiança no governo nacional

A participação do governo foi avaliada nas ondas de 2021 e 2023, considerando indivíduos com níveis de confiança altos ou moderadamente altos. diminuiu de 43% para 41% (Figura 1.3).⁴ O aumento na participação com baixa ou nenhuma confiança é quase equivalente, de 40 a 43%. Esses números globais

Contudo, escondem-se mudanças importantes nos níveis de confiança em cada país. Em particular, a proporção de pessoas com níveis de confiança altos ou moderadamente altos aumentou substancialmente na Bélgica e na Colômbia, mas também aumentou na Austrália, no Canadá, na França, na Letônia e na Suécia. Essa proporção diminuiu substancialmente na Finlândia e na Noruega. Na Finlândia, o momento da divulgação dos resultados de 2021

A onda de pesquisa, que ocorreu mais cedo do que em outros países, pode ter contribuído para o declínio.

conforme mostrado nos dados, como os níveis de confiança no momento pode ainda ter sido impulsionado pelo efeito de 'união em torno da bandeira' da pandemia de Covid-19, em que a confiança pode aumentar durante uma crise nacional, ou neste caso global (OCDE, 2022[4]).

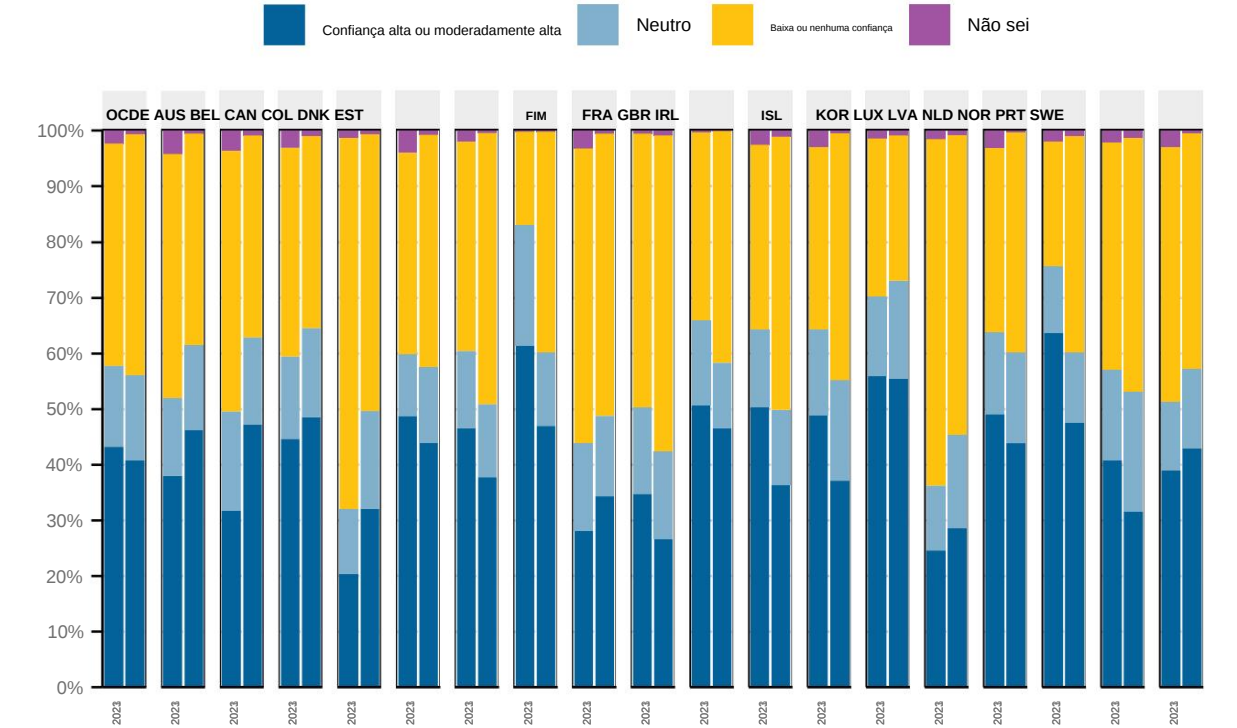
Dependendo da situação de cada país, as mudanças no nível de confiança entre 2021 e 2023 também podem ocorrer.

Isso se deve, em parte, ao ciclo político de cada país. No início do mandato de um governo, a confiança geralmente aumenta devido às esperanças de mudança da população e à sua recente participação nas eleições, o que pode impulsionar a legitimidade percebida do sistema (Hooghe e Stiers, 2016[5]), podendo diminuir com o tempo à medida que as pessoas começam a avaliar o desempenho do governo em relação às suas expectativas. Além disso, o aumento da atenção da mídia e do consumo de notícias políticas durante as eleições pode criar cidadãos mais informados, mas potencialmente mais céticos. No entanto, uma análise baseada

em onze países europeus constata que o efeito das eleições gerais realizadas em 2021-2022 em alguns dos países sobre a confiança é bastante insignificante (Gonzalez e Kyander, no prelo[6]).

Figura 1.3. A pequena variação na média de confiança alta ou moderadamente alta nos países da OCDE esconde diferenças importantes entre os países.

Proporção da população que indica diferentes níveis de confiança no governo nacional (em uma escala de 0 a 10), 2021 e 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, qual é o seu nível de confiança no governo nacional?”. Uma resposta de 0 a 4 corresponde a “pouca ou nenhuma confiança”, 5 a “neutro” e de 6 a 10 a “alta ou moderada confiança”. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023. México e Nova Zelândia participaram da pesquisa de 2021, mas a pergunta sobre confiança no governo nacional para esses países não foi incluída no levantamento.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/d8y2u4>

No entanto, tendências interessantes estão surgindo nesta edição da Pesquisa de Confiança. Globalmente, a queda na confiança entre 2021 e 2023 pode ser

Em parte, isso se deve ao fato de mulheres e pessoas com menor escolaridade terem menos confiança no governo nacional: em média, entre dezoito países, a proporção de mulheres que relataram nenhuma ou pouca confiança aumentou de 39% em 2021 para 45% em 2023; enquanto para os homens, a proporção permaneceu a mesma, em 41%. Além disso, a proporção de pessoas com menor escolaridade que relataram nenhuma ou pouca confiança também aumentou em 6 pontos percentuais.

A ligeira queda na confiança entre 2021 e 2023 não é um desenvolvimento positivo, mas permanece relativamente modesta dado o contexto atual. Em comparação com o período posterior à crise financeira de 2008, a relativa estabilidade da confiança pública pode refletir, em primeiro lugar, uma natureza diferente da crise, sendo a crise financeira vista em parte como uma falha da regulação financeira, enquanto a pandemia de Covid-19 foi um fator exógeno que afetou os resultados sociais e de saúde de nossas sociedades. Em segundo lugar, pode também ser um testemunho dos esforços sem precedentes da OCDE.

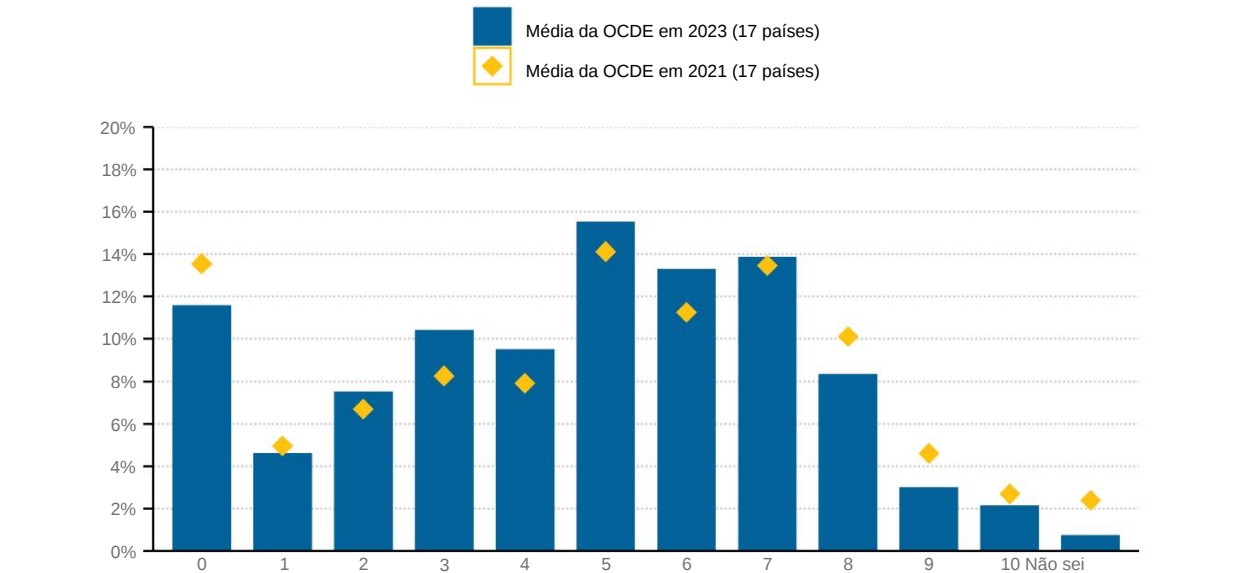
governos na manutenção e fortalecimento da infraestrutura de saúde pública e no fornecimento de apoio a indivíduos e empresas afetados pela pandemia.

Em média, nos países com informações disponíveis, menos pessoas em 2023 indicaram não ter nenhuma confiança no governo nacional ou selecionaram um dos níveis de confiança mais altos (Figura 1.4). A parcela de pessoas sem confiança, ou seja, aquelas que atribuíram 0 à sua confiança no governo nacional, caiu dois pontos percentuais, de 13,6% para 11,5%; e a parcela que selecionou um nível de confiança mais alto diminuiu.

A resposta de 8 a 10, indicando um alto nível de confiança, também caiu quatro pontos percentuais. A diminuição na proporção de pessoas sem confiança ou com alta confiança, em favor dos grupos com baixa e moderadamente alta confiança, pode ser vista como um sinal positivo de que menos pessoas depositam uma "confiança crédula" em instituições públicas que ingenuamente assumem total confiabilidade, ou têm a crença cínica de que elas são completamente indignas de confiança, independentemente das informações disponíveis (Norris, 2022[7]).

Figura 1.4. A parcela da população que não confia de forma alguma no governo ou que tem alta confiança diminuiu.

Proporção da população que indica diferentes níveis de confiança no governo nacional (em uma escala de 0 a 10), 2021 e 2023



Nota: A figura apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?”. A respectiva média refere-se à média não ponderada incluindo Austrália, Bélgica, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Estônia, França, Islândia, Irlanda, Coreia do Sul, Letônia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia e Reino Unido. A Finlândia foi excluída porque a escala de resposta em 2021 não era de 0 a 10.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/itd920>

1.3. INSTITUIÇÕES DE LEI E ORDEM INSPIRAM MAIS CONFIANÇA DO QUE INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A confiança pública varia significativamente entre as diferentes instituições. De modo geral, a ordem e as instituições administrativas inspiram mais confiança do que as instituições percebidas como mais políticas, como o governo executivo ou os partidos políticos.

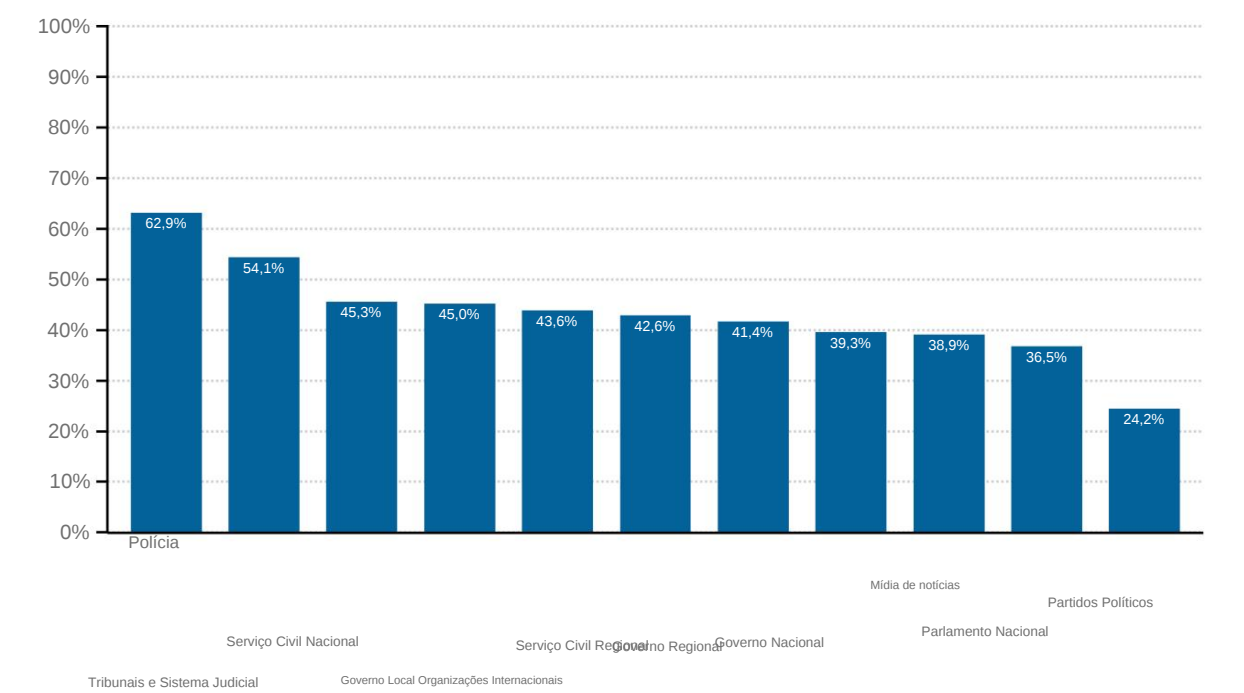
Em toda a OCDE, a polícia e o sistema judicial são as instituições públicas em que mais se confia, seguidas pela administração pública. Em média, mais de seis em cada dez pessoas (63%) confiam na polícia, um número que supera até mesmo a confiança interpessoal (62%). Mais da metade

(54%) também têm alta ou moderadamente alta confiança nos tribunais e no sistema judicial. O funcionalismo público nacional goza da confiança de 45%, um nível próximo ao do funcionalismo público regional ou local (43%). Os níveis de confiança no governo local são equivalentes à confiança no funcionalismo público nacional (45%). Entre os vinte e um países com governos regionais participantes da Pesquisa de Confiança, 41% das pessoas tinham alta ou moderadamente alta confiança no governo regional. Por fim, menos de quatro em cada dez (39%) têm alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, uma proporção igual à confiança na mídia (39%) e superior à confiança no parlamento nacional (37%) ou nos partidos políticos (24%).

(Figura 1.5). No entanto, esses padrões médios podem mascarar diferenças em países individuais.

Figura 1.5. A polícia e o sistema judicial são as instituições em que mais se confia.

Proporção da população com alta ou moderada confiança nas instituições públicas e na mídia, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem em [inserir nome da instituição]?". A figura mostra a porcentagem de respostas com alta ou moderada confiança, correspondente àqueles que selecionaram uma resposta de 6 a 10 na escala de 0 a 10.
Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/h9i15m>

Entre os diferentes ramos do governo nacional, o governo (executivo) geralmente inspira menos confiança do que o sistema judiciário (que inclui tribunais de primeira e segunda instância), mas mais confiança do que o parlamento nacional. Esse padrão se mantém, em média, nos trinta países da OCDE, como visto acima, mas também na maioria dos países participantes (Figura 1.6).

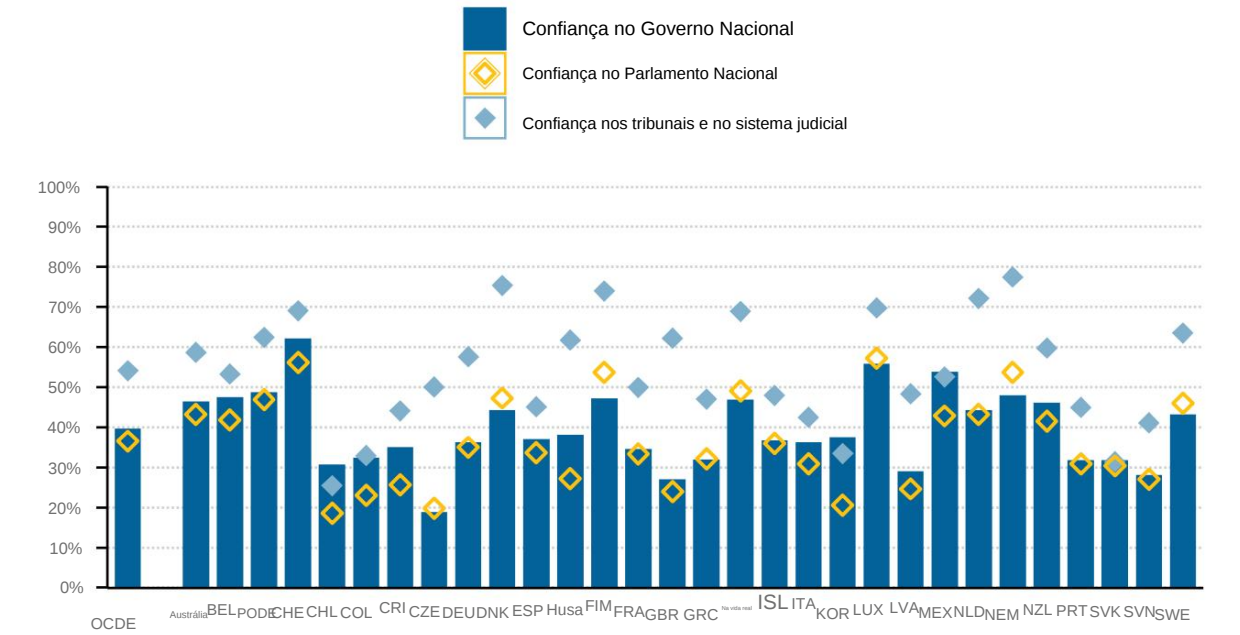
No entanto, existem exceções. Na República Checa, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo, Noruega e Suécia, o parlamento nacional goza de mais confiança do que o governo nacional. Contudo, com exceção da Finlândia e da Noruega, a diferença na percentagem de pessoas que confiam mais no parlamento do que no governo nacional é de três pontos percentuais ou menos. Por outro lado, no Chile, Colômbia, Coreia do Sul, México e República Eslovaca, a confiança no sistema judicial é igual ou até inferior à confiança no governo nacional. A diferença entre a proporção de pessoas com elevada e moderada confiança no sistema judicial é significativa.

A oposição ao sistema parlamentar em relação ao governo nacional ultrapassa os 25 pontos percentuais na República Checa, Dinamarca, Países Baixos, Noruega e Reino Unido.

Como o parlamento e o governo são instituições inerentemente políticas, a maior confiança depositada no sistema judicial está em consonância com as expectativas dentro de um sistema democrático saudável (Warren, 2017[8]). Pesquisas anteriores sugerem que o desempenho judicial afeta positivamente a confiança no judiciário (Aydın Çakır e Yekercioğlu, 2015[9]) e que a confiança no judiciário e a crença de que o judiciário é independente são quase sinônimas (van Dijk, 2020[10]). Os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 também mostraram que houve uma correlação positiva em nível internacional entre a confiança no sistema judicial e a crença de que os tribunais provavelmente tomariam decisões livres de interferência política (OCDE, 2022[4]).

Figura 1.6. Na maioria dos países, o parlamento nacional goza de menos confiança do que o governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, no parlamento e no sistema judiciário, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, qual o seu nível de confiança em [inserir nome da instituição]?" dentro de cada país. A parcela com alta ou moderada confiança corresponde àqueles que selecionaram uma resposta de 6 a 10 na escala de 0 a 10.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/6zien3>

Nos últimos dois anos, a confiança no Parlamento geralmente mudou na mesma direção e em uma ordem de magnitude semelhante à confiança no governo nacional. As exceções são os Países Baixos e a Finlândia, onde a confiança no governo nacional diminuiu, mas a confiança no Parlamento nacional aumentou. permaneceu estável. A confiança nos tribunais também tende a seguir padrões semelhantes aos dos outros dois poderes. No entanto, as reduções na proporção de pessoas com alta ou moderada confiança nos tribunais e no sistema judicial tendem a ser mais atenuadas.

1.4. AS PESSOAS TÍPICAMENTE PERCEBEM O SERVIÇO PÚBLICO E LOCAL GOVERNOS COMO MAIS MAIS CONFIÁVEL QUE O NACIONAL GOVERNO

Em relação à confiança nos diferentes níveis de governo, a confiança no governo local geralmente supera a confiança nos governos nacional e regional (Figura 1.7). Isso é esperado, visto que os indivíduos geralmente estão mais familiarizados com o governo local e suas ações. No entanto, também existem exceções. Por exemplo, na Costa Rica, Nova Zelândia, Suécia e Suíça, a confiança nos dois níveis de governo é muito semelhante. Enquanto isso, na Irlanda, Coreia e México, as pessoas tendem a ter maior probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional do que no governo local. Quanto à confiança no governo regional...

Em relação aos governos, não existe um padrão claro comum à maioria dos países, o que pode estar relacionado às diferentes funções dos governos regionais nos diversos países da OCDE.

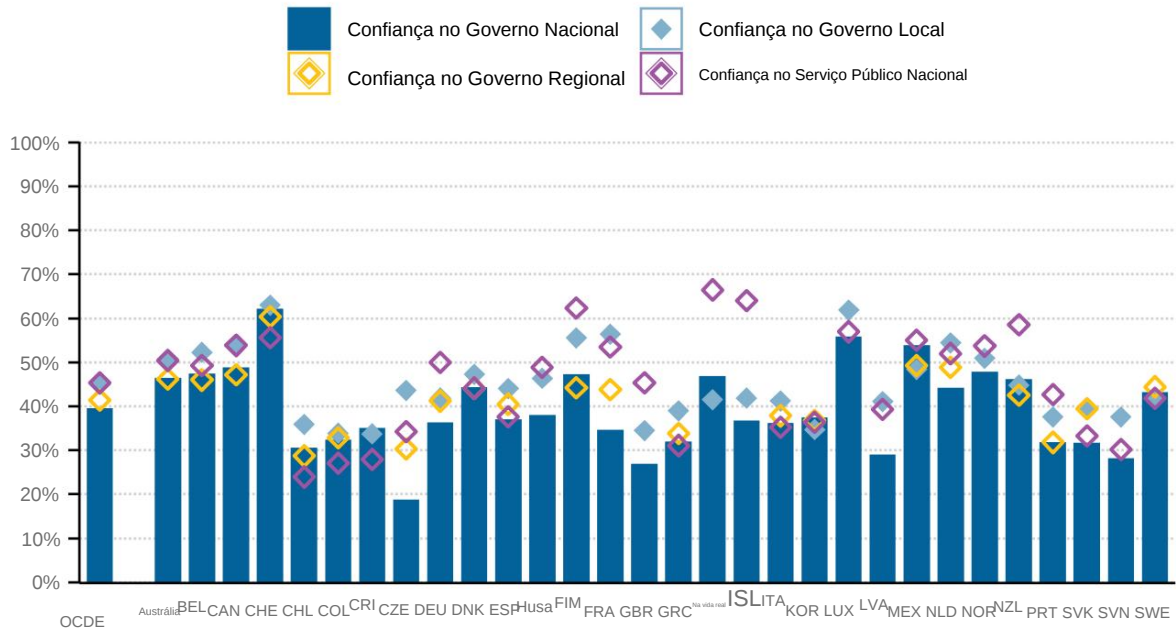
Nos países da OCDE, as pessoas tendem a confiar mais na administração pública do que no governo nacional, mas esse padrão está longe de ser universal. Na verdade, a parcela da população com alta ou moderada confiança no governo nacional e na administração pública nacional é quase idêntica – com uma diferença de apenas dois pontos percentuais.

Diferenças percentuais – em um terço dos países participantes (Bélgica, Dinamarca, Grécia, Itália, Coreia do Sul, Luxemburgo, México, Eslováquia, Espanha e Suécia). No Chile, Colômbia, Costa Rica e Suíça, a confiança no funcionalismo público nacional é menor do que no governo nacional/federal. Por outro lado, a diferença entre as proporções de pessoas que confiam no funcionalismo público em comparação com o governo ultrapassa dez pontos percentuais na República Tcheca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Letônia, Nova Zelândia e Reino Unido.

Os níveis de confiança nos serviços públicos nacionais e regionais ou locais são praticamente iguais em todos os lugares. Isso pode ocorrer porque as pessoas os consideram igualmente confiáveis. Alternativamente, muitas pessoas podem não saber quais funções são desempenhadas por funcionários públicos nacionais, regionais ou locais. Muito provavelmente, uma combinação de ambos os fatores contribui para essa discrepância. resultado.

Figura 1.7. A confiança no governo local é geralmente maior do que a confiança nos governos regionais e nacionais.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional/regional/local e na função pública nacional, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, qual o seu nível de confiança em [inserir nome da instituição]?" A parcela com alta ou moderada confiança corresponde àqueles que selecionaram uma resposta de 6 a 10 na escala de 0 a 10. A questão do "governo regional" refere-se ao nível intermediário de governo entre o nacional e o local, podendo, por exemplo, referir-se a estados em sistemas federais (comunidades autônomas) ou regiões. Como esse nível não existe em todos os países, ele não foi incluído em todos os países. No Reino Unido, os entrevistados foram solicitados a indicar seu nível de confiança nos três governos regionais, independentemente de onde residam; essa informação não é apresentada nesta figura. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/02i69u>

Entre 2021 e 2023, a confiança no funcionalismo público e a confiança no governo local diminuíram em um e dois pontos percentuais, respectivamente. pontos percentuais em média entre os países.

No entanto, em alguns países as mudanças foram relativamente significativas. Nos últimos dois anos, a proporção de pessoas que indicaram ter alta ou moderada confiança no serviço público aumentou sete pontos percentuais na Bélgica e na Colômbia, e diminuiu mais na [país não especificado]. Coreia, Luxemburgo e Reino Unido.

Da mesma forma, a confiança no governo local aumentou em mais de quatro pontos percentuais na Austrália, Canadá, Colômbia, França e Suécia. Por outro lado, a proporção de pessoas que indicaram alta ou moderadamente alta confiança no governo local diminuiu em mais de dez pontos percentuais na Islândia, Coreia e Portugal. Em Portugal, essa diminuição pode estar ligada a uma queda generalizada.

de confiança em todo o sistema político, devido à coincidência da pesquisa com o auge de uma crise política significativa que levou à convocação de eleições nacionais e regionais.

1.5. OS FATORES DE CONFIANÇA NO SETOR PÚBLICO
INSTITUIÇÕES 2023: UMA TRANSFORMAÇÃO

[país não especificado].

Os resultados da Pesquisa de Confiança de 2023 oferecem um panorama convincente tanto da percepção das pessoas sobre suas interações cotidianas com os governos quanto da percepção sobre a formulação de políticas sociais complexas. Embora os governos precisem melhorar continuamente em diversas áreas de seu relacionamento com os cidadãos — desde a prestação de serviços de qualidade até o enfrentamento das mudanças climáticas —, a pesquisa sugere que, atualmente, a maneira mais eficaz de se relacionar com os cidadãos é por meio de políticas públicas eficazes.

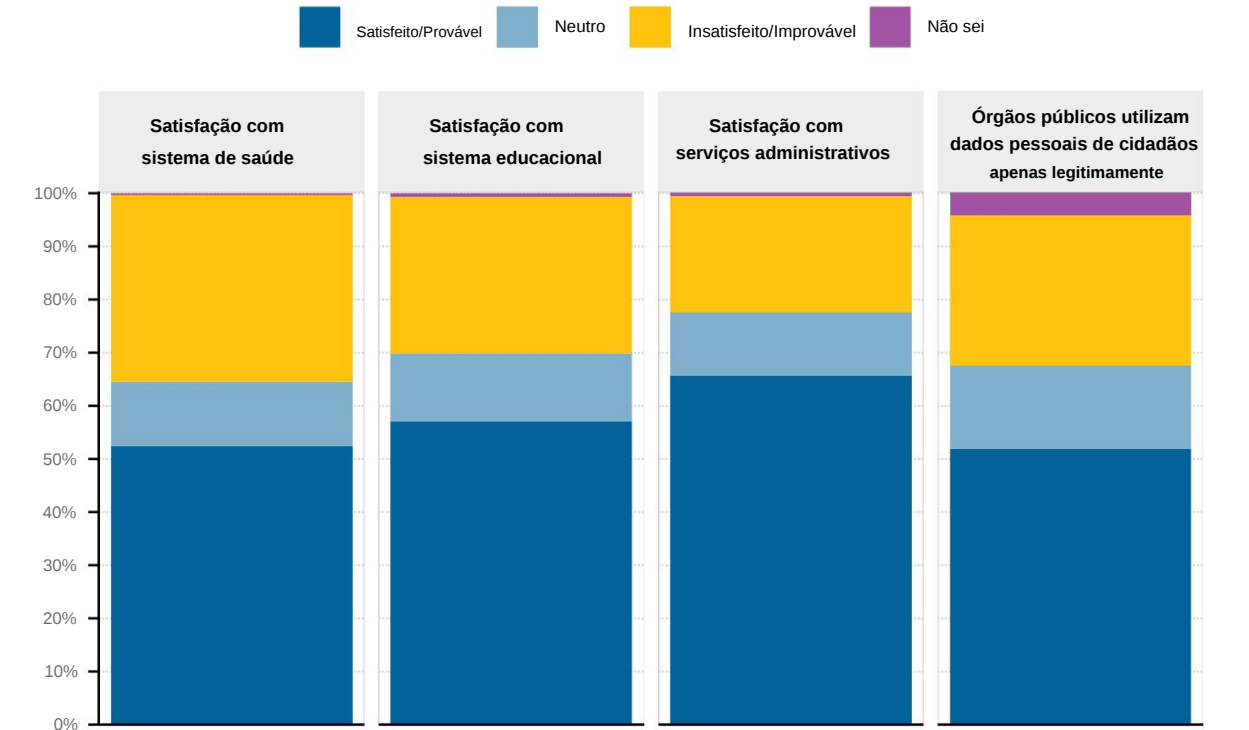
Os fatores que impulsionam uma maior confiança estão relacionados a questões políticas complexas, globais e de longo prazo, em que os cidadãos sentem que não têm voz e as decisões políticas são vistas como sendo tomadas mais em função de interesses privados do que com base nas melhores evidências disponíveis.

1.5.1. Embora o relacionamento diário com as instituições públicas continue satisfatório, algumas melhorias adicionais ainda poderiam aumentar os níveis de confiança.

Tanto a Pesquisa de Confiança de 2021 quanto a de 2023 constataram que o desempenho dos governos da OCDE foi relativamente satisfatório em relação às suas interações cotidianas com o público. Por exemplo, em diversas áreas, como... Nos países participantes, a maioria continua satisfeita com os serviços públicos, como saúde, educação e serviços administrativos, e confia no governo quanto ao uso de dados pessoais (Figura 1.8). Em suas interações cotidianas com os indivíduos, as instituições públicas, portanto, em geral, atendem às expectativas de muitas pessoas.

Figura 1.8. A maioria considera as instituições públicas como prestadoras confiáveis de serviços públicos.

Proporção de usuários de serviços que relatam diferentes níveis de satisfação com o sistema de saúde e educação e com os serviços administrativos, e proporção da população que relata diferentes probabilidades de que as agências públicas usem dados pessoais apenas de forma legítima, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas às perguntas "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação com o sistema de saúde/ sistema educacional/serviços administrativos em [PAÍS]?" Para cada pergunta, os respondentes com contato recente são aqueles que responderam afirmativamente às perguntas "Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família utilizou o sistema de saúde em [PAÍS]?", "Nos últimos 2 anos, você ou alguém da sua família esteve matriculado em uma instituição de ensino em [PAÍS]?" e "Nos últimos 12 meses, você utilizou algum serviço administrativo em [PAÍS] (por exemplo, solicitar um passaporte, registrar um nascimento ou solicitar benefícios etc.)?". A proporção "satisfeito/provavelmente" é a soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "insatisfeito/improvavelmente" é a soma das respostas de 0 a 4. e "não sei" era uma opção de resposta separada. A última barra apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de uma agência pública usar seus dados pessoais apenas para fins legítimos?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

Ao lidar com o público, as instituições governamentais podem e devem promover um senso de dignidade entre a população. Um pré-requisito básico para que as pessoas se sintam tratadas com dignidade é garantir a equidade no tratamento e nos processos. Nessa dimensão comportamental, a Pesquisa de Confiança constatou que aproximadamente metade dos entrevistados acredita que seu próprio pedido de benefício ou serviço governamental seria tratado de forma justa (52%). Uma proporção menor – ainda assim maior do que em muitos outros indicadores de governança pública – acredita que os funcionários públicos tratam as pessoas igualmente, independentemente de seu nível de renda, identidade de gênero e outras características (45%). Nessas duas variáveis, as percepções nos países que participaram de ambas as ondas pioraram ligeiramente em média, embora isso oculte variações importantes entre os países. Indivíduos mais vulneráveis ou marginalizados também podem apresentar percepções mais negativas.

têm expectativas mais baixas de tratamento justo do que Essas estimativas médias sugerem que, por exemplo, a proporção de pessoas que consideram provável que os funcionários públicos as tratem de forma justa ao solicitarem um benefício ou serviço é 15 pontos percentuais menor entre aquelas que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado do que entre aquelas que não se identificam como pertencentes a tal grupo. Isso também pode afetar a confiança que depositam nas instituições públicas (Capítulo 3).

1.5.2. Áreas de oportunidade para ação governamental visando melhorar a confiança nas interações cotidianas com o público

A figura a seguir resume as áreas de ação relativas às interações cotidianas entre o governo e o público que, hoje, trarão os maiores benefícios para a confiança em diferentes setores.

partes do governo, com base em sua importância relativa como fator de confiança e na falta de satisfação ou de uma percepção positiva nessa área.

Esta análise abrange os 30 países como um todo e oculta diferenças importantes entre países individuais, que precisariam ser investigadas mais a fundo.

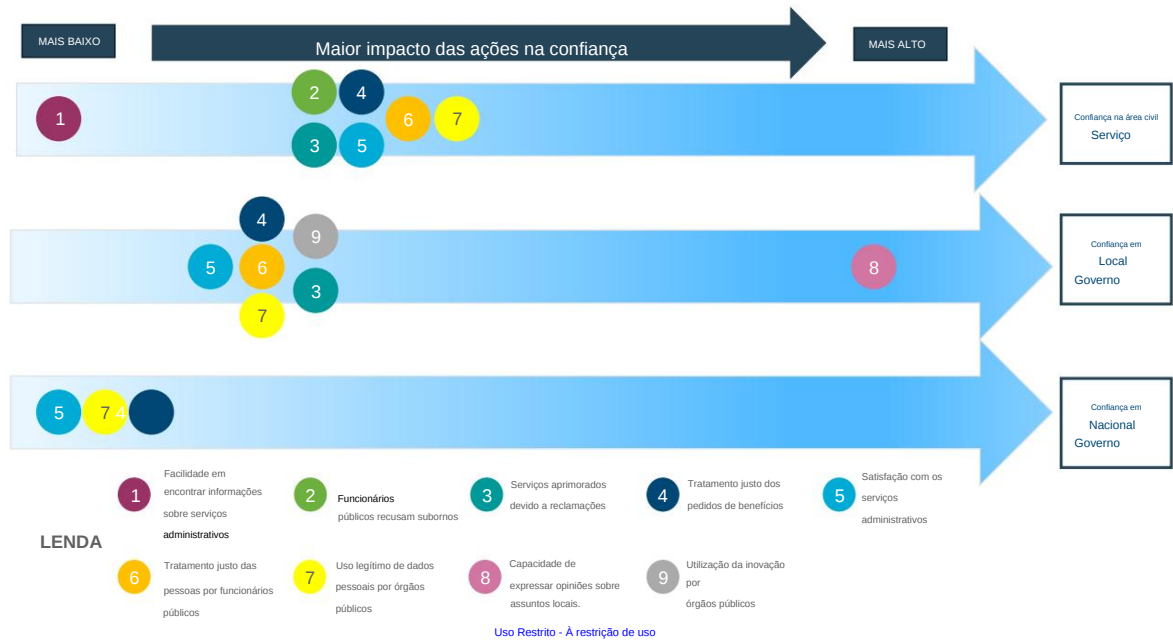
analisado.

As percepções positivas dos serviços públicos, incluindo o tratamento justo por parte dos funcionários públicos e o uso legítimo de dados pessoais, estão entre as variáveis associadas a uma maior confiança não só na administração pública e no governo local, mas também no governo nacional. Portanto, os governos devem continuar a investir nessas áreas. Outro ponto a ser melhorado reside na capacidade de resposta das instituições públicas para adaptar os serviços às necessidades e expectativas da população, em particular na melhoria da percepção da integridade dos funcionários públicos, na utilização da inovação e do feedback da população e na promoção de uma maior participação em assuntos locais (Figura 1.9).

O impacto potencial das ações nas interações cotidianas sobre a confiança é mais pronunciado no governo local e no funcionalismo público do que no governo nacional. Atualmente, ações que visam melhorar a percepção da população de que ela tem voz em assuntos locais teriam o maior impacto na confiança no governo local. Da mesma forma, ações que visam melhorar a percepção do uso legítimo de dados, da imparcialidade dos servidores públicos e da satisfação com os serviços administrativos estão associadas a uma maior confiança no funcionalismo público; e os mesmos fatores estão associados a uma maior confiança no governo nacional, embora com um impacto menor (Figura 1.9). Mais detalhes sobre os fatores de governança pública que influenciam a confiança nas instituições públicas encontram-se no Anexo A.

Figura 1.9. Fatores determinantes da confiança nas interações cotidianas com instituições públicas: Necessidade de focar na escuta do feedback dos cidadãos em nível local, e na capacidade de resposta e imparcialidade do serviço público.

Fatores de governança pública ligados às interações cotidianas que têm um impacto estatisticamente significativo na confiança na respectiva instituição (governo nacional, serviço público e governo local), 2023



Como interpretar: A figura mostra a informação combinada dos fatores estatisticamente significativos que influenciam a confiança na respectiva instituição (a partir da análise de regressão) e a distância da percepção média de cada fator a um limiar de 80% (considerado como um teto ideal). Os fatores que apresentam uma associação mais positiva com a confiança na respectiva instituição e para os quais apenas uma pequena parcela média nos países da OCDE possui uma percepção positiva podem ter um impacto maior na confiança, visto que existe um importante espaço para melhorias, e essas melhorias provavelmente estariam associadas a níveis mais elevados de confiança. Por outro lado, os fatores com uma baixa associação positiva com a confiança e para os quais as percepções já são bastante positivas nos países da OCDE têm um potencial menor para contribuir para melhorias na confiança. Contudo, todos os fatores listados nesta figura são estatisticamente significativos e, portanto, melhorias nas respectivas áreas podem contribuir para o aumento da confiança.

Nota: A figura mostra os determinantes estatisticamente significativos da confiança no governo nacional, na administração pública e no governo local, obtidos por meio de regressões logísticas da confiança nas respectivas instituições sobre os fatores determinantes da governança pública. As análises controlam as características individuais, incluindo se as pessoas votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, os níveis de confiança interpessoal autodeclarados e os efeitos fixos por país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%. Para mais detalhes sobre a análise econométrica, incluindo os efeitos marginais médios associados a cada variável, consulte o Anexo A.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

1.5.3. Defender a responsabilidade institucional e ouvir a voz das pessoas em questões políticas complexas são mecanismos essenciais para reforçar a confiança no governo nacional.

Além do dia a dia, a prontidão do governo para Proteger vidas humanas em uma emergência de grande escala. também gera confiança. As pessoas em toda a OCDE estão, em grande parte, satisfeitas com este outro aspecto essencial de

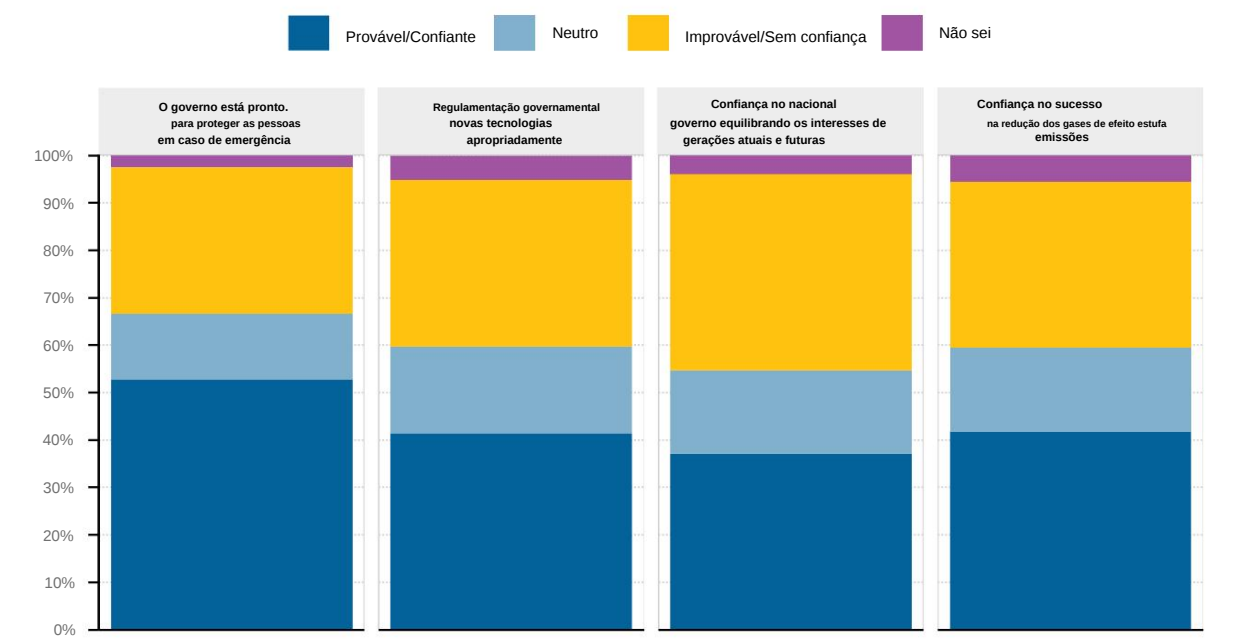
confiabilidade, com uma média de 53% dos entrevistados na Pesquisa de Confiança de 2023 demonstrando confiança (Figura 1.10). A percepção positiva aumentou, em média, em 12 dos 20 países entre 2021 e 2023. Esse resultado pode refletir um legado positivo da pandemia de Covid-19, com a experiência de observar governos e instituições públicas respondendo de forma eficiente, o que pode ter contribuído para percepções positivas de sua confiabilidade e aumentado a sensação de segurança das pessoas.

Em comparação com essa relativa satisfação em relação às interações diárias com o governo e à capacidade de resposta a crises, as pessoas, em geral, mostram-se mais céticas quanto à capacidade dos governos de lidar de forma confiável com desafios sociais que exigem escolhas complexas ou envolvem um alto grau de incerteza. Por exemplo, 42% acreditam que seus

41% acreditam que o país conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e 37% estão confiantes de que o governo conseguirá ajudar empresas e pessoas a usar novas tecnologias, como inteligência artificial, de forma adequada. Além disso, 37% confiam que o governo equilibra adequadamente os interesses do presente e do futuro. gerações (Figura 1.10).

Figura 1.10. As pessoas geralmente confiam que seu governo está preparado para proteger vidas em uma emergência, mas têm mais dúvidas sobre sua capacidade de lidar com desafios que envolvem mais incógnitas.

Proporção da população que relata diferentes níveis de confiança na capacidade das instituições governamentais de atingir os objetivos políticos, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta as médias não ponderadas da OCDE para as respostas às seguintes perguntas: (1) "Se houvesse uma emergência em grande escala, qual a probabilidade de as instituições governamentais estarem preparadas para proteger a vida das pessoas?", (2) "Se novas tecnologias (por exemplo, inteligência artificial ou aplicações digitais) se tornassem disponíveis, qual a probabilidade de o governo nacional as regulamentar adequadamente e ajudar empresas e cidadãos a usá-las de forma responsável?", (3) "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de confiança de que o governo nacional equilibra adequadamente os interesses das gerações atuais e futuras?", e (4) "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de confiança de que [PAÍS] conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos?". A proporção "provável/confiante" é a agregação das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde a uma resposta de 5; "improvável/sem confiança" é a agregação das respostas de 1 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/unj31a>

Parte da razão pela qual as pessoas podem questionar a capacidade de seus governos de lidar com desafios com implicações globais e de longo prazo pode estar relacionada a uma percepção de falta de resposta que se estende a todos os níveis de governo e instituições públicas: de modo geral, menos de quatro em cada dez pessoas acreditam que uma opinião majoritária contrária a uma política nacional influenciaria o governo a mudar de rumo (Capítulo 4).

Essa percepção de falta de resposta é agravada pela escala e complexidade de questões políticas como mudanças climáticas, imigração ou inflação.

Esses desafios também exigem evidências substanciais e robustas, o que obriga os formuladores de políticas a buscarem informações da comunidade científica além de sua área de atuação, para que o público confie que as decisões são tomadas em busca do interesse público. Mais de um terço (38%) dos países da OCDE, em média, consideram *improvável* que o governo se baseie nas melhores evidências, pesquisas e dados estatísticos disponíveis ao tomar decisões (Figura 1.11). Essa dimensão de capacidade de resposta é a questão da Pesquisa de Confiança de 2023 com a maior correlação com a confiança no governo nacional ao analisar todos os fatores determinantes da confiança simultaneamente (Anexo A).

Além dessas dificuldades inerentes à tomada de decisões complexas, os resultados indicam que essa sensação de insegurança quanto às capacidades do governo em questões com incógnitas significativas decorre da expectativa não atendida de que as instituições e os funcionários públicos ajam no interesse público e sejam responsáveis perante cada cidadão. outros e à população, e permitir que as pessoas ter voz e influenciar os processos de tomada de decisão (Capítulo 4). Os resultados da Pesquisa de Confiança de 2023 mostram que o público permanece profundamente cético em relação à integridade dos funcionários públicos e dos representantes eleitos. Apenas 30% consideram provável que

O governo seria capaz de resistir à pressão de uma corporação por uma política que poderia beneficiar seu setor, mas ser prejudicial à sociedade como um todo. (Figura 1.11).

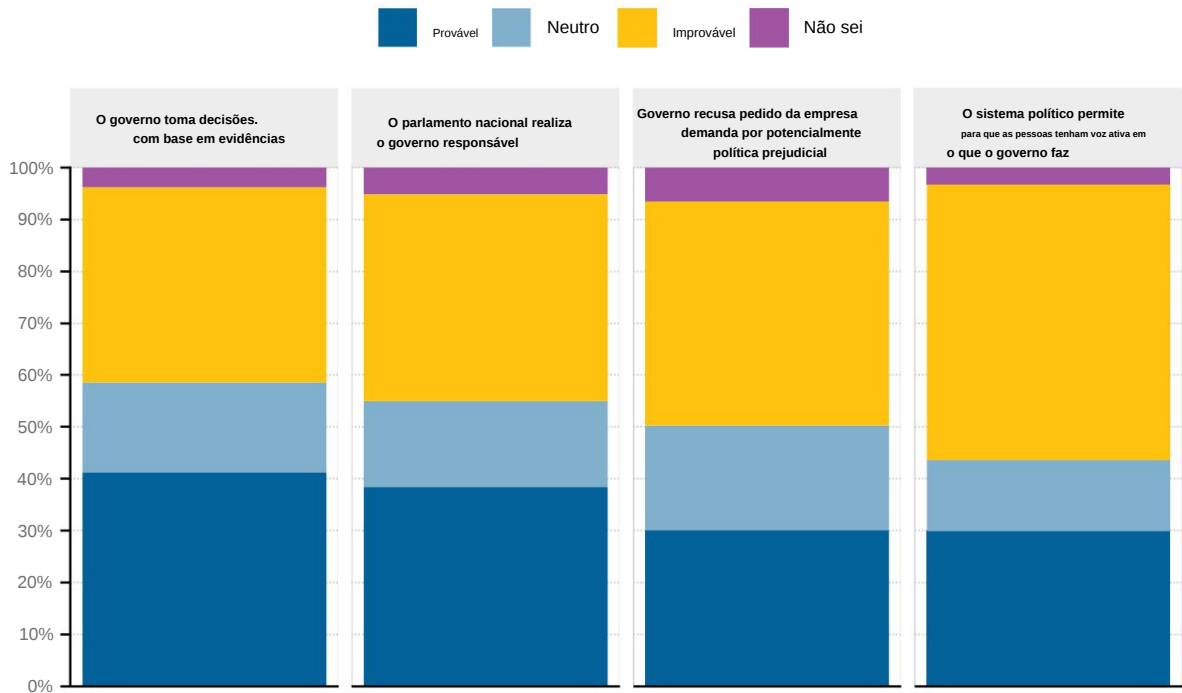
Os mecanismos institucionais de controle e equilíbrio na democracia impedem a concentração de poder e ajudam a garantir que as decisões não sejam influenciadas por influências indevidas. Quase quatro em cada dez (38%) acreditam que é provável que o parlamento possa responsabilizar o governo nacional por suas políticas e ações, mostrando que, em média, as pessoas têm um pouco mais de fé nas salvaguardas de supervisão e responsabilização entre os poderes do que na capacidade do sistema de resistir à pressão de interesses privados (Figura 1.11).

Por fim, as pessoas precisam sentir que têm oportunidades iguais para expressar opiniões e preferências que influenciem a tomada de decisões do governo, e que são consideradas quando o governo toma decisões. Também nesse aspecto, as pessoas nos países da OCDE têm suas dúvidas. Apenas 32% acreditam que o governo provavelmente adotaria opiniões expressas em uma consulta pública. Essa percepção de falta de abertura provavelmente contribui para a baixa parcela da população (30%) que sente que o sistema político permite que pessoas como elas tenham voz (Figura 1.11). Esse fator, juntamente com o importantíssimo fator determinante da confiança de que o governo toma decisões com base nas melhores evidências disponíveis, apresenta uma forte correlação com a confiança no governo nacional.

parlamento e serviço público, tanto a nível nacional como na análise simultânea da relação entre a confiança e todos os fatores determinantes da governação pública e características contextuais (Capítulo 4 e Anexo A).

Figura 1.11. Muitas pessoas expressam preocupação com a qualidade e a integridade da tomada de decisões democráticas.

Proporção da população que relata diferentes níveis de percepção da probabilidade de o governo tomar decisões com base em evidências, de o parlamento nacional responsabilizar o governo, de o governo recusar influência indevida e de as pessoas terem voz nas ações do governo, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta as médias não ponderadas da OCDE para as respostas às seguintes perguntas: 1) “Se o governo nacional tomar uma decisão, qual a probabilidade de que ele se baseie nas melhores evidências, pesquisas e dados estatísticos disponíveis?”, 2) “Qual a probabilidade de que o parlamento nacional responsabilize efetivamente o governo nacional por suas políticas e condutas, por exemplo, questionando um ministro ou revisando o orçamento?”, 3) “Se uma empresa promovesse uma política que beneficiasse seu setor, mas que pudesse ser prejudicial à sociedade como um todo, qual a probabilidade de que ela fosse efetivamente responsabilizada?” Será que o governo nacional recusaria a exigência da corporação?” e 4) “Quanto você diria que o político O sistema em [PAÍS] permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?”. A proporção “provável” é a soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde a uma resposta de 5; “improvável” é a soma das respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma opção de resposta separada.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/ov62k0>

1.5.4. Áreas de oportunidade para ação governamental visando melhorar a confiança na tomada de decisões sobre questões

políticas complexas. Semelhante à Figura 1.9, a figura a seguir resume as áreas de ação relacionadas à formulação de políticas que, atualmente, trarão os maiores benefícios para a confiança em diferentes instâncias governamentais, com base em sua importância relativa como fator determinante da confiança e na falta de confiança ou percepção positiva nessa área. Esta análise abrange os 30 países como um todo e pode ocultar diferenças importantes para cada país individualmente, que necessitariam de análises mais aprofundadas.

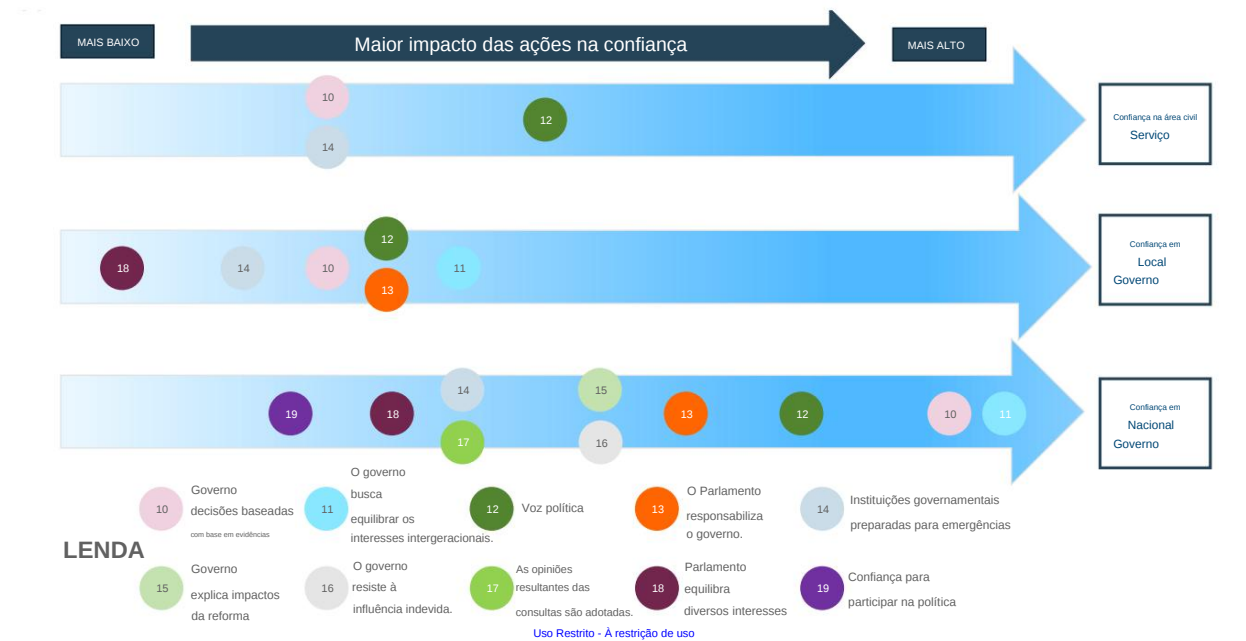
A percepção das pessoas sobre a capacidade do governo e do sistema político de garantir uma tomada de decisão competente e baseada em valores sobre questões políticas complexas está associada a um potencial maior de influenciar a confiança no governo nacional do que a percepção das interações cotidianas com o governo (Figura 1.12, comparada à Figura 1.9). Atualmente, ações para melhorar a percepção das pessoas de que a tomada de decisão é baseada em evidências, é justa para com as diferentes gerações, ouve o povo e garante a responsabilização das instituições seriam as que trariam os maiores ganhos potenciais.

para a confiança no governo nacional. Essas variáveis também estão associadas à confiança no governo local e no funcionalismo público, embora com um impacto menor do que para o governo nacional. Esses resultados indicam que as pessoas esperam que princípios democráticos fundamentais – Responsabilização das instituições e voz do povo - são

fundamentado na prática para construir confiança no governo. Outras áreas de atuação do governo, como resistir melhor à influência indevida e comunicar os impactos das reformas, também trariam retornos significativos em termos de confiança no governo nacional.

Figura 1.12. Os fatores determinantes da confiança em questões políticas complexas: foco em garantir a participação popular e o uso das melhores evidências na tomada de decisões, equilibrar os interesses intergeracionais e fortalecer a responsabilização.

Fatores de governança pública ligados à tomada de decisões sobre questões globais e de longo prazo, com impacto na confiança nas respectivas instituições (governo nacional, funcionalismo público e governo local), 2023



Como interpretar: A figura mostra as informações combinadas da análise de regressão da confiança nas respectivas instituições sobre os fatores determinantes da governança pública e variáveis de controle, bem como a distância da percepção média do respectivo fator determinante para um limiar de 80%. Os fatores que estão mais positivamente associados à confiança na respectiva instituição e para os quais apenas uma pequena parcela média na OCDE tem uma percepção positiva podem potencialmente ter um impacto maior na confiança, visto que há uma importante

Há espaço para melhorias, e essas melhorias provavelmente estariam associadas a níveis mais altos de confiança. Por outro lado, existem fatores com baixa correlação positiva com a confiança e para os quais as percepções já são bastante positivas nos países da OCDE.

têm um potencial menor para contribuir para melhorias positivas na confiança. No entanto, todos os fatores listados nesta figura são estatisticamente significativos e, portanto, melhorias nas respectivas áreas podem contribuir para o aumento da confiança.

Nota: A figura mostra os determinantes estatisticamente significativos da confiança no governo nacional, na função pública e no parlamento, obtidos por meio de regressões logísticas, em relação à confiança nas respectivas instituições sobre os fatores determinantes da governança pública.

As análises controlam as características individuais, incluindo se votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, os níveis de confiança interpessoal autodeclarados e os efeitos fixos por país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%. Para mais detalhes sobre a análise econométrica, incluindo os efeitos marginais médios associados a cada variável, consulte o Anexo A.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

Por fim, as expectativas e percepções dos indivíduos em relação às instituições públicas são moldadas não apenas por suas próprias experiências, mas também pelas informações que recebem em conversas, da mídia e da comunicação pública direta.

Infelizmente, a evolução do ecossistema da informação está tendo consequências significativas na confiança. Por um lado, uma minoria substancial dos entrevistados na Pesquisa de Confiança de 2023 demonstra ter pouca ou nenhuma confiança na mídia e, por outro, acredita que

As estatísticas governamentais raramente ou nunca são confiáveis. Provavelmente, consideram o ambiente informacional inadequado para que formulem opiniões.

opiniões fundamentadas sobre as ações das instituições públicas

e desempenho. Por outro lado, apenas 39% da população pesquisada acredita que os governos comunicam claramente como serão afetados por uma reforma. Para solucionar esses problemas, o apoio a um cenário midiático mais pluralista, diverso e independente, além de maior educação em mídia e comunicação pública, podem contribuir para empoderar os cidadãos em sua atuação política e na responsabilização das instituições públicas, o que é necessário no contexto atual. Somente as informações governamentais que podem ser verificadas e questionadas de forma independente serão confiáveis, o que, segundo a pesquisa, é um fator crucial para a construção da confiança.



Anexo 1.A. Quadro de referência da OCDE sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas

A confiança no governo e nas instituições públicas é impulsionada por muitos fatores que interagem entre si. O *Quadro de Referência da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas* distingue três categorias de fatores que influenciam os níveis de confiança.

Em primeiro lugar, cinco principais fatores de governança pública avaliam o grau em que as pessoas esperam que as instituições sejam confiáveis e responsivas na formulação e implementação de políticas e serviços, e que defendam os valores de justiça, integridade e transparência.

(Tabela 1.A.1 do Anexo). Embora a forma como essas expectativas são formadas possa variar dependendo da relação entre

para a implementação diária de políticas e programas ou

A tomada de decisões sobre questões globais e sociais, bem como a adequação do comportamento das instituições a essas expectativas, podem promover sentimentos de segurança e dignidade e respeito mútuo entre as pessoas em relação a essas mesmas instituições. Assim, os governos podem influenciar mais diretamente essas percepções sobre o desempenho das instituições públicas e utilizá-las para fortalecer a confiança.

Um segundo aspecto que impulsiona a confiança nas instituições públicas está relacionado à capacidade percebida do governo de lidar com questões complexas e/ou globais.

desafios. Para se sentirem seguras e empoderadas, as pessoas não precisam apenas ter confiança de que as instituições públicas são capazes de gerir os serviços públicos de forma eficaz e dispostas a intervir em caso de dificuldades. Elas também precisam acreditar que seus governos têm a capacidade e a autonomia para lidar com questões políticas complexas e de forma a proteger e promover os direitos humanos.

dignidade, defendendo o interesse público,

Manter mecanismos de controle e equilíbrio para aumentar a responsabilidade e a justiça, e permitir que as pessoas tenham

um dizer.
elas.

Por fim, diversos fatores culturais, socioeconômicos e preferências políticas, tanto individuais quanto grupais,

influenciam a confiança. Construir confiança nas instituições

públicas exige, portanto, uma abordagem holística que considere como as pessoas percebem o desempenho da governança pública, mas que também reconheça que o contexto demográfico e socioeconômico das pessoas, bem como suas percepções sobre a capacidade de ação política, afetam suas experiências e percepções das instituições públicas e, conseqüentemente, sua confiança nessas instituições.

Tabela 1.A.1 do Anexo. Quadro da OCDE sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas e perguntas do questionário.

Quadro de referência da OCDE sobre os fatores determinantes da Confiança nas instituições públicas		Abrangido por perguntas da pesquisa sobre percepções/avaliações de:
Níveis de confiança em diferentes instituições públicas		Confiança no governo nacional, governo regional, governo local, serviço público nacional, serviço público regional/local, parlamento, polícia, partidos políticos, tribunais e organizações judiciais e internacionais
Fatores determinantes da confiança nas instituições públicas na governança pública		
Competências	Confiabilidade	- Governo preparado para proteger vidas em caso de emergência - Os dados pessoais partilhados com entidades públicas são utilizados para fins legítimos. apenas - O governo deve regulamentar a IA de forma adequada e ajudar empresas e cidadãos a utilizá-la de forma responsável. - Satisfação geral com os serviços administrativos e satisfação com aspectos específicos
	Capacidade de resposta	- Os serviços públicos são aprimorados após reclamações. - Instituições públicas adotam ideias inovadoras para aprimorar os serviços públicos. - A política nacional é modificada após a manifestação do público. - O governo se baseia nas melhores evidências disponíveis para a tomada de decisões.
Valores	Abertura	- Facilidade e disponibilidade de informações sobre serviços administrativos - Oportunidade de expressar opiniões junto ao governo local - Oportunidades de participação e envolvimento dos cidadãos - O governo explica claramente o impacto da reforma.
	Integridade	- Corrupção de funcionários públicos - Práticas de "portas giratórias" para altos funcionários eleitos/nomeados politicamente. Responsabilização entre os poderes do governo (parlamento, judiciário, executivo) • Influência indevida sobre o governo
	Equidade	- O tratamento consistente dispensado por funcionários públicos a empresas e pessoas, independentemente de sua origem e identidade. - Tratamento justo em serviços e benefícios governamentais - Representação das necessidades de diferentes regiões e grupos na sociedade em Parlamento
Percepção da atuação governamental em relação aos desafios intergeracionais e globais		- Priorização de várias metas políticas pelo país • O país conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos 10 anos - O governo nacional equilibra adequadamente os interesses das gerações presentes e futuras.
Cultural, Econômico e Político Fatores que impulsionam a confiança no público Instituições		- Confie nos outros. - Bem-estar econômico próprio - Pertencer a um grupo discriminado - Situação demográfica e socioeconômica - O sistema político permite que as pessoas tenham voz nas decisões do governo. faz - Capacidade própria de participar na política • Voto em eleições nacionais ou locais e realização de quaisquer atividades políticas - Apoio a referendos nacionais • Consumo de notícias - Confiabilidade das estatísticas governamentais

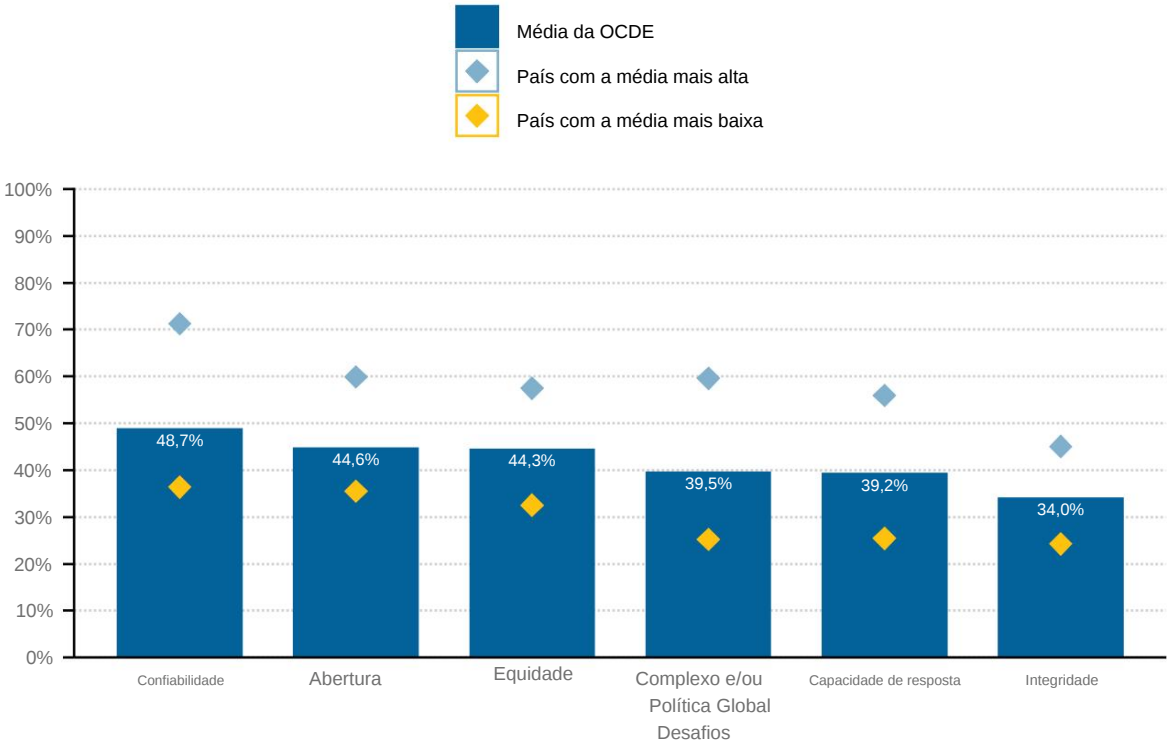
OS GOVERNOS SÃO VISTOS COMO MAIS CONFIÁVEL DO QUE RESPONSIVO OU AGINDO COM INTEGRIDADE

A Pesquisa de Confiança de 2023 revela que, em média, nos países da OCDE, quase metade (49%) considera seu governo confiável, mas apenas um terço (34%) confia que ele mantém a integridade pública. Entretanto, 39% têm uma percepção positiva do

instituições responsáveis (Figura 1.A.1, Anexo). As diferenças entre os países são maiores em relação à confiabilidade, onde em 13 dos 30 países pesquisados a maioria considera o governo confiável. No entanto, como a Pesquisa de Confiança de 2023 inclui várias perguntas que medem diferentes aspectos para cada um dos fatores determinantes da governança pública, é importante observar que essas percepções podem variar bastante entre diferentes aspectos relacionados ao mesmo fator determinante da governança pública em um país.

Anexo Figura 1.A.1. As pessoas têm mais confiança na confiabilidade do seu governo do que na sua integridade e capacidade de resposta.

Proporção da população que expressa confiança na confiabilidade, capacidade de resposta, transparência, integridade, imparcialidade e habilidade do governo para lidar com desafios políticos complexos e/ou globais (média das perguntas da pesquisa), OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta a média não ponderada da OCDE das respostas "prováveis" em todas as perguntas da pesquisa relacionadas à "confiabilidade" (3 perguntas), "capacidade de resposta" (4 perguntas), "integridade" (4 perguntas), "abertura" (4 perguntas), "imparcialidade" (3 perguntas) e "desafios complexos e/ou globais" (2 perguntas). A porcentagem de respostas "prováveis" corresponde àqueles que selecionaram uma resposta de 6 a 10 na escala de 0 a 10.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/3as8rw>

Em comparação com 2021, em média, as pessoas têm percepções ligeiramente mais positivas em relação à confiabilidade e transparência das instituições públicas e ligeiramente menos positivas em relação à sua imparcialidade, capacidade de resposta e integridade. No entanto, isso esconde diferenças importantes entre os países. Em vários países – Austrália, Colômbia e México – as percepções médias em relação a todos os fatores que influenciam a governança pública melhoraram entre os dois anos. Não surpreendentemente, estes são países onde a confiança no governo nacional também aumentou. Por outro lado, em países como a Estônia, a Coreia, Portugal e o Reino Unido, as percepções de pessoas com elevada ou moderada confiança no governo tornaram-se mais negativas, contribuindo para uma diminuição da percentagem de pessoas com elevada ou moderada confiança no governo nacional (Tabela 1.A.2 do Anexo).

Tabela 1.A.2 do Anexo. As percepções sobre os diferentes fatores que impulsionam a governança pública frequentemente evoluem em conjunto.

Variações percentuais na parcela da população que expressa confiança na confiabilidade, capacidade de resposta, transparência, integridade e imparcialidade do governo (média das perguntas da pesquisa), 2023 em comparação com 2021.

	Confiabilidade	Capacidade de resposta	Abertura 8	Integridade	Equidade
Austrália	9	6		5	7
BEL	14	7	6	1	0
PODE	6	0	0	0	-2
COL	9	9	7	5	6
DNK	3	3	3	0	-1
Husa	-6	-12	-5	-7	-10
FIM	27	9	20	5	-9
FRA	7	2	2	-1	-1
GBR	-7	-8	-5	-5	-9
ISL	-3	-5	4	-1	-5
Na vida real	1	-6	-5	1	1
KOR	-13	-14	-11	-14	-10
LUX	-4	-3	-2	-3	-6
LVA	6	0	-1	-4	-9
MEX	4	2	3	9	8
NLD	13	-2	-3	-1	0
NEM	2	1	0	-7	-5
NZL	1	0	-1	-6	0
PRT	-15	-6	-6	-4	-10
SWE	9	1	1	-2	-1
OCDE	3	-1	1	-2	-3

Nota: A figura apresenta a variação na proporção da média de respostas “prováveis” (6-10 em uma escala de 0-10) nas questões relacionadas a “confiabilidade”, “capacidade de resposta”, “integridade”, “abertura” e “imparcialidade”. A média refere-se às questões que permaneceram estáveis entre 2021 e 2023, com exceção do uso das variáveis de pandemia e preparação para emergências, respectivamente, para a média de confiabilidade em 2021 e 2023; e uma mudança na redação de uma das variáveis de imparcialidade, que em 2023 também se referia ao tratamento igualitário de pessoas de diferentes níveis de renda, além de outras características.

Desafios complexos e/ou globais foram excluídos porque apenas uma pergunta se repete entre as edições de 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

REFERÊNCIAS

- Aydın Çakır, A. e E. İkericioğlu (2015), "Confiança do público no judiciário: a interação entre a consciência política e o nível de democracia", *Democratização*, Vol. 23/4, pp. 634-656, <https://doi.org/10.1080/13510347.2014.1000874>. [9]
- de Blok, L. (2023), "Quem se importa? A relevância da questão como uma explicação chave para a heterogeneidade nas abordagens dos cidadãos à confiança política", *Social Indicators Research*, Vol. 171/2, pp. 493-512, <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03256-w>. [1]
- Gonzalez, S. e A. Kyander (no prelo), *As eleições influenciam a confiança no governo? Evidências de onze países europeus no painel de pesquisa ESS-CRONOS 2*, OECD Publishing. [6]
- Hooghe, M. e D. Stiers (2016), "Eleições como um mecanismo de ligação democrática: Como as eleições aumentam a confiança política em um sistema proporcional", *Estudos Eleitorais*, Vol. 44, pp. 46-55, <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.08.002>. [5]
- Norris, P. (2022), *Em louvor do ceticismo*, Oxford University Press. [7]
- OCDE (2023), "Avaliação geral da situação macroeconômica", em *Perspectivas Econômicas da OCDE, Volume 2023, Número 2*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9207a760-en>. [3]
- OCDE (2023), *Perspectivas Econômicas da OCDE, Volume 2023, Número 2*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/7a5f73ce-en>. [2]
- OCDE (2022), *Construindo confiança para reforçar a democracia: Principais conclusões da pesquisa da OCDE de 2021 sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas*, Construindo confiança nas instituições públicas, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b407f99c-en>. [4]
- van Dijk, F. (2020), "Independência e Confiança", em *Percepções da Independência dos Juizes em Europa*, Springer International Publishing, Cham, https://doi.org/10.1007/978-3-030-63143-7_6. [10]
- Warren, M. (2017), "Que tipos de confiança uma democracia precisa? Confiança na perspectiva da teoria democrática", em *Manual sobre Confiança Política*, Edward Elgar Publishing, <https://doi.org/10.4337/9781782545118.00013>. [8]

NOTAS

1 Na Irlanda, no México e no Reino Unido, a coleta de dados ocorreu em setembro e outubro de 2023; e na Noruega, foi finalizada no início de dezembro.

2 Neste relatório, salvo indicação em contrário, a expressão "média da OCDE (não ponderada)" refere-se à média não ponderada das médias ponderadas dos países. A média ponderada dos países representa a respectiva participação na população adulta, enquanto a média da OCDE não ponderada representa as médias entre os países, atribuindo igual peso à experiência de cada país, independentemente da sua dimensão populacional.

³ Esses valores são amplamente confirmados em outras fontes de dados, como a Pesquisa Mundial Gallup de 2023/2022 e a Pesquisa Social Europeia de 2021, ambas as quais investigam a confiança das pessoas em seus governos nacionais. Em nível nacional, as diversas medidas apresentam forte correlação e, além disso, os países que tendem a ter uma classificação elevada em relação a outros países da OCDE nas demais fontes de dados também tendem a ter uma classificação relativamente alta na Pesquisa de Confiança da OCDE.

4. O México e a Nova Zelândia participaram da pesquisa de 2021, mas não incluíram a pergunta sobre confiança no governo nacional.

Cinco tendências de confiança no governo, segundo a Pesquisa Mundial Gallup, mostram que, durante a Crise Financeira Global, em toda a OCDE, a confiança no governo nacional diminuiu 6 pontos percentuais entre 2007 e 2012. Em contraste, durante a pandemia de Covid-19, a confiança inicialmente até aumentou como parte de um efeito de "união nacional", mas em 2022 estabilizou-se em mais de um ponto percentual acima do nível de 2019. Essa estabilização continuou em 2023, quando a média da OCDE retornou ao nível de 2019.

⁶ Médias entre 20 e 19 países, respectivamente, que participaram das duas rodadas da Pesquisa de Confiança da OCDE. A confiança no governo local não foi pesquisada no México em 2021.

2 Condições socioeconômicas, agência política e confiança

O contexto demográfico, as características socioeconômicas e as atitudes políticas das pessoas afetam suas percepções e a confiança no governo. Este capítulo descreve os diferentes níveis de confiança no governo e em outras instituições públicas entre diversos grupos populacionais. Esses grupos são definidos por suas características socioeconômicas e demográficas, como idade, grau de segurança financeira, nível de escolaridade e gênero, e por suas atitudes políticas, que incluem filiação partidária, participação política e capacidade de agir na política. O capítulo também demonstra como as diferenças de confiança entre esses grupos evoluíram nos países com dados disponíveis para 2021 e 2023, com foco específico na evolução da diferença de confiança em



Um desafio significativo nas democracias representativas é governar uma sociedade pluralista composta por diversas origens socioeconômicas e atitudes políticas. Os governos frequentemente têm dificuldade em equilibrar e atender às variadas necessidades, interesses e visões de sua população. Por exemplo, os grupos mais vulneráveis geralmente são menos engajados no sistema democrático, o que indica uma área que precisa de melhorias nos países da OCDE. Analisar a confiança nas instituições públicas sob a perspectiva desses diferentes grupos populacionais pode ajudar a esclarecer a eficácia com que os governos estão lidando com o desafio de formular políticas públicas inclusivas e justas.

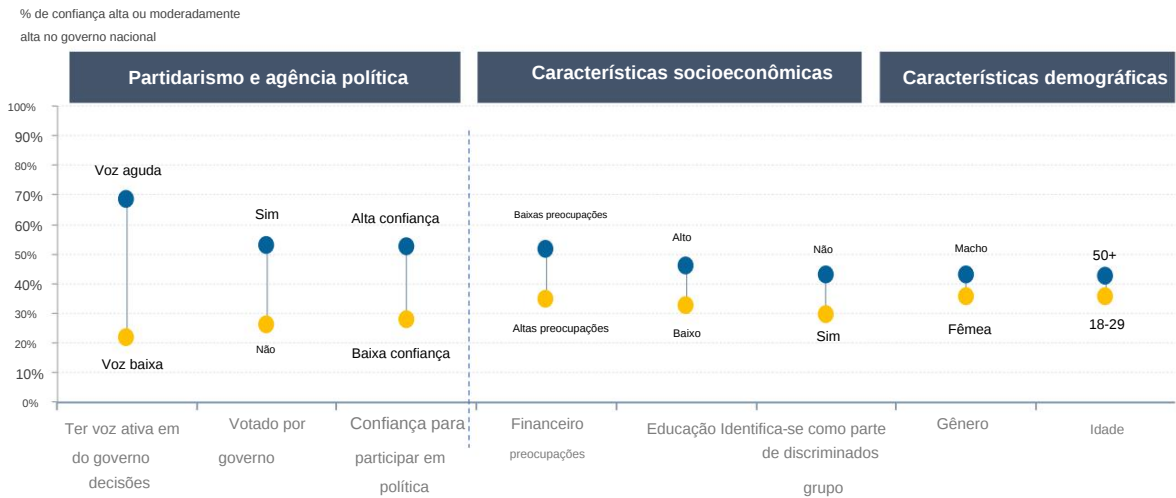
Este capítulo centra-se nas diferenças na proporção de pessoas com níveis de confiança elevados ou moderadamente elevados entre grupos populacionais, definidos pelas suas características socioeconômicas e demográficas, pela sua filiação partidária ou pela sua capacidade de ação política, incluindo a confiança das pessoas na sua voz política e na sua capacidade de participar na política. Definimos estas diferenças nos níveis de confiança entre grupos populacionais como "lacunas de confiança".

2.1. Os níveis de confiança pública variam mais com base na percepção de agência política e partidarismo do que em características socioeconômicas ou demográficas.

Nos países membros da OCDE, a confiança nas instituições públicas varia mais dependendo do senso de agência política e partidarismo dos indivíduos do que de suas características socioeconômicas e demográficas. Isso reforça a ligação bem estabelecida entre a confiança política e a sensação de ter voz na tomada de decisões políticas (OCDE, 2022[1]). A sensação de ter influência nos processos políticos e, em menor grau, a confiança para participar da política, cuja combinação constitui a "agência política", são cruciais para explicar as variações na confiança em relação ao governo nacional. Além disso, o partidarismo, medido pelo voto do indivíduo no governo em exercício na última eleição, também desempenha um papel significativo. A comparação da magnitude das diferenças de confiança mostra que os níveis de confiança, em média, diferem menos entre grupos socioeconômicos e demográficos, como escolaridade, gênero e idade, em comparação com as variações baseadas nos sentimentos de agência política e partidarismo (Figura 2.1).¹ Essa tendência, que mostra maiores variações nos níveis de confiança de acordo com os sentimentos de agência política e partidarismo, se mantém em todos os países.

Figura 2.1. A atuação política tende a desempenhar um papel mais significativo na confiança das pessoas no governo nacional do que seu status socioeconômico ou características demográficas.

Proporção da população com alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, segundo o nível de características socioeconômicas e demográficas dos respondentes, filiação partidária e capacidade de ação política, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta as médias não ponderadas, em todos os países da OCDE, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?", de acordo com os sentimentos dos respondentes em relação à capacidade de ação política, partidarismo, contexto socioeconômico e características demográficas. A figura mostra a proporção de respondentes com "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por sentimento de capacidade de ação política (sentindo-se confiante para opinar sobre as ações do governo, sentindo-se confiante para participar da política) e partidarismo (votou no governo nas últimas eleições nacionais), contexto socioeconômico (preocupações financeiras, escolaridade, identificação com um grupo discriminado) e características demográficas (gênero, idade). As preocupações financeiras são medidas através da pergunta: "Em geral, pensando no próximo ano ou nos próximos dois anos, quão preocupado(a) você está com as finanças da sua família e com o bem-estar socioeconômico geral?", agregando as respostas 3 (um pouco preocupado(a)) e 4 (muito preocupado(a)). Baixa escolaridade é definida como nível de escolaridade abaixo do ensino fundamental II e alta escolaridade como ensino superior, seguindo a classificação ISCED 2011. A identificação das pessoas com um grupo discriminado é medida pelas respostas "Sim" à pergunta: "Você se considera membro de um grupo que sofre discriminação em [País]?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

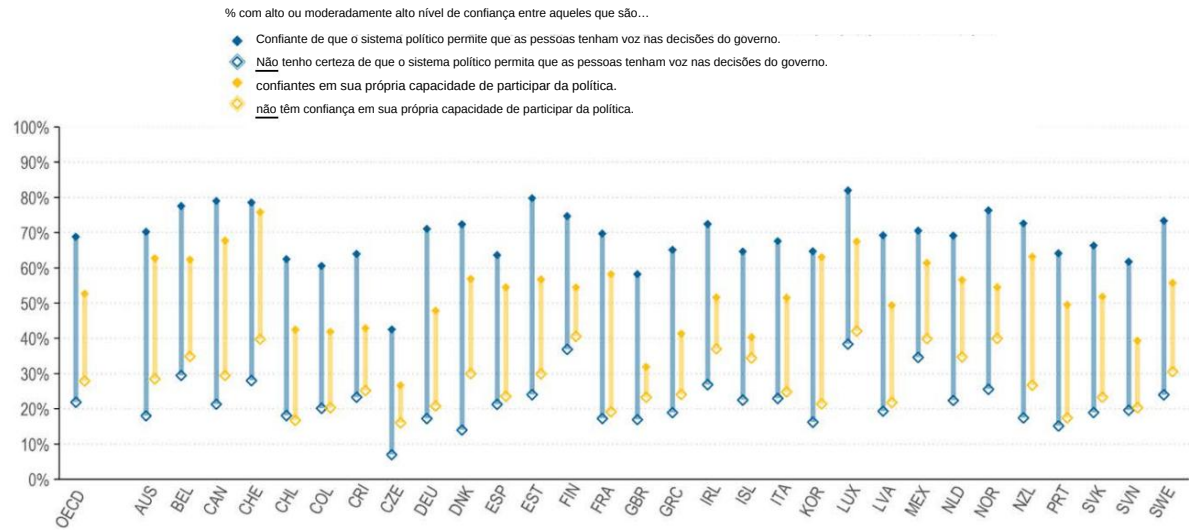
StatLink 2<https://stat.link/xae3gw>

A igualdade de oportunidades para representação nos processos e na formulação de políticas é um aspecto crucial para o funcionamento de uma democracia. A sensação de falta de voz política está associada à baixa confiança no governo nacional. Em média, entre aqueles que relatam ter influência sobre as ações do governo, 69% relatam ter alta ou moderada confiança no governo nacional, em contraste com apenas 22% entre aqueles que sentem não ter influência, representando a maior lacuna de confiança (Figura 2.1). Este é um resultado preocupante, considerando que, em média, 53% responderam que não tinham influência sobre as ações do governo (Figura 4.15 no Capítulo 4).

Além disso, a confiança das pessoas no governo nacional também está positivamente relacionada à confiança na própria capacidade de participar da política. Em média, entre os países, existe uma diferença de confiança de 25 pontos percentuais entre aqueles que confiam na sua capacidade de participar da política e aqueles que não confiam. Embora em oito países essa diferença seja superior a 30 pontos percentuais, na República Tcheca, Islândia e Reino Unido, as diferenças nos níveis de confiança com base na confiança das pessoas na sua capacidade de participar são muito menores (Figura 2.2).

Figura 2.2. As pessoas que sentem que têm voz nas ações do governo ou que se sentem confiantes para participar da política também expressam maior confiança no governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, considerando que sentem ter voz nas ações do governo (azul) e confiança para participar da política (amarelo), 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?", de acordo com a percepção dos respondentes sobre ter voz (azul) e a confiança para participar da política (amarelo). A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por percepção de ter voz (azul): "Quanta confiança você diria que o sistema político em [PAÍS] permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?" e por confiança para participar da política (amarelo): "Quanta confiança você tem em sua própria capacidade de participar da política?". "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2https://stat.link/ckosy7

Aspectos da capacidade de ação política, como a voz política e a confiança na própria capacidade de participar da política, estão parcialmente ligados à origem socioeconômica e demográfica das pessoas. Por exemplo, pessoas com maior escolaridade e segurança financeira são mais propensas a acreditar que podem participar da formulação de políticas do que pessoas com menor escolaridade e segurança financeira. As diferenças são de 20 e 10 pontos percentuais, respectivamente, indicando simultaneamente uma causa e uma consequência da participação desigual nos processos políticos e na tomada de decisões. No entanto, embora a autodeclaração de pertencimento a um grupo discriminado seja um fator importante para o nível de confiança das pessoas no governo, ela não impacta significativamente a confiança das pessoas em sua própria capacidade de participar da política.

Uma possível razão para esse resultado aparentemente incongruente pode ser encontrada em pesquisas anteriores, que sugerem que sentimentos de discriminação podem aumentar o envolvimento político (Reher, 2018[2]), aumentando assim a confiança dos indivíduos na sua própria capacidade de participar nos processos políticos. Indivíduos politicamente mais conscientes também podem ser mais Provavelmente se autoidentificam como pertencentes a um grupo que sofre discriminação.

Da mesma forma, a Pesquisa de Confiança revela que uma grande parcela daqueles que não confiam no governo nacional sentem que não têm voz política.

ainda me sinto confiante em poder participar na política e, de facto, tenho participado em várias atividades políticas (Quadro 2.1).

Quadro 2.1. Desconfiado, mas não indiferente.

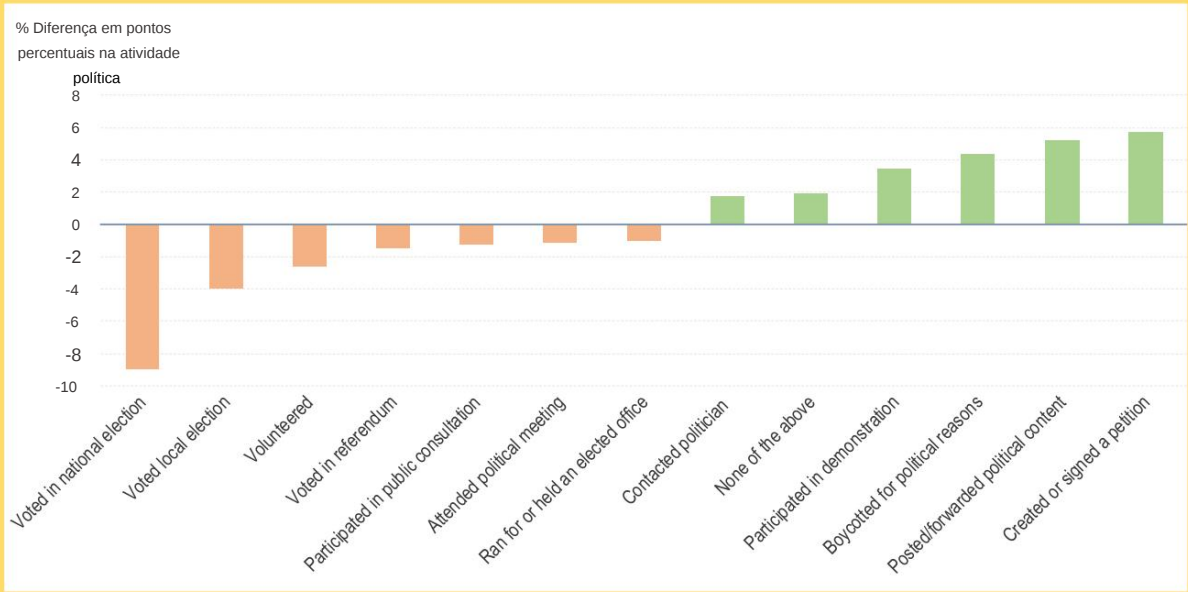
Indivíduos que relatam não confiar em seu governo – ou desconfiar de indivíduos – são frequentemente retratados como politicamente desengajados ou desiludidos com a política e a democracia em geral. No entanto, dados da Pesquisa de Confiança da onda de 2021 sugeriram que, embora parte desse grupo esteja de fato desengajada, uma parcela significativa se engaja politicamente de várias maneiras, mas sente que não tem voz política (Prats, Smid e Ferrin, 2024, no prelo[3]).

A Pesquisa de Confiança de 2023 constatou que 15% das pessoas expressam falta de confiança em seu governo nacional, respondendo '0' em uma escala de 0 a 10. Apesar de representar uma parcela relevante de respondentes com falta de confiança, esse percentual diminuiu em comparação com a Pesquisa de Confiança de 2021 (Figura 1.4). Em relação à sensação de participação política, entre os indivíduos que não confiam no governo, aproximadamente um terço (31%) se sente confiante em sua capacidade de participar da política, enquanto apenas 7% sentem que têm voz nas ações do governo.

Em termos de engajamento político, aqueles que não confiam no governo nacional relataram ter votado menos nas últimas eleições nacionais do que o restante da população – 75% contra 84%. Ao mesmo tempo, uma grande maioria (86%) daqueles que relataram falta de confiança no governo nacional estavam politicamente engajados de uma forma ou de outra, e em maior medida do que as pessoas que relataram níveis mais altos de confiança no governo (Figura 2.3). Em média, uma parcela significativamente maior daqueles que relataram não confiar no governo, em comparação com o restante da população, estava engajada em atividades políticas não convencionais, como publicar ou encaminhar conteúdo político (5 pontos percentuais a mais) e boicotando produtos por motivos políticos (4 pontos percentuais a mais). Eles também assinaram com mais frequência uma petição (aumento de 6 pontos percentuais) e participação em manifestações (aumento de 3 pontos percentuais).

Figura 2.3. Os entrevistados desconfiados são politicamente engajados.

Diferença percentual na participação em atividades políticas no ano anterior entre pessoas que declararam falta de confiança (=0) em comparação com pessoas que demonstraram maior confiança (1-10) no governo nacional, 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas da OCDE à pergunta "Nos últimos 12 meses, você realizou alguma das seguintes atividades?". Mostra-se aqui a diferença na proporção de pessoas que participaram de alguma das atividades entre aquelas que relataram não ter confiança no governo nacional (resposta "0") e aquelas que relataram maior confiança no governo nacional (respostas de 1 a 10).

Como interpretar: No lado esquerdo da figura, um valor negativo indica que essa forma de participação política é menos prevalente.

entre o grupo desconfiado (que respondeu 0 na escala de resposta) nos países da OCDE, em comparação com aqueles que indicaram níveis de confiança de 1 a 10. No lado direito da figura, um valor positivo indica que essa forma de participação política é mais prevalente entre o grupo desconfiado nos países da OCDE. Por exemplo, os respondentes desconfiados tinham 5 pontos percentuais a mais de probabilidade de afirmar que publicaram ou encaminharam conteúdo político nos últimos 12 meses em comparação com o restante da população.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2 <https://stat.link/fc91xn>

Os efeitos da polarização política no funcionamento dos governos democráticos têm sido amplamente discutidos nos últimos anos. A polarização política tem sido associada a níveis mais elevados de desencanto político com os processos democráticos, resultando em menor resiliência democrática dos sistemas políticos (Iyengar et al., 2019[4]). Além disso, quando a polarização se enraíza na estrutura política, reduzindo o número de questões em comum, isso dificulta fortemente a capacidade dos governos de implementar reformas e políticas essenciais dentro dos sistemas democráticos. Os efeitos do partidismo têm sido descritos como um "impasse político" e uma barreira para a aprovação de reformas estruturais nos países da OCDE (Brock e Mallinson, 2023[5]). Ademais, em alguns contextos, o partidismo afetou significativamente a adesão da população às políticas e restrições relacionadas à COVID-19.

incluindo a disposição das pessoas em serem vacinadas. (Impact Canada, 2023[6]), demonstrando a influência do alinhamento político no cumprimento das políticas (Druckman et al., 2020[7]).

Além de questionar sobre o apoio político ao governo atual nas últimas eleições nacionais, a Pesquisa de Confiança não inclui perguntas sobre a orientação política e as atitudes em relação a outros partidos políticos. O indicador utilizado para medir o grau de polarização é a diferença na confiança no funcionalismo público nacional entre indivíduos que

(teriam) votado no governo atual ou naqueles que não votaram. A razão para usar essa diferença como medida de polarização é a confiança nas instituições administrativas, em oposição às instituições políticas.

Em princípio, deveria depender do desempenho dessas instituições nas dimensões da governança pública, e não do apoio partidário. A existência de uma lacuna de confiança nas instituições administrativas entre apoiadores e opositores do governo atual sugere que o partidismo está se transformando em polarização política.

Como era de esperar, em todos os países da OCDE, a confiança no governo nacional é maior entre os indivíduos que votaram em um partido atualmente no poder na eleição nacional mais recente: em média, entre aqueles que votaram no governo, a maioria relata

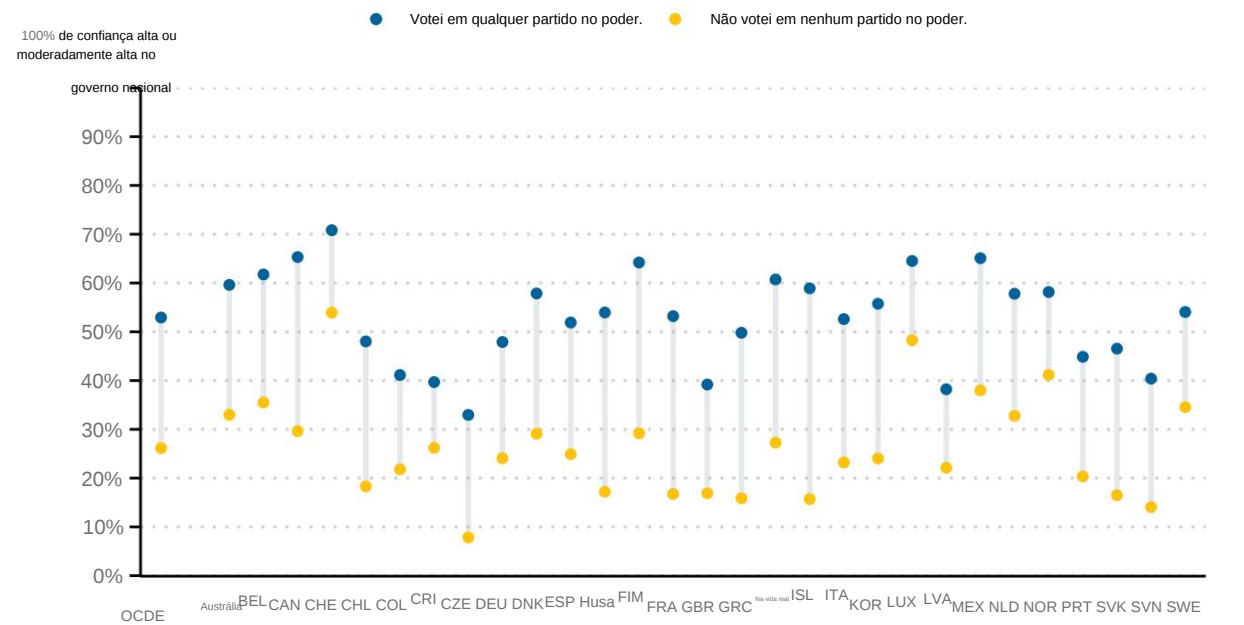
Alta ou moderada confiança no governo nacional (53%), em comparação com apenas 26% entre aqueles que apoiam a oposição. A diferença é notavelmente grande no Canadá, Estônia, Finlândia e França.

e Islândia (Figura 2.4). Essa "diferença partidária" de 27 pontos percentuais na confiança no governo nacional não pode ser considerada um sinal de polarização.

Contudo, os níveis de confiança em outras facetas mais "administrativas" do governo, como a polícia, os tribunais e o sistema judicial, e a administração pública nacional, que deveriam ser protegidas do partidismo, ainda apresentam uma diferença de confiança partidária de 11 a 13 pontos percentuais (Figura 2.5). Por exemplo, na Bélgica, Canadá, Estônia e Grécia, a diferença de confiança partidária na administração pública nacional ultrapassou os 20 pontos percentuais. Além disso, a polarização –

medida pela diferença de confiança no funcionalismo público (nacional) entre aqueles que votaram no governo e aqueles que não o fizeram – aumentou em média 3 pontos percentuais entre 2021 e 2023.2

Figura 2.4. Pessoas que votaram em um partido no poder confiam mais no governo nacional. Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, de acordo com o voto em um partido no poder ou não, 2023.



Nota: A figura apresenta as respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?”, de acordo com a orientação política dos respondentes. A figura mostra a proporção de respondentes que têm “alta ou moderadamente alta confiança”, com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por voto (ou intenção de voto) no governo em exercício: “O partido em que você votou na última eleição nacional em [DATA] faz parte do governo atualmente?”. A Nova Zelândia foi excluída da figura, pois a pergunta da pesquisa sobre voto no governo atual não foi incluída naquele país. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países.

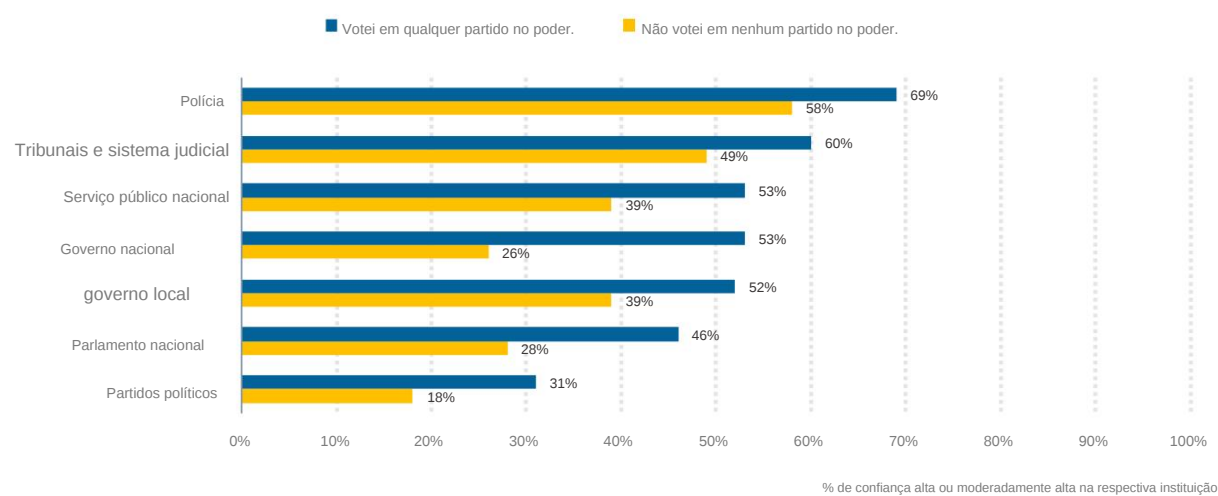
Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/l62zfc>



Figura 2.5. A confiança em todas as instituições públicas é menor para as pessoas que não votaram em um partido no poder.

Proporção da população com alta ou moderada confiança em diferentes instituições públicas, de acordo com o voto (a favor ou contra) no governo, 2023.



Nota: A figura apresenta as médias não ponderadas, em todos os países da OCDE, das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem em [instituição]?”, de acordo com o alinhamento político dos respondentes. A figura mostra a proporção de respondentes que têm “alta ou moderadamente alta confiança”, com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por voto (ou intenção de voto) no governo em exercício: “O partido em que você votou na última eleição nacional, em [DATA], faz parte do governo atualmente?”. A Nova Zelândia foi excluída da média da OCDE, pois a pergunta da pesquisa sobre o voto no governo atual não foi incluída naquele país.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/4zatkw>

2.2. Os indivíduos socioeconomicamente vulneráveis tendem a ter menos confiança nas instituições públicas, com uma crescente divisão baseada nos níveis de escolaridade.

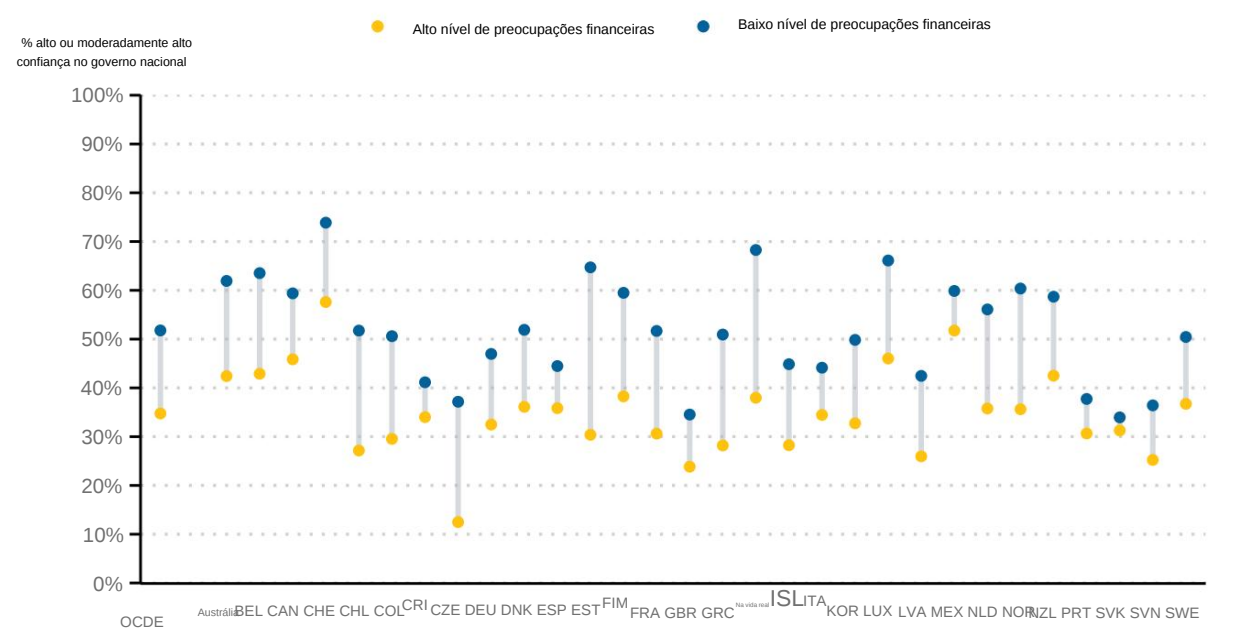
A vulnerabilidade econômica está associada a baixos níveis de confiança no governo nacional. Em média, nos países da OCDE, 46% dos indivíduos no grupo de alta renda têm níveis de confiança altos ou moderadamente altos, em comparação com 41% no grupo de renda média e 31% no grupo de baixa renda.

Em todos os países, os sentimentos de insegurança econômica estão associados a uma menor confiança no governo e, em muitos países, a vulnerabilidade financeira pessoal autodeclarada tem uma associação maior com a menor confiança nas instituições públicas do que os níveis reais de renda das pessoas.

Em média, nos países da OCDE, apenas 35% daqueles que se preocupam com seu futuro econômico e financeiro relatam ter um nível alto ou moderadamente alto de confiança em seu governo nacional (Figura 2.6). Por outro lado, entre aqueles Com menos preocupações econômicas, a parcela de entrevistados que relatam um nível de confiança alto ou moderadamente alto é 17 pontos percentuais maior (52%).

Figura 2.6. Em todos os países, a sensação de insegurança econômica corresponde a uma menor confiança no governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, por preocupações financeiras, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, qual é o seu nível de confiança no governo nacional?". A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderada confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas de acordo com as respostas 3 (um pouco preocupado) e 4 (muito preocupado) à pergunta "De modo geral, pensando no próximo ano ou nos próximos dois anos, qual é o seu nível de preocupação com as finanças da sua família e o bem-estar econômico geral?". "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/v37jsc>

Ter um diploma universitário está associado a uma confiança média 13 pontos percentuais maior no governo em diversos países, em comparação com aqueles que não concluíram os estudos além do ensino fundamental. No entanto, no Reino Unido e, em menor grau, no México, pessoas com níveis mais altos de escolaridade tendem a apresentar níveis mais baixos de confiança (alta ou moderadamente alta) em seus governos nacionais do que pessoas com níveis mais baixos de escolaridade.

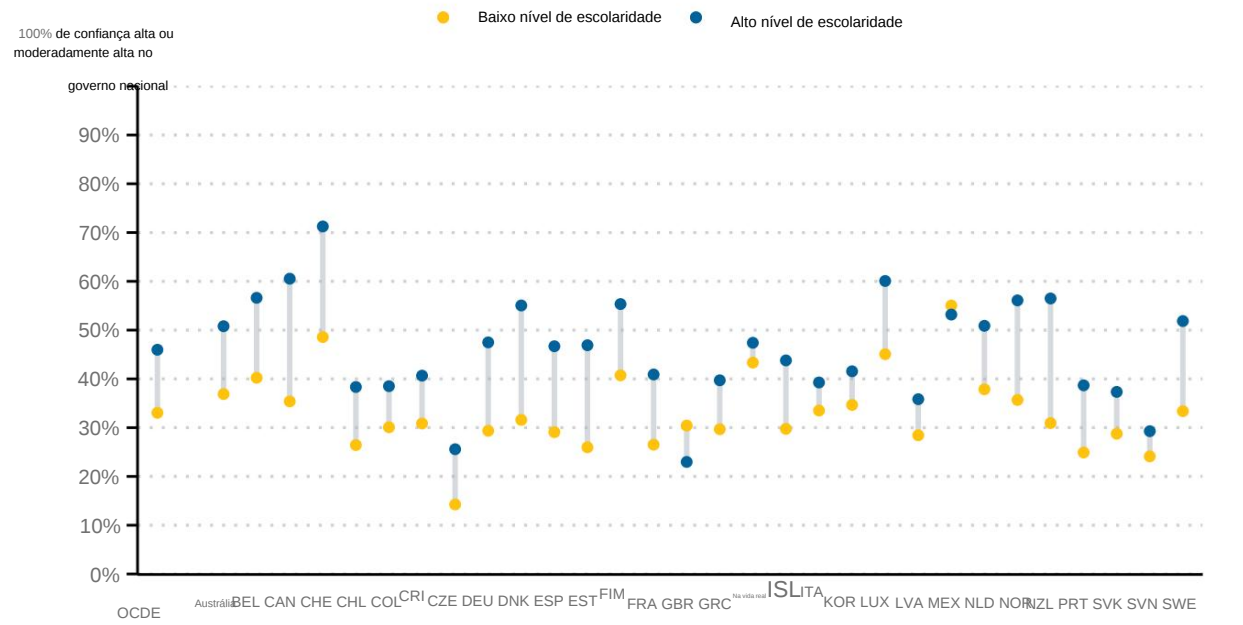
(Figura 2.7).

Em média, em 18 países com dados disponíveis, a diferença de confiança no governo entre pessoas com diferentes níveis de escolaridade aumentou 4 pontos percentuais desde a Pesquisa de Confiança de 2021, o que contrasta com a estagnação da diferença de confiança entre pessoas com diferentes níveis de preocupações econômicas e financeiras. Pessoas com menor escolaridade tendem a confiar menos no governo em 2023 do que em

Em 2021: a proporção de pessoas com menor escolaridade que apresentavam alta ou moderada confiança no governo nacional foi de 34% em 2023, uma queda em relação aos 39% registrados em 2021.4 Entre os indivíduos com alta escolaridade, a confiança também diminuiu, mas apenas em dois pontos percentuais. Além disso, a diferença entre pessoas com menor e maior escolaridade aumentou em todas as percepções sobre os fatores que impulsionam a governança pública entre 2021 e 2023, especialmente em relação à transparência governamental, como a possibilidade de expressar opiniões sobre decisões do governo local e a adoção de pontos de vista expressos em consultas públicas. Enquanto 39% das pessoas com menor escolaridade acreditavam ser provável que pudessem expressar suas opiniões sobre decisões do governo local em 2021, em comparação com 47% das pessoas com maior escolaridade, esses percentuais caíram para 34% e 47% em 2023.

Figura 2.7. Indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados tendem a ter mais confiança no governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, por nível de escolaridade dos entrevistados, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?", dentro de cada país. A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas pelo nível de escolaridade mais alto alcançado pelos respondentes: ensino superior (ensino terciário) ou ensino fundamental (ensino médio incompleto e abaixo). O grupo de menor escolaridade no Chile, Colômbia e Grécia engloba níveis de escolaridade mais baixos e mais altos (ensino médio completo e ensino superior) devido à sub-representação desse grupo na amostra da pesquisa nesses países. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

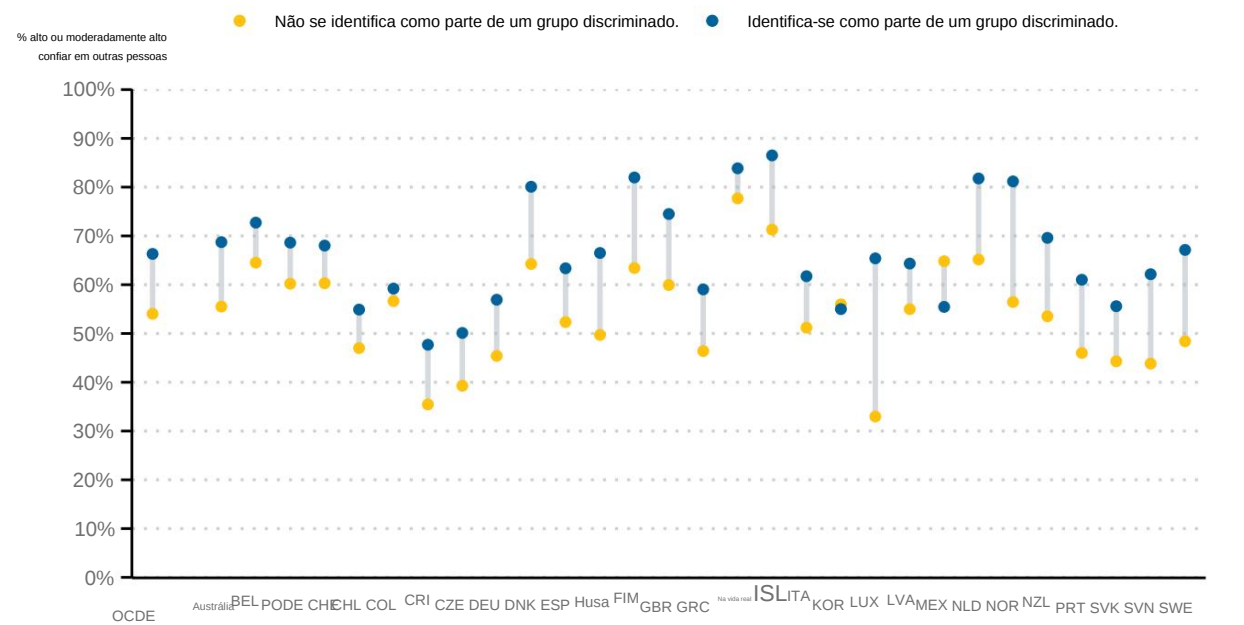
StatLink 2<https://stat.link/f8o7cj>

Os sentimentos de discriminação reforçam a vulnerabilidade social e política de certos grupos na sociedade. Identificar-se como pertencente a um grupo discriminado está ligado a uma menor confiança tanto nas instituições públicas quanto nas outras pessoas. De fato, a diferença na confiança interpessoal é tão grande quanto a diferença na confiança no governo. Em média, nos países da OCDE, a diferença na confiança interpessoal entre aqueles que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado e aqueles que não se identificam é de 12 pontos percentuais, enquanto a diferença na confiança no governo é de 14 pontos percentuais.

pontos percentuais (Figura 2.8). Uma diferença semelhante também é visível na confiança em outras instituições públicas, especialmente na polícia e nos tribunais e no sistema judicial, bem como na (in)satisfação das pessoas com os serviços. No entanto, como observado anteriormente, diferentemente de outros fatores socioeconômicos, a autoidentificação como pertencente a um grupo discriminado não está relacionada a uma sensação drasticamente diferente de poder participar da política.

Figura 2.8. A confiança em outras pessoas e os sentimentos de discriminação parecem estar interligados.

Proporção de respondentes com alta ou moderada confiança em outras pessoas, de acordo com o sentimento de pertencimento a um grupo discriminado, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, em geral, o quanto você confia na maioria das pessoas?", de acordo com a percepção dos respondentes sobre pertencerem a um grupo discriminado. A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas de acordo com a afirmação de que se sentem pertencentes a um grupo discriminado: "Você se descreveria como membro de um grupo que sofre discriminação em [PAÍS]?". "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/l2g5np>

Os níveis de confiança em outras pessoas também apresentam variações significativas em diferentes contextos socioeconômicos e grupos demográficos. Por exemplo, pessoas com baixo nível de escolaridade têm 12 pontos percentuais a menos de confiança em outras pessoas, em comparação com aquelas com alto nível de escolaridade. Essa diferença na confiança interpessoal por níveis de escolaridade é quase tão grande quanto a diferença na confiança no governo, de 13 pontos percentuais. Essa disparidade se estende por diferentes níveis socioeconômicos e faixas etárias, embora as magnitudes relativas das diferenças de confiança interpessoal e governamental entre grupos definidos por essas características não sejam tão idênticas quanto são para escolaridade e autodeclaração de discriminação. O padrão de diferenças semelhantes na confiança interpessoal e governamental

Sugere-se que mecanismos de reforço possam estar em jogo na forma como os contextos socioeconômicos e demográficos afetam a confiança no governo e a confiança em

outras pessoas. Isso ressalta a natureza frequentemente complexa e interseccional da vulnerabilidade.

2.3. Mulheres e jovens continuam a depositar menos confiança no governo, mas a diferença de confiança entre gêneros aumentou, enquanto a diferença de confiança por idade diminuiu.

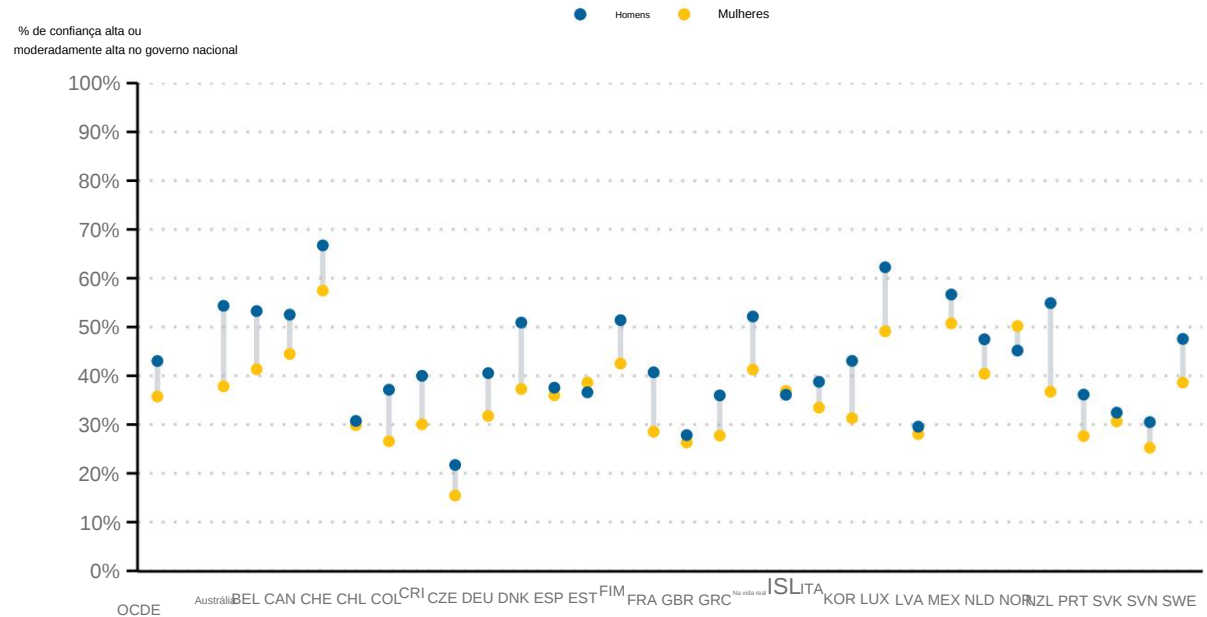
Na maioria dos países, as mulheres tendem a confiar menos no governo do que os homens. Em 2023, 36% das mulheres tinham um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo, em comparação com 43% dos homens. A diferença é maior em países como Austrália, Dinamarca, França, Luxemburgo e Nova Zelândia, e menor em outros. no Chile, Letônia, República Eslovaca, Espanha e Reino Unido. Apenas na Estônia, Islândia e

Na Noruega, as mulheres tendem a confiar um pouco mais no governo nacional do que os homens (Figura 2.9). Em média, a diferença de confiança entre homens e mulheres (Quadro 2.2) quadruplicou desde o Inquérito de Confiança de 2021.

De 2 pontos percentuais em 2021 para 8 pontos percentuais em 2023, principalmente entre os jovens; uma tendência que vale a pena monitorar daqui para frente. Isso contrasta com a diminuição das diferenças de confiança entre o grupo populacional mais jovem (18-29 anos) e o mais velho (50 anos ou mais).

Figura 2.9. A diferença de confiança entre gêneros varia significativamente entre os países.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional, por gênero, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?", por gênero dos respondentes. A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por gênero autodeclarado. "OCDE" representa a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/7xsojw>

Quadro 2.2. Disparidades de gênero na confiança

Desde 2021, as disparidades de confiança entre gêneros nas instituições públicas tornaram-se mais acentuadas, juntamente com a disparidade de confiança relacionada à educação no governo nacional. Essas diferenças baseadas em gênero e educação aumentaram mais do que as disparidades de confiança por idade, que diminuíram desde 2021. Nos dezoito países que participaram das ondas de 2021 e 2023, a proporção de mulheres com alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional em 2023 está oito pontos percentuais abaixo da proporção de homens, em comparação com uma diferença de 2 pontos percentuais em 2021. A crescente diferença entre o nível de confiança de mulheres e homens no governo nacional é notável na Finlândia e na Suécia. Aumentos semelhantes nas disparidades de gênero são observados para a confiança no funcionalismo público nacional (5 pontos percentuais), no parlamento e no governo local (4 pontos percentuais, respectivamente), enquanto a disparidade de confiança entre gêneros em outras instituições públicas permaneceu pequena nos últimos dois anos. Outros autores também discutem as atitudes políticas cada vez mais divergentes entre mulheres e homens (Financial Times, 2024[8]). Três aspectos podem ajudar a esclarecer o rápido aumento da desigualdade de confiança entre gêneros em alguns países.

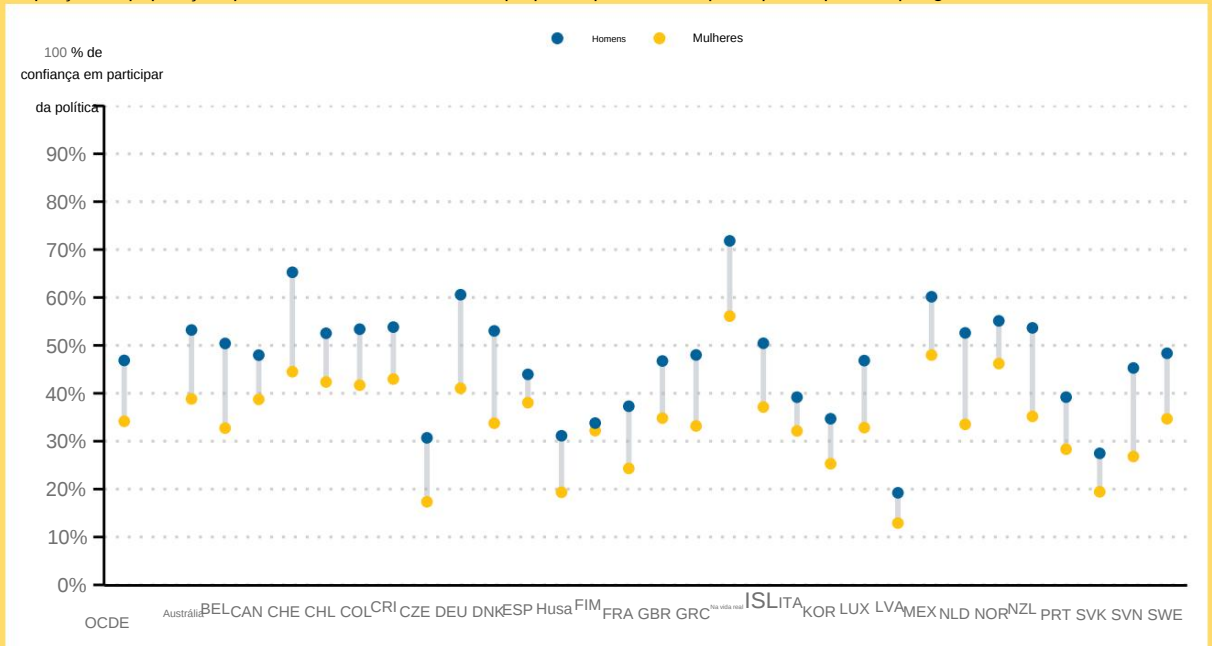
Em primeiro lugar, o aumento da diferença de confiança entre homens e mulheres jovens (com idades entre 18 e 29 anos) é duas vezes maior do que entre mulheres e homens com 50 anos ou mais. No grupo etário mais jovem, a diferença média de confiança entre os gêneros aumentou 8 pontos percentuais nos últimos dois anos (de três para onze pontos percentuais) em todos os países que participaram das duas rodadas da pesquisa. No caso do Canadá, Irlanda e Coreia, a diferença de confiança entre homens e mulheres jovens aumentou mais do que em outros países e, notavelmente, mais do que em toda a população¹.

Em segundo lugar, de forma geral, em qualquer idade, os homens entrevistados demonstraram maior probabilidade de apoiar um partido no poder, sentir-se confiantes em sua capacidade de participar da política e acreditar que têm voz política. Essas discrepâncias contribuem para a diferença de confiança entre os gêneros, visto que pessoas com maior poder de ação política tendem a ter maior confiança no governo. Nos países da OCDE, por exemplo, os homens apresentaram uma probabilidade 13 pontos percentuais maior do que as mulheres de se sentirem confiantes em sua capacidade de participar da política, uma tendência que se mantém em todos os países (Figura 2.10).

Por fim, em média, a disparidade de gênero aumentou em relação às percepções de todos os fatores que impulsionam a governança pública entre 2021 e 2023. Em particular, as mulheres se tornaram mais céticas quanto à capacidade do governo de lidar com questões complexas e de garantir a equidade nos serviços públicos.

Figura 2.10. Os homens são mais propensos do que as mulheres a se sentirem confiantes em sua própria capacidade de participar da política.

Proporção da população que se sente confiante em sua própria capacidade de participar da política, por gênero, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Quão confiante você está em sua capacidade de participar da política?” dentro de cada país, por gênero dos respondentes. A figura mostra a proporção de respondentes que se declararam “confiantes” na Pesquisa de Confiança de 2023, com base na agregação das respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10, agrupadas por gênero autodeclarado. “OCDE” representa a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/Ofemhy>

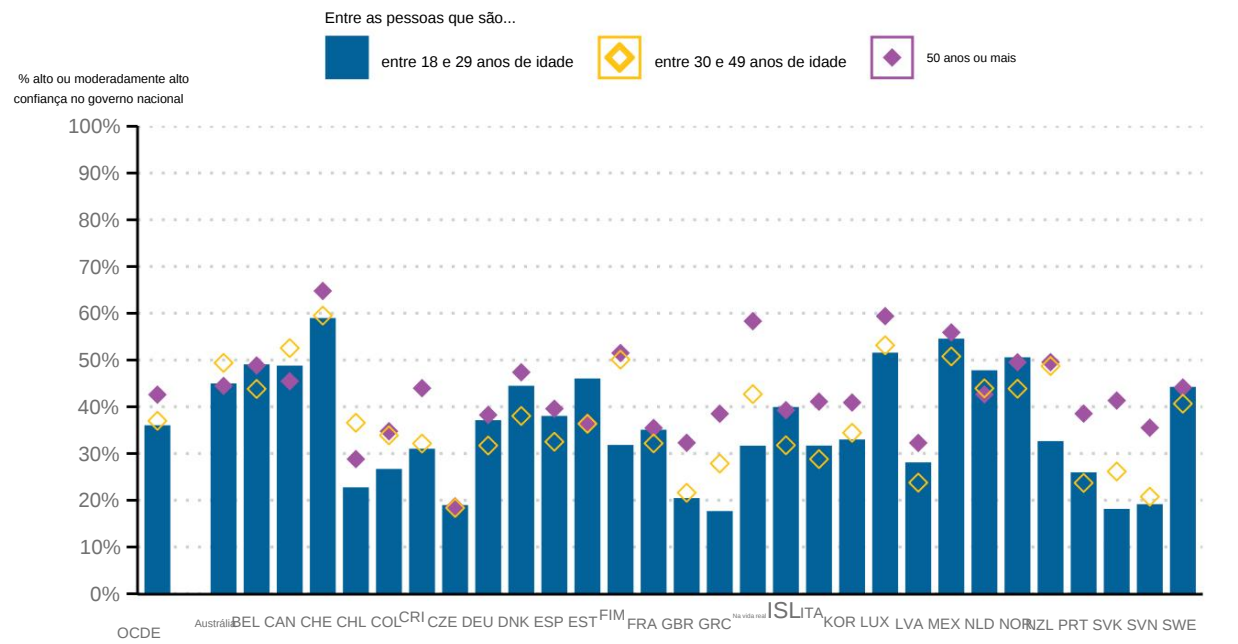
1. Esses resultados devem ser interpretados com cautela, pois os dados nacionais refletem a distribuição por idade e por sexo, mas não a interseção dessas duas características. Por exemplo, a proporção de homens (ou mulheres) com menos de 30 anos incluídos na amostra não corresponde necessariamente à proporção de homens (ou mulheres) com menos de 30 anos na população.

Os jovens tendem a confiar menos no governo nacional em comparação com as gerações mais velhas. Mais especificamente, 43% das pessoas com 50 anos ou mais relatam ter alta ou moderada confiança no governo nacional, em comparação com 36% entre as pessoas de 18 a 29 anos. Semelhante ao grupo mais jovem, 37% das pessoas de 30 a 49 anos têm alta ou moderada confiança no governo.

confiança moderadamente alta (Figura 2.11). Em alguns países, como Canadá, Estônia e Holanda, o grupo etário mais jovem confia mais no governo nacional do que o grupo etário mais velho; e em alguns outros, como Austrália, Bélgica, República Tcheca, Noruega e Suécia, não há diferenças.

Figura 2.11. Pessoas com mais de 50 anos consideram o governo mais confiável.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional por faixa etária, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?", por faixa etária. A figura mostra a proporção de respondentes que têm "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas por três faixas etárias: 1) 18-29 anos; 2) 30-49 anos; 3) 50 anos ou mais. "OCDE" representa a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/t0r4bv>

Em média, nos 18 países da OCDE onde os dados estão disponíveis, a diferença de confiança no governo nacional entre as faixas etárias caiu pela metade entre 2021 e 2023 (de 10 para 5 pontos percentuais). Essa redução na diferença de confiança foi causada simultaneamente por um leve aumento da confiança entre a população mais jovem (39% das pessoas entre 18 e 29 anos relataram ter confiança alta ou moderadamente alta no governo nacional em 2023, em comparação com 37% em 2021) e por uma queda na confiança entre as pessoas com 50 anos ou mais (que diminuiu).

de 47% para 43%). O aumento da percentagem de jovens que sentem que têm voz no sistema político (de 33% para 35%) e a diminuição da percentagem de idosos (de 29% para 26%) podem contribuir para esta tendência.

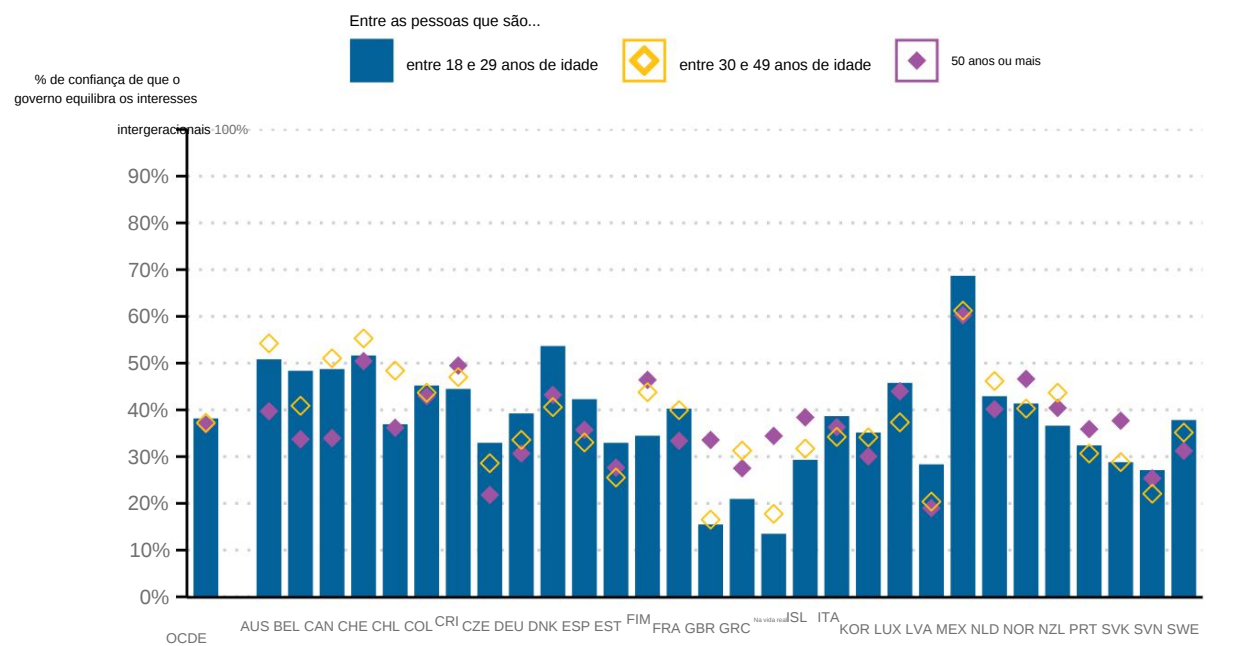
O fato de os respondentes mais jovens serem, em média, Essa ligeira diminuição na confiança no governo levanta a questão de se certos fatores que influenciam a governança pública podem ser mais sensíveis à idade do que outros. No entanto, em média, entre os países, as opiniões de que

A capacidade do governo de equilibrar adequadamente os interesses intergeracionais, abordar de forma satisfatória as transições verde e digital ou responder a emergências não difere significativamente entre as populações mais jovens e mais velhas. Na maioria dos países pesquisados, os jovens demonstram, em média, maior confiança na capacidade do governo de atender aos interesses intergeracionais, especialmente na Bélgica e no Canadá. Por outro lado, na Irlanda e no Reino Unido, os jovens...

As pessoas mais jovens têm significativamente menos confiança do que as pessoas mais velhas na capacidade e na vontade do governo de equilibrar os interesses entre as gerações. Por fim, países como Chile, Luxemburgo, Eslovênia e Suíça apresentam pouca ou nenhuma diferença entre os grupos etários nessa questão, indicando uma crença mais uniforme na forma como o governo lida com os interesses intergeracionais em toda a população (Figura 2.12).

Figura 2.12. Em alguns países, os jovens têm mais confiança do que os idosos na capacidade do governo de equilibrar os interesses intergeracionais, e em outros países ocorre o oposto.

Percentagem da população que acredita que o governo equilibra os interesses das gerações atuais e futuras, por faixa etária, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de confiança de que o governo nacional equilibra adequadamente os interesses das gerações atuais e futuras?", por faixa etária. A figura mostra a proporção de respondentes que se declaram "confiantes", com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10, agrupadas em três faixas etárias: 1) 18-29 anos; 2) 30-49 anos; 3) 50 anos ou mais. "OCDE" representa a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/q8ofpt>

2.4. CONCLUSÃO PARA AÇÕES POLÍTICAS QUE AUMENTEM A CONFIANÇA

Para reduzir as lacunas de confiança entre grupos populacionais, As instituições públicas podem tomar as seguintes medidas.

- O senso de participação política e a filiação partidária dos indivíduos são mais importantes para a confiança no governo do que suas características socioeconômicas ou demográficas. As pessoas que sentem que têm voz nas ações do governo são, em média, três vezes mais propensas a dizer que confiam no governo do que as pessoas que sentem que não têm voz.

Isso destaca a importância da atuação e da participação política na definição dos resultados de confiança, sugerindo a necessidade de políticas que promovam a inclusão e o engajamento político para aumentar a confiança nas instituições públicas.

- Uma minoria considerável de 15%, embora inferior à de 2021 nos países com informações disponíveis para ambos os anos, indicou não ter nenhuma confiança no governo nacional. Esse grupo tende a votar menos nas eleições nacionais e locais e se sente mais impotente em relação às ações do governo. Ao mesmo tempo, a grande maioria daqueles que relatam falta de confiança no governo se envolveu em atividades políticas, com uma sobrerrepresentação em formas não convencionais, como a publicação de conteúdo político e o boicote a produtos.

mas também assinando petições e participando de manifestações.

- Políticas destinadas a mitigar impactos econômicos
A vulnerabilidade e a discriminação podem ser fatores-chave para colmatar a lacuna de confiança e promover confiança generalizada nas instituições públicas, como esses fatores influenciam muito os indivíduos Níveis de confiança. A confiança é consideravelmente menor entre pessoas preocupadas com sua segurança pessoal circunstâncias financeiras: apenas 35% dos grupo que relata preocupações financeiras confia no governo, em comparação com 52% entre Pessoas com menos preocupações financeiras.
- Mulheres e pessoas mais jovens tendem a ter menor confiança no governo do que nos homens e Indivíduos idosos (50+). Atenção especial deve ser dada à expansão rápida
A diferença de confiança entre gêneros também ocorre entre os mais jovens. mulheres. Em 2023, a participação das mulheres A confiança no governo, segundo relatos, está atrás da... participação dos homens aumentou 8 pontos percentuais, em comparação com uma diferença de 2 pontos percentuais em Em 2021, em média, entre 18 países. Além disso, em qualquer idade, as mulheres eram menos provavelmente se sentirão confiantes em sua capacidade de participar da política e acreditavam que tinham uma voz política. Isso indica que Os governos devem intensificar seus esforços para envolver esses grupos e abordar as suas questões preocupações únicas para garantir igualdade de acesso e representação na formulação de políticas.

REFERÊNCIAS

Brock, C. e D. Mallinson (2023), "Medindo a estase: teoria do equilíbrio pontuado e polarização partidária", *Policy Studies Journal*, Vol. 52/1, pp. 31-46, <https://doi.org/10.1111/psj.12519>. [5]

Druckman, J. et al. (2020), "Polarização afetiva, contextos locais e opinião pública na América", *Nature Human Behaviour*, Vol. 5/1, pp. 28-38, <https://doi.org/10.1038/s41562-020-01012-5>. [7]

Financial Times (2024), *Uma nova divisão global de gênero está surgindo*, <https://www.ft.com/content/29fd9b5c-2f35-41bf-9d4c-994db4e12998>. [8]

Impact Canada (2023), *Por que a confiança é importante: Programa TIDES*. [6]

Iyengar, S. et al. (2019), "As origens e consequências da polarização afetiva nos Estados Unidos", *Annual Review of Political Science*, Vol. 22/1, pp. 129-146, <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051117-073034>. [4]

OCDE (2022), *Construindo confiança para reforçar a democracia: Principais conclusões da pesquisa da OCDE de 2021 sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas*, Construindo confiança nas instituições públicas, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b407f99c-en>. [1]

Prats, M., S. Smid e M. Ferrin (2024, no prelo), "Falta de confiança nas instituições e engajamento político: uma análise baseada na Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021", *Documentos de Trabalho da OCDE sobre Governança Pública*. [3]

Reher, S. (2018), "Cuidado também com esta lacuna: orientações políticas de pessoas com deficiência na Europa", *Political Behavior*, Vol. 42/3, pp. 791-818, <https://doi.org/10.1007/s11109-018-09520-x>. [2]

NOTAS

1 Esses resultados geralmente se confirmam em análises de regressão nas quais a confiança no governo nacional é a variável dependente (ver Anexo A), embora as diferenças de confiança sejam menos acentuadas por percepções de agência política do que na análise descritiva apresentada neste capítulo. Em uma análise de regressão dos dados de 2023, ter votado no governo atual está associado ao maior efeito marginal médio na probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, seguido por ter um nível de escolaridade mais alto (em comparação com baixo), ter 50 anos ou mais (em comparação com ter entre 18 e 29 anos), ter um nível intermediário de escolaridade e ter voz nas decisões do governo.

2. A pergunta da pesquisa de 2021 referia-se à "confiança no serviço público", enquanto em 2023, referia-se à "confiança no serviço público nacional". Uma pergunta separada da pesquisa referia-se à confiança no serviço público regional/local, conforme apropriado em cada país pesquisado.

³ Os níveis de renda objetiva são medidos agrupando os respondentes nos 20% mais pobres, nos 60% da classe média e nos 20% mais ricos da distribuição de renda familiar em nível nacional.

4 No caso do Chile, da Colômbia e da Grécia, os níveis de escolaridade mais baixos e médios são combinados devido à sub-representação de respondentes com menor escolaridade nesses países.

5 A pesquisa *Trust and Satisfaction in Australian Democracy (Confiança e Satisfação na Democracia Australiana)* constatou uma diferença de confiança entre homens e mulheres de 11 pontos percentuais na onda de junho e de 9 pontos percentuais na onda de novembro. Diferenças metodológicas, incluindo uma escala de resposta diferente e uma metodologia de amostragem baseada em cotas diferentes, podem contribuir para as diferenças na diferença de confiança medida.

3. Confiança no dia a dia

interações com instituições públicas

As políticas governamentais nacionais, regionais e locais moldam as interações cotidianas entre o público e as instituições governamentais. Este capítulo analisa como as pessoas percebem a competência e os valores demonstrados pelas instituições públicas. Primeiramente, apresenta os índices de satisfação com os serviços públicos, incluindo educação, saúde e serviços administrativos, entre usuários recentes em países da OCDE. Explora ainda como a satisfação com diferentes aspectos da qualidade do serviço se relaciona com a satisfação geral com os serviços administrativos. O capítulo também oferece insights sobre como as pessoas percebem a justiça e a integridade do serviço público em suas interações diárias. Por fim, discute as percepções das pessoas sobre a capacidade de resposta dos governos locais e dos servidores públicos ao feedback da população.



As políticas governamentais nacionais, regionais e locais estabelecem o contexto para as interações cotidianas entre as instituições públicas e a população.

Implementar políticas e programas e prestar serviços confiáveis, que respondam às necessidades das pessoas e estejam abertos às suas contribuições, é um ingrediente importante para criar confiança entre o público e as instituições criadas para servi-lo. Servidores públicos e formuladores de políticas locais, que têm maior probabilidade de interagir com os cidadãos no dia a dia, podem contribuir significativamente para a construção da confiança, demonstrando valores de justiça e integridade nessas interações.

Na maioria dos países, a maioria das pessoas está satisfeita com seus sistemas nacionais de saúde e educação, bem como com os serviços administrativos, com base em percepções positivas de diferentes dimensões da qualidade do serviço. Uma ligeira maioria nos países da OCDE acredita que será tratada com justiça ao buscar benefícios ou serviços. No entanto, uma minoria considerável duvida que os funcionários públicos sempre ajam com justiça e integridade. Outro ponto a ser melhorado é a capacidade das instituições públicas de adaptar os serviços às necessidades e expectativas da população, utilizando a inovação e o feedback dos cidadãos.

3.1. A maioria está satisfeita com a oferta de serviços de saúde e educação, embora essa situação tenha sido inferior a dois anos atrás.

Nos países da OCDE, as pessoas geralmente percebem as instituições públicas como confiáveis na prestação de serviços públicos.

Em 2023, assim como em 2021, a maioria dos participantes da Pesquisa de Confiança da OCDE se mostrou satisfeita com os sistemas de educação e saúde de seus países, e ainda mais com os serviços administrativos. Em um contexto de rápida transformação digital e modernização de serviços, é importante destacar também que a maioria confia que as instituições públicas utilizarão seus dados exclusivamente para fins legítimos.

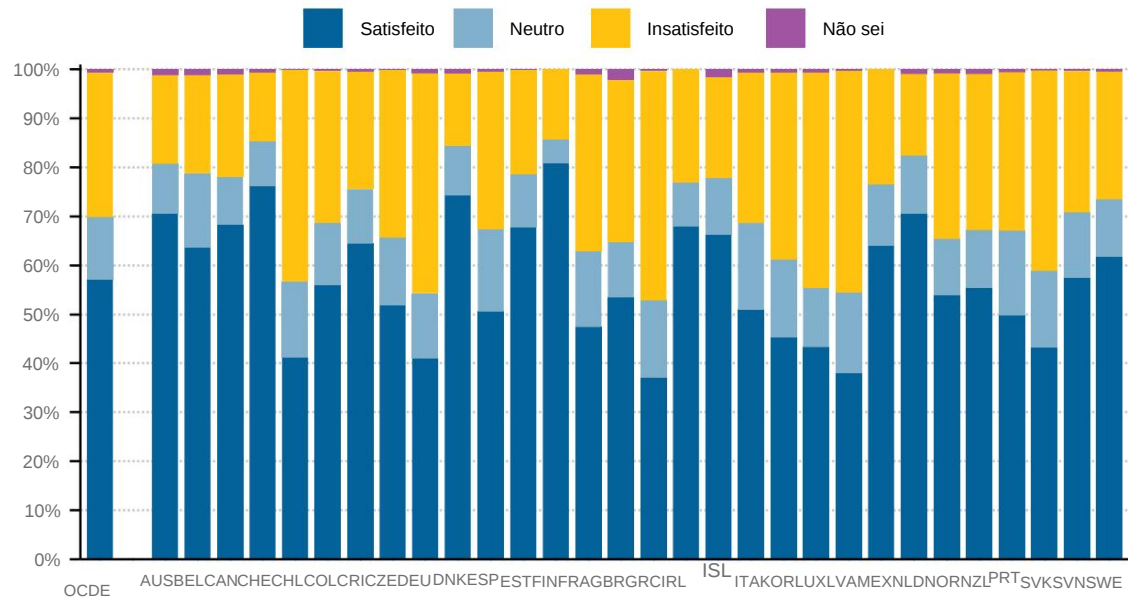
Em toda a OCDE, quase seis em cada dez (57%) estão satisfeitos com o sistema educacional de seu país, entre aqueles que estiveram matriculados em uma instituição de ensino nos últimos dois anos ou que tiveram um membro da família matriculado (Figura 3.1).¹ A satisfação com o sistema de saúde é um pouco menor, com uma média de 52% de usuários satisfeitos em toda a OCDE.

A média da OCDE para satisfação com o sistema de saúde, no entanto, esconde uma variação muito grande entre os países. A diferença entre os países para essa questão é maior do que para a satisfação com o sistema educacional ou com os serviços administrativos.

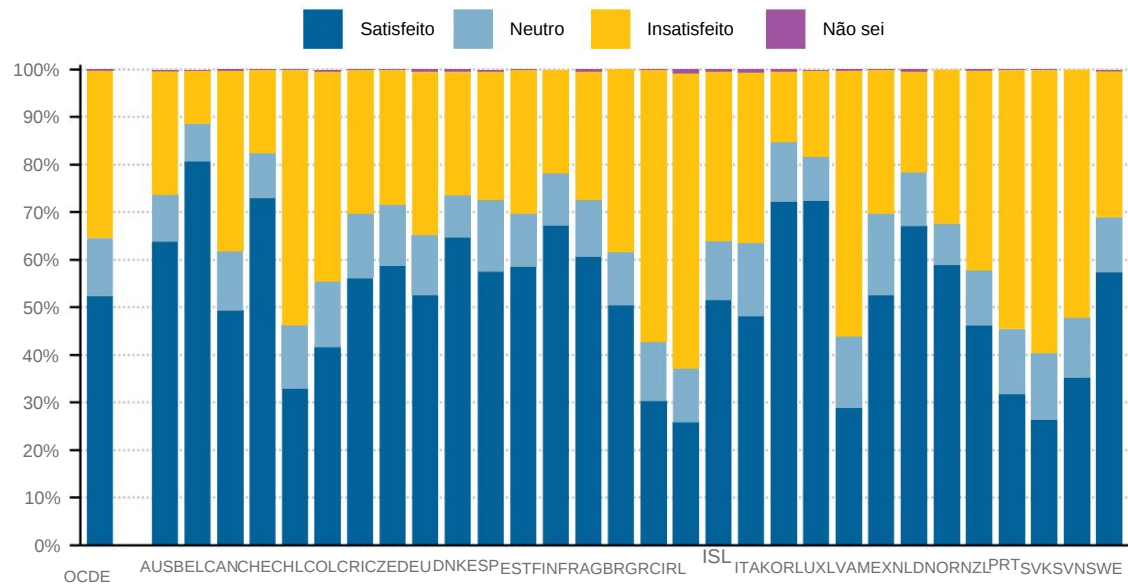
A disponibilidade, a qualidade e a acessibilidade de serviços essenciais, como saúde e educação, são apontadas como uma das três questões mais importantes em seus respectivos países por 28% dos adultos, em média, nos países da OCDE (Figura 1.1 no Capítulo 1), e por mais de 45% dos indivíduos na Finlândia, Islândia, Irlanda e Letônia.

Figura 3.1. Mais da metade está satisfeita com os sistemas de educação e saúde.

Painel A: Percentagem da população com contacto recente com o sistema educativo que reporta diferentes níveis de satisfação com o sistema educacional em seu país, 2023



Painel B: Percentagem da população com contacto recente com o sistema de saúde que reporta diferentes níveis de satisfação com o sistema de saúde em seu país, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas dentro de cada país às perguntas “Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação com o sistema educacional em [PAÍS]?” (Painel A) e “Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação ou insatisfação com o sistema de saúde em [PAÍS]?” (Painel B). Os respondentes com contato recente são aqueles que responderam afirmativamente à pergunta “Nos últimos 2 anos, você ou alguém da sua família esteve matriculado em uma instituição de ensino em [PAÍS]?” (Painel A)/“Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família utilizou o sistema de saúde em [PAÍS]?” (Painel B). A proporção de “satisfação” corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “insatisfação” corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e “não sei” foi uma opção de resposta separada. A “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/fkl075>

A satisfação dos usuários com os sistemas de educação e saúde diminuiu em comparação com 2021. Entre os países que participaram da Pesquisa de Confiança da OCDE em 2021 e 2023, a parcela de pessoas satisfeitas com o sistema educacional diminuiu três pontos percentuais, de 63% para 60% (Figura 3.2); e a parcela de pessoas satisfeitas com o sistema de saúde diminuiu oito pontos percentuais, de 63% para 55% (Figura 3.3).

Essas tendências paralelas, no entanto, ocultam o fato de que a satisfação com o sistema educacional aumentou em sete dos dezenove países, com um aumento drástico na Colômbia; mas esses aumentos foram contrabalançados por quedas drásticas na satisfação na Coreia do Sul, Noruega e, em menor grau, na Finlândia. A satisfação com o sistema de saúde, por outro lado, diminuiu em todos os países, exceto Austrália, Bélgica e Colômbia. Os efeitos da pandemia de Covid-19 podem ter contribuído para o declínio na satisfação com os sistemas de saúde e educação observado entre as duas rodadas da Pesquisa de Confiança.

Para a educação, essa queda pode ser parcialmente atribuída às perdas de aprendizagem sofridas pelos alunos durante a pandemia, que se acumularam ao longo do período e, portanto, se mostram mais acentuadas em 2023 do que em 2021 (Di Pietro, 2023[1]). No entanto, dados da Gallup World Poll mostram que a satisfação com a educação no

A população adulta total em toda a OCDE tem permanecido relativamente constantes desde 2010 e apresentaram uma tendência ascendente entre 2017 e 2022 (Gallup,

2024[2]).² A confiança no sistema educacional terá que ser cuidadosamente monitorada nas futuras edições da pesquisa de confiança.

Em contrapartida, a queda mais acentuada na satisfação com o sistema de saúde provavelmente se deve em parte a esse fator. Isso se deve a um aumento temporário na satisfação durante a pandemia de Covid-19, mas também faz parte de uma tendência de longo prazo. Dados da Pesquisa Mundial Gallup mostram que a satisfação média com a disponibilidade de serviços de saúde de qualidade nos países da OCDE caiu de 71% em 2010 para 68% em 2022, com um aumento temporário entre 2017 e 2020.

Analisando mais detalhadamente o período da pandemia e pós-pandemia, o Ipsos Global Health Service Monitor (IPSOS, 2023[3]) mostra que, entre os doze países com dados disponíveis para 2018 e 2021-2023,³

a parcela de respondentes que concordaram com o A afirmação “Confio no sistema de saúde do meu país para me proporcionar o melhor tratamento” aumentou consideravelmente em 2021, passando de uma média de 48% para 56%. A proporção permaneceu relativamente alta.

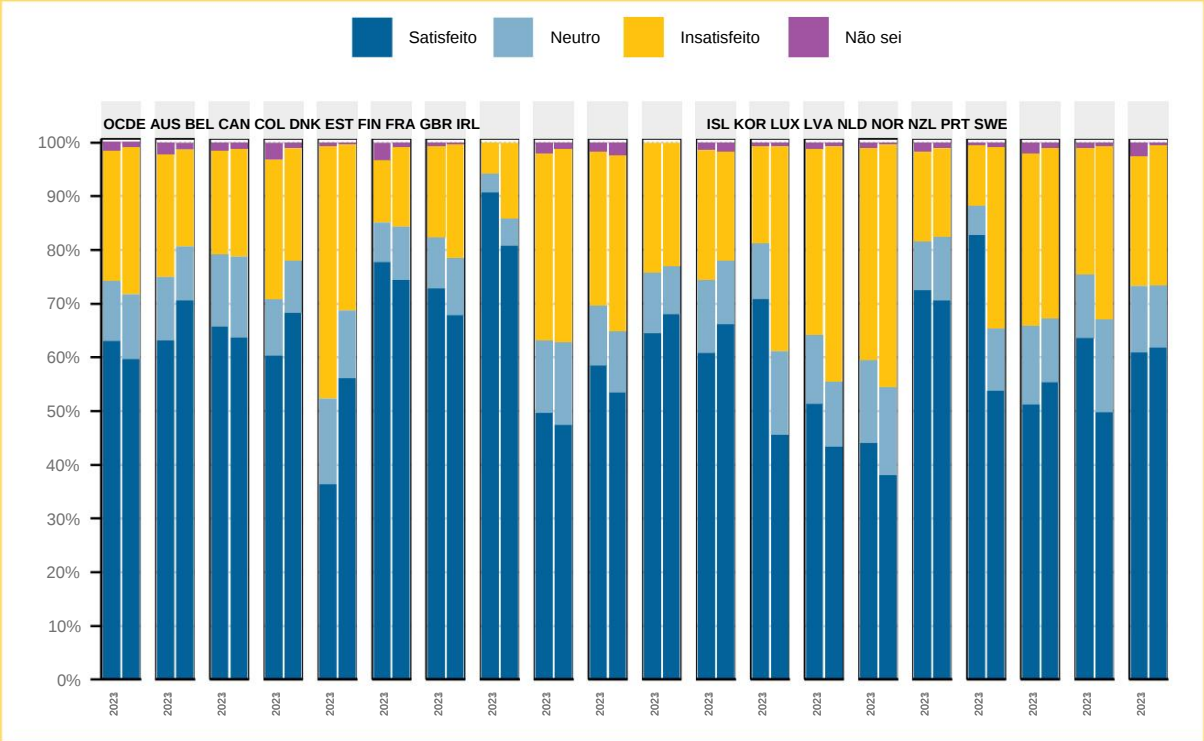
A satisfação com o sistema de saúde manteve-se constante em 2022, mas caiu para 52% posteriormente. Portanto, embora a satisfação com o sistema de saúde possa de fato estar diminuindo a longo prazo, a queda observada entre 2021 e 2023 provavelmente se deve ao aumento da satisfação relatada em 2021. Contudo, as preocupações expressas pela população em relação aos serviços essenciais e a tendência geral de leve queda na satisfação com o sistema de saúde apontam para a necessidade de reinvestir no sistema, inclusive considerando a pressão sofrida durante a pandemia.

Quadro 3.1. Destaque para as mudanças: Satisfação com o sistema de educação e saúde

Em média, nos países da OCDE com informações disponíveis, a satisfação dos usuários com os sistemas de educação e, principalmente, de saúde foi menor em 2023 do que em 2021. Mas, enquanto a satisfação com o sistema educacional aumentou em alguns países e diminuiu em outros, o declínio na satisfação com o sistema de saúde foi muito mais uniforme.

Figura 3.2. A satisfação com o sistema educacional permaneceu relativamente estável em muitos países, mas diminuiu acentuadamente em alguns.

Proporção da população com contato recente com o sistema educacional que relata diferentes níveis de satisfação com o sistema educacional em seu país, em 2021 e 2023.



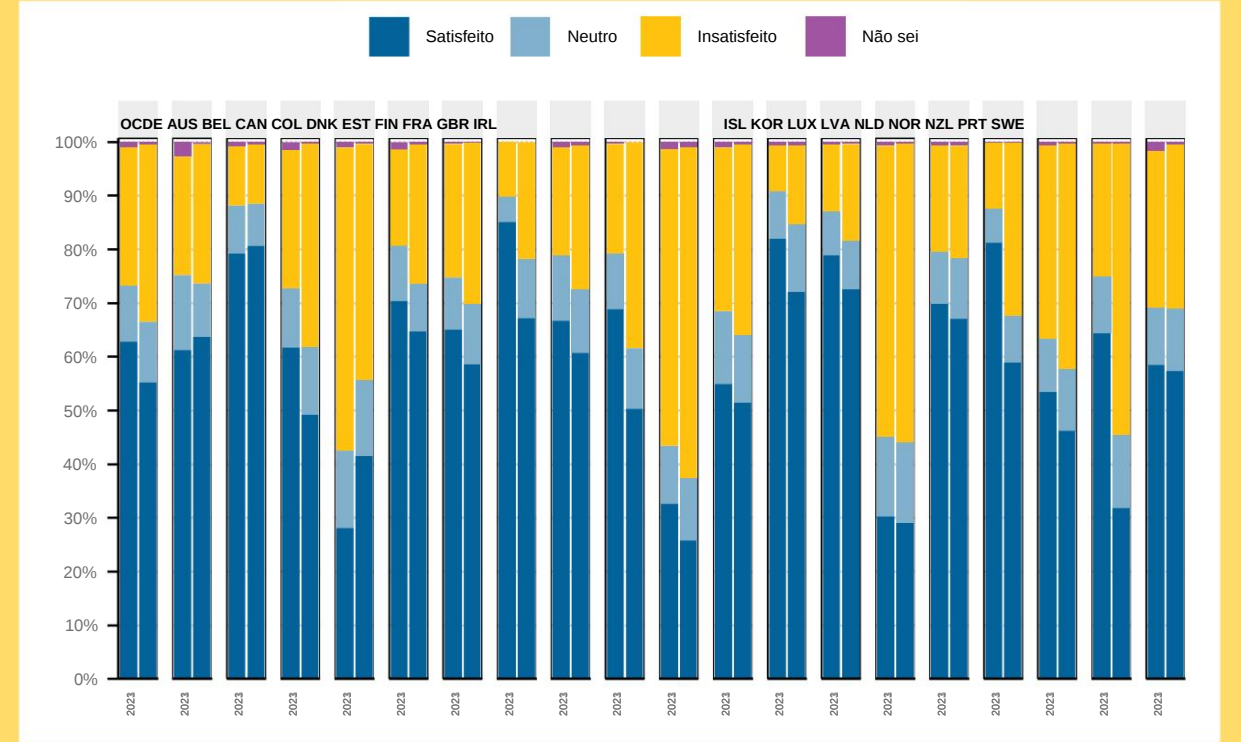
Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação com o sistema educacional em [PAÍS]?" em cada país, nas ondas de 2021 e 2023. Na Noruega, a pergunta da pesquisa foi formulada de maneira diferente em 2021: "Quão boas ou ruins você considera as escolas de ensino médio?". Os indivíduos com contato recente são aqueles que responderam afirmativamente à pergunta "Nos últimos 2 anos, você ou alguém da sua família esteve matriculado em uma instituição de ensino em [PAÍS]?". Na Noruega, a pergunta da pesquisa foi formulada de maneira diferente em 2021: "Você ou seu filho frequentaram o ensino médio nos últimos 12 meses?". A proporção de "satisfação" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "insatisfação" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/24rgut>

Figura 3.3. A satisfação com o sistema de saúde diminuiu em 16 dos 19 países da OCDE.

Proporção da população com contato recente com o sistema de saúde que relata diferentes níveis de satisfação com o sistema de saúde em seu país, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação ou insatisfação com o sistema de saúde em [PAÍS]?" dentro de cada país, nas ondas de 2021 e 2023. Na Noruega, a pergunta da pesquisa foi formulada de maneira diferente em 2021: "Qual a sua avaliação do seu médico de atenção primária?". Indivíduos com contato recente são aqueles que responderam afirmativamente à pergunta "Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família utilizou o sistema de saúde em [PAÍS]?".

Na Noruega, a pergunta da pesquisa foi formulada de maneira diferente em 2021: "Você consultou um médico de atenção primária nos últimos 12 meses?". A proporção de "satisfação" é a soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "insatisfação" é a soma das respostas de 0 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/ouwjm6>

3.2. A confiança no tratamento de dados pessoais pelo governo permanece positiva, e a melhoria da velocidade e da facilidade dos serviços administrativos poderia aumentar ainda mais a satisfação.

As interações diárias entre instituições públicas e cidadãos ocorrem por diferentes motivos: as pessoas recorrem a

As pessoas recorrem a órgãos públicos porque precisam solicitar um benefício ou serviço, porque têm dúvidas sobre um projeto de infraestrutura em sua comunidade, porque querem se cadastrar para votar ou participar de um diálogo cidadão, porque seus negócios exigem uma licença, etc. A satisfação com os serviços públicos é um indicador-chave de desempenho para o governo e está incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para medir o progresso nacional rumo a "instituições eficazes, responsáveis e transparentes".

Dois terços (66%) das pessoas que utilizaram serviços administrativos no ano anterior estão satisfeitas com a qualidade desses serviços (Figura 3.4). É também importante notar que, em 28 dos 30 países participantes, a maioria dos usuários está satisfeita. Em Luxemburgo, 84% dos usuários recentes estão satisfeitos, e a taxa de satisfação é semelhante na Estônia, Finlândia, Holanda e Suíça.

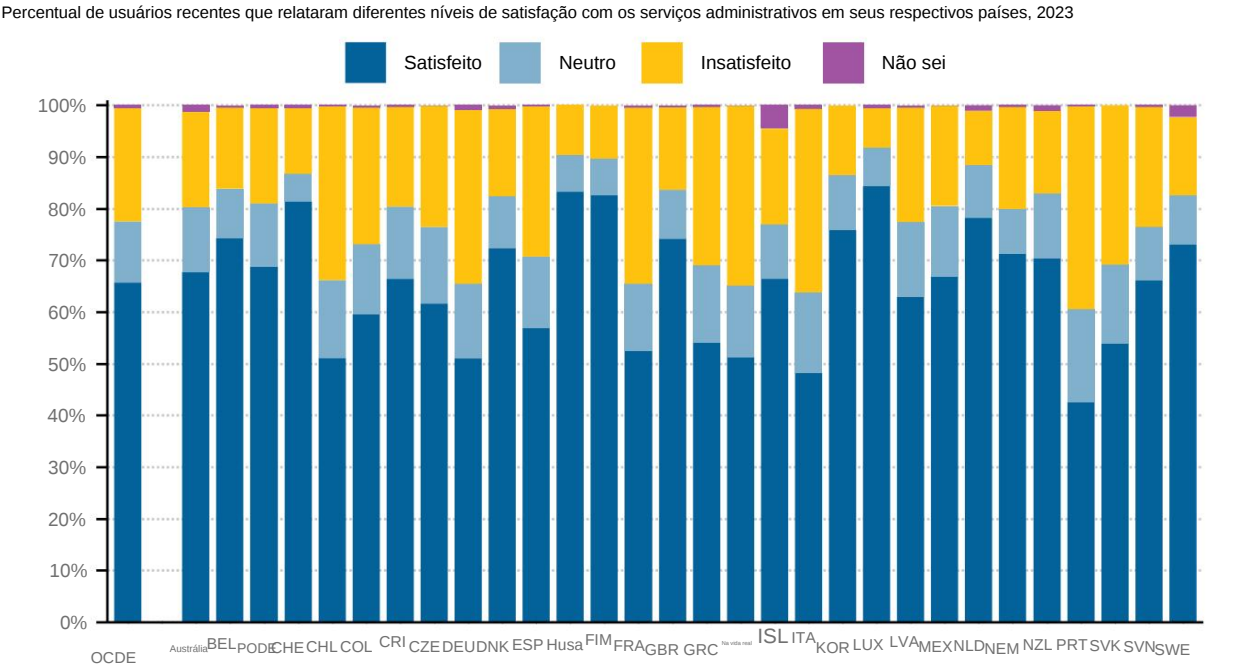
Entre todos os entrevistados, 5 satisfação entre os 18

O número de países com dados para ambos os anos aumentou ligeiramente.

64% a 65%, com as maiores melhorias observadas na Austrália, Colômbia, Estônia e Suécia (Figura 3.7).

A satisfação com os serviços administrativos é o fator mais importante da governança pública para a confiança no funcionalismo público nacional e o segundo fator mais importante para a confiança no governo local. Também tem um impacto positivo na confiança no governo nacional, embora com menor importância do que outros fatores da governança pública (ver Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 3.4. A grande maioria está satisfeita com os serviços administrativos.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas, dentro de cada país, entre usuários recentes à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação com a qualidade dos serviços administrativos em [PAÍS] (por exemplo, solicitar um documento de identidade, registrar um nascimento ou solicitar benefícios)?”. Os usuários recentes responderam afirmativamente à pergunta “Nos últimos 12 meses, você utilizou algum serviço administrativo em [PAÍS] (por exemplo, solicitar um passaporte, registrar um nascimento ou solicitar benefícios etc.)?”. A proporção de “satisfação” corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “insatisfação” corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/fd8xgi>

A grande maioria dos usuários de serviços administrativos está satisfeita com diferentes funcionalidades de seus sistemas principais.

O serviço foi obtido recentemente, mas melhorias na velocidade e facilidade de acesso ao serviço poderiam aumentar ainda mais a satisfação. Ao ser solicitado a avaliar

Ao avaliar diferentes aspectos da sua experiência mais recente com um serviço administrativo, mais de sete em cada dez pessoas indicaram estar satisfeitas com a cortesia e competência dos funcionários, bem como com a clareza do atendimento.

linguagem e informação, e o grau em que o serviço atendeu às suas necessidades (Figura 3.5). Aumentar a satisfação com a facilidade e rapidez na obtenção do serviço provavelmente será o fator de maior impacto para aumentar a satisfação com a qualidade geral dos serviços administrativos: indivíduos satisfeitos com esses componentes do serviço têm dez e treze pontos percentuais a mais de probabilidade, respectivamente, de avaliar a qualidade geral do serviço administrativo.

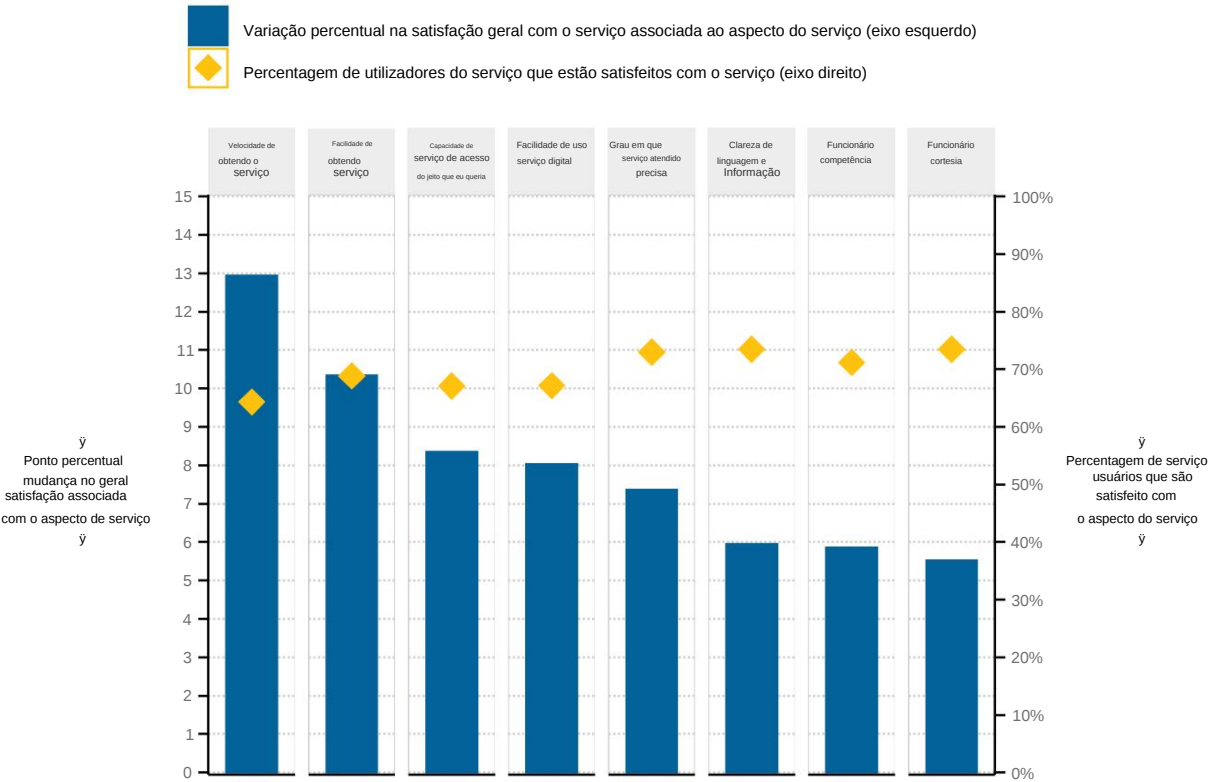
positivamente comparado a indivíduos semelhantes que, de outra forma, não estavam satisfeitos com estes aspectos de sua experiência.

A digitalização dos serviços pode ser um meio de melhorar a satisfação do cliente, mas essa relação não é automática. Por exemplo, é notável que na Estônia e na Finlândia, dois dos países com maior satisfação geral com os serviços administrativos,

Oito em cada dez usuários mais recentes se declararam satisfeitos tanto com a capacidade de acessar o serviço da maneira que desejavam quanto com a facilidade de uso dos serviços digitais. No entanto, em outros países que investiram fortemente na transformação digital do seu setor público (OCDE, 2024[4]), isso nem sempre é imediatamente recompensado por uma satisfação extremamente elevada com os serviços administrativos em geral e com estes aspetos de serviço em particular.

Figura 3.5. Aumentar a rapidez e a facilidade de obtenção do serviço pode impulsionar a satisfação com os serviços administrativos, tanto presenciais quanto remotos.

Variação percentual na probabilidade de satisfação com os serviços administrativos após um aumento na satisfação com qualquer um dos aspectos do serviço (eixo Y esquerdo, representado por barras) e percentual de usuários satisfeitos com o aspecto do serviço (eixo Y direito, representado por pontos), média da OCDE, 2023.



Como interpretar: Por exemplo, em média, nos países da OCDE, 64% estão satisfeitos com a rapidez na obtenção do serviço, e isso está associado a um aumento de 13 pontos percentuais na probabilidade de estarem satisfeitos com os serviços administrativos.

Nota: No eixo Y direito, representado por pontos, a figura apresenta a média não ponderada da OCDE da porcentagem de pessoas que indicaram satisfação com o respectivo aspecto ao responder à pergunta: "Pensando no serviço administrativo mais recente que você utilizou, qual o seu nível de satisfação com cada um dos seguintes itens? Por favor, dê sua resposta em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa que você não está nada satisfeito e 10 significa que você está completamente satisfeito".

A proporção de satisfeitos é a soma das respostas de 6 a 10 na escala. "Não sei" e "Não se aplica" eram opções de resposta separadas. A variação percentual na satisfação com os serviços administrativos, representada pelas barras no eixo Y esquerdo, corresponde ao efeito marginal médio de estar satisfeito em comparação com não estar satisfeito.

com qualquer um dos oito aspectos do serviço, quando todos os outros aspectos do serviço, idade, sexo e níveis de escolaridade são mantidos constantes. Os efeitos marginais médios são estatisticamente significativos em p<0,01.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

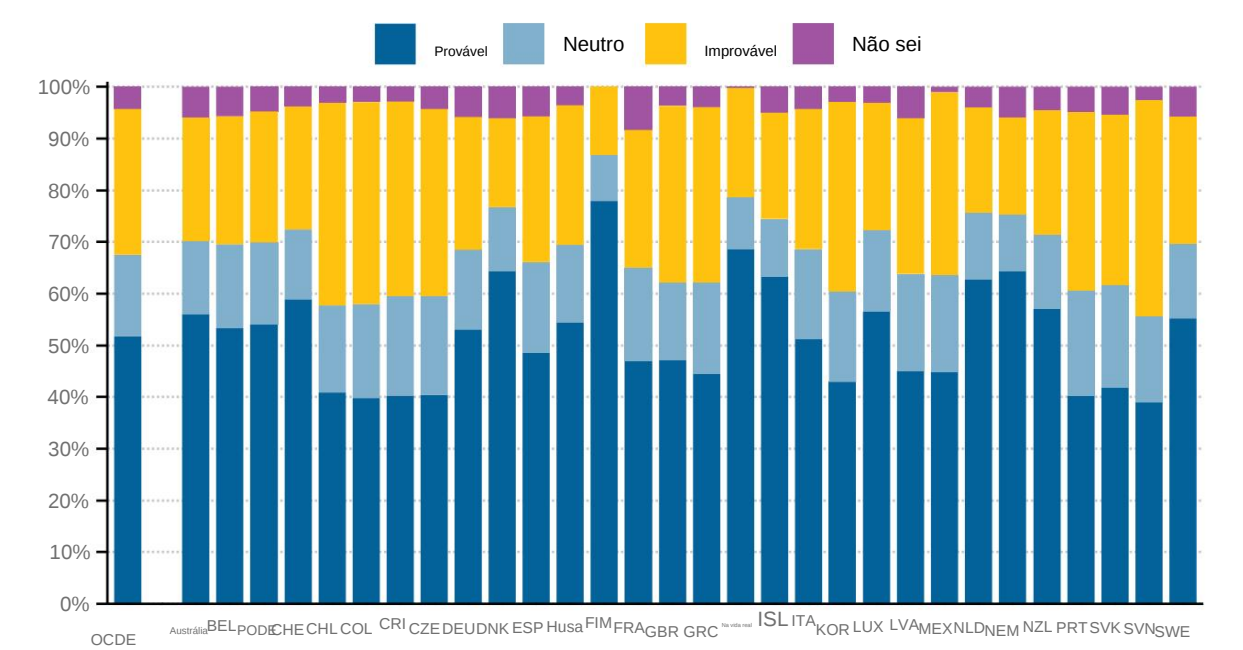
StatLink 2<https://stat.link/zgs9fh>

O aumento da prevalência da prestação de serviços remotos e das interações digitais com o público torna o uso responsável de dados pessoais por órgãos públicos ainda mais relevante. Nesse quesito, a maioria (52%) confia que seus dados serão usados apenas para fins legítimos (Figura 3.6). A porcentagem de pessoas confiantes aumentou de 52% para 53% entre os 18 países com dados disponíveis para 2021 e 2023 (Figura 3.8).

Pessoas satisfeitas com os serviços administrativos e confiantes de que o governo usará os dados para fins legítimos tendem a ter níveis mais altos de confiança não apenas no funcionalismo público, mas também em outros setores. Isso sugere que a confiança no uso legítimo dos dados está associada à crença de que a maioria dos seus colegas Os cidadãos, incluindo os funcionários públicos, são geralmente confiáveis (Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 3.6. Uma em cada duas pessoas acredita que as agências públicas utilizam seus dados pessoais apenas para fins legítimos.

Proporção da população que considera provável ou improvável que uma agência pública utilize seus dados pessoais apenas para fins legítimos, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você compartilhasse seus dados pessoais com um órgão/escritório/departamento público, qual a probabilidade de que eles fossem usados apenas para fins legítimos?" dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

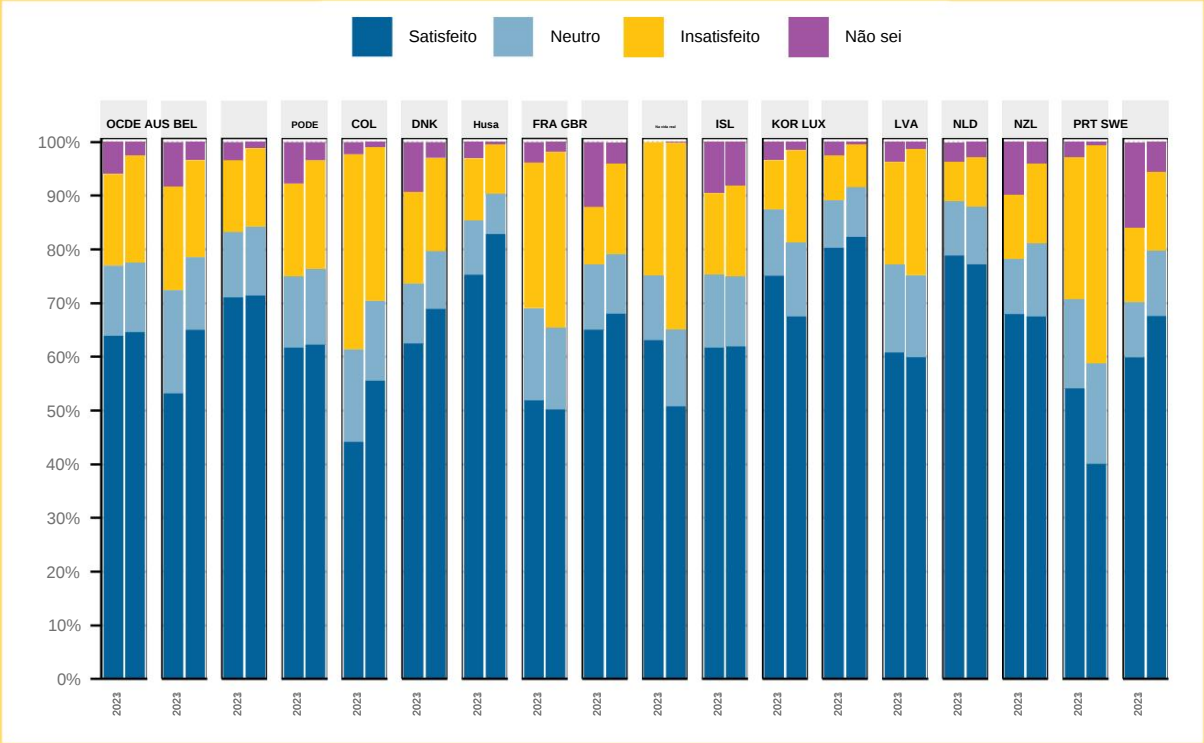
StatLink 2<https://stat.link/vmuw18>

Quadro 3.2. Destaque para as mudanças: Satisfação com os serviços administrativos e o tratamento legítimo de dados.

A satisfação com os serviços administrativos e a confiança de que as agências públicas utilizam os dados pessoais apenas para fins legítimos mantiveram-se estáveis entre 2021 e 2023.

Figura 3.7. De 2021 a 2023, não houve mudança significativa na satisfação média da OCDE com o sistema administrativo.

Porcentagem da população que reporta diferentes níveis de satisfação com os serviços administrativos no seu país, 2021 e 2023



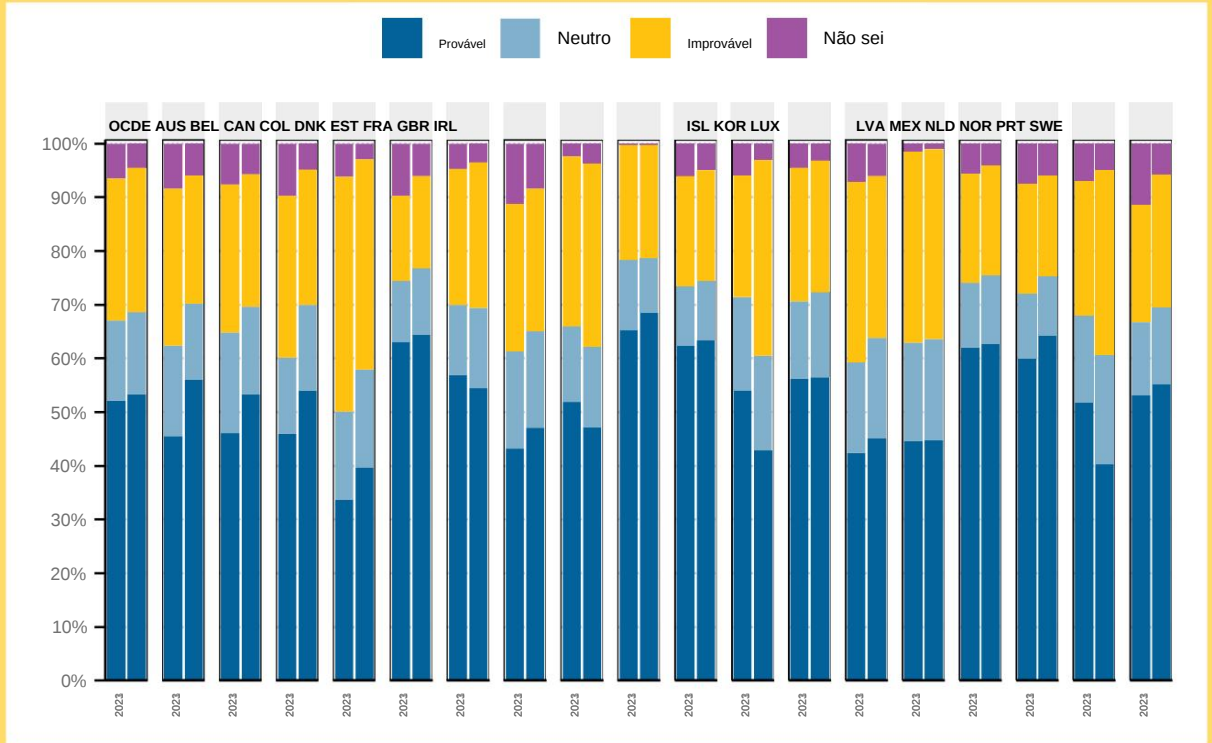
Nota: A figura apresenta a distribuição, dentro de cada país, das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, qual o seu nível de satisfação com a qualidade dos serviços administrativos em [PAÍS] (por exemplo, solicitar um documento de identidade, registrar um nascimento ou solicitar benefícios)?” nas ondas de 2021 e 2023. A proporção de “satisfação” é a agregação das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “insatisfação” é a agregação das respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023. Ao contrário dos dados apresentados nas Figuras 3.4 e 3.5, a amostra não se restringe a indivíduos que tiveram contato recente com serviços administrativos.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/nbhtqo>

Figura 3.8. A maioria continua a expressar confiança na utilização de dados pessoais pelo governo para fins legítimos.

Proporção da população que considera provável ou improvável que uma agência pública utilize seus dados pessoais apenas para fins legítimos, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você compartilhasse seus dados pessoais com um órgão/escritório/departamento público, qual a probabilidade de que eles fossem usados apenas para fins legítimos?" em cada país, nas ondas de 2021 e 2023. A pergunta da pesquisa teve uma formulação ligeiramente diferente em 2021 na Noruega: "Se você compartilhar seus dados pessoais com uma autoridade pública, qual a probabilidade de que essas informações sejam usadas apenas para os fins para os quais foram coletadas?" e no México: "Se você compartilhasse seus dados pessoais (nome, telefone, endereço etc.) com uma instituição pública no México, qual a probabilidade de que essas informações fossem usadas exclusivamente para o propósito para o qual foram solicitadas?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/860xq7>

3.3. AS PESSOAS TÊM MAIS CONFIANÇA NA IMPARCIALIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO QUE EM SUA INTEGRIDADE DURANTE AS INTERAÇÕES DIÁRIAS COM O PÚBLICO

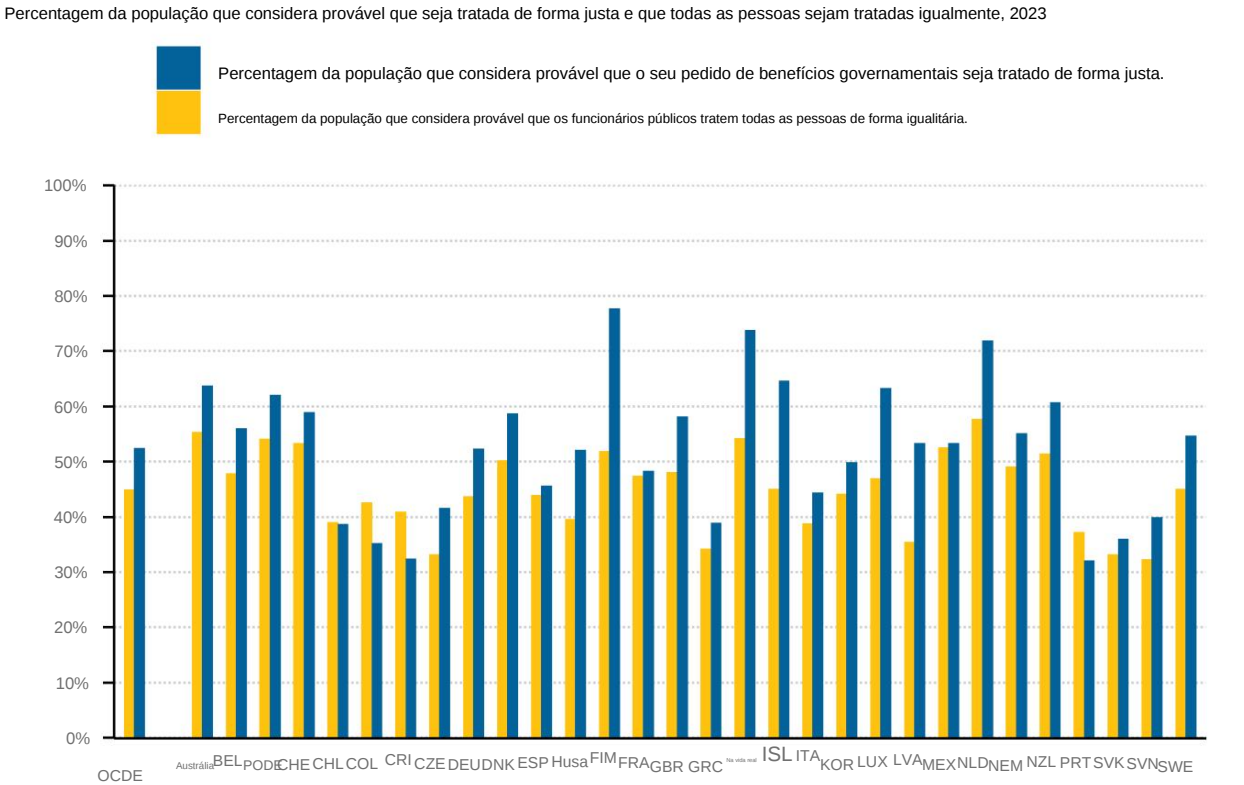
Nas interações diárias com instituições públicas, as pessoas esperam que os funcionários públicos com quem interagem as tratem com justiça, independentemente de sua origem, e que ajam com integridade. No entanto, as percepções de justiça e integridade, em particular, são um tanto menos positivas.

Assim como em 2021, a Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023 continha duas perguntas sobre a imparcialidade dos funcionários públicos em suas interações com o público. Uma das perguntas pedia aos respondentes que avaliassem a probabilidade de um funcionário público em sua região tratar todos igualmente, independentemente de nível de renda, identidade de gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem. A segunda pergunta, de caráter mais pessoal, solicitava aos respondentes que indicassem a probabilidade de um pedido de serviço ou benefício feito por eles ou por um membro de sua família ser tratado de forma justa.

As pessoas geralmente expressam mais confiança de que sua própria candidatura será tratada de forma justa do que na probabilidade de que todas as pessoas sejam tratadas igualmente, independentemente de sua origem. Enquanto 52% Embora expressem confiança de que sua candidatura será tratada de forma justa, apenas 45% acreditam que isso acontecerá com todas as pessoas (Figura 3.9). Uma possível explicação é que as pessoas podem se lembrar de suas experiências pessoais com relação ao tratamento justo de sua própria candidatura e, em vez de expressarem desconfiança em relação aos funcionários públicos, demonstrarem empatia por aqueles que consideram em desvantagem. As respostas às duas perguntas frequentemente coincidem, mas, em média, uma em cada cinco pessoas que acreditam ser provável ou improvável que os funcionários públicos ajam com justiça, de acordo com uma das perguntas, tem a opinião oposta em relação à outra. A avaliação menos positiva da justiça geral em comparação com a justiça pessoal se mantém na maioria dos países, com exceção dos países latino-americanos participantes. Nesses países, a parcela daqueles que consideram provável o tratamento justo é praticamente igual para ambas as perguntas (Chile e México) ou a probabilidade de tratamento justo em nível pessoal é percebida como menor do que a igualdade de tratamento entre pessoas de diferentes origens (Colômbia e Costa Rica).



Figura 3.9. Mais pessoas acreditam que seu próprio pedido de benefícios governamentais será tratado de forma justa do que funcionários públicos acreditam que todas as pessoas serão tratadas igualmente, independentemente de sua origem.



Nota: A figura mostra a distribuição dentro de cada país da proporção de pessoas que responderam que é "provável" (respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10) às perguntas "Se um funcionário público interagisse com o público na área onde você mora, qual a probabilidade que você acha que ele trataria todas as pessoas igualmente, independentemente de seu nível de renda, identidade de gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem?" (azul) e "Se você ou um membro de sua família solicitasse um benefício ou serviço do governo, qual a probabilidade que você acha que sua solicitação seria tratada de forma justa?" (amarelo).

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

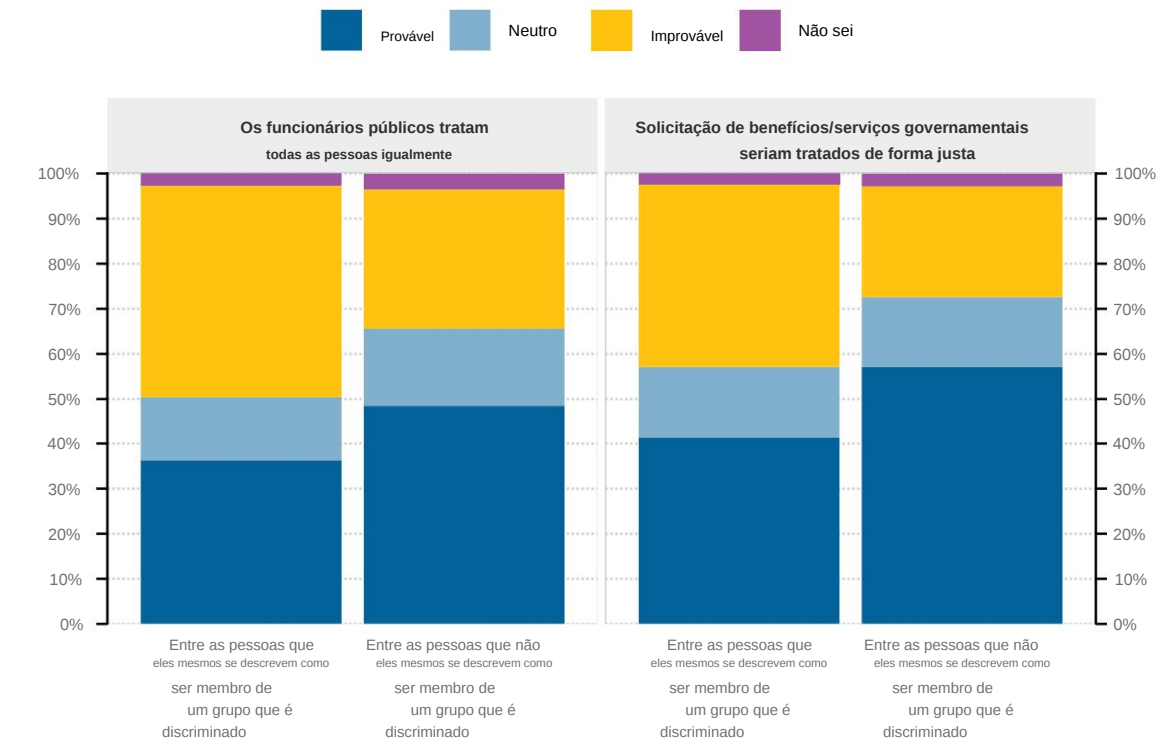
StatLink 2<https://stat.link/bzocji>

Indivíduos que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado no país avaliam a probabilidade de tratamento justo de forma mais negativa. Tanto para a questão pessoal quanto para a geral, a proporção daqueles que consideram improvável que os funcionários públicos se comportem de forma justa é aproximadamente quinze pontos percentuais maior para esse grupo do que para aqueles que não se identificam como pertencentes a um grupo discriminado (Figura 3.10). Tanto a experiência pessoal com tratamento discriminatório quanto uma maior consciência do potencial de tratamento injusto podem explicar essa discrepância. Mesmo em países onde a percepção de justiça no tratamento é muito alta, como na Finlândia, onde três quartos (77%) acreditam que seu pedido de benefício ou serviço seria tratado com justiça, essa percepção permanece.

De forma justa, essa proporção diminui para 56% entre aqueles que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado. Mesmo assim, a Finlândia ainda está entre os cinco países onde a percepção de justiça entre pessoas que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado é mais alta. Garantir que os indivíduos, independentemente de sua origem, possam ter certeza de que receberão tratamento justo para si mesmos e para os outros pode contribuir para a confiança, visto que essas variáveis estão positivamente associadas a níveis altos ou moderadamente altos de confiança no serviço público nacional e no governo local, quando se analisam conjuntamente os fatores determinantes da governança pública e as variáveis de contexto (ver Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 3.10. Pessoas que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado no país têm menores expectativas de tratamento justo.

Expectativas de tratamento justo, de acordo com a autoidentificação das pessoas como pertencentes a um grupo que consideram discriminado no país, média da OCDE, 2023.



Nota: A figura mostra as médias nacionais não ponderadas da OCDE para a distribuição das respostas às perguntas “Se um funcionário público interagisse com o público na área onde você mora, qual a probabilidade de ele tratar todas as pessoas igualmente, independentemente de seu nível de renda, identidade de gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem?” (à esquerda) e “Se você ou um membro da sua família solicitasse um benefício ou serviço governamental, qual a probabilidade de sua solicitação ser tratada de forma justa?” (à direita), com base na resposta “Sim” ou “Não” à pergunta “Você se considera membro de um grupo discriminado em [PAÍS]?”. Para a França, as médias gerais das respostas às duas perguntas foram incluídas na estatística para cada grupo.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

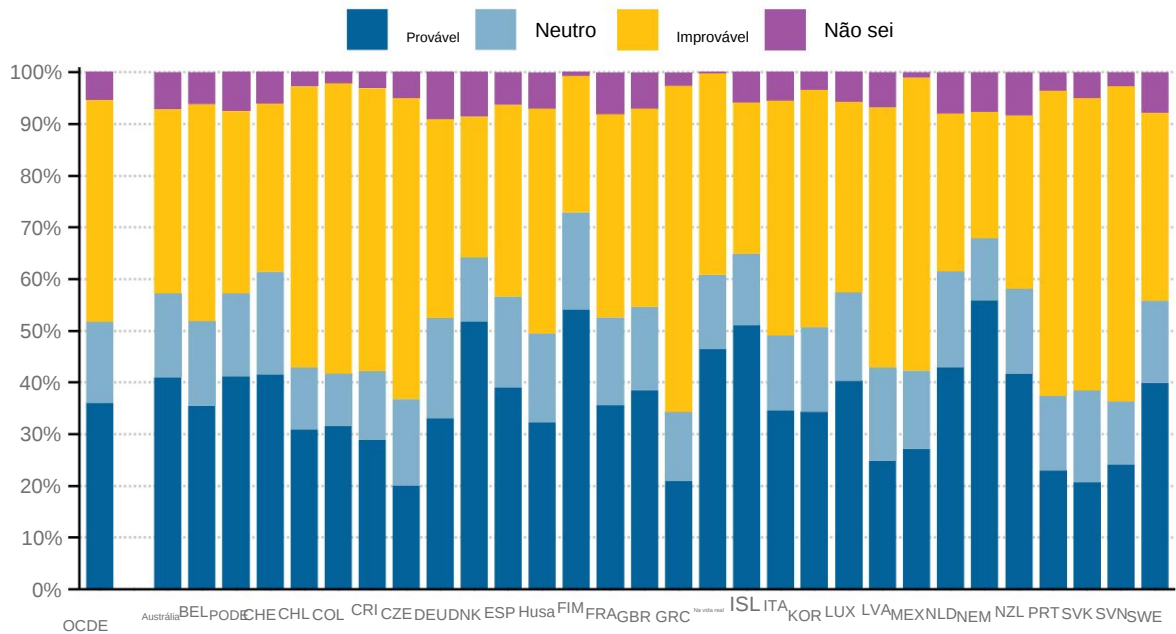
StatLink 2<https://stat.link/yz68rf>

A percepção sobre a integridade do setor público é uma preocupação na maioria dos países. Quando questionados sobre a probabilidade de um funcionário público aceitar ou recusar um suborno para agilizar um serviço, mais de 43% responderam que é provável que o funcionário aceite. Em média, as pessoas acreditam que um funcionário público se envolveria em corrupção de pequena monta, e apenas 36% acham que não (Figura 3.11). Mesmo na Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega, onde a maioria espera que um funcionário público recuse uma oferta de suborno, cerca de um quarto dos adultos considera isso improvável; e em alguns países, particularmente na Europa Central e do Sul e na América Latina, essa porcentagem ultrapassa os 50%. Pesquisas anteriores descobriram que essas percepções podem ser altamente prejudiciais à confiança (Espinal, Hartlyn e

Kelly, 2006[5]; Van de Walle e Migchelbrink, 2020[6]); e as conclusões do Inquérito de Confiança da OCDE de 2023 sugerem igualmente uma elevada correlação positiva entre a percepção de pessoas que consideram provável que um funcionário público recuse um suborno e a confiança na administração pública nacional (Figura 3.12). As análises de regressão (que consideram vários fatores em simultâneo) confirmam igualmente que as pessoas que consideram mais provável que esta forma de pequena corrupção não ocorra são mais propensas a confiar no seu governo local e na administração pública. Existe também uma associação positiva com a confiança no governo nacional, mas é menos acentuada (ver Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 3.11. Pouco mais de um terço acredita que um funcionário público recusaria dinheiro oferecido para agilizar o acesso a um serviço público.

Proporção da população que considera provável ou improvável que um funcionário público recuse um suborno, 2023



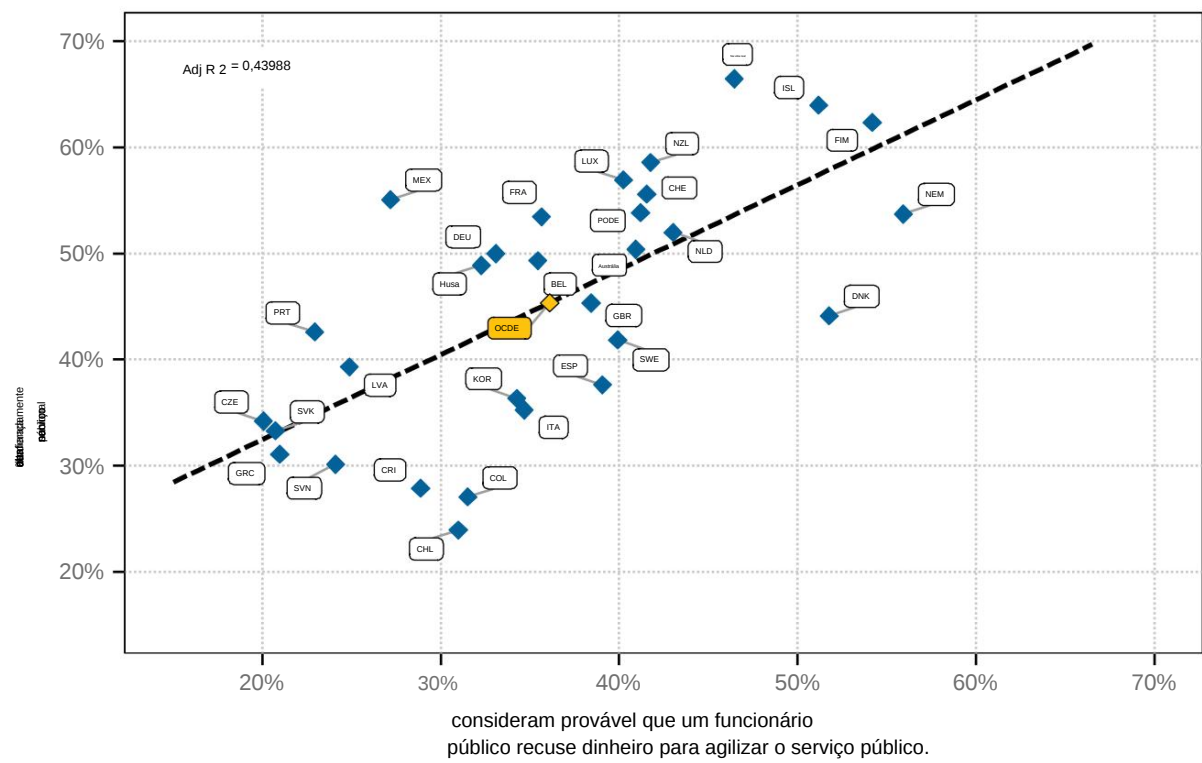
Nota: A figura mostra a distribuição das respostas à pergunta "Se um funcionário público recebesse uma oferta financeira de um cidadão ou de uma empresa para agilizar o acesso a um serviço público, qual a probabilidade de ele recusar?" dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" foi uma resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/hgyxas>

Figura 3.12. A confiança na administração pública é maior em países onde mais pessoas acreditam que os funcionários públicos recusariam dinheiro para agilizar o acesso a um serviço público.

Proporção daqueles que demonstram alta ou moderada confiança no funcionalismo público nacional (eixo y) e proporção daqueles que consideram provável que um funcionário público recuse verbas para agilizar o acesso a um serviço público (eixo x), 2023



Nota: A figura mostra a média, para cada país, da parcela da população com alta ou moderadamente alta confiança no funcionalismo público (eixo y) e que considera provável que um funcionário público recuse dinheiro para agilizar o acesso a um serviço público. O eixo y mostra a proporção da população que tem "alta ou moderadamente alta confiança", com base na agregação das respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10. A pergunta da pesquisa, mostrada no eixo x, é: "Se um funcionário público recebesse uma oferta de dinheiro de um cidadão ou de uma empresa para agilizar o acesso a um serviço público, qual a probabilidade de ele recusar?". A parcela que considera provável a recusa corresponde às respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

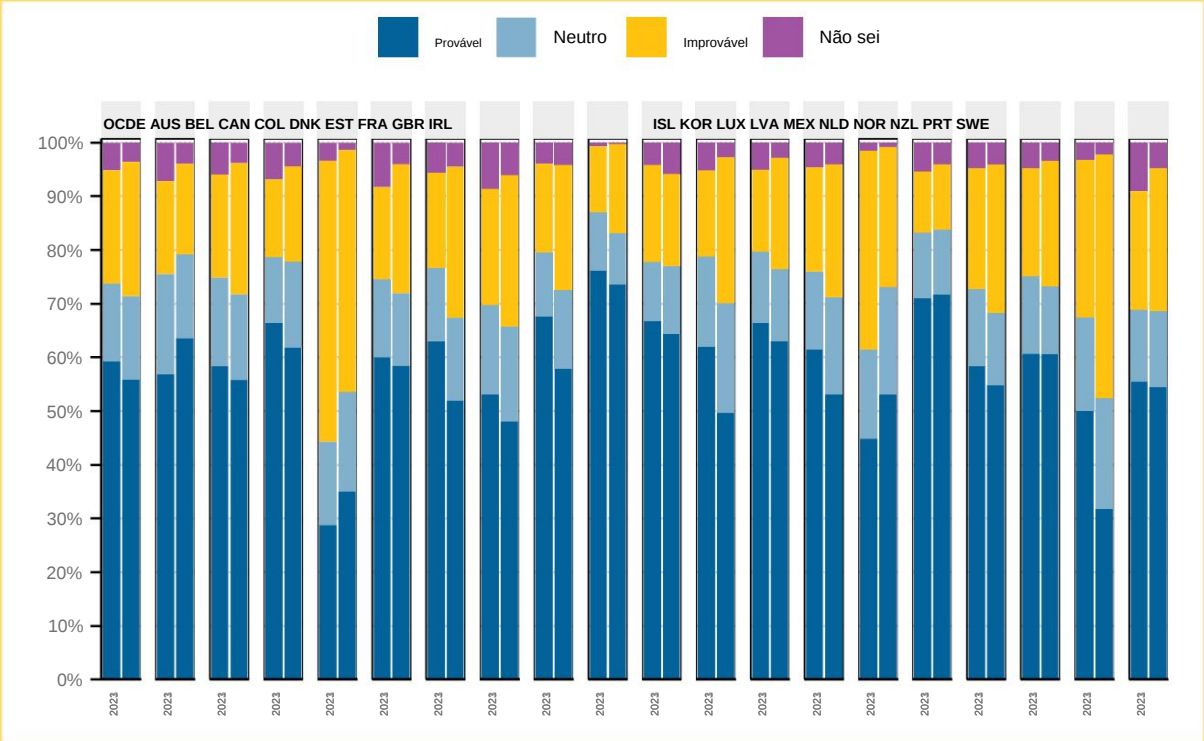
StatLink 2<https://stat.link/uknbsa>

Quadro 3.3. Em destaque: tratamento justo e integridade dos funcionários públicos

Entre 2021 e 2023, a proporção de pessoas que consideram provável que sua candidatura a um cargo público seja tratada de forma justa diminuiu em treze países, passando, em média, de 59% para 56% (Figura 3.13). Durante o mesmo período, a percepção da integridade dos servidores públicos deteriorou-se ligeiramente em média, mas melhorou em um terço dos países participantes (Figura 3.14).

Figura 3.13. Uma parcela ligeiramente decrescente acredita que seu próprio pedido de benefício governamental seria tratado de forma justa.

Proporção da população que considera provável ou improvável que seu pedido de benefícios/serviços governamentais seja tratado de forma justa, em 2021 e 2023.



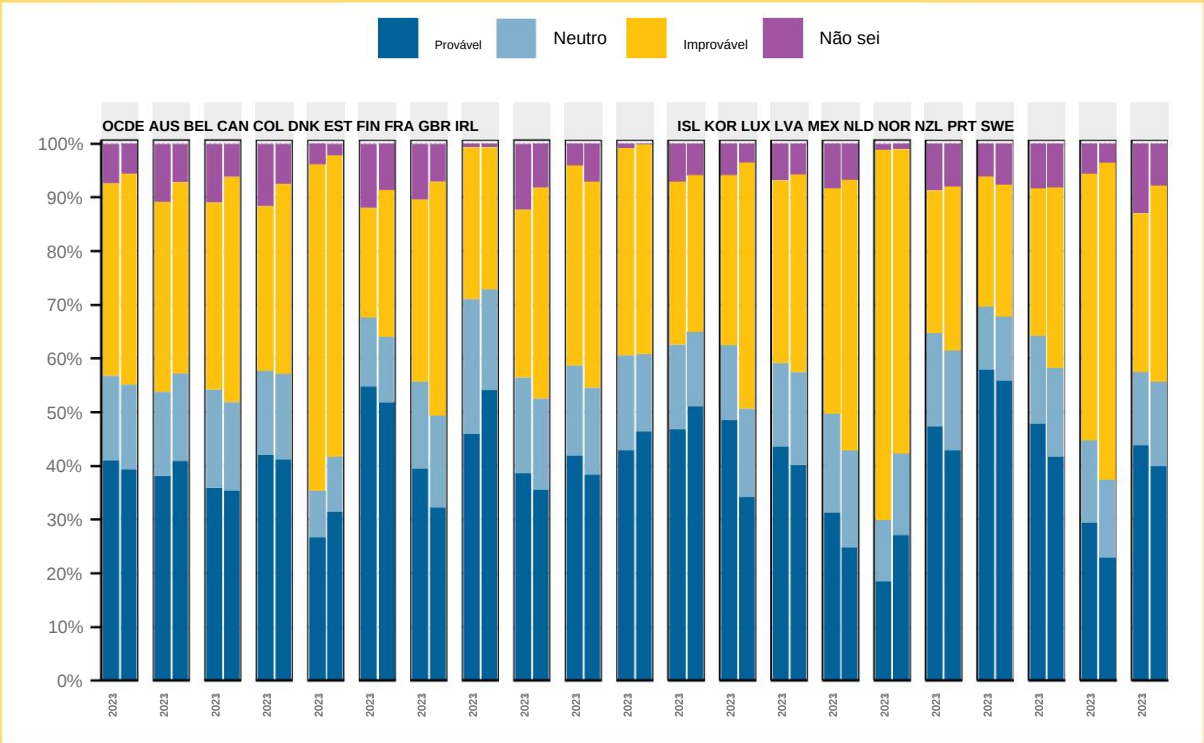
Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você ou um membro da sua família solicitasse um benefício ou serviço do governo, qual a probabilidade de sua solicitação ser tratada de forma justa?" em cada país, nas ondas de 2021 e 2023. As perguntas da pesquisa foram formuladas de maneira ligeiramente diferente em 2021 na Noruega ("Se você solicitasse ajuda ou apoio das autoridades públicas, qual a probabilidade de sua solicitação ser processada de forma justa?") e no México ("Se você solicitasse apoio do governo, qual a probabilidade de sua solicitação ser tratada de forma justa?"). A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/xvoq17>

Figura 3.14. A percepção da integridade dos funcionários públicos deteriorou-se ligeiramente.

Proporção da população que considera provável ou improvável que um funcionário público recuse um suborno, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Se um funcionário público recebesse uma oferta de dinheiro de um cidadão ou empresa para agilizar o acesso a um serviço público, qual a probabilidade de ele recusar?” nas ondas de 2021 e 2023. A pergunta de 2021 foi formulada de maneira ligeiramente diferente na Noruega (“Se um membro do Storting recebesse uma oferta de suborno ou outro benefício em troca de exercer sua influência em uma questão parlamentar, qual a probabilidade de ele aceitá-lo?”), no México (“Se um servidor público recebesse uma oferta de dinheiro para agilizar o processamento de um serviço público na sua região, qual a probabilidade de ele aceitá-la?”) e na Finlândia (“Se um parlamentar recebesse uma oferta de suborno para influenciar a concessão de um contrato de licitação pública, você acha que ele recusaria o suborno?”). A proporção “provável” é a soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde a uma resposta de 5. “Improvável” é a agregação de respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/o6w4yj>

3.4. PERSISTEM DÚVIDAS QUANTO À RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ÀS PREOCUPAÇÕES E AO FEEDBACK SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROGRAMAS

Instituições públicas que buscam implementar políticas, programas e serviços que correspondam às necessidades cotidianas das pessoas têm muito mais probabilidade de sucesso quando estão abertas a receber e responder ao feedback do público.

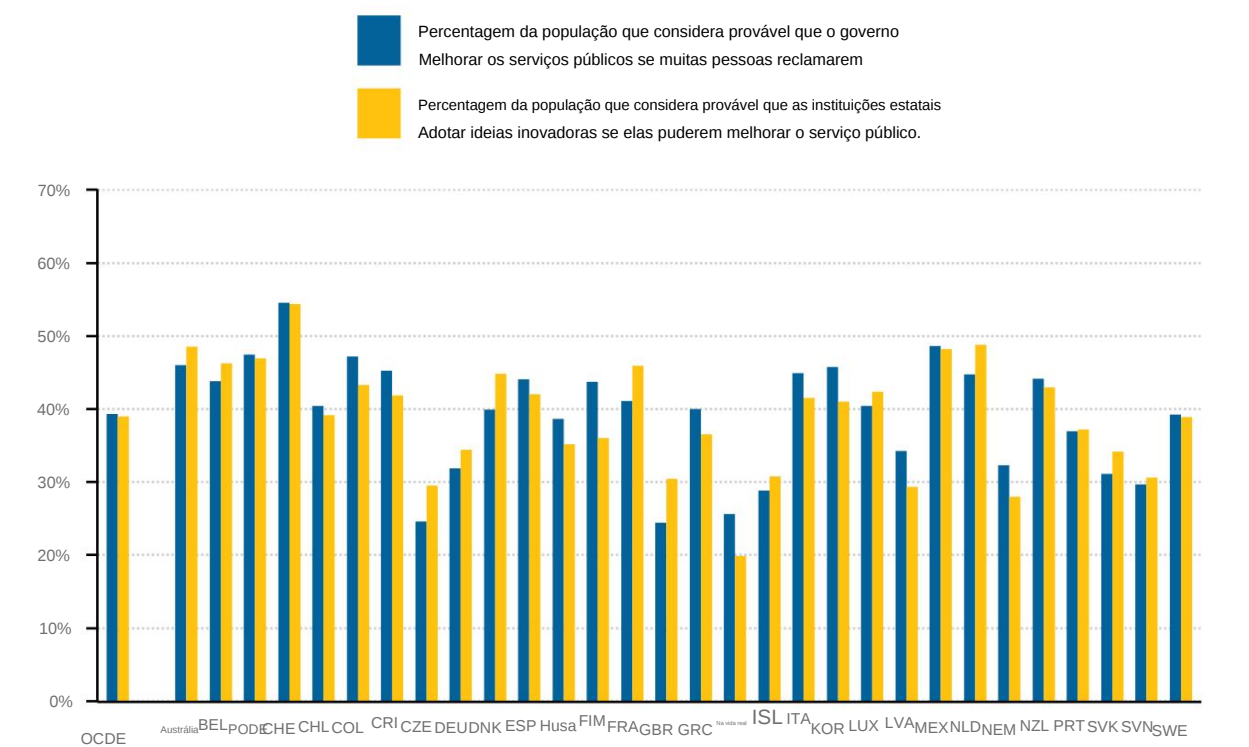
Em consonância com as conclusões do Inquérito de Confiança da OCDE de 2021, o Inquérito de Confiança de 2023 constata que as instituições públicas nos países da OCDE poderiam ter mais sucesso em

Demonstrando abertura e receptividade aos cidadãos. Isso inclui assuntos locais e serviços públicos, para os quais suas contribuições são baseadas em suas próprias experiências.

As pessoas são pessimistas quanto à capacidade das instituições públicas de responderem às necessidades dos usuários, melhorando a eficácia e a qualidade dos serviços públicos. Menos de quatro em cada dez pessoas (39%) acreditam que um serviço público melhoraria se muitas pessoas reclamassem de seu mau funcionamento, e uma parcela igual acredita que uma ideia inovadora seria adotada pela instituição responsável se pudesse melhorar um serviço (Figura 3.15).

Figura 3.15. Em média, quatro em cada dez pessoas acreditam que um serviço público melhoraria se as pessoas reclamassem e se uma ideia inovadora fosse proposta.

Proporção da população que considera provável (a) que o governo melhore os serviços se muitas pessoas reclamarem, ou (b) que as instituições estatais adotem ideias inovadoras se essas ideias puderem melhorar os serviços públicos, 2023



Nota: A figura mostra a porcentagem média da população que respondeu "provável" (respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10) às perguntas "Se muitas pessoas reclamassem de um serviço público que não está funcionando bem, qual a probabilidade de ele ser melhorado?" e "Se houvesse uma ideia inovadora que pudesse melhorar um serviço público, qual a probabilidade de ela ser adotada pela instituição pública responsável?". A "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas "provável" entre os países.

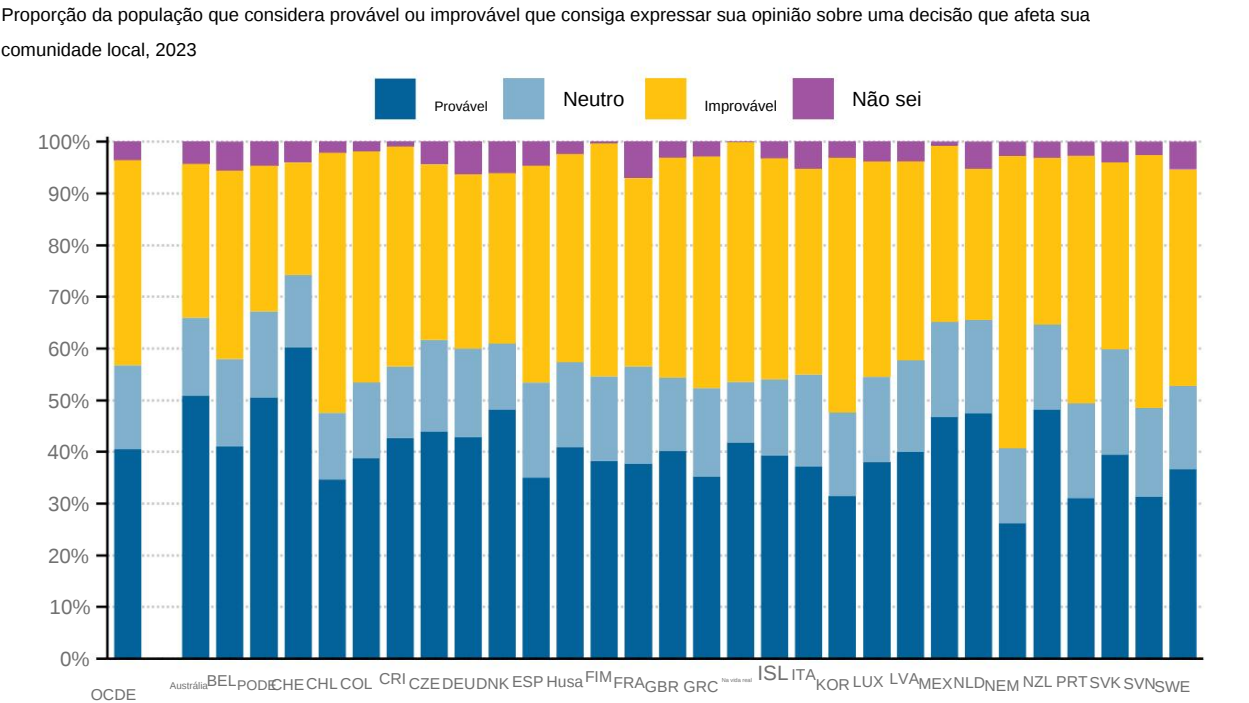
Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/ugbom6>

Em média, quatro em cada dez pessoas acham provável e acham improvável, respectivamente, que terão a oportunidade de expressar sua opinião quando o governo local tomar uma decisão que afete sua comunidade (Figura 3.16). Essa porcentagem permaneceu relativamente estável entre os países com dados de 2021 e 2023, caindo de 42% para 41% (Figura 3.17). Em alguns países, a porcentagem é tão baixa quanto um quarto, enquanto na Austrália, Canadá e Suíça, a maioria acredita que provavelmente conseguiria expressar sua opinião nesse cenário.

A percepção positiva de poder expressar opiniões sobre assuntos locais tem a maior influência positiva na confiança no governo local do que qualquer outro fator de governança pública. Percepções mais positivas sobre a capacidade de resposta das instituições públicas a reclamações sobre um serviço público também estão associadas a maior confiança no governo local e no funcionalismo público (Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 3.16. Em média, 41% acreditam que poderiam expressar sua opinião antes que o governo local tomasse uma decisão que afetasse sua comunidade.



Nota: A pergunta é: “Se uma decisão que afeta sua comunidade local for tomada pelo governo local, qual a probabilidade de você ter a oportunidade de expressar sua opinião?”. A proporção “provável” é a soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “improvável” é a soma das respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/an5wqv>

A receptividade às contribuições, sejam elas de cidadãos, especialistas externos ou dos próprios funcionários públicos, exige que os tomadores de decisão, sejam eles formuladores de políticas ou altos funcionários públicos, estejam abertos a receber e ouvir o feedback e tenham autonomia para implementar mudanças. Como veremos no próximo capítulo, as dúvidas sobre essa disposição e capacidade não se aplicam apenas a cidadãos, mas também a funcionários públicos.

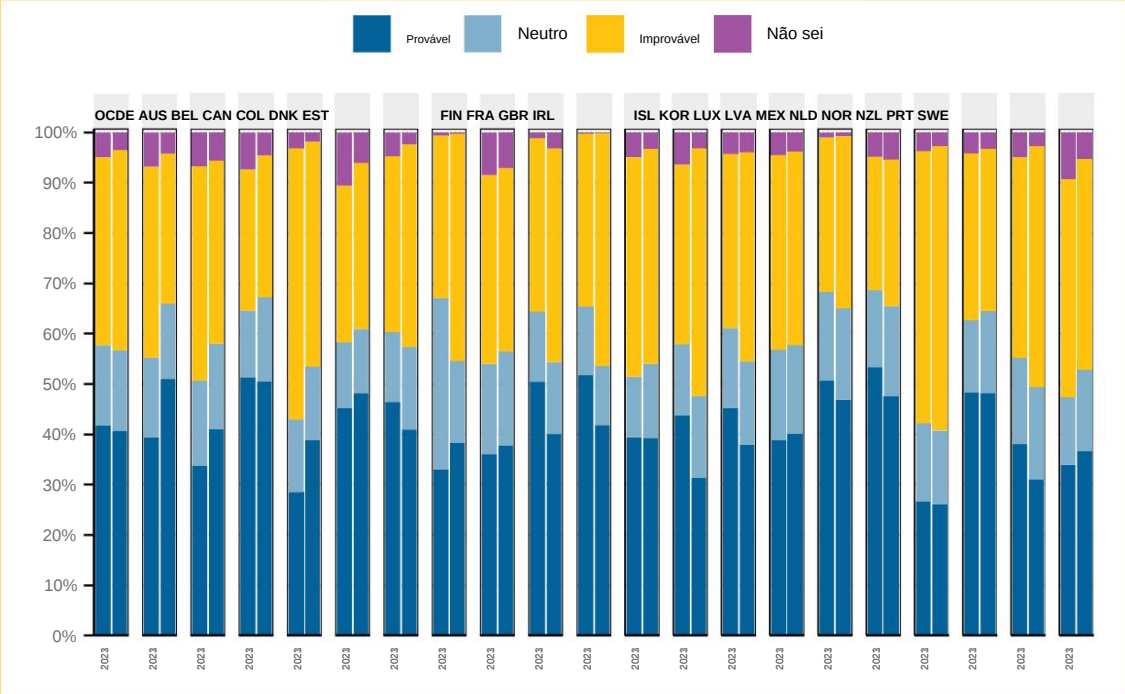
não apenas em questões mais simples, como serviços públicos e mudanças em políticas locais, mas ainda mais na formulação de políticas sobre questões complexas. No entanto, investir na capacidade das instituições públicas em todos os níveis de serem receptivas a evidências e feedback pode gerar importantes benefícios em termos de confiança.

Quadro 3.4. Em destaque: mudanças: abertura e receptividade nas interações do dia a dia.

Em média, as percepções de abertura e receptividade nas interações cotidianas permaneceram praticamente iguais. Em 2023, assim como em 2021, em média, cerca de quatro em cada dez pessoas nos países da OCDE consideraram provável que pudessem expressar sua opinião sobre as decisões do governo local (Figura 3.17), que os serviços públicos seriam aprimorados após reclamações (Figura 3.18) e que ideias inovadoras para melhorar os serviços públicos seriam adotadas (Figura 3.19). As percepções sobre esses três aspectos de abertura e receptividade tendem a evoluir em conjunto, o que significa que, em países com uma percepção significativamente melhorada, por exemplo, da adoção de ideias inovadoras, as percepções dos outros dois aspectos também melhoraram. A exceção é a Suécia, onde uma parcela crescente considera provável que possa expressar sua opinião sobre as decisões dos governos locais e que ideias inovadoras sejam adotadas, mas uma parcela decrescente considera provável que os serviços públicos sejam aprimorados após reclamações.

Figura 3.17. Cerca de 40% dos indivíduos em toda a OCDE continuaram confiantes de que têm voz na governança local.

Proporção da população que considera provável ou improvável ter a oportunidade de expressar sua opinião sobre a decisão do governo local, em 2021 e 2023.



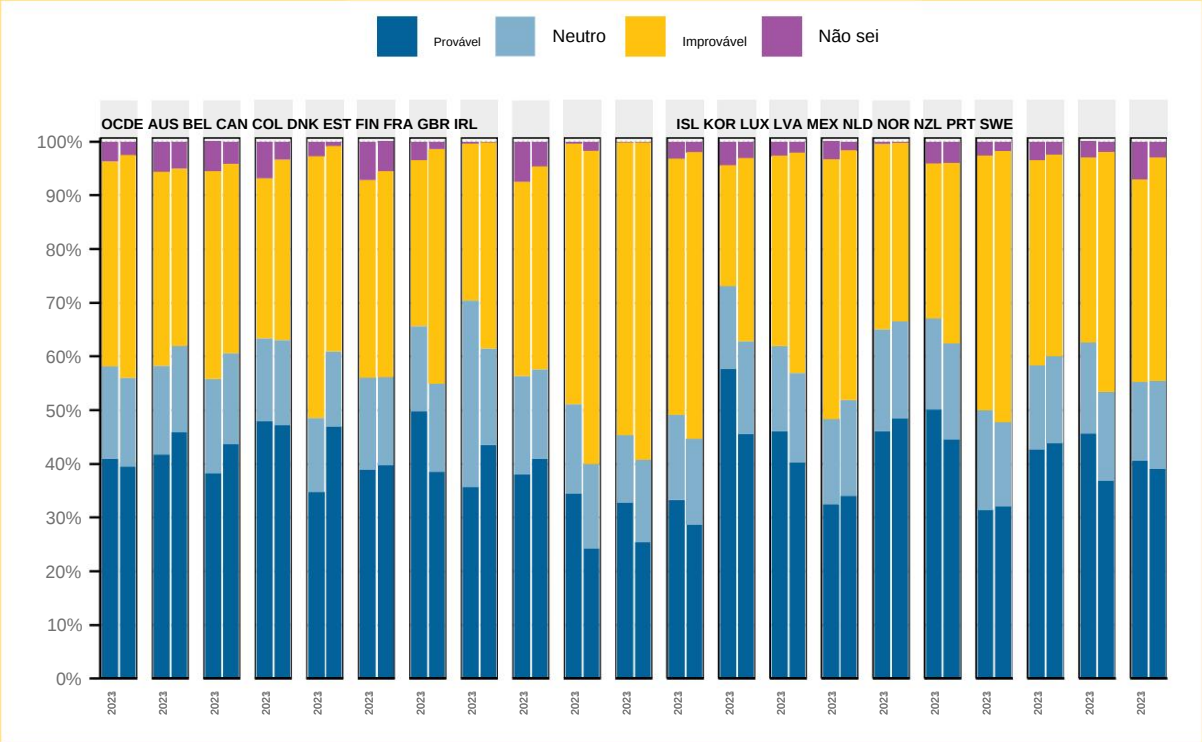
Nota: Os dados apresentam a distribuição das respostas à pergunta "Se uma decisão que afeta a sua comunidade local for tomada pelo governo local, qual a probabilidade de você ter a oportunidade de expressar a sua opinião?" em 2021 e 2023. A pergunta da pesquisa de 2021 foi formulada de maneira ligeiramente diferente na Noruega ("Se uma decisão for tomada e impactar a área onde você mora, qual a probabilidade de você e outros moradores locais terem a oportunidade de influenciar a decisão?"), no México ("Se as autoridades tomarem uma decisão que afete a área onde você mora, qual a probabilidade de as pessoas que moram lá terem a oportunidade de influenciar essa decisão?") e na Finlândia ("Se uma decisão que afeta a sua comunidade for tomada pelo governo local ou regional, qual a probabilidade de você e outros membros da comunidade terem a oportunidade de expressar as suas preocupações?"). A proporção de "probabilidade" é a soma das respostas de 6 a 10 na escala. "Neutro" corresponde a uma resposta de 5; "improvável" é a agregação de respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/3hkwn5>

Figura 3.18. A percepção da capacidade de resposta dos serviços às reclamações sobre serviços públicos permaneceu praticamente a mesma, em média, entre 2021 e 2023.

Proporção da população que considera provável ou improvável que os governos melhorem os serviços públicos se muitas pessoas reclamarem, 2021 e 2023



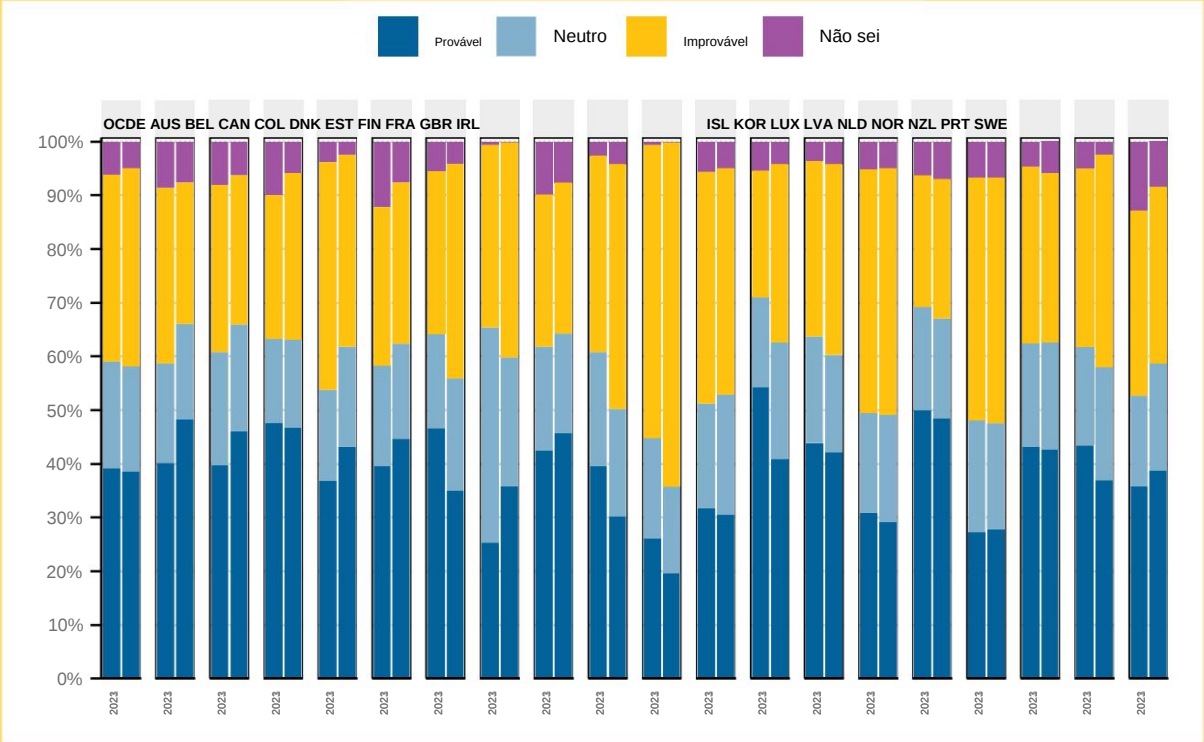
Nota: Os dados apresentam a distribuição das respostas à pergunta “Se muitas pessoas reclamassem de um serviço público que não está funcionando bem, qual a probabilidade de ele ser melhorado?” em cada país, em 2021 e 2023. A pergunta da pesquisa de 2021 foi formulada de maneira ligeiramente diferente na Noruega (“Se você reclamar da qualidade de um serviço público, qual a probabilidade de ele ser melhorado?”), no México (“Se muitas pessoas reclamarem da qualidade de um serviço público, qual a probabilidade de o governo melhorá-lo?”) e na Finlândia (“Se um grande grupo de cidadãos expressar insatisfação com o funcionamento de um serviço público (por exemplo, o sistema de educação, saúde ou justiça), você acha que medidas corretivas serão tomadas?”). A proporção “provável” corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “improvável” corresponde à soma das respostas de 0 a 4. e “Não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/jxca4l>

Figura 3.19. Em muitos países, a percepção sobre a receptividade das instituições públicas a ideias inovadoras permaneceu relativamente estável.

Proporção da população que considera provável ou improvável que as instituições públicas adotem ideias inovadoras caso estas possam melhorar o serviço público, em 2021 e 2023.



Nota: Os dados apresentam a distribuição das respostas à pergunta "Se houvesse uma ideia inovadora que pudesse melhorar um serviço público, qual a probabilidade de ela ser adotada pela instituição responsável?" em cada país, em 2021 e 2023. A pergunta da pesquisa de 2021 foi formulada de maneira ligeiramente diferente na Noruega ("Se um funcionário público tiver uma sugestão sobre como melhorar um serviço, qual a probabilidade de essa sugestão ser levada em consideração?") e na Finlândia ("Se um funcionário público tiver uma ideia que possa levar a uma melhor prestação de um serviço público, você acha que ela seria adotada?"). A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/jnfux9>

3.5. CONCLUSÃO PARA AÇÕES POLÍTICAS QUE AUMENTEM A CONFIANÇA

Embora os níveis de satisfação nas interações diárias com os cidadãos sejam relativamente bons, eles continuam sendo muito importantes para a confiança, e as áreas de foco para o futuro incluem o seguinte:

- Embora a maioria esteja satisfeita com a prestação diária de serviços públicos, a diminuição dos níveis de satisfação entre os usuários dos sistemas de saúde e educação nos últimos dois anos exige um acompanhamento rigoroso no futuro.
- A maioria expressa satisfação com

os serviços administrativos, destacando sua qualidade, a cortesia e a competência dos funcionários e a clareza das informações.

No entanto, melhorar a rapidez e a facilidade da prestação de serviços contribuiria para níveis de satisfação ainda maiores.

- Ao mesmo tempo que se busca aprimorar a velocidade e a facilidade do serviço, é fundamental garantir e comunicar a respeito de diversos aspectos.

O uso responsável de dados é fundamental, pois está intimamente ligado à confiança no serviço público. É importante destacar que, no ambiente digital, a maioria confia no tratamento responsável dos dados pessoais por parte do governo, com um aumento na satisfação desde 2021. Essa confiança relativamente positiva fornece uma base sólida para novos investimentos em infraestrutura pública digital e governo digital, que continuam sendo cruciais.

A maioria das pessoas acredita que seus pedidos de benefícios ou serviços serão tratados de forma justa; no entanto, poucas confiam que todos os indivíduos, independentemente de sua origem, receberão tratamento semelhante. Além disso, a percepção de justiça é menor entre aqueles que se identificam como pertencentes a um grupo discriminado. Garantir que os indivíduos, independentemente de sua origem, possam ter certeza de que receberão tratamento justo pode contribuir para a confiança, visto que essas variáveis estão positivamente associadas a níveis altos ou moderadamente altos de confiança no serviço público nacional e no governo local.

- Em média, mais de 43% das pessoas nos países da OCDE pesquisados acreditam que um funcionário público podem se envolver em pequenos atos de corrupção, enquanto apenas 36% pensam o contrário. Os países precisariam para garantir que as estruturas de integridade pública estejam em vigor e sejam totalmente implementadas (OCDE, 2024[7]).

- Apenas 39% das pessoas acreditam que os serviços públicos melhorariam após reclamações ou que as agências públicas adotariam ideias inovadoras para aprimorar os serviços. Isso indica que os governos deveriam estar mais abertos a modificar seus processos com base no feedback dos usuários ou em ideias de quem atua na linha de frente.

servidores públicos. Os esforços para aumentar a capacidade de resposta devem equilibrar a inovação e o uso crescente do feedback dos cidadãos com a ética. considerações.

REFERÊNCIAS

Di Pietro, G. (2023), “O impacto do encerramento físico das escolas devido à Covid-19 no desempenho dos alunos nos países da OCDE: uma meta-análise”, Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo. [1]

Espinal, R., J. Hartlyn e J. Kelly (2006), “O desempenho ainda importa”, *Estudos Políticos Comparativos*, Vol. 39/2, pp. 200-223, <https://doi.org/10.1177/0010414005281933>. [5]

Gallup (2024), *Pesquisa Mundial Gallup*. [2]

IPSOS (2023), *Monitor Global de Serviços de Saúde da IPSOS 2023 - Um serviço global em 31 países*, <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2023-09/Ipsos-Global-Health-Service-Monitor-2023-WEB.pdf> (acessado em 2 de fevereiro de 2024). [3]

OCDE (2024), “Índice de Governo Digital da OCDE 2023: Resultados e principais conclusões”, *OCDE Public Documentos de Política de Governança*, nº 44, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1a89ed5e-en>. [4]

OCDE (2024), *Perspectivas de Anticorrupção e Integridade 2024*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/968587cd-en>. [7]

Van de Walle, S. e K. Migchelbrink (2020), “Qualidade institucional, corrupção e imparcialidade: o papel do processo e do resultado para a confiança do cidadão na administração pública em 173 regiões europeias”, *Journal of Economic Policy Reform*, Vol. 25/1, pp. 9-27, <https://doi.org/10.1080/17487870.2020.1719103>. [6]

NOTAS

1. Em média, 39% dos entrevistados na Pesquisa de Confiança tiveram contato com o sistema educacional nos últimos dois anos, seja diretamente ou por meio de um membro da família; e em média, 83% dos entrevistados utilizaram o sistema de saúde pessoalmente nos últimos doze meses ou tiveram um membro da família que o utilizou.

A satisfação geral com os sistemas de educação e saúde entre toda a população adulta, incluindo aqueles que não tiveram contato com os sistemas nos respectivos períodos, é semelhante à satisfação entre os usuários: em média, 53% de todos os indivíduos estão satisfeitos com o sistema de educação e 51% com o sistema de saúde.

2. Na Pesquisa Mundial Gallup, a satisfação com o sistema educacional é baseada na proporção de respondentes que responderam “satisfeito” à pergunta “Na cidade ou região onde você mora, você está satisfeito ou insatisfeito com o sistema educacional ou as escolas?”. A média da OCDE para 2010 foi de 67%, para 2017, 65% e para 2022, 67%. Comparado à proporção de respondentes que dão uma resposta de seis a dez na escala de satisfação com o sistema educacional de seu país, os níveis de satisfação medidos dessa forma pela Pesquisa Mundial Gallup são geralmente mais altos. Por exemplo, na Pesquisa Mundial Gallup de 2022, a média internacional de satisfação foi de 70% para os 30 países que participaram da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023, em comparação com os 53% de satisfação moderada a alta, conforme medido pela Pesquisa de Confiança da OCDE.

Contudo, ao adicionar o grupo de respondentes "neutros" (5 na escala de 0 a 10) à proporção de respondentes "satisfeitos", o resultado da Pesquisa de Confiança da OCDE se aproxima consideravelmente do nível de satisfação medido pela Gallup: 66%, apenas ligeiramente abaixo do valor medido pela Gallup um ano antes. Portanto, parece que a escolha binária de forçar os respondentes a declarar claramente se estão satisfeitos ou insatisfeitos induz os respondentes relativamente neutros a declararem que estão satisfeitos com o sistema. No entanto, diferenças na escala geográfica da pergunta (cidade ou região onde você mora versus país) e no ano de referência (2022 versus 2023) também podem contribuir para diferenças nos valores medidos pela OCDE.

duas pesquisas.

³ Os países são Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, França, Alemanha, Itália, Coreia do Sul, México, Espanha, Suécia e Reino Unido (excluindo a Irlanda do Norte). A tendência é semelhante quando se incluem Hungria, Japão, Polônia e Estados Unidos nas médias.

⁴ Em 2023, em média, 53% dos participantes da Pesquisa de Confiança utilizaram um serviço administrativo nos últimos doze meses. A satisfação média entre todos os indivíduos, incluindo aqueles que não utilizaram um serviço administrativo no último ano, é de 63%.

⁵ A Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 não incluiu uma pergunta sobre se o respondente utilizou um serviço administrativo. serviço prestado no ano anterior.

4

Confiança no governo em questões políticas complexas

A relação entre governo e público também é moldada pelos processos de tomada de decisão governamentais e pelos resultados obtidos em questões políticas complexas. Este capítulo explora a percepção pública das competências e valores do governo em relação à tomada de decisões complexas. Especificamente, analisa como as pessoas avaliam a confiabilidade do governo na preparação para emergências, no equilíbrio entre os interesses das gerações presentes e futuras, na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e na regulamentação da inteligência artificial. O capítulo também discute em que medida as pessoas percebem que a tomada de decisões é realizada com integridade para o bem público, em vez de para interesses privados, e que as pessoas podem influenciar esse processo. Salvaguardas institucionais, como a capacidade do parlamento de responsabilizar o governo, também são consideradas. Por fim, o capítulo mostra as formas como as pessoas nos países da OCDE participam de atividades políticas, bem como suas expectativas em relação à abertura e à receptividade do governo à opinião pública.



A relação entre governo e cidadãos se define não apenas pelas interações cotidianas com o público, mas também pelo planejamento, concepção e processo de tomada de decisão de políticas que abordam grandes desafios. Em um contexto de múltiplas crises, as pessoas esperam que as instituições públicas em geral, e os governos em particular, respondam de forma abrangente e rápida, mas também que fortaleçam a resiliência democrática, aprimorando as competências para alcançar resultados a longo prazo. Ganhos sustentáveis em bem-estar, mantendo instituições de alta qualidade que garantam um governo representativo e uma participação significativa, respeito aos direitos fundamentais e mecanismos de controle do governo.

Os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE sugerem que a maioria acredita que as instituições governamentais podem gerir de forma confiável emergências de grande escala para proteger vidas. Juntamente com a elevada satisfação com os serviços públicos, isso indica que existe um nível relativamente alto de confiança na capacidade do governo de cumprir essa parte de suas funções essenciais. Essa confiança diminui quando se trata de avaliar a capacidade do governo de abordar adequadamente questões políticas com implicações de longo prazo, difíceis escolhas, governança interna e global interligadas e grandes incógnitas, como as mudanças climáticas e o surgimento da inteligência artificial. Embora alguns dos resultados menos positivos estejam relacionados à incerteza e complexidade inerentes a essas áreas políticas, as preocupações com a falta de integridade e imparcialidade, tanto de altos funcionários políticos quanto das políticas governamentais em geral, podem contribuir para a insegurança dos cidadãos quanto à capacidade do governo de tomar decisões políticas de forma competente e ética.

Em sistemas democráticos, as pessoas esperam, com razão, que seu sistema político promova mecanismos de controle e equilíbrio dentro e entre os poderes do governo, inclusive por meio de eleições. Embora uma parcela maior da população acredite que o parlamento possa responsabilizar o executivo do que tenha avaliações positivas em relação a outras medidas de integridade, essa parcela permanece abaixo de 40%. Os participantes da Pesquisa de Confiança expressam baixa confiança em sua própria capacidade de participar da política e na capacidade do sistema político de dar voz a pessoas como elas nas decisões do governo. Muitos também se mostram céticos quanto à capacidade ou à disposição do governo não apenas de ouvi-los, mas também de agir de acordo com o que eles têm a dizer. Manter o desempenho bem avaliado com

Em relação à preparação para emergências, garantir que o parlamento possa exercer sua função de controle do executivo, investir em medidas de integridade contra influências indevidas e assegurar que os processos deliberativos e consultivos dos cidadãos, quando existentes, estejam bem integrados ao sistema mais amplo de tomada de decisões da democracia representativa podem contribuir para fortalecer a confiança de que a preparação de políticas é competente e baseada em valores e, em última análise, melhorar a confiança no governo nacional e no

4.1. A maioria das pessoas considera as instituições públicas confiáveis em caso de emergências.

Nos últimos anos, diversas crises ameaçaram o bem-estar das pessoas em todo o mundo, mas os investimentos em preparação para emergências parecem estar dando frutos. Em muitos casos, os governos dos países da OCDE responderam com rapidez e em grande escala a choques econômicos, de saúde pública e de segurança, e parecem ter contido seu impacto nos níveis de confiança. Em parte, isso pode ser atribuído aos avanços que os países da OCDE fizeram nos últimos anos na avaliação, prevenção e resposta a crises ou desastres que acarretam grandes impactos socioeconômicos. (OCDE, 2023[1]).

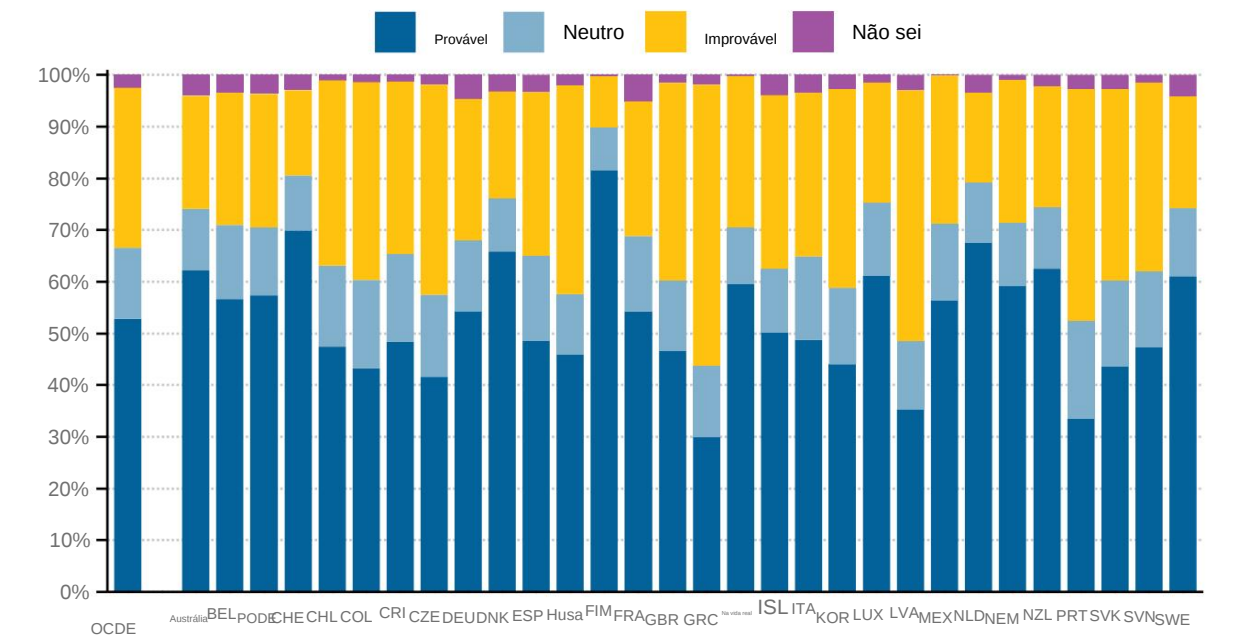
Muitas pessoas expressam uma visão favorável da capacidade dos governos de responder a crises. Em média, entre os países, 53% expressam confiança de que seu governo estaria preparado para proteger a vida das pessoas em caso de uma emergência de grande escala, enquanto 31% acham que não estaria (Figura 4.1).

Diferentemente de 2021, quando a pergunta se referia à preparação dos governos para proteger vidas em caso de uma nova doença contagiosa grave, a pergunta de 2023 não especifica o tipo de emergência.

Evidências de testes cognitivos realizados pelo Departamento Australiano de Estatística antes da implementação da pesquisa sugerem que os entrevistados pensam em diferentes tipos de emergências ao responderem a essa pergunta (OCDE, no prelo[2]), incluindo pandemias e desastres naturais. Apesar da natureza mais aberta da pergunta, a parcela de pessoas que confiam na preparação do governo aumentou nos países que participaram das duas ondas, passando de 51% em 2021 para 55% em 2023 (Figura 4.7).

Figura 4.1. A maioria afirma que as instituições governamentais estariam preparadas para proteger vidas em uma emergência de grande escala.

Proporção da população que considera provável ou improvável que as instituições governamentais estejam preparadas para proteger a vida das pessoas em uma emergência de grande escala, 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se houvesse uma emergência de grande escala, qual a probabilidade de as instituições governamentais estarem preparadas para proteger a vida das pessoas?" dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/3hgz9f>

Em um ambiente de múltiplas crises com uma crescente sensação de insegurança global (PNUD, 2022[3]), o fato de a maioria das pessoas ter fé na preparação para emergências e na confiabilidade de suas instituições públicas indica que as ações da OCDE

Durante crises recentes, os governos tranquilizaram a maioria de suas populações. No entanto, as diferenças entre os países são relativamente grandes em comparação com outras questões. Na Dinamarca, Finlândia, Holanda e Suíça, mais de dois terços consideraram provável que as instituições estejam preparadas para proteger a vida das pessoas, enquanto na Grécia, Letônia e Portugal, essa percentagem é de 35% ou menos.

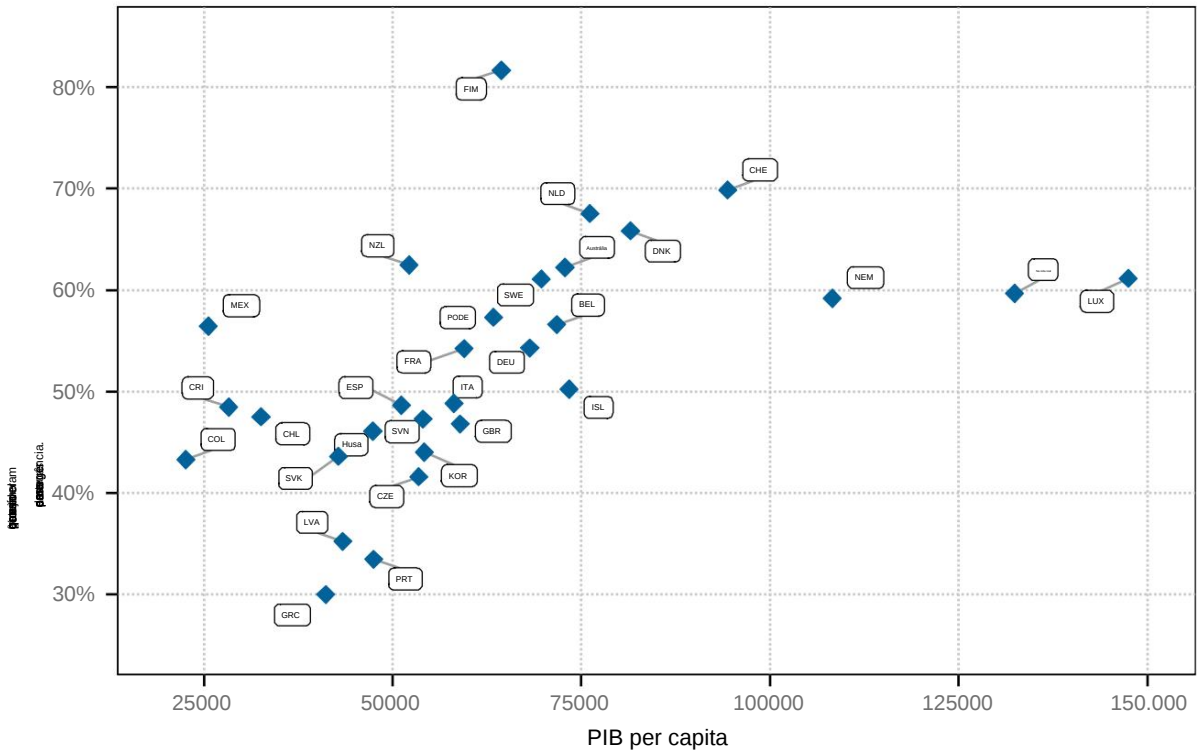
As percepções a esse respeito podem ser devidas a uma combinação de razões, incluindo percepções

vulnerabilidade do país no contexto atual, avaliação de experiências anteriores e diferentes avaliações dos recursos e da capacidade de um país. De fato, uma análise anterior mostrou que, no período de 1995 a 2010, os países da OCDE com menor renda per capita sofreram uma perda de vidas maior em desastres do que os países de renda mais alta (OCDE/Banco Mundial, 2019[4]). Em geral, parece haver uma relação linear entre a melhoria da percepção de prontidão para emergências e o aumento dos níveis de PIB per capita (Figura 4.2).

No entanto, a relação não é perfeita, já que os países da América Latina e a Finlândia apresentam um desempenho melhor do que o seu PIB per capita sugeriria.

Figura 4.2. Em média, uma parcela maior de pessoas em países de alta renda, em comparação com países de baixa renda, acredita que as instituições governamentais estão preparadas para emergências.

Proporção da população do país que considera provável que as instituições governamentais estejam preparadas para proteger vidas em caso de uma emergência de grande escala (eixo y) e PIB per capita ajustado ao poder de compra (eixo x), 2023



Nota: A figura mostra a média nacional da proporção de respondentes que selecionaram "provável" (respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10) para a pergunta "Se houvesse uma emergência em grande escala, qual a probabilidade de as instituições governamentais estarem preparadas para proteger a vida das pessoas?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023 e OCDE (2024), "PIB – Abordagem da Despesa: Per capita, em dólares americanos, preços correntes, PPC correntes, ajustado sazonalmente", Contas Nacionais Trimestrais.

StatLink 2<https://stat.link/o7rbu3>

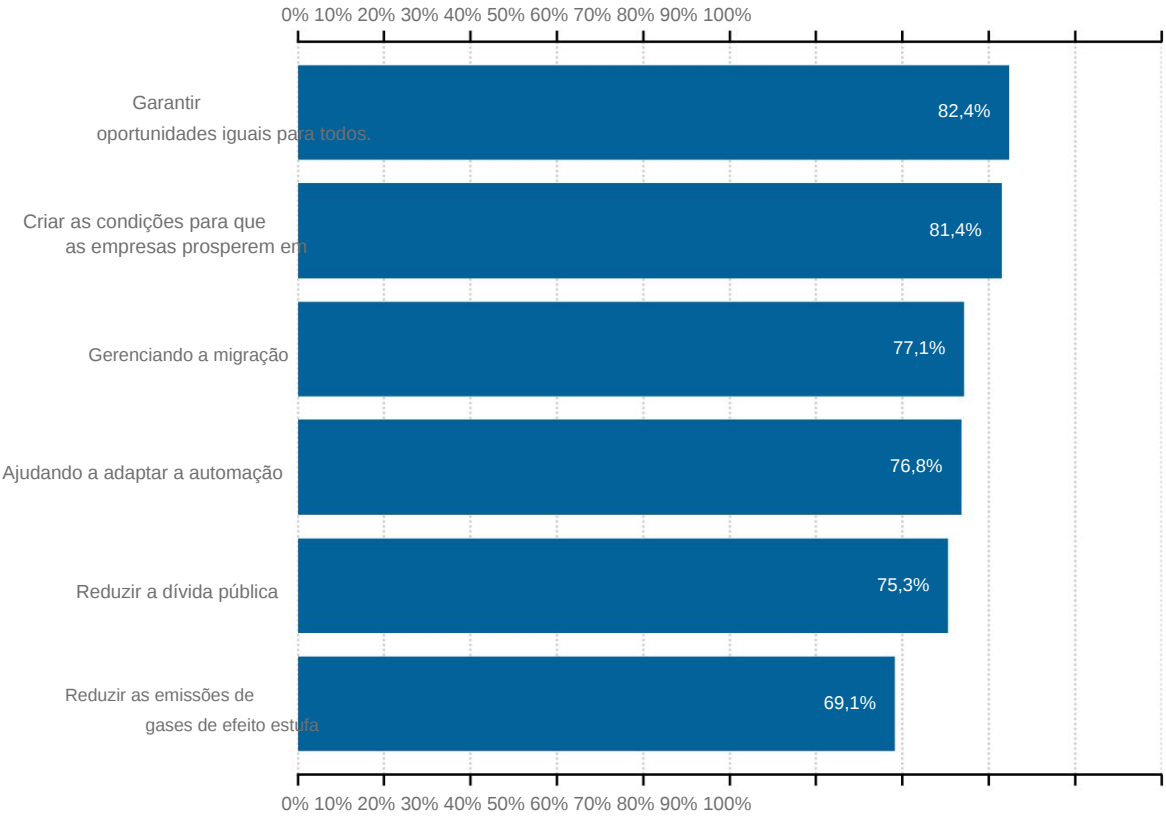
4.2. O GOVERNO É VISTO COMO MENOS CONFIÁVEL NO TRATAMENTO DE QUESTÕES COMPLEXAS DESAFIOS POLÍTICOS ENVOLVENDO MUITAS INCÓGNITAS OU COMPENSAÇÕES

A gestão e a preparação para crises exigem que as instituições públicas tomem decisões em meio à incerteza. Essa complexidade e incerteza se agravam ao lidar com questões políticas complexas que têm ramificações globais e de longo prazo, pois seus impactos potenciais são ainda mais difíceis de avaliar. Essas dificuldades inerentes provavelmente contribuem para níveis mais baixos de confiança na capacidade do governo de lidar com desafios políticos complexos, como novas políticas públicas.

tecnologias, equilibrar as necessidades das gerações atuais e futuras ou combater as alterações climáticas. As expectativas do público em relação à governança e à aplicação de novas tecnologias são elevadas; em média, nos países da OCDE, 77% das pessoas acreditam que ajudar os trabalhadores a se adaptarem à automação, à digitalização e às novas tecnologias deve ser uma prioridade em seus países (Figura 4.3). No entanto, apenas quatro em cada dez pessoas (41%) consideram provável que o governo nacional regule adequadamente as novas tecnologias, como inteligência artificial e aplicativos digitais, e ajude empresas e cidadãos a usá-las de forma responsável, enquanto mais de um terço (35%) considera improvável (Figura 4.4). As diferenças entre os países nessa questão são relativamente pequenas.

Figura 4.3. Proporcionar oportunidades iguais para todos e criar as condições para que as empresas prosperem são vistas como áreas políticas que os países devem priorizar.

Porcentagem da população que considera importante que o seu país priorize o respetivo objetivo, OCDE, 2023



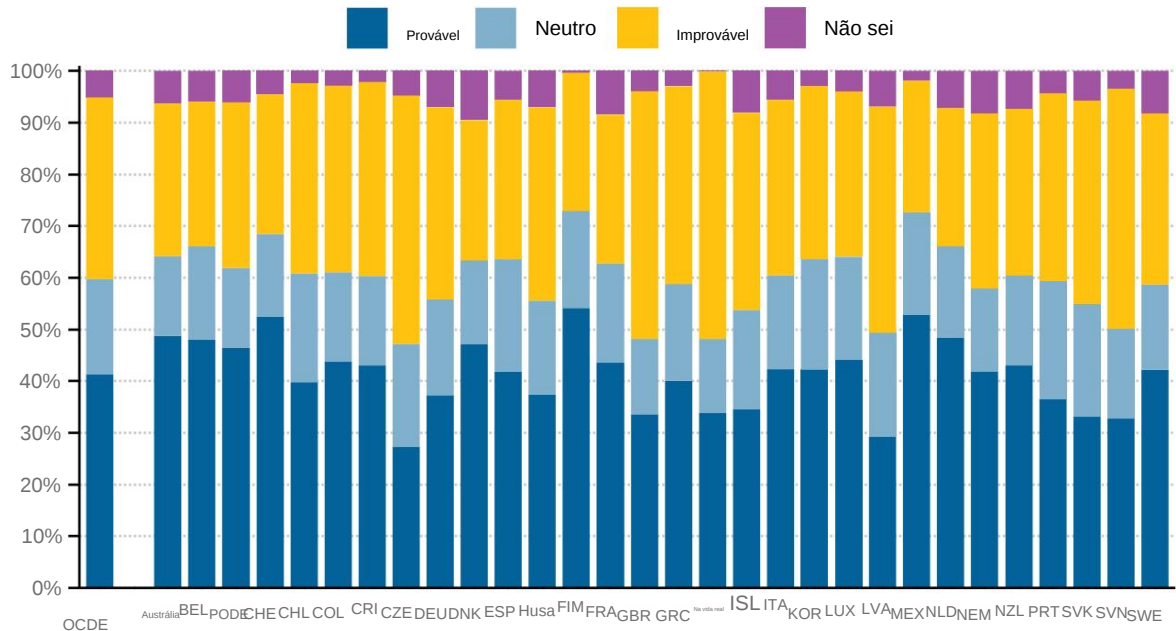
Nota: A figura mostra a média não ponderada da OCDE da proporção da população que indica que a meta é importante (respostas de 6 a 10 em uma escala de 0 a 10) ao responder à pergunta "Qual a importância que você atribui à priorização de cada uma das seguintes metas em [PAÍS]?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/5vqlob>

Figura 4.4. Mais de um terço considera improvável que o governo consiga regular adequadamente as novas tecnologias e ajudar empresas e cidadãos a utilizá-las de forma responsável.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo regule adequadamente as novas tecnologias e ajude empresas e indivíduos a utilizá-las de forma responsável, 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se novas tecnologias (por exemplo, inteligência artificial ou aplicações digitais) se tornassem disponíveis, qual a probabilidade de o governo federal/central/nacional as regulamentar adequadamente e ajudar empresas e cidadãos a utilizá-las de forma responsável?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/qd2gn0>

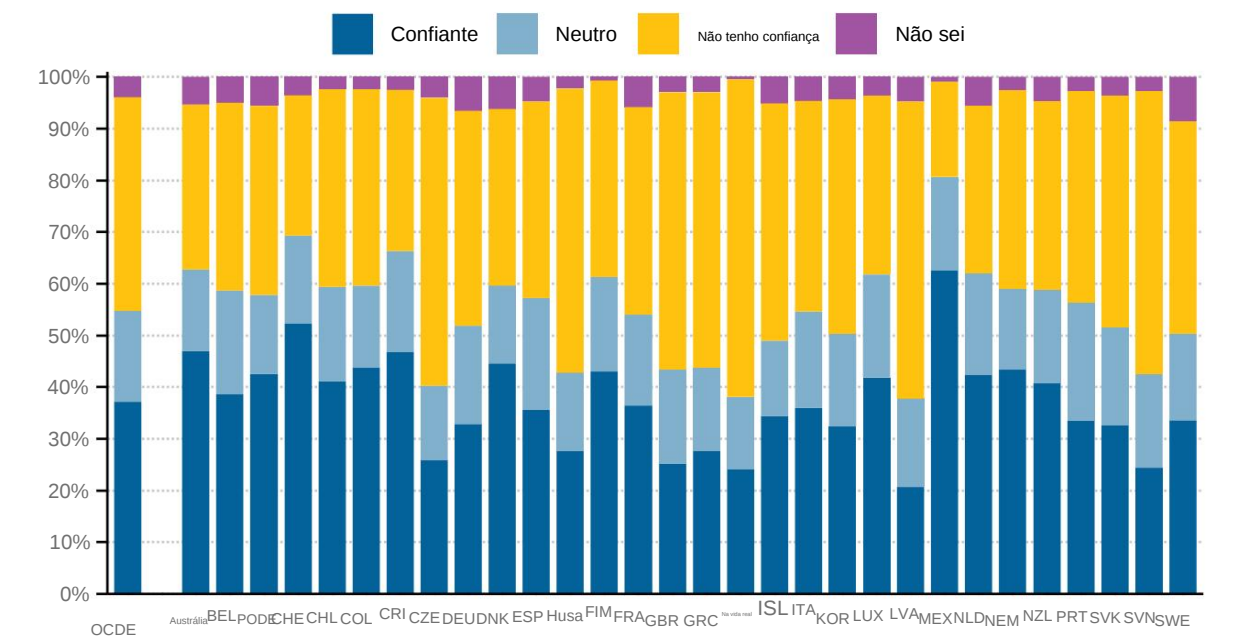
Além disso, pouco mais de um terço das pessoas (37%) acredita que o governo consegue equilibrar adequadamente as necessidades das diferentes gerações, enquanto 41% não acreditam nisso (Figura 4.5). Os resultados variam entre os países, sendo o México e a Suíça os únicos países em que mais da metade da população adulta confia que o governo equilibra adequadamente os interesses das gerações atuais e futuras.

Percepções sobre a capacidade do governo de responder a emergências e promover o desenvolvimento intergeracional.

A imparcialidade na formulação de políticas está intimamente ligada à confiança nas instituições públicas. Ao analisar um conjunto diversificado de fatores que influenciam a confiança, a crença pública de que o governo pode equilibrar os interesses das gerações presentes e futuras surge como o segundo fator mais associado à confiança no governo nacional, sendo também um fator significativo para a confiança no parlamento nacional. A crença de que o governo está preparado para proteger vidas também está associada a uma maior probabilidade de se ter um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo nacional (ver Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 4.5. Há mais pessoas que consideram improvável do que provável que o governo consiga equilibrar os interesses das gerações atuais e futuras.

Percentagem da população que reporta diferentes níveis de confiança na capacidade do governo nacional de equilibrar adequadamente os interesses das gerações atuais e futuras, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu grau de confiança de que o governo nacional equilibra adequadamente os interesses das gerações atuais e futuras?" dentro de cada país. A proporção "confiante" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "sem confiança" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/xvn0w5>

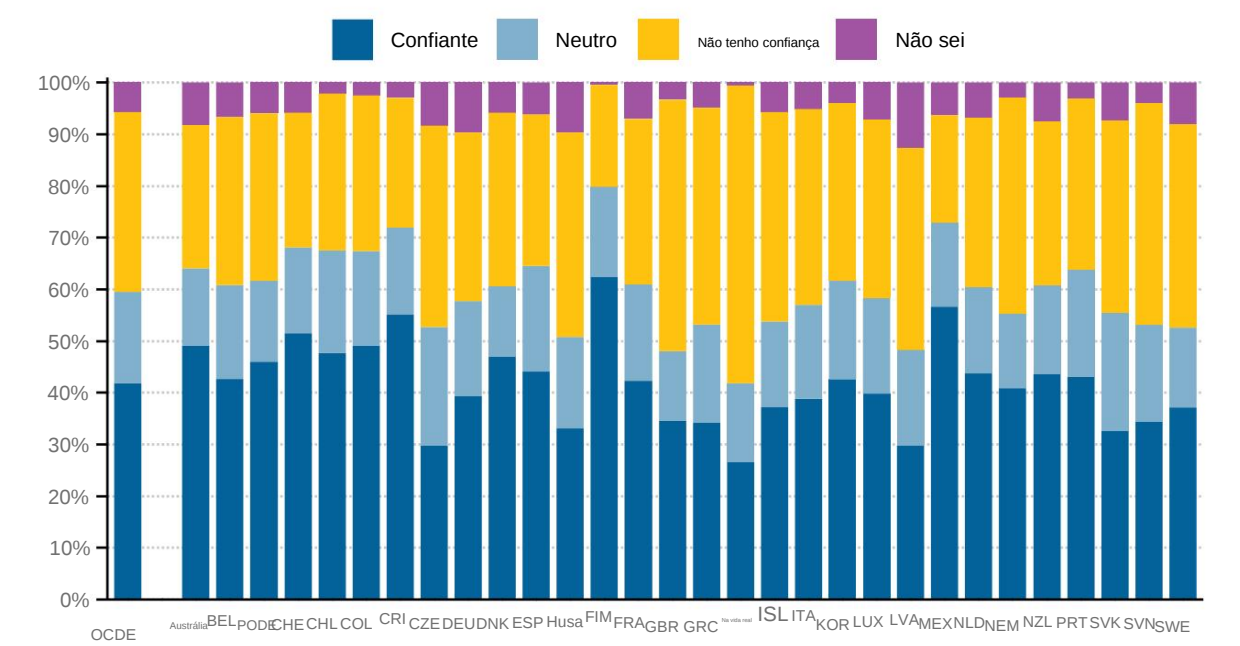
Em média, entre os países, 21% dos indivíduos indicam que as mudanças climáticas e outras questões ambientais constituem uma das três principais preocupações em seu país (Figura 1.1 no Capítulo 1). Com relação à percepção pública de que seu país será capaz de reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos, 42% estão confiantes de que o país terá sucesso, em comparação com 35% que não estão confiantes (Figura 4.6). Esses resultados sugerem que as pessoas parecem estar mais otimistas do que as evidências permitiriam, pois

de 1,5°C (PNUMA, 2022[5]).¹ Essa discrepância é provavelmente Isso pode ser explicado por diversos fatores: as pessoas podem reagir com base na expectativa de redução das emissões totais, em vez do cumprimento de acordos internacionais ou da neutralidade de carbono. Além disso, outros fatores, como a natureza técnica do tema, o efeito da comunicação política que proclama a neutralidade de carbono como uma bússola estratégica (Pacto Verde, Acordo de Paris...) e a limitada transparência da mídia sobre a implementação dessas medidas e sua eficácia também podem ter contribuído para esse resultado.

As previsões atuais indicam que as emissões de gases de efeito estufa não serão reduzidas o suficiente para limitar o aquecimento global. resultado.

Figura 4.6. Em média, quatro em cada dez pessoas confiam que seu país reduzirá as emissões de gases de efeito estufa.

Percentagem da população que reporta diferentes níveis de confiança de que o seu país conseguirá reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos próximos dez anos, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, qual o seu grau de confiança de que [PAÍS] conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos dez anos?" dentro de cada país. A proporção de respostas "confiantes" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "sem confiança" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

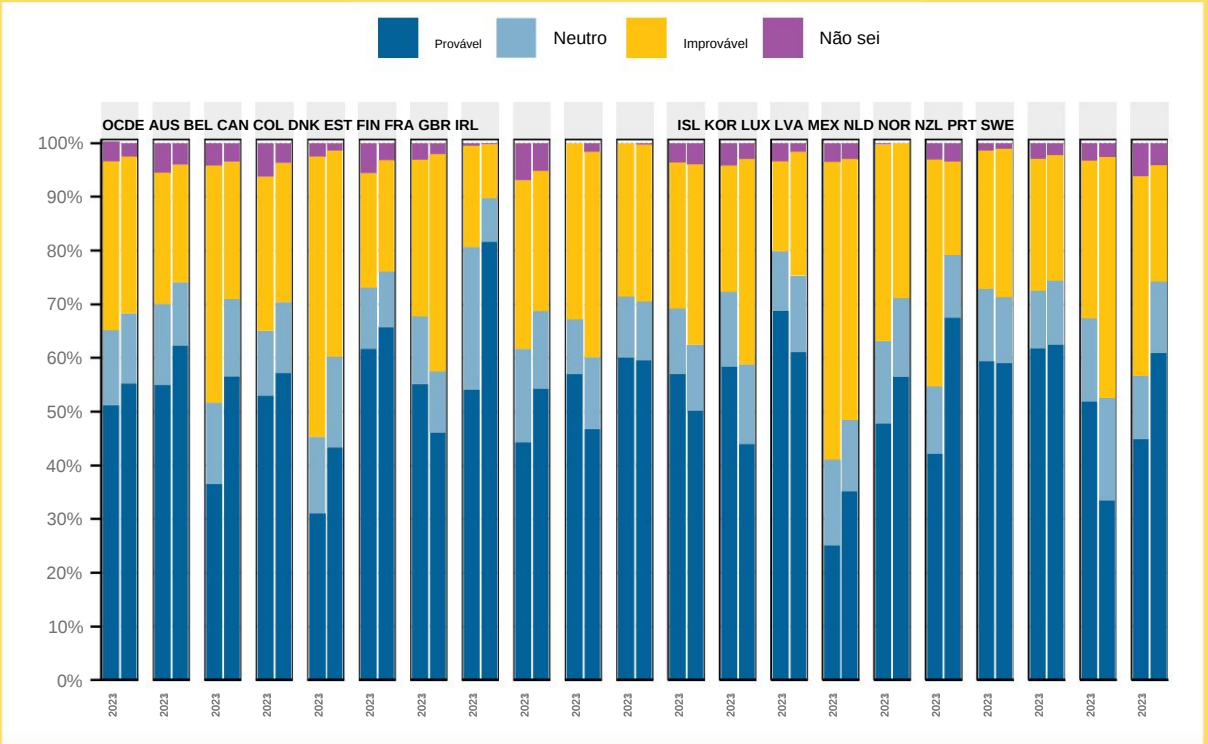
StatLink 2<https://stat.link/deybtik>

Quadro 4.1. Destaque para as mudanças: Confiança na preparação do governo para emergências e na redução das emissões de gases de efeito estufa do país.

Apesar de uma questão mais aberta sobre preparação para emergências em 2023, a parcela média da população adulta que acredita que as instituições governamentais estariam preparadas para proteger vidas aumentou, tanto na média dos países da OCDE quanto na maioria dos países, com ganhos particularmente expressivos na Finlândia. (Figura 4.7). Em comparação com o levantamento de 2021, a confiança na obtenção de reduções de emissões também parece ter aumentado ligeiramente, passando de 36% para 40% nos países com informações disponíveis para ambos os anos (Figura 4.8).

Figura 4.7. A confiança na preparação dos governos para emergências aumentou na maioria dos países da OCDE.

Proporção da população que considera provável ou improvável que seu governo esteja preparado para proteger a vida das pessoas em caso de emergência (2023) ou de uma nova doença contagiosa grave (2021).



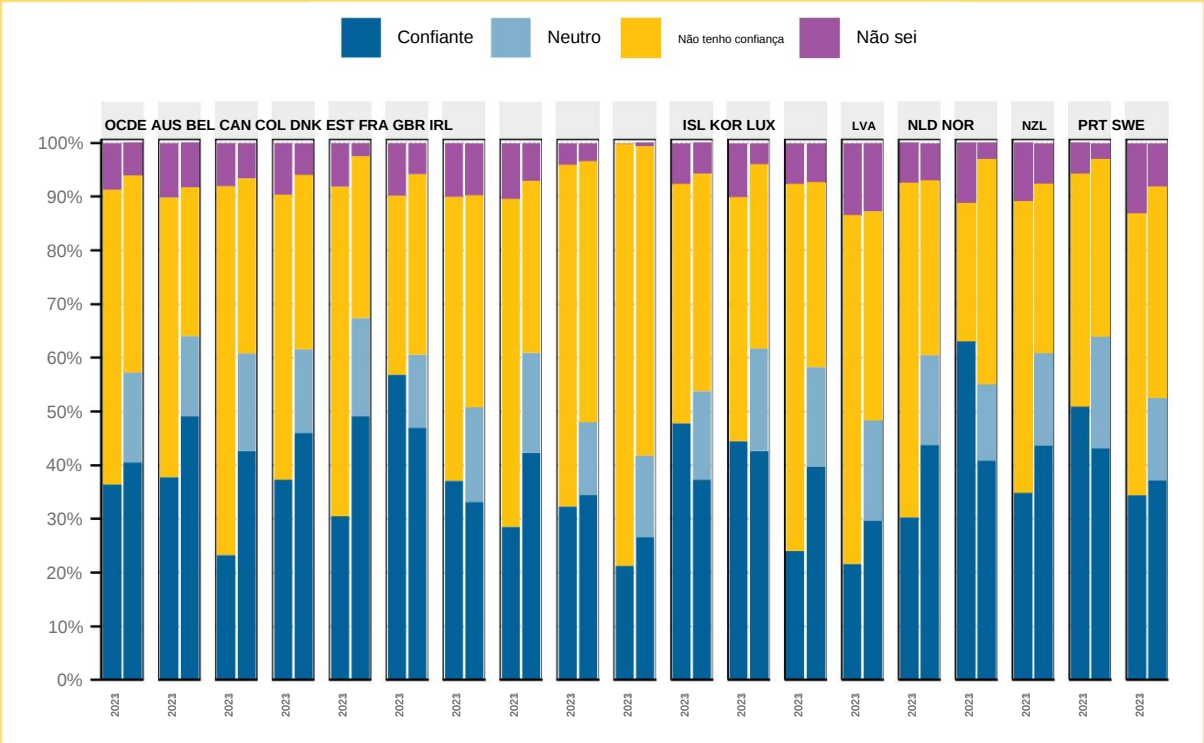
Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas, dentro de cada país, à pergunta sobre o nível de preparação do governo para emergências. Na edição de 2021, a pergunta era: “Se uma nova doença contagiosa grave se espalhar, qual a probabilidade de as instituições governamentais estarem preparadas para proteger a vida das pessoas?”. Na edição de 2023, a pergunta foi reformulada para: “Se houvesse uma emergência em larga escala, qual a probabilidade de as instituições governamentais estarem preparadas para proteger a vida das pessoas?”. A pergunta da pesquisa em 2021 teve uma formulação ligeiramente diferente na Noruega: “Se uma nova doença infecciosa grave começasse a se espalhar na Noruega, qual a probabilidade de as autoridades estarem suficientemente preparadas para proteger a vida e a saúde dos cidadãos?” e na Finlândia: “Se um alerta for emitido devido ao surgimento de uma nova doença, você acha que os planos de saúde pública existentes seriam eficazes?”. Em ambas as edições, a proporção de “provável” representa a agregação das respostas de 6 a 10 na escala. “Neutro” corresponde a uma resposta de 5; “improvável” é a agregação de respostas de 0 a 4; e “não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/0zhceb>

Figura 4.8. A confiança na capacidade do país de reduzir as emissões de gases de efeito estufa aumentou ligeiramente em muitos países.

Percentagem da população que relata diferentes níveis de confiança na capacidade do governo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos próximos dez anos.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas dentro de cada país à pergunta “Quão confiante você está de que [PAÍS] conseguirá reduzir as emissões de gases de efeito estufa nos próximos 10 anos?”. A pergunta da pesquisa em 2021 teve uma formulação ligeiramente diferente na Noruega: “Em que medida você concorda ou discorda que as autoridades públicas fazem o suficiente para proteger o meio ambiente?”. A escala de resposta diferiu entre 2023 e 2021. Em 2023, a proporção “confiante” agrega respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde a uma resposta de 5; “sem confiança” agrega respostas de 0 a 4; e “não sei” era uma opção de resposta separada. Em 2021, a escala passou a incluir quatro opções de resposta. Na Irlanda, a escala de resposta incluiu cinco opções em vez de apenas quatro em 2021, que foram reescaladas para corresponder aos dados internacionais com quatro opções (“bastante confiante” e “muito confiante” tornaram-se “um tanto confiante”). Consequentemente, em 2021, a proporção “confiante” agrega as respostas para “um pouco” e “completamente”; “não confiante” agrega as respostas para “de forma alguma” e “um pouco”. “OCDE” apresenta a média não ponderada das respostas entre os países, para os países listados onde a variável está disponível tanto em 2021 quanto em 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/8sr4ou>

4.3. A maioria das pessoas acredita que a tomada de decisões favorece os interesses do setor privado em detrimento do interesse público.

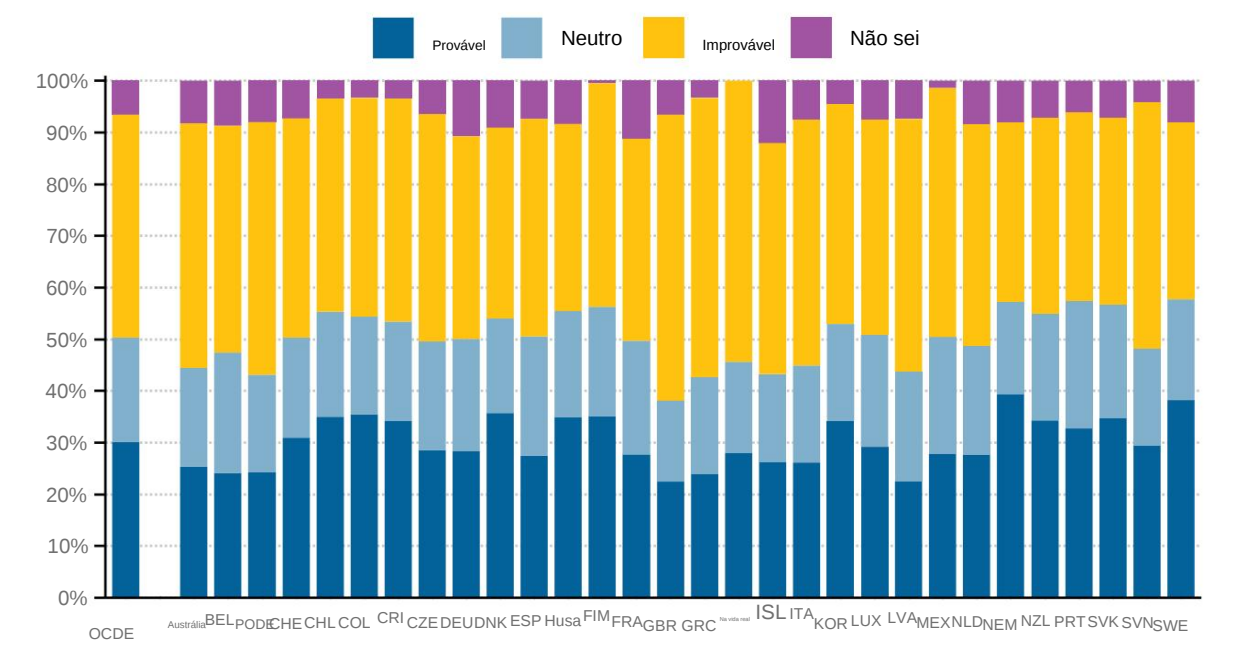
As preferências políticas e as concepções de justiça podem variar de pessoa para pessoa. Apesar dessas diferentes perspectivas e preferências, os cidadãos universalmente Valorizamos tomadores de decisão que se guiam por considerações sobre o que é melhor para a sociedade. Os resultados da Pesquisa de Confiança, no entanto, revelam preocupações de que interesses privados exerçam uma influência desproporcional sobre o governo. Há uma percepção generalizada de que as decisões públicas sobre políticas podem ser repetidamente desviadas do interesse público.

Em prol de interesses particulares e dos "poderosos", minando os valores democráticos e exacerbando a sensação de exclusão e desigualdades no sistema político democrático.

Em média, considerando todos os países, 43% dos entrevistados afirmam ser provável que o governo nacional aceite as exigências de uma empresa que promova uma política benéfica para o seu setor, mas prejudicial para a sociedade como um todo, e apenas três em cada dez entrevistados (30%) acreditam que o governo rejeitaria as exigências de uma empresa, com pouca diferença entre os países. No entanto, também é importante notar que a proporção de entrevistados que deram uma resposta neutra (20%) ou que não sabem (7%) é excepcionalmente alta para esta questão (Figura 4.9).

Figura 4.9. Menos de um terço das pessoas considera provável que o governo rejeite uma exigência de uma empresa se esta contrariar o interesse público.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo rejeite a exigência da empresa, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se uma empresa promovesse uma política que beneficiasse seu setor, mas pudesse ser prejudicial à sociedade como um todo, qual a probabilidade de o governo nacional concordar com a exigência da empresa?". Para facilitar a análise, a direção das respostas foi invertida, de modo a corresponder a uma parcela de "provável" com um significado positivo. Em detalhe, a parcela de "provável que o governo concorde" da pergunta original corresponde a "improvável que o governo recuse" acima. A proporção de "provável" é, portanto, a agregação das respostas de 0 a 4 na escala da pergunta original; "neutro" corresponde a uma resposta de 5; "improvável" é a agregação das respostas de 6 a 10; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/arckbi>

Nos países da OCDE, também existe um ceticismo generalizado quanto à integridade de altos funcionários políticos e preocupações com influência indevida.

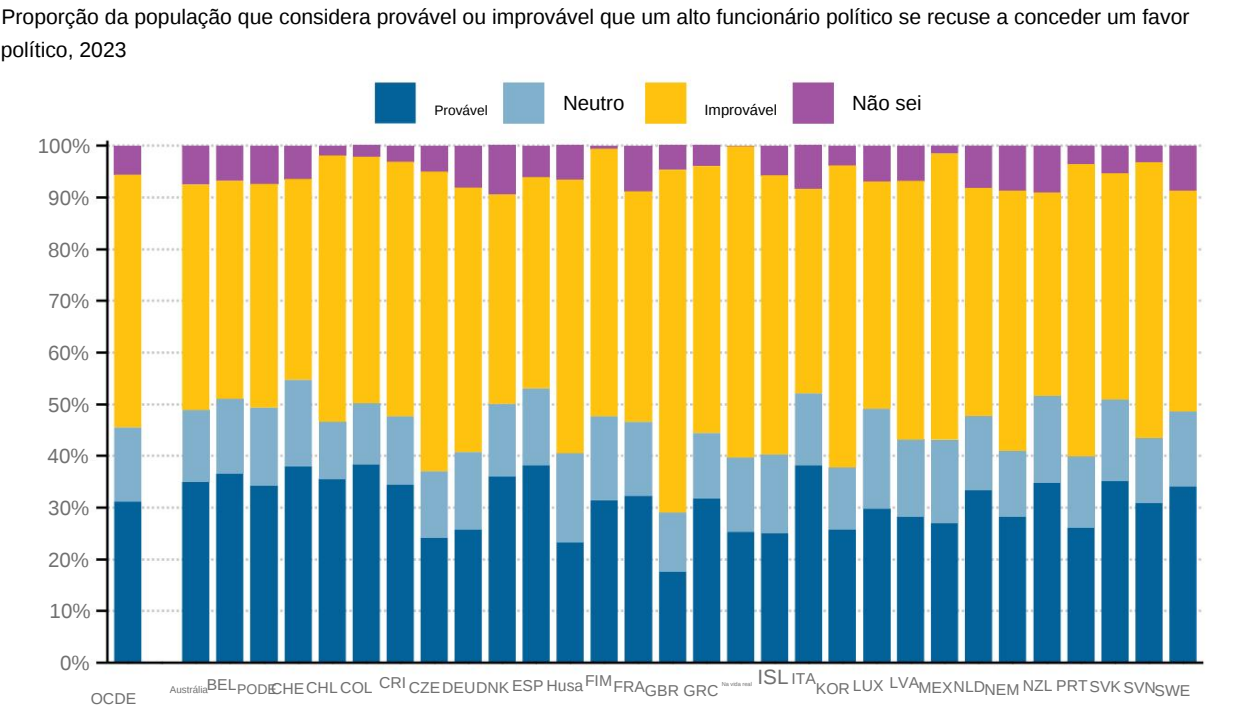
Em média, quase metade dos entrevistados (49%) prevê que um político de alto escalão concederia um favor político em troca da oferta de um emprego bem remunerado no setor privado; enquanto quase um terço (31%) considera provável que ele ou ela se recusasse a conceder o favor.

favor (Figura 4.10). Para ambas as questões de integridade, a variação nas percepções entre os países é menor do que para a maioria das outras questões de governança pública.

motoristas. Em particular, não há nenhum país onde pelo menos quatro em cada dez entrevistados considerem provável que o funcionário político ou o governo nacional se recuse a conceder um favor político ou a implementar uma política que possa ser contrária ao interesse público. Além disso, nos 18 países com informações disponíveis em

Em ambos os anos, a proporção de pessoas que acreditam que um funcionário político de alto nível se recusaria a conceder um favor diminuiu de uma média de 32% em 2021 para 30% em 2023 (Figura 4.11).

Figura 4.10. Quase metade das pessoas duvida que um político de alto escalão se recusaria a conceder um favor político em troca de um emprego bem remunerado no setor privado.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se um político recebesse uma oferta de emprego bem remunerado no setor privado em troca de um favor político, qual a probabilidade de ele recusar?" dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/hjiawo>

Embora o lobby e outras práticas de influência sejam uma parte natural do processo democrático, a maneira como essas práticas ocorrem é crucial para a resiliência da democracia. O lobby realizado por empresas e outros grupos de interesse pode servir para levar diversas perspectivas à atenção dos formuladores de políticas.

No entanto, grupos especiais influenciam de forma desproporcional a tomada de decisões ou

O uso de provas enganosas para promover os próprios interesses ou manipular a opinião pública prejudica as políticas públicas e a própria democracia. O mesmo se aplica se os decisores políticos violarem os padrões de integridade política e utilizarem a sua posição para promover os interesses comerciais ou políticos de determinados grupos (OCDE, 2023[6]). No entanto, muitos países da OCDE não dispõem de todas as salvaguardas necessárias para prevenir a corrupção.

situações de lobby e conflito de interesses; e, onde existem, essas salvaguardas nem sempre são aplicadas: em média, nos 28 países da OCDE, apenas 38% das salvaguardas regulamentares padrão sobre lobby estão em vigor e apenas 35% são implementadas na prática. Da mesma forma, em comparação com os padrões da OCDE, as regulamentações nos países da OCDE para

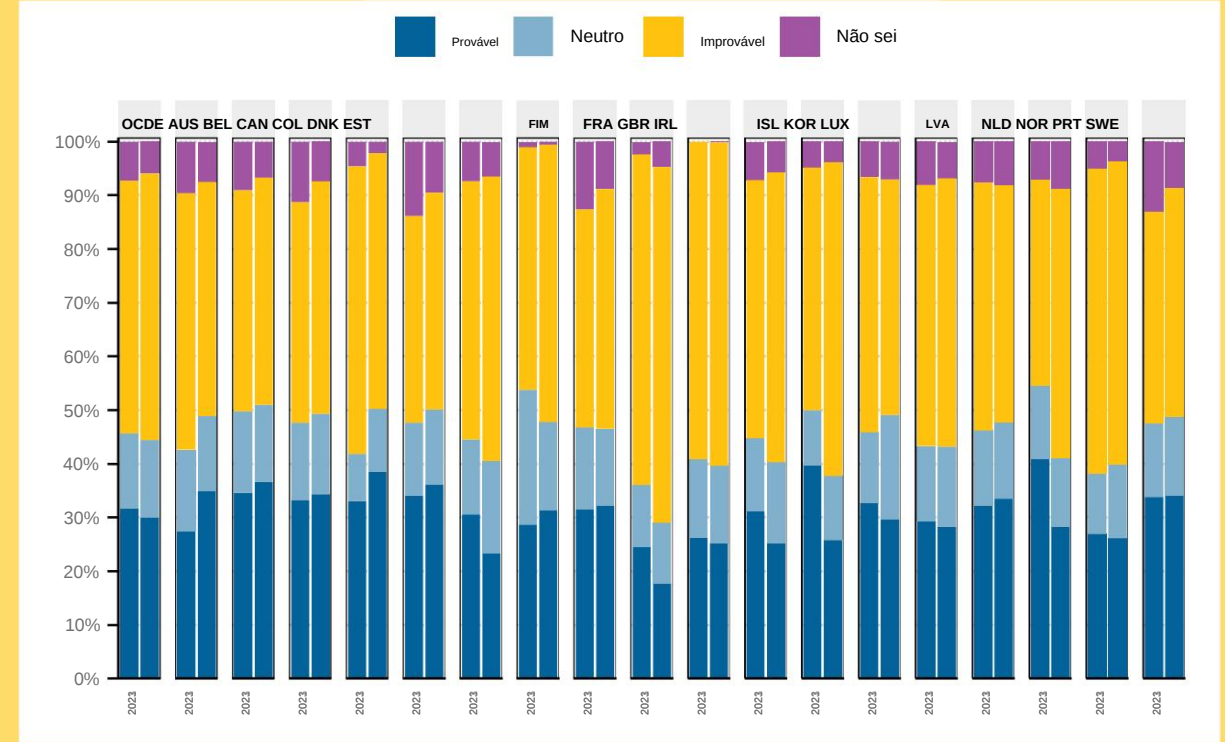
As salvaguardas contra conflitos de interesses cumprem, em média, 76% dos critérios, mas a sua implementação efetiva cumpre apenas 40%. Apesar dos fortes requisitos regulamentares, muitos países frequentemente não conseguem monitorizar se as declarações de interesses e de ativos foram submetidas, ou têm procedimentos deficientes para verificar o seu conteúdo (OCDE, 2024[7]).

Quadro 4.2. Em destaque: mudanças: Integridade de altos funcionários políticos

Em média, entre os países, a parcela daqueles que consideram improvável que um alto funcionário político se recuse a conceder um favor político aumentou três pontos percentuais entre 2021 e 2023, particularmente na Coreia e na Noruega.

Figura 4.11. A parcela dos que consideram provável que os formuladores de políticas ajam com integridade está diminuindo ligeiramente.

Proporção da população que considera provável ou improvável que um político se recuse a conceder um favor político, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se um político recebesse uma oferta de emprego bem remunerado no setor privado em troca de um favor político, qual a probabilidade de ele a recusar?", dentro de cada país. A pergunta da pesquisa de 2021 na Finlândia apresentou uma formulação ligeiramente diferente: "Se uma grande empresa oferecesse um emprego bem remunerado a um político de alto escalão em troca de favores políticos durante seu mandato, você acha que ele/ela recusaria a proposta?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/2zx40e>

4.4. Os mecanismos institucionais de controle e equilíbrio, que visam assegurar a tomada de decisões justas, são percebidos como inadequados.

Nas democracias, o sistema político visa salvaguardar o interesse público na tomada de decisões políticas por meio de mecanismos de controle e equilíbrio entre os poderes do governo e por meio de eleições.

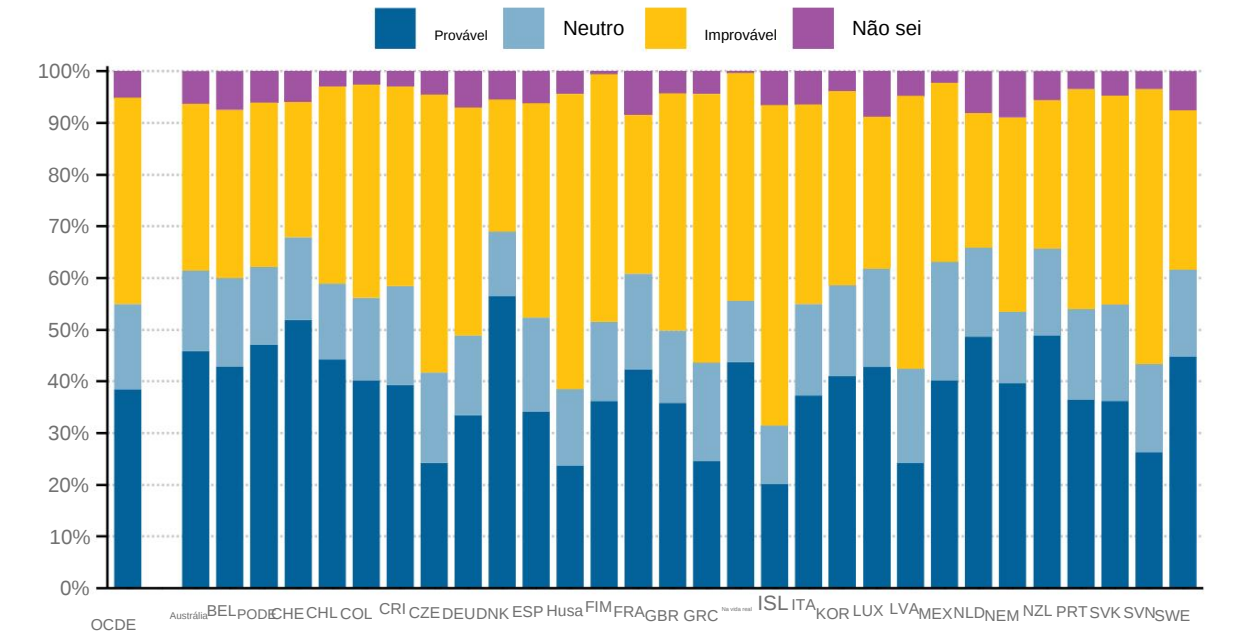
Os mecanismos de controle e equilíbrio, juntamente com as salvaguardas constitucionais, garantem que nenhum ramo do governo, incluindo o governo executivo nacional, possa tomar decisões sem a supervisão dos outros poderes. A Pesquisa de Confiança revela que 38% das pessoas acreditam que o parlamento pode efetivamente responsabilizar o governo, por exemplo, questionando um ministro ou revisando o orçamento, e uma porcentagem ligeiramente maior...

(40%) é cético (Figura 4.12). Apenas na Dinamarca, nos Países Baixos, na Nova Zelândia e na Suíça, cerca de metade da população adulta confia na função de supervisão do parlamento. De forma semelhante, no que diz respeito aos mecanismos de controle e equilíbrio e à relação entre os poderes do Estado, o Inquérito à Confiança de 2021 revelou que cerca de quatro em cada dez (42%) acreditavam que um tribunal no seu país tomaria sempre decisões livres de influência política (OCDE, 2022[8]).

A proporção média de respondentes que consideram provável que o parlamento nacional responsabilize o governo nacional dessa forma (38%) está bastante alinhada com a proporção média daqueles que têm alta ou moderada confiança no parlamento nacional (37%). No entanto, embora isso se aplique em média, em nível nacional, a proporção daqueles que confiam no parlamento nacional e daqueles que acreditam em sua capacidade de responsabilizar o governo nacional não apresenta uma correlação tão forte.

Figura 4.12. Em média, cerca de 40% consideram provável que o parlamento nacional responsabilize o governo nacional.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o parlamento nacional responsabilize o governo nacional, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Qual a probabilidade de o parlamento nacional responsabilizar efetivamente o governo nacional pelas suas políticas e condutas, por exemplo, questionando um ministro ou analisando o orçamento?", dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

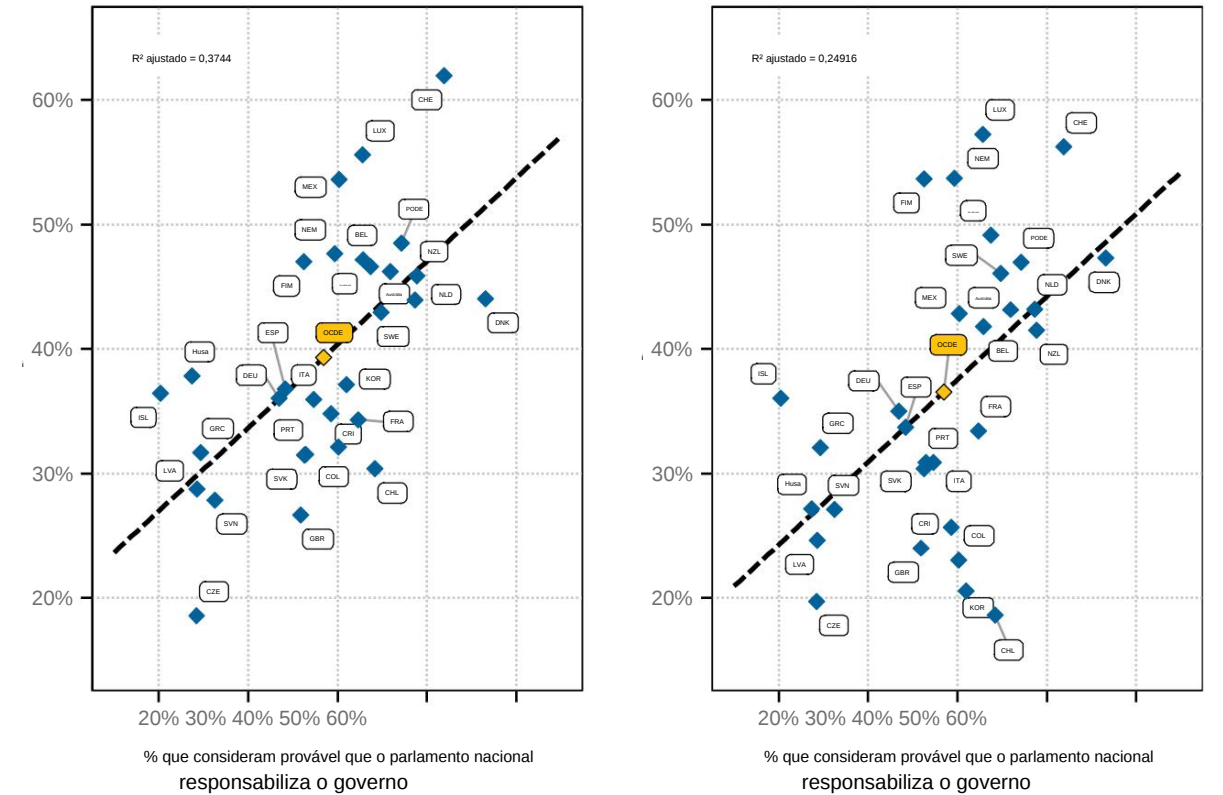
StatLink 2<https://stat.link/bjfzay>

A confiança na função de fiscalização do parlamento está correlacionada com a confiança no governo nacional em nível nacional, o que significa que, em países onde mais pessoas acreditam no sistema de freios e contrapesos entre os diferentes poderes, essa confiança tende a aumentar.

governo, a confiança no governo nacional é maior. A mesma relação se mantém, embora menos acentuada, entre a confiança na função de supervisão do parlamento e a confiança no parlamento (Figura 4.13).

Figura 4.13. Uma maior proporção de pessoas que acreditam na capacidade do parlamento nacional de exercer controle sobre o governo nacional está associada a níveis mais elevados de confiança no governo nacional e no parlamento.

Proporção da população do país que considera provável que o parlamento nacional responsabilize o governo (eixo x) e que possui alta ou moderada confiança no governo nacional (eixo esquerdo, gráfico à esquerda) e no parlamento nacional (eixo esquerdo, gráfico à direita).



Nota: O gráfico de dispersão apresenta a proporção de respostas de "alta a moderadamente alta confiança" à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, quanta confiança você tem no governo nacional/parlamento nacional?" no eixo y dos gráficos da esquerda e da direita, respectivamente. O eixo x apresenta a proporção de respostas "provável" à pergunta "Qual a probabilidade, em sua opinião, de que o parlamento federal/nacional responsabilize efetivamente o governo federal/central/nacional por suas políticas e condutas, por exemplo, questionando um ministro ou revisando o orçamento?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

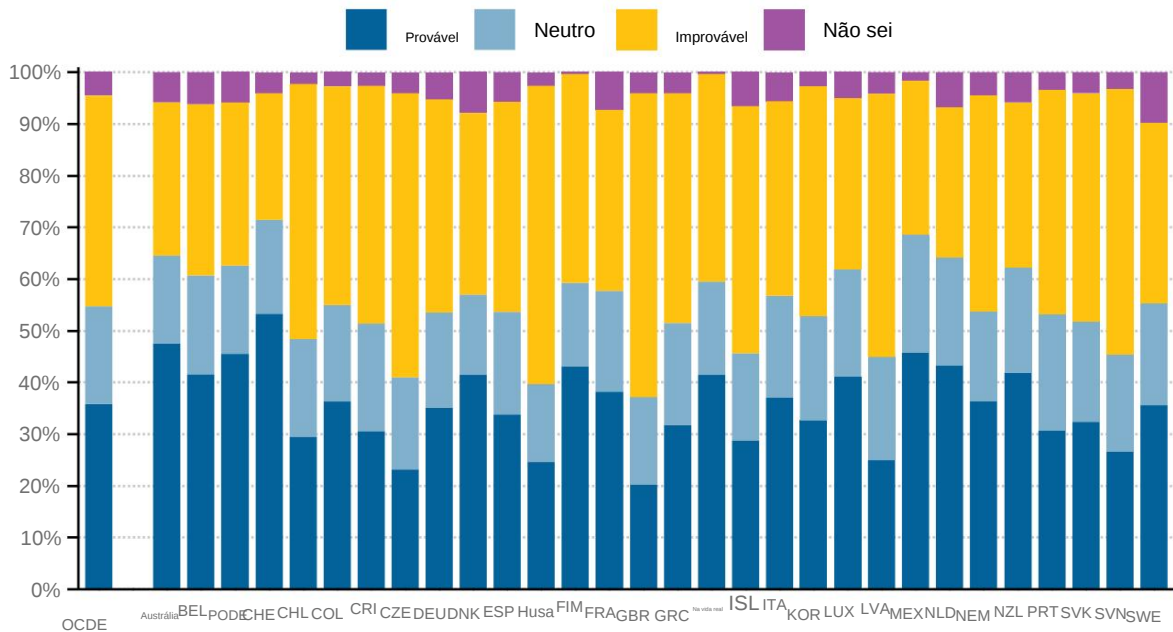
StatLink 2<https://stat.link/wvbak0>

É claro que um dos maiores desafios nas democracias é definir e buscar o "interesse público" em sociedades diversas, com pessoas de necessidades e preferências variadas. Em geral, as pessoas esperam que o parlamento equilibre de forma justa os interesses de diferentes regiões ou grupos da sociedade. Aqui, 36%

41% consideram provável que o partido o faça adequadamente ao debater uma nova política, enquanto 41% consideram improvável. (Figura 4.14). Dentre todas as variáveis que medem as percepções das pessoas sobre a governança pública, esta é a mais importante para a confiança no parlamento nacional.

Figura 4.14. Pouco mais de um terço acredita que o parlamento equilibra de forma justa os interesses de diferentes grupos ao debater uma política.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o parlamento nacional equilibre de forma justa os interesses de diferentes grupos, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se o parlamento nacional debatesse uma nova política, qual a probabilidade, em sua opinião, de que ela conseguisse equilibrar adequadamente as necessidades das diferentes regiões e grupos da sociedade?", dentro de cada país. A proporção "provável" é a agregação das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" é a agregação das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/3wmrlz>

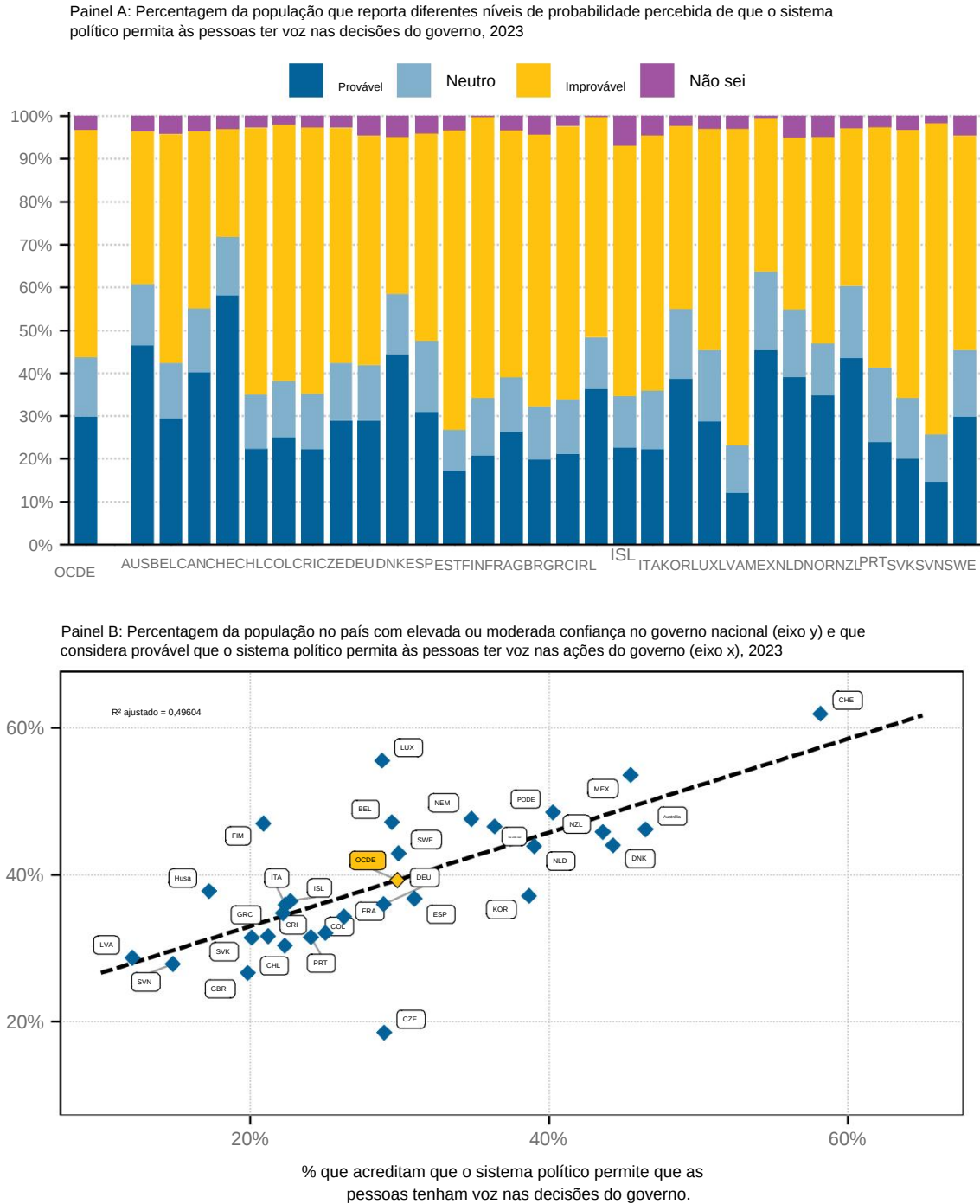
4.5. TOMADA DE DECISÕES GOVERNAMENTAIS É VISTO COMO NÃO RESPONSIVO AO PÚBLICO, ENFRAQUECENDO O SIGNIFICADO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Nas democracias, o principal instrumento para o público responsabilizar o governo e o parlamento são as eleições livres e justas, mas nem todos os indivíduos se sentem preparados para participar do sistema político. Em média, 82% indicaram ter votado nas últimas eleições nacionais. No entanto, altas taxas de participação não significam necessariamente que as pessoas acreditem ser capazes de influenciar a política por meio do sistema eleitoral. De fato, apenas 40% estão...

confiantes em sua própria capacidade de participar da política, e uma parcela ainda menor (30%) acredita que o sistema político em seu país permite que pessoas como elas tenham voz nas ações do governo (Figura 4.15, A). Por outro lado, 53% acreditam que o sistema político não lhes permite ter voz. Dos aproximadamente 600 milhões de adultos nos 30 países participantes da OCDE, isso corresponde, portanto, a quase 320 milhões de pessoas que sentem que não têm poder de decisão política e que serão muito menos propensas a ter alta ou moderada confiança no governo nacional.

Ter voz ativa está altamente correlacionado com a confiança no governo nacional em nível de país (Figura 4.15).

Figura 4.15. Maior confiança em ter voz ativa está correlacionada com maior confiança no governo nacional.



Nota: Painel A: A figura apresenta a distribuição das respostas dentro de cada país à pergunta "Em que medida você diria que o sistema político em [PAÍS] permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?". Painel B: O gráfico ilustra a percentagem de respondentes que indicaram "provavelmente" para a pergunta: "Em que medida você diria que o sistema político em seu país permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?" ou que responderam "alta ou moderadamente alta confiança" à pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, quanta confiança você deposita no governo nacional?". A proporção de "provavelmente" ou "alta ou moderadamente alta confiança" é a soma das respostas de 6 a 10 na escala. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/1235rz>

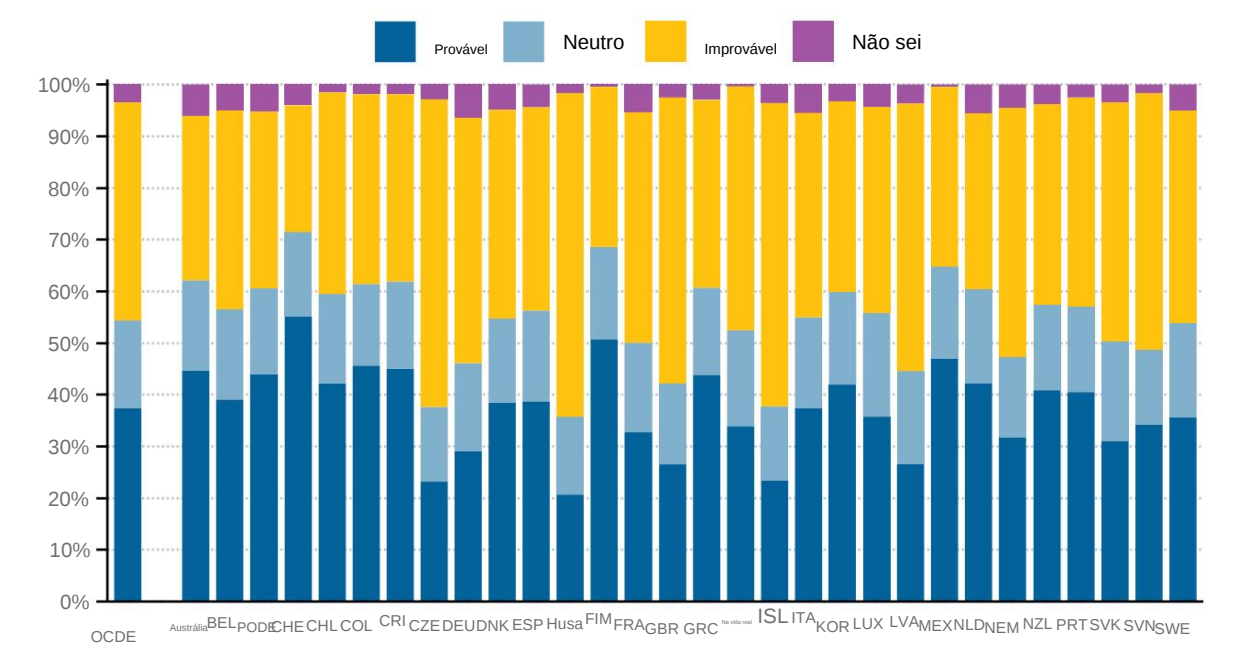
Muitos consideram que os governos não respondem ao feedback público sobre as políticas. Mesmo quando o feedback é solicitado, as pessoas nem sempre sentem que suas opiniões são levadas em consideração na tomada de decisões. Pouco mais de um terço (37%) acredita que, se mais da metade da população expressasse uma opinião contrária a uma política nacional, ela seria alterada (Figura 4.16). Essa porcentagem varia de um quinto na Estônia a mais da metade na Suíça. Por sua vez, pouco menos de um terço acredita que o governo adotaria as opiniões expressas em uma consulta pública sobre a reforma de uma área política (Figura 4.17). Além disso, as percepções sobre ambos

As variáveis pioraram em média desde 2021 (Figura 4.20 e Figura 4.21). Em nível internacional, a proporção de pessoas que consideram provável que o governo esteja aberto ao feedback, de acordo com uma das medidas, está altamente correlacionada com a outra. A percepção de que as opiniões expressas em uma consulta pública influenciam as políticas e, em particular, a percepção de ter voz nas políticas governamentais estão positivamente associadas ao aumento da confiança no governo nacional (ver Capítulo 1 e Anexo A).

Ambas as variáveis também apresentam uma relação positiva com a confiança na administração pública nacional, assim como ter uma voz política gera confiança no parlamento nacional.

Figura 4.16. Pouco mais de um terço acredita que o governo mudaria uma política em resposta à opinião pública majoritária.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo altere uma política nacional caso mais da metade da população se manifeste contra ela, 2023.



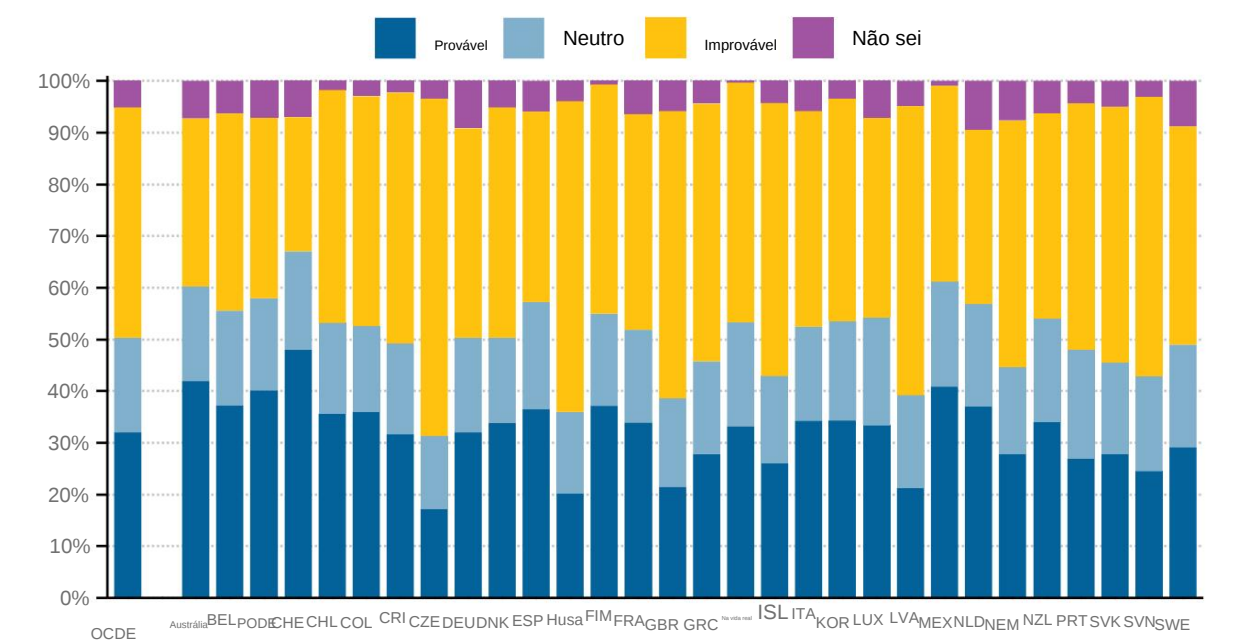
Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se mais da metade da população de [PAÍS] expressasse claramente uma opinião contrária a uma política nacional, qual a probabilidade de ela ser alterada?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/yskeq>

Figura 4.17. Pouco menos de um terço acredita que o governo adotaria as opiniões expressas em uma consulta pública.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo adote as opiniões recolhidas em consulta pública, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você participasse de uma consulta pública sobre a reforma de uma área política, qual a probabilidade de o governo adotar as opiniões expressas na consulta?" dentro de cada país. A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/z7ca1x>

O apoio a processos mais consultivos e deliberativos com os cidadãos parece ser uma resposta comum a essa sensação de exclusão, falta de participação política e insensibilidade do governo.

Existem muitas maneiras de envolver os cidadãos na tomada de decisões, mas o foco dos governos precisa ser a relevância dessas consultas. Consultar os cidadãos não é o mesmo que consultar as partes interessadas. Nas consultas às partes interessadas, as pessoas são ouvidas como representantes de um segmento específico da sociedade (setor privado, usuários de serviços públicos, sociedade civil, academia etc.). É sabido, em pesquisas, que as visões como partes interessadas podem ser diferentes das visões como cidadãos (OCDE, 2022[9]): por exemplo, um usuário de serviço público pode defender que o serviço público receba mais verbas, mas, como cidadão, pode priorizar um setor diferente da economia. Enquanto a consulta às partes interessadas visa

Ao aprimorar a qualidade de uma medida política, o engajamento cidadão é um processo que fortalece a democracia e implica maior responsabilidade do governo em acompanhar os resultados da consulta.

O mecanismo de consulta mais abrangente é o de referendo. O referendo é um processo aberto a todos os cidadãos ou residentes com direito a voto. Atualmente, a disponibilidade e a utilização do referendo em nível nacional, em vez de regional ou local, variam bastante de país para país. O país da OCDE com a utilização mais disseminada de referendos é a Suíça, onde leis sobre referendos para diferentes situações foram introduzidas ao longo do século XIX e início do século XX.

século (Schiller, 2024[10]). No outro extremo, em países selecionados da OCDE, como Alemanha, Japão, Coreia ou Estados Unidos, em nível nacional

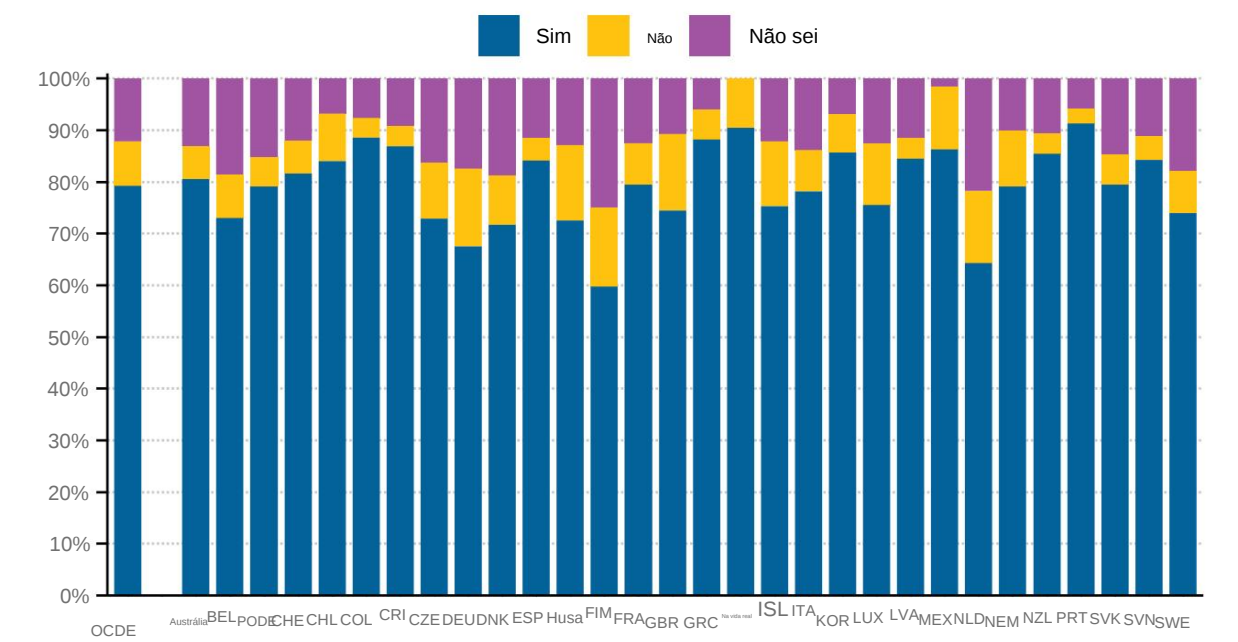
Os referendos ou não estão previstos no quadro legal ou apenas em circunstâncias muito específicas que ainda não foram invocadas. A maioria dos países da OCDE encontra-se numa situação intermédia, com a democracia direta a nível nacional a ser possível em circunstâncias mais amplas e um número limitado de referendos a nível nacional a ter ocorrido. Isto inclui, por exemplo, a Austrália, o Canadá, o Chile, a Colômbia, a França, a Irlanda, a Nova Zelândia, a Eslovénia e o Reino Unido (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral, 2008[11]). Em muitos casos, estes referendos são grandes empreendimentos políticos e não mecanismos mais rotineiros de participação cidadã na tomada de decisões.

embora haja exceções, como o conhecido exemplo da Suíça.

Apesar dessas grandes diferenças na disponibilidade e no uso de instrumentos de democracia direta, as pessoas em toda a OCDE concordam quase unanimemente que gostariam de poder votar em questões de interesse nacional. Em média, quase oito em cada dez (79%) pessoas indicaram que gostariam de poder votar em questões de importância nacional; e menos de uma em cada dez (9%) não gostaria de poder fazê-lo (Figura 4.18). Mesmo nos países com menor apoio à democracia direta, nomeadamente Finlândia, Países Baixos e Alemanha, pelo menos 60% gostariam de ter essa opção; e a percentagem ultrapassa os 90% em Portugal.

Figura 4.18. A maioria é a favor de referendos sobre questões de importância nacional.

Proporção da população que é a favor ou contra a realização de um referendo nacional, 2023



Nota: A figura mostra a distribuição das respostas à pergunta "Você acha que as pessoas em [PAÍS] deveriam poder votar diretamente em questões específicas de importância nacional em um referendo?". "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023.

StatLink 2<https://stat.link/jlsend>

Esses resultados refletem, em parte, um desafio inerente à formulação de políticas em democracias representativas. Isso se torna ainda mais evidente em sociedades mais digitais, onde um número muito maior de cidadãos se acostumou a expressar suas opiniões publicamente e amplamente. Reunir as pessoas em um fórum que fala com uma só voz unificada.

As opiniões divergentes podem muitas vezes gerar resultados contraditórios, tornando particularmente difícil para os governos serem receptivos a todos os segmentos da população. (Fishkin e Laslett, 2008[12]). De fato, "o povo" não é um bloco monolítico que fala com uma só voz unificada.

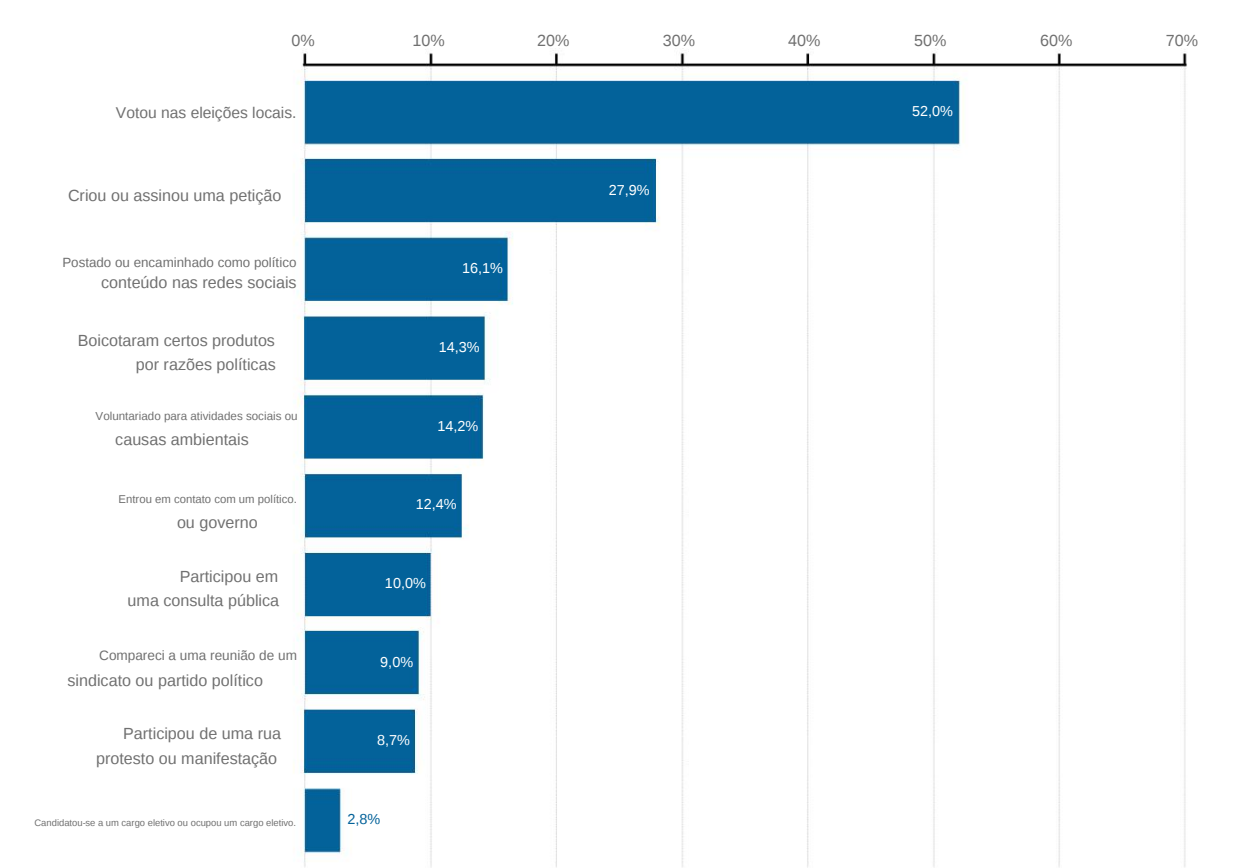
voz. Em vez disso, eles expressam suas perspectivas em determinados momentos, sobre assuntos específicos, por meio de diferentes canais, incluindo eleições, debates públicos, Diversas consultas, referendos e ações de engajamento, como manifestações, são realizadas. A tarefa dos governos reside em coletar, sintetizar e interpretar esses pontos de vista, abordando-os de forma clara e compreensível, que leve em consideração a opinião dos cidadãos.

Os resultados da Pesquisa de Confiança fornecem informações cruciais sobre os padrões de participação política entre a população nos países pesquisados (Figura 4.19). A forma mais comum de participação continua sendo

votação nas eleições nacionais, com 82%. Isso é seguida pela votação em eleições locais ou municipais (52%) e pela assinatura de petições (28%). Outras formas de participação incluem a publicação de conteúdo político nas redes sociais (16%), o boicote a produtos (14%) e o trabalho voluntário (14%). Menos indivíduos têm As formas de participação política listadas incluem: contato com um político (12%), participação em uma consulta pública (10%), participação em uma manifestação (9%) ou participação em uma reunião de um sindicato ou partido político (9%). A forma menos comum de participação é candidatar-se ou ocupar um cargo eletivo, com apenas 3%. Além disso, 23% das pessoas relataram não participar de nenhuma das formas de participação política listadas.

Figura 4.19. Modos de participação menos demorados e menos confrontacionais são mais comuns.

Proporção da população que participou da respectiva atividade política nos últimos 12 meses, OCDE, 2023



Nota: A figura mostra a média não ponderada da OCDE da percentagem da população que respondeu "sim" a uma das atividades apresentadas na pergunta "Nos últimos 12 meses, realizou alguma das seguintes atividades?".
Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

É claro que essas tendências gerais no nível da OCDE obscurecem alguns padrões interessantes dentro dos países. Por exemplo, na Bélgica, Canadá e Coreia, mais de 35% das pessoas não participaram utilizando nenhum dos canais mencionados (excluindo a votação em eleições nacionais). Na Finlândia, Islândia e Irlanda,

Mais de 30% expressam sua opinião boicotando produtos. Na Irlanda e na Grécia, cerca de 18% participaram de protestos, enquanto essa porcentagem fica entre 13% e 15% no Chile, na Espanha, na França e na Islândia, significativamente acima da média da OCDE. Esses diferentes padrões de participação são importantes para os governos considerarem. De fato, embora oferecer aos indivíduos mais oportunidades para expressar suas opiniões por meio de mecanismos formais seja importante, ouvir as vozes expressas por meio dos diferentes modos de participação das pessoas, mesmo que informais, é necessário para garantir que elas se sintam ouvidas.

A idade também influencia a escolha dos mecanismos de participação. Em média, em diversos países, os jovens (18-29 anos) tendem a votar menos em eleições nacionais (68%) e locais (41%). Atividades políticas como participar de manifestações e publicar ou compartilhar conteúdo político nas redes sociais são mais frequentes entre os jovens do que no restante da população. Em alguns países, observam-se diferenças marcantes entre as formas de participação política adotadas pelas faixas etárias mais jovens. Por exemplo, na Irlanda, 51% dos menores de 30 anos afirmaram ter compartilhado conteúdo político nas redes sociais no último ano, em comparação com 28% dos maiores de 30 anos.

De forma semelhante, na Alemanha, a proporção de pessoas que se voluntariaram para causas sociais ou ambientais é duas vezes maior entre os jovens do que entre os mais velhos, sendo de 20% e 10%, respectivamente.

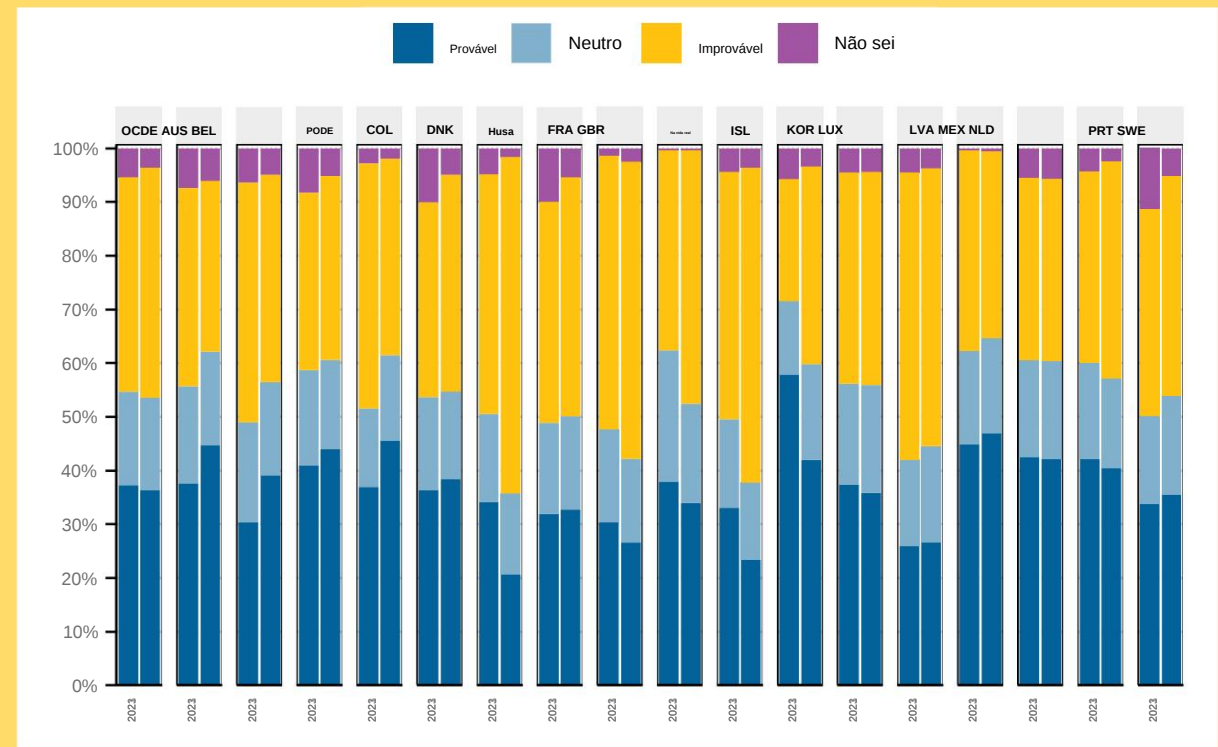


Quadro 4.3. Em destaque: mudanças: Abertura, capacidade de resposta na tomada de decisões e participação

Em média, a proporção de pessoas que acreditam ser provável que uma política nacional seja alterada caso a maioria se manifeste contra ela diminuiu ligeiramente, em um ponto percentual, desde 2021. Ao mesmo tempo, essa proporção aumentou em mais de sete pontos percentuais na Austrália, Bélgica e Colômbia (Figura 4.20). Além disso, a proporção de pessoas confiantes de que o governo utilizará as contribuições de uma consulta pública diminuiu desde 2021, em média, em dois pontos percentuais, particularmente na Estônia, Coreia do Sul, Portugal e Reino Unido (Figura 4.21). Por fim, a proporção de pessoas céticas quanto à capacidade do sistema político de permitir que cidadãos como elas influenciem as decisões do governo aumentou, em média, três pontos percentuais nos últimos dois anos, sendo esse aumento ainda maior na Estônia, Islândia e Coreia do Sul (Figura 4.22).

Figura 4.20. Um número ligeiramente menor de pessoas acredita que o governo mudaria uma política nacional se a população fosse contra ela em 2023, em comparação com 2021.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo altere uma política nacional caso mais da metade da população se manifeste contra ela, em 2021 e 2023.

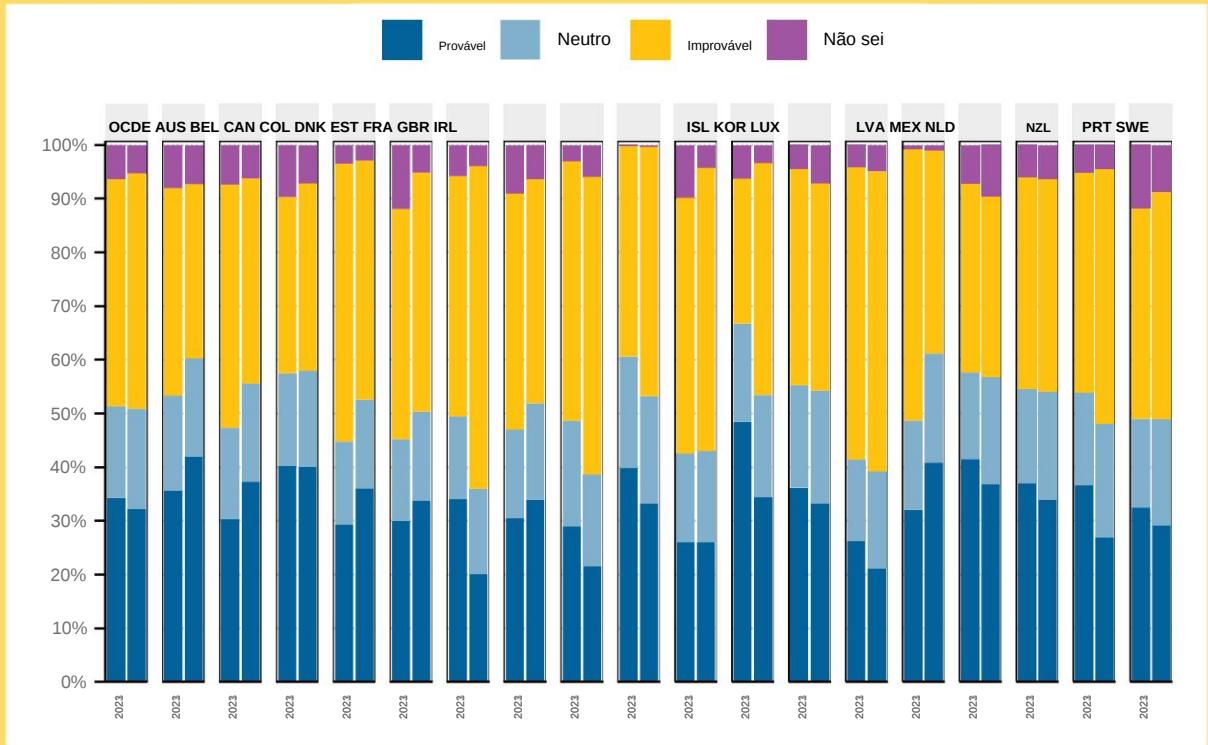


Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Se mais da metade da população do [PAÍS] expressasse claramente uma opinião contrária a uma política nacional, qual a probabilidade de ela ser alterada?”. A pergunta da pesquisa de 2021 no México foi formulada de maneira ligeiramente diferente: “Se mais da metade da população do país reclamasse de uma política nacional (educação, impostos, segurança, etc.), qual a probabilidade de as autoridades a alterarem?”. A proporção “provável” é a agregação das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “improvável” é a agregação das respostas de 0 a 4; e “Não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023. Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/hg45b2>

Figura 4.21. Em média, a confiança das pessoas de que o governo adotaria as opiniões recolhidas em consulta pública diminuiu ligeiramente entre 2021 e 2023.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo adote as opiniões recolhidas em consulta pública, 2021 e 2023.



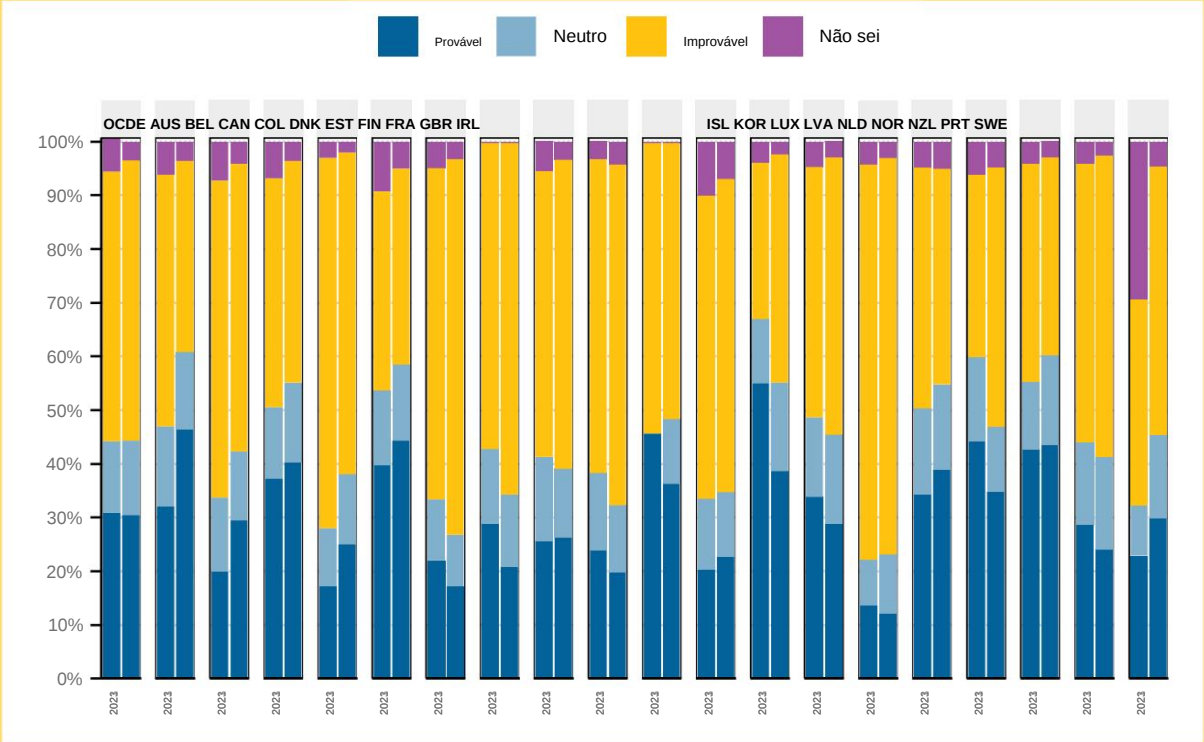
Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você participasse de uma consulta pública sobre a reforma de uma área política, qual a probabilidade de o governo adotar as opiniões expressas na consulta?" dentro de cada país. A pergunta da pesquisa em 2021 teve uma formulação ligeiramente diferente no México: "Se uma consulta pública fosse realizada para reduzir ou aumentar impostos, qual a probabilidade de sua opinião ser levada em consideração?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/wo9l14>

Figura 4.22. Em média, a proporção de pessoas céticas quanto à capacidade do sistema político de permitir que pessoas como elas tenham voz nas decisões do governo aumentou entre 2021 e 2023.

Proporção da população que relatou diferentes níveis de percepção da probabilidade de o sistema político permitir que as pessoas tenham voz nas ações do governo, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Em que medida você diria que o sistema político em [PAÍS] permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?" dentro de cada país. A pergunta da pesquisa em 2021 teve uma formulação ligeiramente diferente na Noruega: "Em que medida você diria que o sistema político norueguês permite que pessoas como você exerçam influência política?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 0 a 4; e "Não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada entre os países, para os países listados para os quais a variável estava disponível em 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

StatLink 2<https://stat.link/ri9yhz>

4.6. CONCLUSÃO PARA AÇÕES POLÍTICAS QUE AUMENTEM A CONFIANÇA

Em questões políticas complexas, os resultados da Pesquisa de Confiança mostram diferentes medidas que podem ser tomadas para aumentar a confiança nas instituições públicas.

- A prontidão para emergências, embora tenha um impacto menor nos níveis de confiança do que durante o auge da pandemia de Covid-19, continua sendo um importante fator de confiança nos governos nacionais e locais e no funcionalismo público. Os governos devem continuar aprimorando sua confiabilidade e preparo para futuras crises.
- Fortalecer a confiança na

capacidade do governo de lidar com desafios políticos complexos, incluindo aqueles com ramificações globais, é uma prioridade. Em média, 41% confiam que o governo regulamentará a IA adequadamente e 42% que o país terá sucesso na redução das emissões de gases de efeito estufa. Em termos de desafios que exigem pensamento a longo prazo e o equilíbrio justo de diferentes interesses, os governos e parlamentos nacionais podem considerar se as questões de equidade intranacional e intergeracional recebem espaço suficiente não apenas durante o processo de deliberação política, mas também na forma como o governo e os membros do parlamento se comunicam.

- A capacidade do parlamento de responsabilizar o governo é um importante fator de confiança no governo parlamentar. em O fortalecimento da função de supervisão do parlamento, juntamente com outros mecanismos de controle e equilíbrio inerentes ao sistema político em geral, provavelmente será um ingrediente fundamental para ajudar a manter o apoio à democracia representativa. Embora não incluídos na pesquisa de 2023, os resultados da pesquisa de 2021 mostraram que a independência judicial era igualmente um fator impulsionador da confiança no governo nacional e no sistema judicial.
- A maioria duvida que a tomada de decisões seja realizada no interesse público. Em média

Apenas três em cada dez pessoas acreditam que o governo resistiria à influência indevida de corporações. Em uma democracia, o envolvimento de diversos grupos de interesse na elaboração de políticas deve ser visto apenas como um meio de aprimorar a qualidade de uma medida política, e não como um exercício democrático.

Em paralelo, as consultas cidadãs, que representam um engajamento democrático, precisam ser aprimoradas e tornadas mais significativas em termos de suas consequências sobre as decisões.

Juntamente com padrões mais rigorosos de integridade e transparência (OCDE, 2024[7]), este é um desenvolvimento muito importante para garantir que as políticas sejam vistas como concebidas para o benefício do público, em vez de interesses privados.

- Nas democracias representativas, as eleições continuam sendo o principal método para incorporar diferentes pontos de vista na tomada de decisões. Contudo, o grande interesse do público na democracia direta, juntamente com a percepção de limitada capacidade de participação nos processos políticos, sugere um desejo por formas mais impactantes de interagir e influenciar os processos de formulação de políticas. Os governos são agora instados a aprimorar a participação cívica, concentrando-se na institucionalização de mecanismos de participação direta e deliberativa. No entanto, os desafios de coletar contribuições da população por meio de uma variedade maior de canais, e o fato de que menos de um terço dos cidadãos acredita que o governo adotaria as opiniões expressas em consultas públicas, ressaltam a necessidade de expectativas claras sobre o papel da participação deliberativa e direta.

democracia dentro do sistema de democracia representativa.

- Além de promover esses "pontos de interação" adicionais entre governos e o público, os governos podem capacitar as pessoas a participar do debate público e a influenciar os processos políticos, fomentando um ambiente jurídico, político e social que possibilite uma vida cívica vibrante.

espaço.

REFERÊNCIAS

Fishkin, J. e P. Laslett (2008), *Debatendo a Democracia Deliberativa*, Wiley Blackwell, <https://doi.org/10.1002/9780470690734>. [12]

Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (2008), *Democracia Direta Manual Internacional do IDEA*. [11]

OCDE (2024), *Perspectivas de Anticorrupção e Integridade 2024*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/968587cd-en>. [7]

OCDE (2023), *Panorama do Governo 2023*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/3d5c5d31-en>. [6]

OCDE (2023), *Relatório sobre a implementação da Recomendação da OCDE sobre a Governança de Riscos Críticos*, OECD Publishing, Paris. [1]

OCDE (2022), *Construindo confiança para reforçar a democracia: Principais conclusões da pesquisa da OCDE de 2021 sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas*, Construindo confiança nas instituições públicas, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b407f99c-en>. [8]

OCDE (2022), *Diretrizes da OCDE para Processos de Participação Cidadã*, Governança Pública da OCDE Resenhas, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/f765caf6-en>. [9]

OCDE (em publicação), *Diretrizes atualizadas sobre a mensuração da confiança em instituições públicas*, OCDE Publicação. [2]

OCDE/Banco Mundial (2019), *Resiliência fiscal a desastres naturais: lições das experiências nacionais*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/27a4198a-en>. [4]

Schiller, T. (2024), "Democracia direta", na *Enciclopédia Britânica*. [10]

PNUD (2022), "Relatório Especial de 2022 sobre Segurança Humana", <https://hs.hdr.undp.org/>. [3]

PNUMA (2022), *Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2022*, <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2022> (acessado em 1 de março de 2024). [5]

OBSERVAÇÃO

1 Estimativas sugerem que, para limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius, as emissões globais de gases de efeito estufa devem ser reduzidas para 33 gigatoneladas de CO2 equivalente até 2030 e para 8 gigatoneladas até 2050. No entanto, as projeções indicam que as emissões globais devem atingir 58 gigatoneladas até 2030.

5. Confiança e informação

— integridade

As informações às quais as pessoas são expostas podem afetar suas percepções e a confiança que depositam nas instituições públicas. Este capítulo examina a relação entre a confiança das pessoas nos meios de comunicação, seus hábitos de consumo de notícias, seus critérios para avaliar a credibilidade de uma notícia e sua confiança no governo. Em seguida, analisa como as pessoas veem a comunicação pública, tanto em relação aos serviços administrativos quanto às principais reformas políticas. Por fim, explora as expectativas das pessoas quanto ao uso de evidências pelo governo na tomada de decisões públicas e como essas visões contribuem para a confiança.



As informações às quais as pessoas são expostas podem contribuir para moldar suas percepções e a confiança que depositam nas instituições públicas. Isso ocorre por meio de conversas com outras pessoas, mídias tradicionais e sociais, informações disponíveis em instituições de pesquisa e acadêmicas, bem como comunicação direta das próprias instituições. Essas informações mediadas constituem uma parte significativa da compreensão que as pessoas têm de como as instituições operam e o que fazem (Marcinkowski e Starke, 2018[1]). Isso se aplica especialmente às ações governamentais relacionadas à formulação e implementação de políticas, que poucas pessoas observam ou vivenciam diretamente, mas que, mesmo assim, influenciam a percepção das pessoas sobre as instituições públicas.

Um ecossistema de informação sólido, que forneça informação de qualidade, é vital para que as pessoas façam julgamentos informados sobre as ações do governo e responsabilizem as instituições públicas. Juntamente com um sistema educacional que capacite as pessoas com as habilidades cognitivas e críticas e o conhecimento para processar a informação, esse ecossistema ajuda os indivíduos a formar uma “confiança cética” nas instituições públicas. Tal confiança cética é crucial para proteger a democracia das ameaças da desinformação (Norris, 2022[2]). No entanto, tendências disruptivas, como a proliferação de informações errôneas e desinformação, a polarização do discurso nos canais de comunicação de massa, as câmaras de eco informacionais e o declínio do pluralismo e da diversidade midiática, podem enfraquecer o ambiente informacional.

Nesse contexto, o trabalho da OCDE define uma estrutura para reforçar e proteger a integridade da informação, definida como “ambientes de informação que sejam propícios à a disponibilidade de fontes de informação precisas, baseadas em evidências e plurais, que permitam aos indivíduos serem expostos a uma variedade de ideias, fazer escolhas informadas e exercer melhor os seus direitos” (OCDE, 2024[3]).

Pela primeira vez na Pesquisa de Confiança, este novo capítulo explora como as pessoas consomem notícias sobre assuntos da atualidade e ações governamentais, como percebem a comunicação da mídia e do governo e como esses hábitos de consumo e percepções se relacionam com a confiança das pessoas nas instituições públicas. Ele se baseia em perguntas adicionais da Pesquisa de Confiança de 2023 que abordam os padrões de uso da mídia pelas pessoas.

Por um lado, e por outro, suas percepções sobre a comunicação pública. Essas questões foram adicionadas para fornecer evidências adicionais sobre como as informações de fontes públicas e da mídia impactam as percepções das ações das instituições públicas e como isso afeta a confiança nessas instituições.

5.1. O AMBIENTE MIDIÁTICO E OS PADRÕES DE CONSUMO DE MÍDIA AFETAM A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Nos últimos anos, as preocupações com a fiabilidade e integridade da informação têm aumentado, com implicações significativas para a democracia (OCDE, 2024[3]). A erosão de uma realidade comum baseada em provas factuais aprofunda as divisões sociais e torna mais difícil a construção do consenso necessário para enfrentar os desafios políticos.

Também pode ser explorado por agentes mal-intencionados em campanhas de desinformação, orquestradas interna ou internacionalmente, impactando diversas áreas políticas, desde a saúde pública à segurança nacional e até mesmo a crise climática (OCDE, 2022[4]).

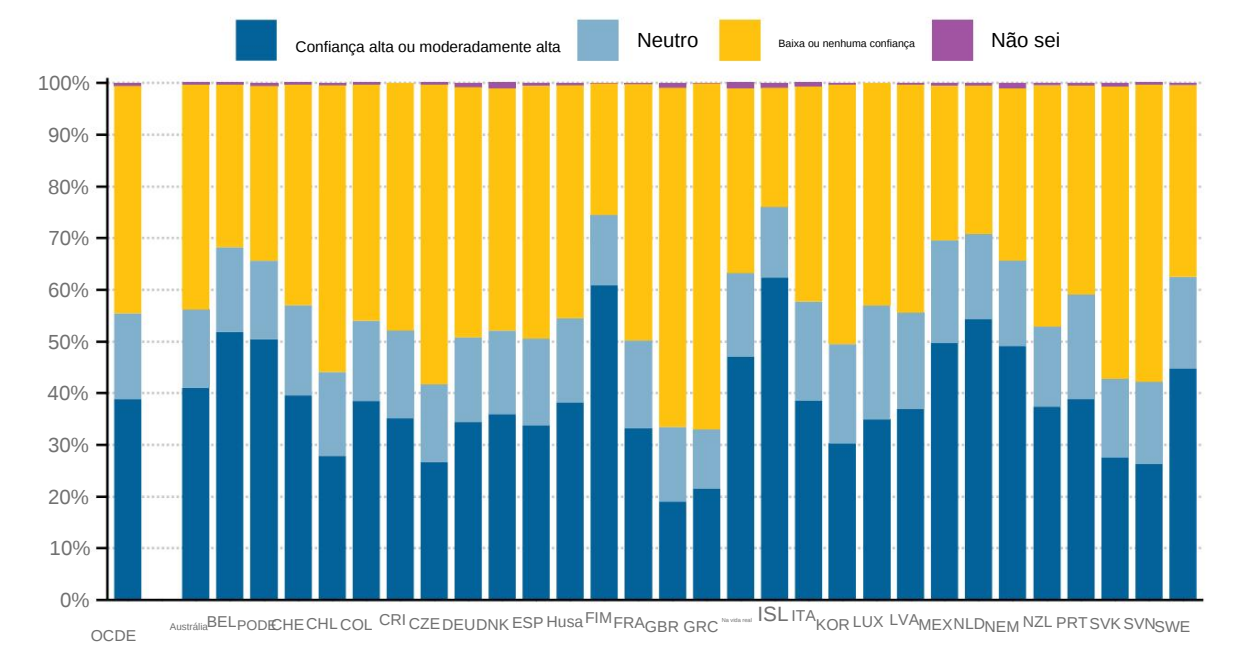
A preocupação em distinguir conteúdo preciso de falso é mais generalizada. Na Pesquisa de Confiança, em média, 11% identificaram a desinformação como um dos três principais problemas enfrentados por seus países (Figura 5.1); e na República Tcheca, Coreia do Sul e República Eslovaca, essa porcentagem ultrapassou os 20%.

Além disso, muitas pessoas têm preocupações quanto à confiabilidade da mídia. Isso faz parte das crescentes dificuldades com a evolução da informação.

Apesar da crise ambiental, a confiança na mídia tradicional também está em declínio. Em média, 39% dos indivíduos nos países da OCDE têm alta ou moderada confiança na mídia, refletindo os níveis de confiança no governo nacional, enquanto 44% relatam baixa ou nenhuma confiança na mídia (Figura 5.1). Somente na Bélgica, Canadá, Finlândia, Islândia e Holanda a maioria da população adulta tem alta ou moderada confiança na mídia. O nível médio de confiança na mídia nos países da OCDE, no entanto, permaneceu estável entre as edições de 2021 e 2023 da Pesquisa de Confiança da OCDE, embora com grande variação em alguns países (Figura 5.2).

Figura 5.1. Mais pessoas desconfiam do que confiam nos meios de comunicação.

Percentagem da população que indica diferentes níveis de confiança nos meios de comunicação social, 2023



Nota: A figura mostra a distribuição das respostas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, qual é o seu nível de confiança nos meios de comunicação?", dentro de cada país. Uma resposta de 0 a 4 corresponde a 'pouca ou nenhuma confiança', 5 a 'neutro' e de 6 a 10 a 'alta ou moderada confiança'.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/6oh7xv>

Um ambiente midiático independente e pluralista é um princípio fundamental da democracia, pois facilita a capacidade do público de examinar as ações de autoridades políticas de alto nível e formuladores de políticas, bem como de fazer escolhas informadas. Por exemplo, Guriev e Treisman (2019) levantam o espectro de "autocratas da informação" que coagiriam os cidadãos à submissão por meio da manipulação da informação (Guriev e Treisman, 2019 [5]). Embora a confiança no governo nacional e a confiança no sistema midiático não estejam necessariamente relacionadas – e possam até mesmo ser conflitantes em alguns casos –, a longo prazo, a desconfiança persistente no ecossistema midiático e nas informações que ele fornece deixa os indivíduos apenas com a opção de confiar cegamente nas instituições governamentais ou desconfiar tanto da mídia quanto do governo. Assim, a integridade da informação na sociedade é crucial para a confiança nas instituições públicas e, de forma mais ampla, para a democracia.

Confiança na mídia e confiança no país.

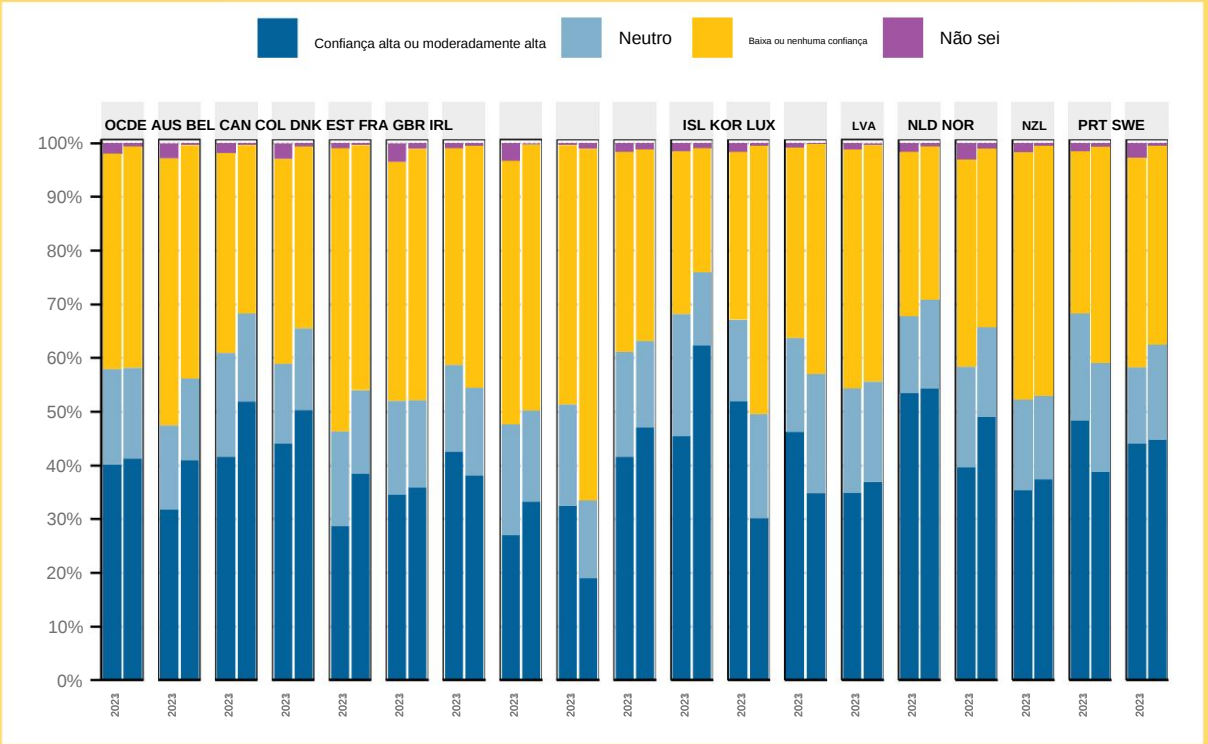
A confiança na mídia e no governo apresenta correlação moderada em nível internacional. Além disso, em nível individual, pessoas que confiam na mídia têm mais do que o dobro da probabilidade de confiar no governo em comparação com aquelas que não confiam. Considerando os níveis relativamente baixos de confiança na mídia e seu recente declínio em muitos países, isso é preocupante para as democracias em todo o mundo. Essa situação destaca a importância de promover e preservar a integridade da informação para aumentar a confiança nas instituições e impedir que agentes inescrupulosos explorem a falta de confiança para fins ilícitos. Contudo, há um número considerável de países da OCDE onde as pessoas confiam muito mais no governo nacional do que na mídia (Dinamarca, Grécia, Luxemburgo, Nova Zelândia, Suíça, Reino Unido). O oposto também ocorre em alguns países (República Tcheca, Finlândia, Letônia, Islândia, Holanda).

Quadro 5.1. Em foco: a confiança nos meios de comunicação.

Em média, os níveis de confiança nos meios de comunicação não sofreram alterações entre 2021 e 2023 (Figura 5.2). No entanto, observam-se melhorias significativas na confiança na Bélgica, Colômbia e Islândia, enquanto que na Coreia do Sul, Luxemburgo e Reino Unido a confiança nos meios de comunicação diminuiu consideravelmente.

Figura 5.2. A confiança média nos meios de comunicação não se alterou entre 2021 e 2023.

Percentagem da população que indica diferentes níveis de confiança nos meios de comunicação social, 2021 e 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, qual é o seu nível de confiança nos meios de comunicação?”, dentro de cada país. Uma resposta de 0 a 4 corresponde a “pouca ou nenhuma confiança”, 5 a “neutro” e de 6 a 10 a “alta ou moderada confiança”. “OCDE” apresenta a média não ponderada das respostas entre os países, para os países listados com dados disponíveis para 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

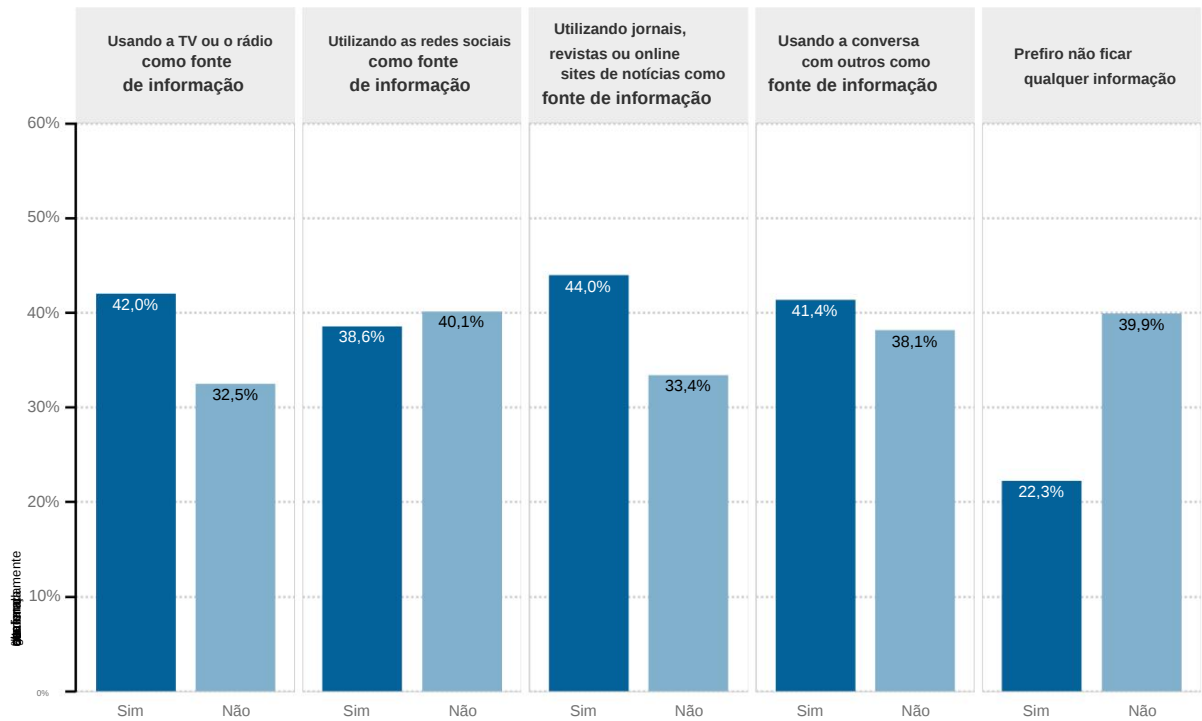
StatLink 2<https://stat.link/mqaxp8>

A confiança das pessoas no governo está intimamente relacionada aos seus hábitos de consumo de notícias. Apenas 22% daqueles que preferem não acompanhar notícias políticas relatam ter alta ou moderada confiança no governo, enquanto esse percentual sobe para 40% entre aqueles que acompanham as notícias de alguma forma (Figura 5.3). Além disso, indivíduos que se mantêm informados sobre política ou assuntos da atualidade por meio da TV, rádio ou imprensa escrita tendem a confiar mais no governo nacional do que aqueles que não utilizam esses meios de comunicação. No entanto, os níveis de confiança são praticamente os mesmos entre aqueles que utilizam as redes sociais.

mídia para notícias (39%) e aqueles que não (40%). Isso pode ocorrer porque o consumo de notícias via redes sociais, por sua vez, não favorece um alto nível de conhecimento político (Castro et al., 2022[6]). Da mesma forma, há pouca diferença na confiança entre aqueles que discutem notícias com amigos ou familiares (41%) e aqueles que não participam dessas conversas (38%). É claro que essas associações também podem ser atribuídas a fatores socioeconômicos que influenciam as escolhas de mídia ou o interesse das pessoas por notícias (Strömbäck, Djerf-Pierre e Shehata, 2016[7]; Norris, 2000[8]).

Figura 5.3. Os leitores da imprensa escrita tendem a confiar mais no governo.

Compartilham um alto ou moderado nível de confiança no governo nacional, com base na obtenção de informações sobre política ou assuntos da atualidade a partir da fonte mencionada, OCDE, 2023.



Nota: A figura mostra a porcentagem de pessoas com alta ou moderada confiança no governo nacional, dependendo se utilizam a mídia ou outras fontes de informação sobre política e atualidades em um dia típico. A porcentagem com alta ou moderada confiança corresponde aos respondentes que selecionaram uma resposta de 6 a 10 para a pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?". O uso ou não da fonte de informação selecionada é derivado da(s) resposta(s) à pergunta "Em um dia típico, de quais das seguintes fontes, se houver, você obtém informações sobre política e atualidades?", para a qual eles podem selecionar todas as opções aplicáveis.

A figura mostra as médias não ponderadas da OCDE.
Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/nqimps>

5.2. O atual ecossistema de informação tornou mais difícil para os indivíduos compreenderem e avaliarem a confiabilidade das informações.

O pluralismo dos mercados de mídia e a oferta de jornalismo de qualidade diminuíram nos últimos anos.

Isso é simultaneamente resultado de mudanças nas tendências de consumo de notícias, desencadeadas por mudanças tecnológicas e consequentes rupturas de mercado, e um potencial fator que contribui para a baixa confiança na mídia. De acordo com o Índice Mundial de Liberdade de Imprensa da Repórteres sem Fronteiras, a proporção de países da OCDE em que a qualidade do jornalismo foi classificada como "boa" era de 49% em 2015, caindo para 26% em 2021 (OCDE (2022[9]) com base em (Repórteres sem Fronteiras (2022[10])).

Na maioria dos países da OCDE, as restrições econômicas, e não as legislativas ou políticas, exercem a influência mais negativa na qualidade dos meios de comunicação social. Na imprensa escrita, a concorrência das plataformas digitais que captam a maior parte das receitas publicitárias levou à redução do pessoal nas redações, à consolidação do setor e ao encerramento de jornais, particularmente a nível local (OCDE, 2021[11]; Matasick, Alfonsi e Bellantoni, 2020[12]).

Poucas grandes marcas de notícias estão expandindo sua base de assinantes com base em uma dinâmica de "o vencedor leva tudo", enquanto outras lutam por receita (Newman et al., 2023[13]). Os incentivos comerciais contribuem para uma tendência de conteúdo sensacionalista que tem bom desempenho com algoritmos e públicos com pouco tempo disponível (Matasick, Alfonsi e Bellantoni, 2020[12]). Paralelamente a essas mudanças na imprensa escrita, as últimas três décadas testemunharam significativas

A liberalização dos setores de mídia e televisão em nível global levou ao surgimento da televisão via satélite e cabo. Consequentemente, o número de canais privados aumentou drasticamente, alterando a relação entre os setores de radiodifusão pública e privada. Por exemplo, o número de canais na Europa cresceu de menos de 100 em 1989 para mais de 11.000 em 2019 (Papathanassopoulos et al., 2023[14]). O ambiente televisivo, portanto, mudou de baixa para alta variedade de opções, resultando na fragmentação da atenção do público.

(Kleis Nielsen, 2012[15]). Essas mudanças facilitaram, em parte, a criação de grupos dominantes maiores e em menor número no setor de mídia, resultando em uma indústria mais concentrada e povoada por conglomerados multimídia.

(Papathanassopoulos et al., 2023[14]).

Nesse contexto, a maioria das pessoas nos países da OCDE ainda obtém suas notícias sobre política e atualidades de fontes "tradicionais" (TV, rádio, imprensa escrita), embora isso esteja mudando entre as gerações mais jovens. Em um dia típico, sete em cada dez (72%) entrevistados recebem suas notícias da televisão ou do rádio, enquanto metade (52%) utiliza

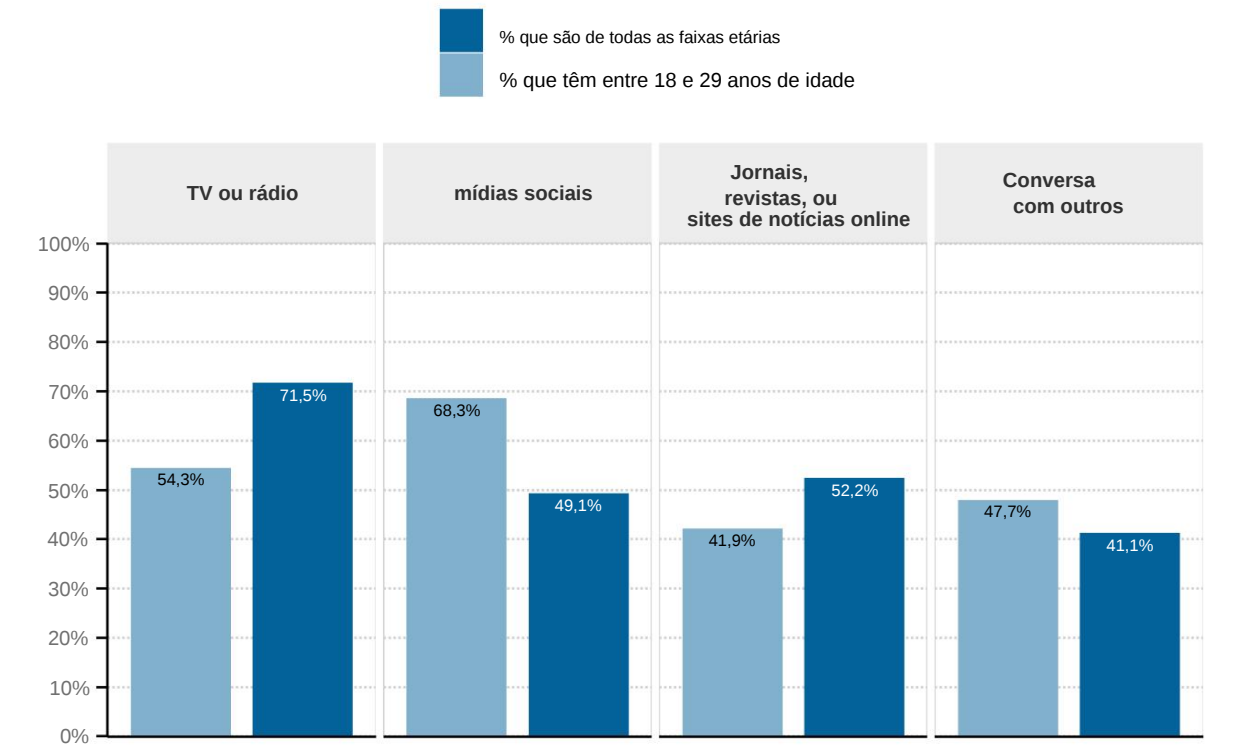
jornais, revistas ou sites de notícias online

(Figura 5.4). As redes sociais são uma fonte de notícias para quase metade (49%) das pessoas; e os indivíduos estimam que cerca de um terço de suas informações provém das redes

sociais. No entanto, para os mais jovens, as redes sociais se tornaram a principal fonte de notícias, com 68% obtendo notícias dessa forma, superando os 54% que assistem à televisão ou ouvem rádio para se informar; e os 42% que leem jornais ou revistas. Contudo, uma pequena parcela obtém suas notícias exclusivamente das redes sociais: 14% dos jovens com menos de 30 anos estimam que obtêm 80% ou mais de suas notícias nas redes sociais.

Figura 5.4. Os jovens dependem mais das mídias sociais do que das mídias tradicionais.

Proporção da população que indica obter informações sobre política e atualidades a partir das respectivas fontes, média não ponderada da OCDE, 2023



Nota: As porcentagens mostram a média não ponderada da OCDE. As participações são derivadas da resposta à pergunta: "Em um dia típico, de quais das seguintes fontes, se houver, você obtém informações sobre política e atualidades?". Os participantes puderam selecionar todas as respostas aplicáveis. Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/1u4pib>

A fragmentação do panorama midiático pode dificultar a avaliação da confiabilidade de uma notícia. As pessoas tendem a usar diversos critérios para determinar se consideram uma notícia credível. Nos países da OCDE, o critério mais citado são as fontes mencionadas (54%), seguido pela organização ou jornalista que noticiou o fato (49%). O número de organizações que noticiaram o fato também é um critério importante, citado por 35% dos entrevistados (Figura 5.5). Além desses critérios, que se aplicam igualmente a mídias tradicionais e novas, dois critérios relacionados às mídias sociais também desempenham um papel importante: 35% consideram o tipo de pessoas ou organizações que compartilham a notícia nas mídias sociais como um dos três fatores mais importantes na avaliação da confiabilidade da notícia, enquanto 9% se baseiam no número de compartilhamentos, comentários ou curtidas que a notícia recebe nas mídias sociais. 14% também levam em conta...

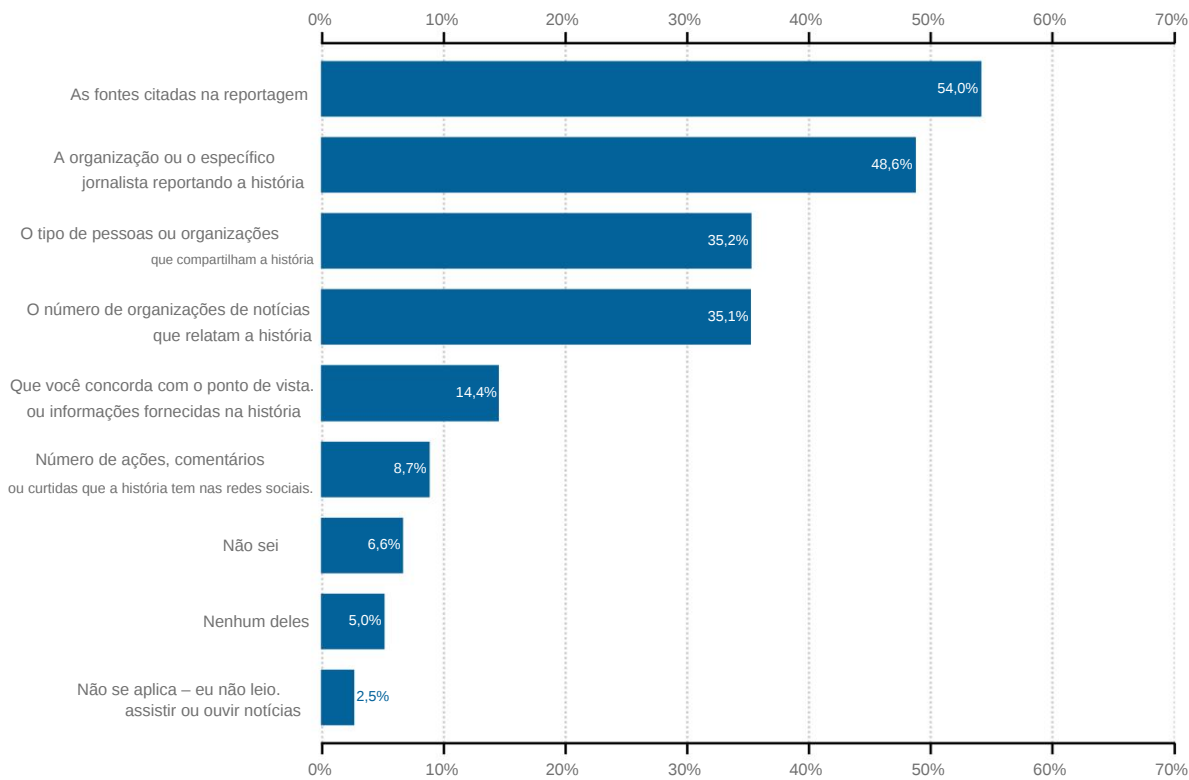
consideram se concordam com o ponto de vista ou com as informações apresentadas na reportagem; e 5% não se baseiam em nenhum dos critérios sugeridos.

Uma parcela maior de pessoas com 50 anos ou mais confia no jornalista ou na organização que reporta a notícia, e o número de organizações que fazem a cobertura jornalística é um fator determinante na avaliação da confiabilidade.

Eles dependem menos do número de compartilhamentos e curtidas. No entanto, diferentes faixas etárias tendem a usar critérios semelhantes. Essas categorias amplas podem, contudo, estar ocultando diferenças dentro de cada meio de comunicação. categoria: Por exemplo, os resultados da pesquisa da Reuters sugerem que em plataformas baseadas em vídeo e imagem, como o TikTok, os usuários prestam mais atenção aos influenciadores do que aos jornalistas, enquanto o oposto é verdadeiro para plataformas mais baseadas em texto, como o Facebook e o X (Newman et al., 2023[13]).

Figura 5.5. A maioria afirma que se baseia nas fontes citadas em uma notícia como fator determinante de sua confiabilidade.

Participação daqueles que selecionaram o fator mencionado como o mais importante para decidir se a notícia é confiável, OCDE, 2023



Nota: Cada porcentagem corresponde à média não ponderada da OCDE das respostas à pergunta: "Ao ler, assistir ou ouvir notícias, quais dos seguintes fatores são mais importantes para si na hora de decidir se a notícia é confiável?". Os participantes podiam escolher até três opções de resposta.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/wkr8mp>

Além de avaliar a confiabilidade das informações, os indivíduos também precisam compreender as informações que lhes são fornecidas para formar julgamentos precisos. No entanto, os meios de comunicação nem sempre se comunicam de maneira a beneficiar pessoas com diferentes níveis de conhecimento prévio. Um estudo comparativo entre países, baseado em grupos focais no Brasil, Índia, Reino Unido e Estados Unidos, mostrou que a comunicação eficaz entre esses dois grupos pode ser uma solução eficaz para esse problema. e uma revisão da cobertura econômica da BBC no Reino Unido destacou que muitos consideram o conteúdo das notícias irrelevante e não representativo de suas realidades (Arguedas et al., 2023[16]; Blastland e Dilnot, 2022[17]). Em uma pesquisa populacional realizada pelo Instituto Reuters em 46 países, 30% dos entrevistados, concentrados entre aqueles com menor escolaridade, tiveram dificuldade em entender notícias econômicas e financeiras (Newman et al.,

2023[13]). As pessoas que têm dificuldade em compreender ou em se relacionar com a informação ficam em desvantagem ao tentar formar uma opinião sobre as ações e políticas governamentais. Isto pode resultar numa menor responsabilização democrática, numa maior suscetibilidade à desinformação e a conteúdos simplistas, e também pode influenciar a atuação política.

5.3. EFICAZ E INCLUSIVO

A comunicação governamental pode

AUMENTAR A CONFIANÇA NO PÚBLICO

INSTITUIÇÕES

Além de jornalistas, influenciadores de mídias sociais e colegas, as instituições públicas também podem servir como

fontes de informação. Essas entidades podem disseminar informações diretamente por meio de sites públicos, campanhas informativas e conferências de imprensa, ou indiretamente, por meio de informações transmitidas a jornalistas por autoridades políticas de alto nível e funcionários públicos. Esse fornecimento de informações é um aspecto da comunicação pública, que abrange a “troca de informações entre governo e cidadãos e o diálogo que dela decorre” (OCDE, 2021[18]).

Semelhante à relação entre mídia e confiança, comunicação pública — definida separadamente da comunicação política e com uma governança sólida que assegure que ela seja usada como um bem público —

A comunicação pública pode tanto construir quanto destruir a confiança nas instituições. Por um lado, pode aumentar a conscientização sobre as ações ou posicionamentos do governo em relação a questões políticas, o que pode elevar a percepção de que o governo está atendendo às necessidades dos cidadãos. Também pode ser entendida como um serviço e, por meio da troca de informações, pode melhorar substancialmente os resultados para os usuários e, consequentemente, aumentar sua satisfação com as instituições. A comunicação pública também pode ajudar as instituições a demonstrar e reforçar seu compromisso com valores associados a níveis mais elevados de confiança (abertura, integridade, imparcialidade), além de mostrar capacidade de resposta, ouvindo e atendendo às preocupações e preferências da população. Por outro lado, a comunicação percebida como imprecisa, inacessível, politicamente tendenciosa ou irrelevante pode levar o público a perceber as instituições como não confiáveis ou indignas de confiança.

O atual panorama midiático aumentou significativamente a necessidade de uma comunicação pública sólida, aliada a uma estrutura de governança robusta. Os canais digitais permitem que qualquer pessoa alcance e influencie um público amplo (Matasick, Alfonsi e Bellantoni, 2020[12]), possibilitando um número maior de atores para participar no espaço da informação, mas criando grandes desafios para o ecossistema da informação e para a confiança nas instituições (OCDE, 2024[3]).

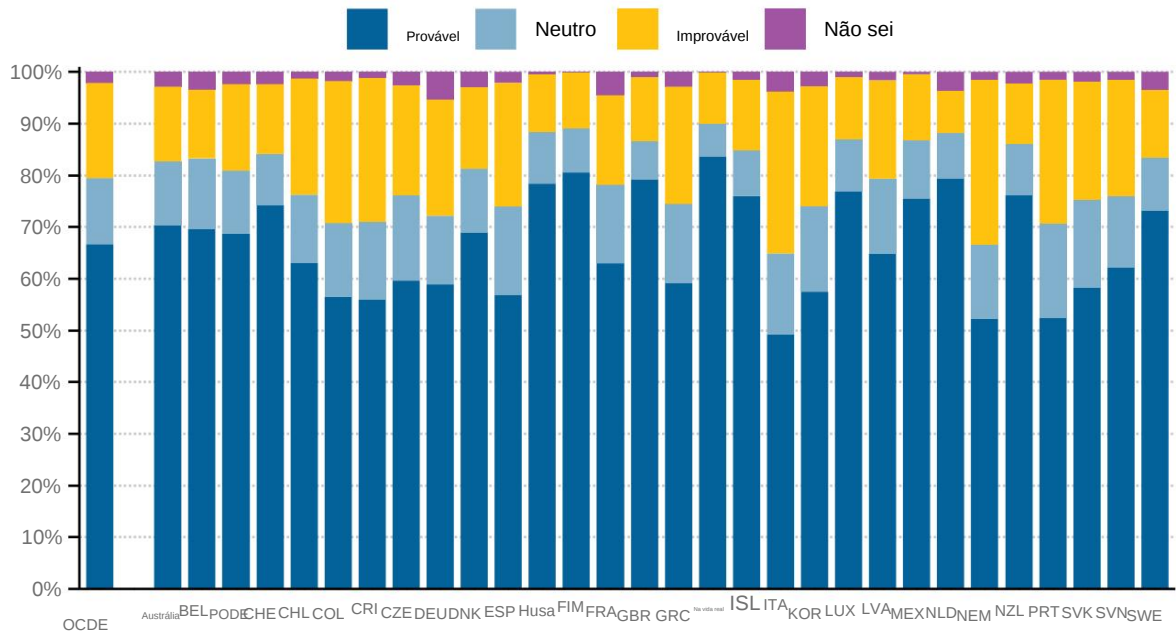
Simultaneamente, os canais digitais oferecem às instituições públicas novos métodos para interagir com o público e obter informações que permitam adequar melhor as estratégias de comunicação a diferentes públicos, além de ajudar a população a estar mais bem informada sobre as ações do governo.

Nos resultados da Pesquisa de Confiança, encontramos padrões semelhantes de satisfação com a comunicação pública aos encontrados entre as interações do dia a dia e os desafios complexos de políticas públicas. De fato, quando se trata de informações sobre serviços administrativos, uma grande maioria das pessoas na maioria dos países — e 67% em média entre os países — acredita que informações claras seriam facilmente acessíveis (Figura 5.6).

A proporção de pessoas confiantes de que as informações governamentais seriam facilmente acessíveis também aumentou entre 2021 e 2023 (Figura 5.7), mas parece ter apenas uma pequena associação positiva com a confiança no serviço público nacional e nenhuma relação significativa com a confiança no governo nacional (Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 5.6. Dois terços das pessoas consideram que as informações sobre serviços administrativos são facilmente acessíveis.

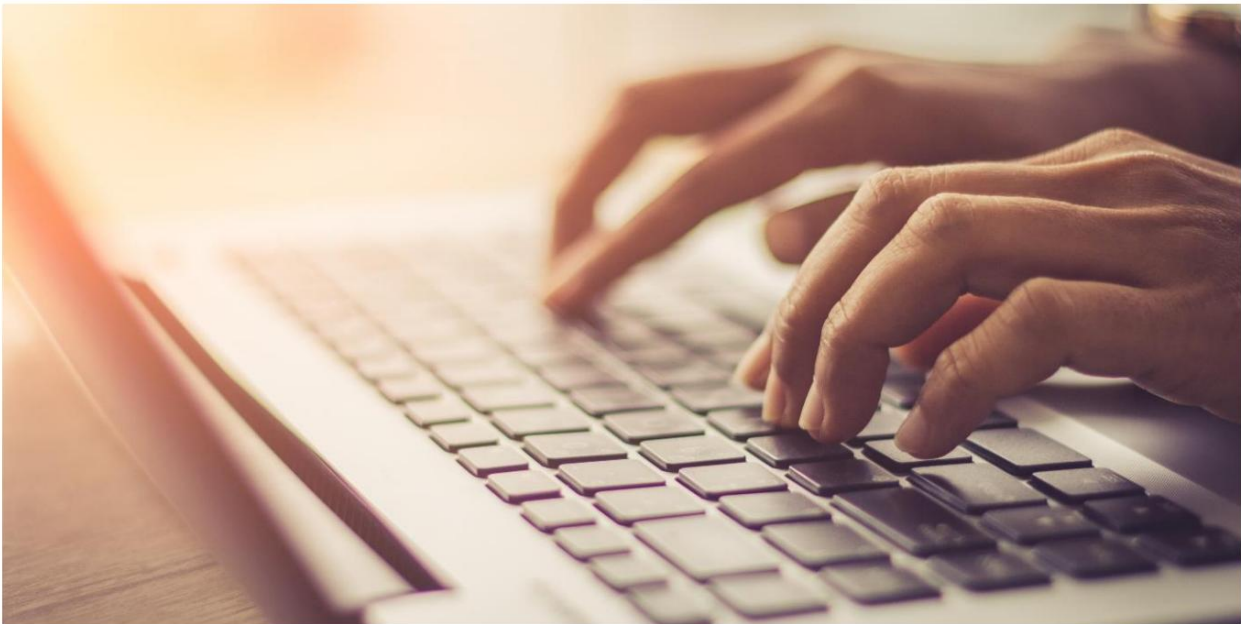
Proporção da população que considera provável ou improvável que as informações sobre um serviço administrativo estejam facilmente disponíveis quando necessárias, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta "Se você precisasse de informações sobre um serviço administrativo (por exemplo, obter um passaporte, registrar um nascimento, solicitar benefícios, etc.), qual a probabilidade de encontrar informações claras e facilmente disponíveis?". A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 1 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/hnxt86>

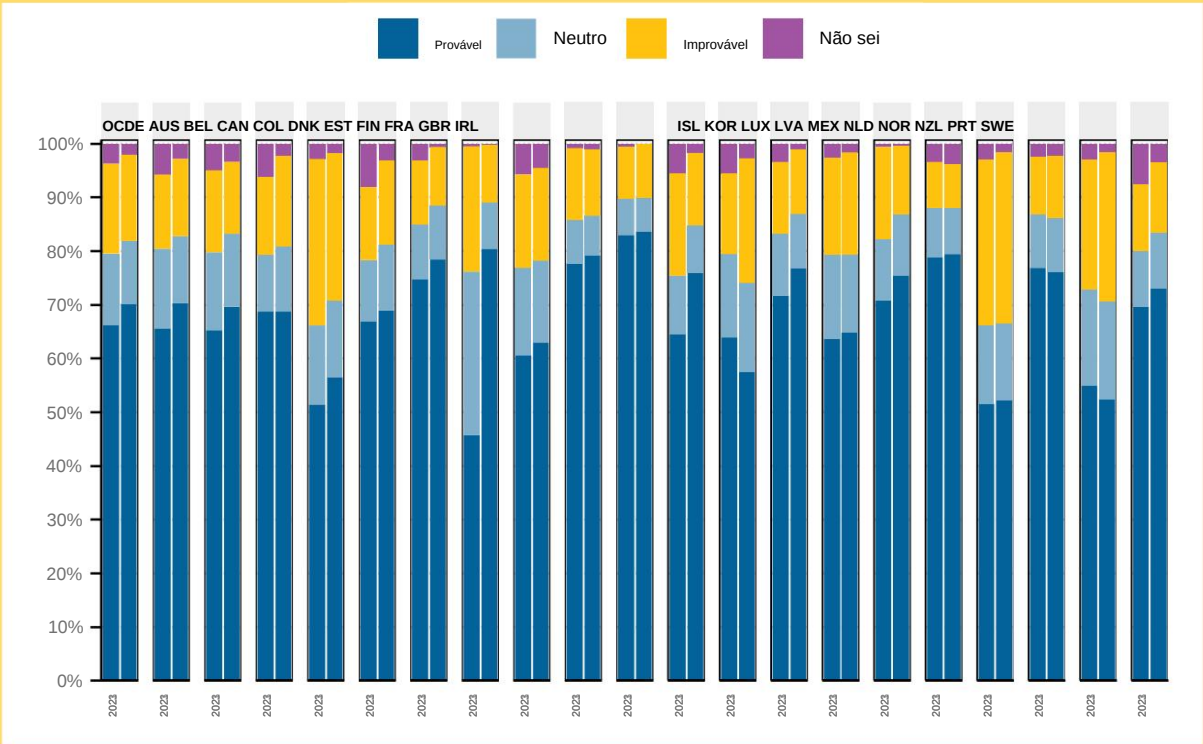


Quadro 5.2. Destaque para as mudanças: Percepção da facilidade de encontrar informações administrativas

Em média, a proporção de pessoas que consideram provável que as informações sobre serviços administrativos estejam facilmente disponíveis aumentou 4 pontos percentuais entre 2021 e 2023 (Figura 5.7). O maior aumento foi observado na Finlândia e na Islândia.

Figura 5.7. Em média, entre os países, a proporção de pessoas que acreditam poder encontrar facilmente informações sobre um serviço administrativo aumentou quatro pontos percentuais em comparação com 2021.

Proporção da população que considera provável ou improvável que informações claras sobre serviços administrativos estejam facilmente disponíveis, em 2021 e 2023.



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas dentro de cada país à pergunta "Se você precisasse de informações sobre um serviço administrativo (por exemplo, obter um passaporte, registrar um nascimento, solicitar benefícios, etc.), qual a probabilidade de você... Você acha que informações claras estariam facilmente disponíveis?" nas ondas de 2021 e 2023. A proporção "provável" é a agregação de respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde a uma resposta de 5; "improvável" é a agregação de respostas de 0 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países, para os países listados com informações disponíveis para 2021 e 2023.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

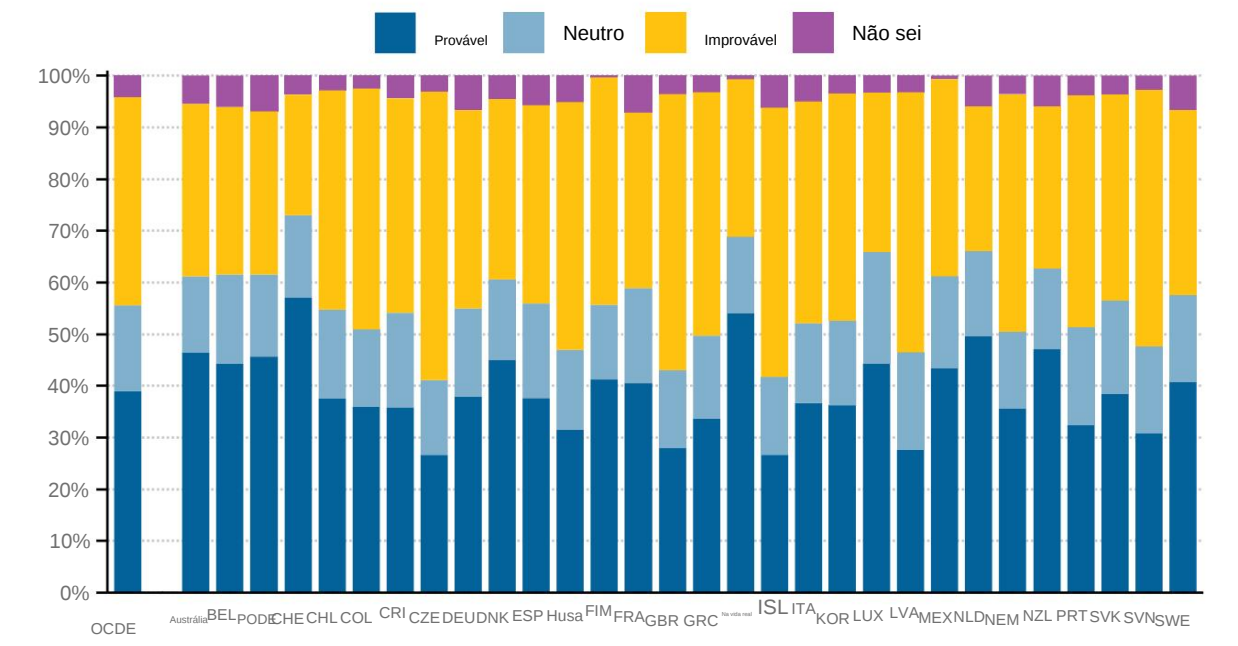
StatLink 2<https://stat.link/3vjeph>

Ao comunicar sobre reformas políticas, os resultados são diferentes e mostram indicadores interessantes para ações que visam aumentar a confiança. De fato, há uma divisão igual entre as pessoas que dizem que o governo provavelmente explicaria o impacto das reformas (39%) e aquelas que são céticas (40%) (Figura 5.8). Apesar dos desafios, a comunicação eficaz

A comunicação sobre reformas políticas pode gerar ganhos significativos em termos de confiança no governo nacional. Esse tipo de comunicação também pode ser percebido como mais próximo da comunicação política e, portanto, parece importante para que as pessoas avaliem se o governo é confiável.

Figura 5.8. Quatro em cada dez acreditam que o governo comunica claramente sobre as reformas.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo nacional explique claramente como o respondente seria afetado por uma reforma, 2023



Nota: A figura apresenta a distribuição das respostas à pergunta “Se o governo nacional estivesse implementando uma reforma, qual a probabilidade de ele explicar claramente como você seria afetado por ela?” dentro de cada país. A proporção “provável” corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; “neutro” corresponde à resposta 5; “improvável” corresponde à soma das respostas de 1 a 4; e “não sei” era uma opção de resposta separada. “OCDE” apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

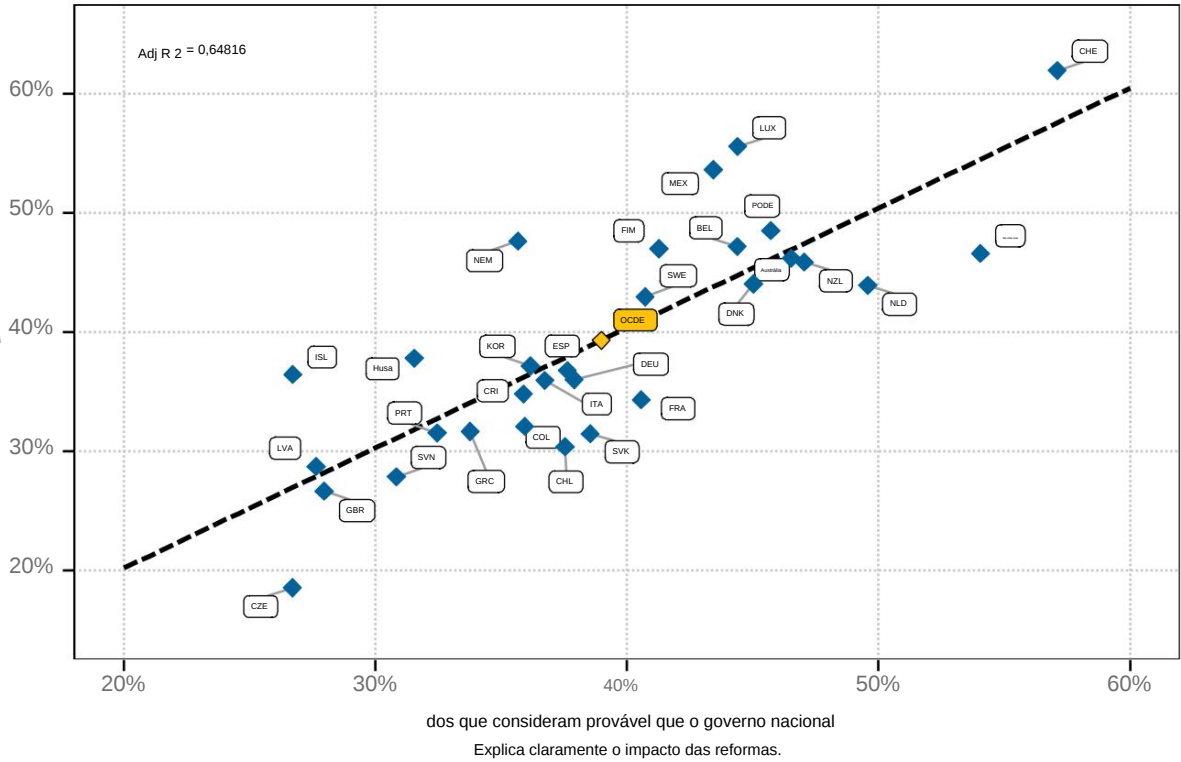
StatLink 2<https://stat.link/ba0t94>

A percepção da comunicação do governo sobre o impacto das reformas está fortemente associada à confiança no governo nacional (Figura 5.9). Ao examinar diversos fatores de governança pública que influenciam a confiança no governo nacional, observa-se

Ao mesmo tempo, a confiança das pessoas na capacidade do governo de explicar como elas seriam afetadas por uma determinada reforma está entre as variáveis que têm uma associação positiva com a confiança no governo nacional (Capítulo 1 e Anexo A).

Figura 5.9. Os países em que as pessoas consideram que o governo comunica bem sobre as reformas tendem a ter maior confiança no governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional (eixo y) em relação à proporção de pessoas que acreditam ser provável que o governo explique claramente como serão afetadas por uma reforma (eixo x), 2023



Nota: A figura apresenta a relação entre a proporção de pessoas que têm alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, com base na agregação das respostas de 6 a 10 na escala para as perguntas: 1) “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, em geral, quanta confiança você tem no governo nacional?” e 2) “Se o governo nacional estivesse implementando uma reforma, qual a probabilidade de que ele explicasse claramente como você seria afetado por ela?”, e a proporção de pessoas que acreditam ser provável, com base na agregação das respostas de 6 a 10, que o governo nacional comunicou claramente como o respondente seria afetado por uma reforma. Tanto a alta ou moderada confiança quanto a resposta “provável” correspondem às respostas de 6 a 10 na escala de 0 a 10.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

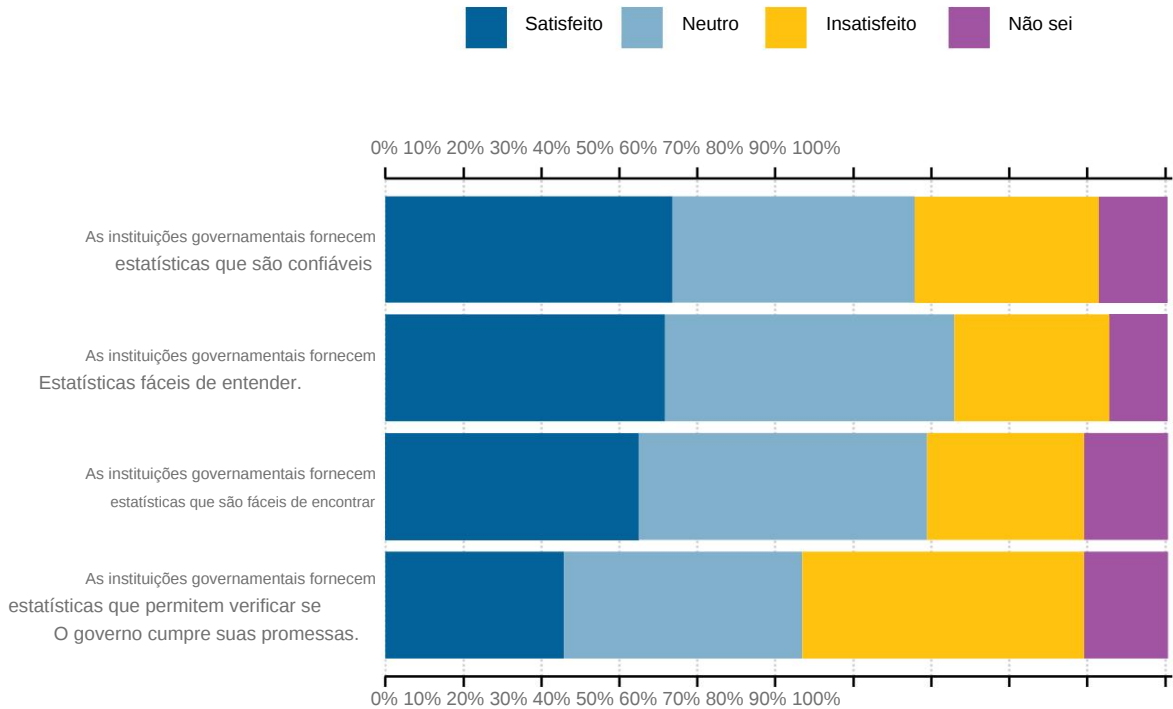
StatLink 2<https://stat.link/6lmre2>

As estatísticas apresentadas por instituições governamentais fazem parte dos esforços de transparência que podem ajudar cidadãos, empresas e organizações a desenvolver uma base de conhecimento comum e avaliar a evolução do ambiente econômico, social e governamental para tomar decisões informadas. As estatísticas oficiais devem fornecer dados relevantes, imparciais e acessíveis para ajudar a informar as pessoas e permitir que elas avaliem o desempenho do governo (UNSTATS, 2014[19];

UNSTATS, 2023[20]). No entanto, a Pesquisa de Confiança revela que apenas cerca de um terço acredita que as estatísticas são frequentemente ou sempre confiáveis, fáceis de encontrar e compreender (Figura 5.10). Cerca de um em cada cinco relata que essas estatísticas raramente ou nunca são fáceis de entender ou encontrar, e um em cada quatro as considera raramente ou nunca confiáveis. Mais de um terço não acredita que essas estatísticas os ajudem a verificar as promessas do governo.

Figura 5.10. Mais de um terço das pessoas não acredita que as estatísticas fornecidas pelo governo permitam avaliar se o governo cumpre suas promessas.

Proporção da população que apresenta avaliações diferentes sobre as características das estatísticas fornecidas por instituições governamentais, OCDE, 2023



Nota: A figura apresenta as médias não ponderadas da OCDE para a distribuição das respostas às quatro subquestões da pergunta "Em geral, você diria que as instituições governamentais (como ministérios e o instituto nacional de estatística) fornecem estatísticas que são... confiáveis/fáceis de entender/fáceis de encontrar/permitem verificar se o governo cumpre suas promessas?"

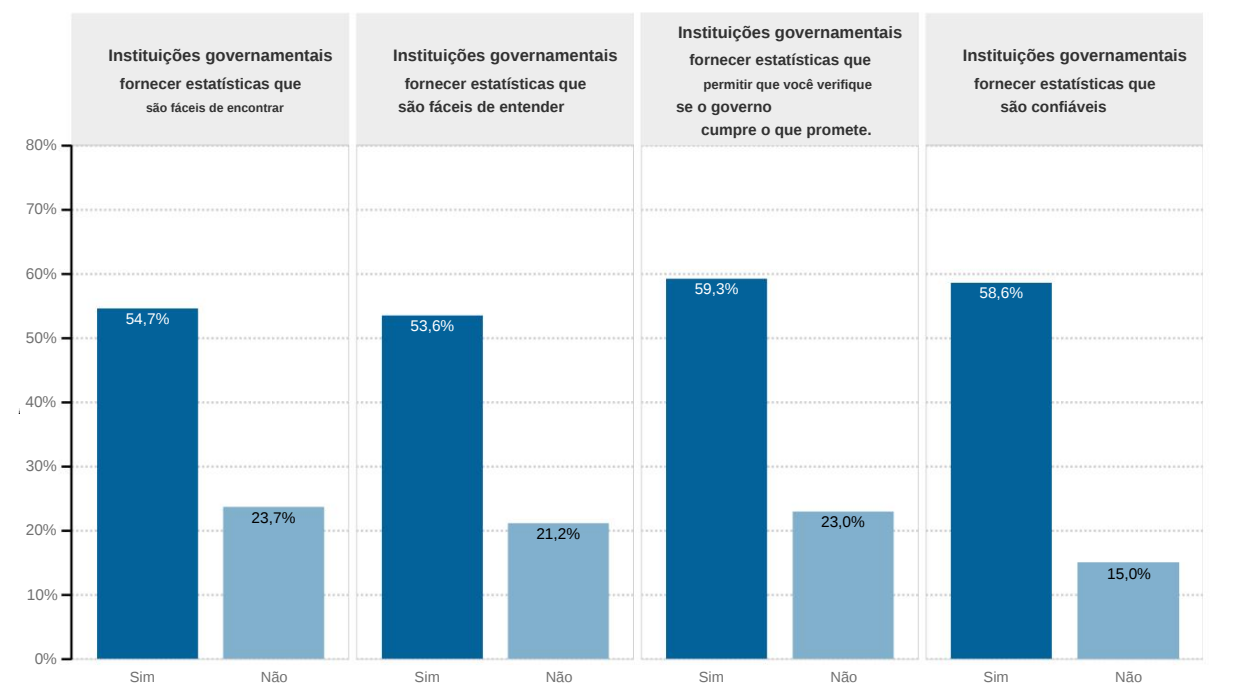
A categoria "satisfeitos" inclui os respondentes que afirmaram que isso sempre ou frequentemente acontecia, a categoria "neutros" inclui aqueles que afirmaram que isso às vezes acontecia e a categoria "insatisfeitos" inclui aqueles que disseram que isso raramente ou nunca acontecia.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

A confiança da população nas estatísticas governamentais está intimamente ligada à sua confiança geral no governo nacional. Como era de esperar, aqueles que consideram as estatísticas governamentais frequentemente ou sempre confiáveis têm quase quatro vezes mais probabilidade de ter um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo nacional (59%) em comparação com aqueles que raramente ou nunca os consideram confiáveis (15%) (Figura 5.11). Da mesma forma, as pessoas que acreditam que as estatísticas governamentais sempre ou frequentemente lhes permitem verificar as promessas do governo têm mais do que o dobro da probabilidade de confiar no governo em comparação com aquelas que não acreditam nisso.

Figura 5.11. A confiança nas estatísticas governamentais está intimamente ligada à confiança no governo.

Proporção da população com diferentes níveis de confiança no governo nacional, de acordo com suas percepções sobre as estatísticas governamentais, OCDE, 2023



Nota: A figura ilustra a porcentagem média da população que expressa alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, com base em suas respostas às perguntas apresentadas na parte superior do gráfico. A parcela com alta ou moderada confiança corresponde aos respondentes que selecionaram uma resposta de 6 a 10 para a pergunta: "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no governo nacional?". A resposta "Sim" ou "Não" para a pergunta selecionada é derivada das respostas na escala de 0 a 10. A opção "Sim" representa a soma das respostas de 6 a 10 na escala, e "Não" representa a soma das respostas de 1 a 4. A figura mostra as médias não ponderadas da OCDE.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023. Finalmente, no contexto atual, alguns indivíduos não consideram nem o governo nem a mídia confiáveis. Cerca de uma em cada seis pessoas (16%) não tem confiança ou tem pouca confiança na mídia e acredita que as estatísticas governamentais raramente ou nunca são confiáveis. Isso pode resultar em visões excessivamente cínicas. Também pode torná-las mais propensas a crenças conspiratórias (Jakob et al., 2019[21]).

StatLink 2<https://stat.link/hcslp5>

5.4. A TRANSPARÊNCIA SOBRE AS EVIDÊNCIAS QUE FUNDAMENTAM A TOMADA DE DECISÕES GOVERNAMENTAIS PODE CONSTRUIR CONFIANÇA

Os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023 fornecem algumas orientações sobre aspectos da comunicação pública que podem ser aprimorados para melhor informar a população e aumentar a percepção de confiabilidade das instituições públicas.

Em primeiro lugar, a tomada de decisões governamentais é amplamente percebida como opaca, com informações limitadas sobre o processo decisório. Em média, apenas quatro em cada dez pessoas nos países da OCDE acreditam que o governo utiliza as melhores evidências, pesquisas e estatísticas disponíveis ao tomar decisões (Figura 5.12). Os governos precisam

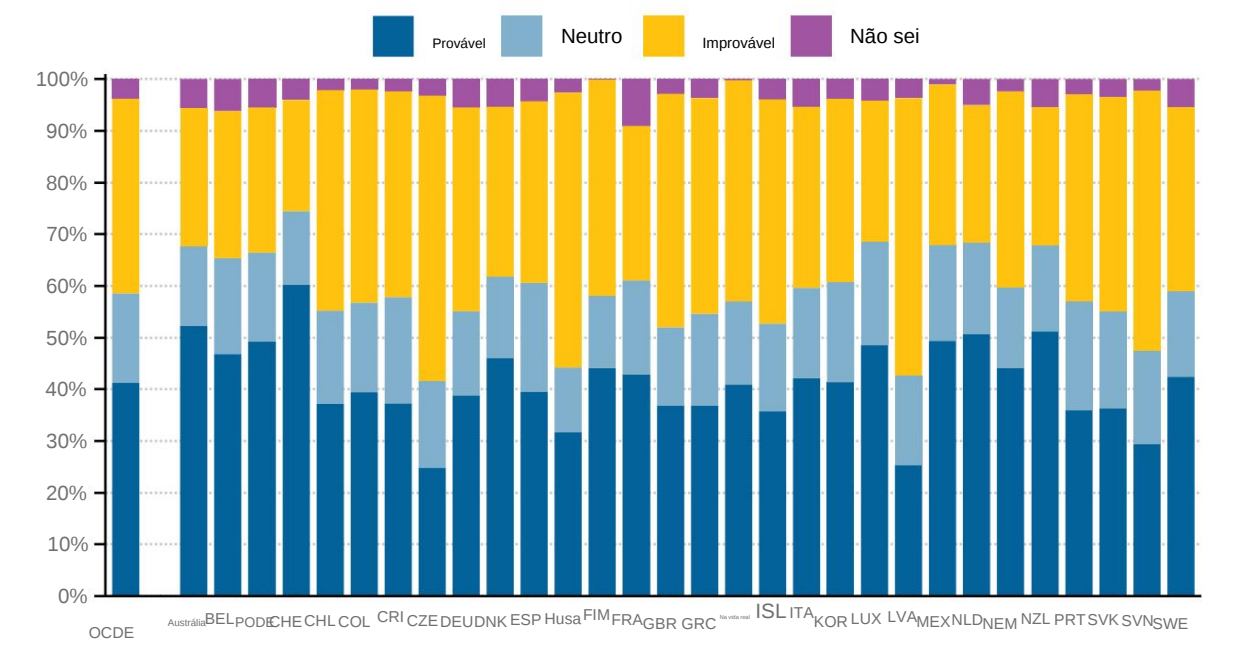
melhorar esta percepção, por exemplo, através do estabelecimento de normas de transparência no processo de recolha, análise e aplicação de provas no processo de elaboração de políticas (Argyrous, 2012[22]).

Existe uma forte correlação positiva entre a parcela da população com alta ou moderada confiança no governo nacional e a parcela que considera provável que a tomada de decisões governamentais seja baseada em evidências (Figura 5.13). E, ao examinar um conjunto diversificado de fatores que influenciam a confiança no governo nacional, a confiança das pessoas de que o governo utiliza evidências e fatos na tomada de decisões apresenta a maior associação positiva com a confiança no governo nacional (Capítulo 1 e Anexo A). Portanto, uma maior comunicação sobre as evidências utilizadas para chegar a uma decisão poderia aumentar a confiança no governo nacional.

Melhorar a percepção e a confiabilidade do governo.

Figura 5.12. Quatro em cada dez pessoas consideram provável que o governo tome decisões com base nas melhores evidências, pesquisas e dados disponíveis.

Proporção da população que considera provável ou improvável que o governo tome decisões com base em evidências, 2023



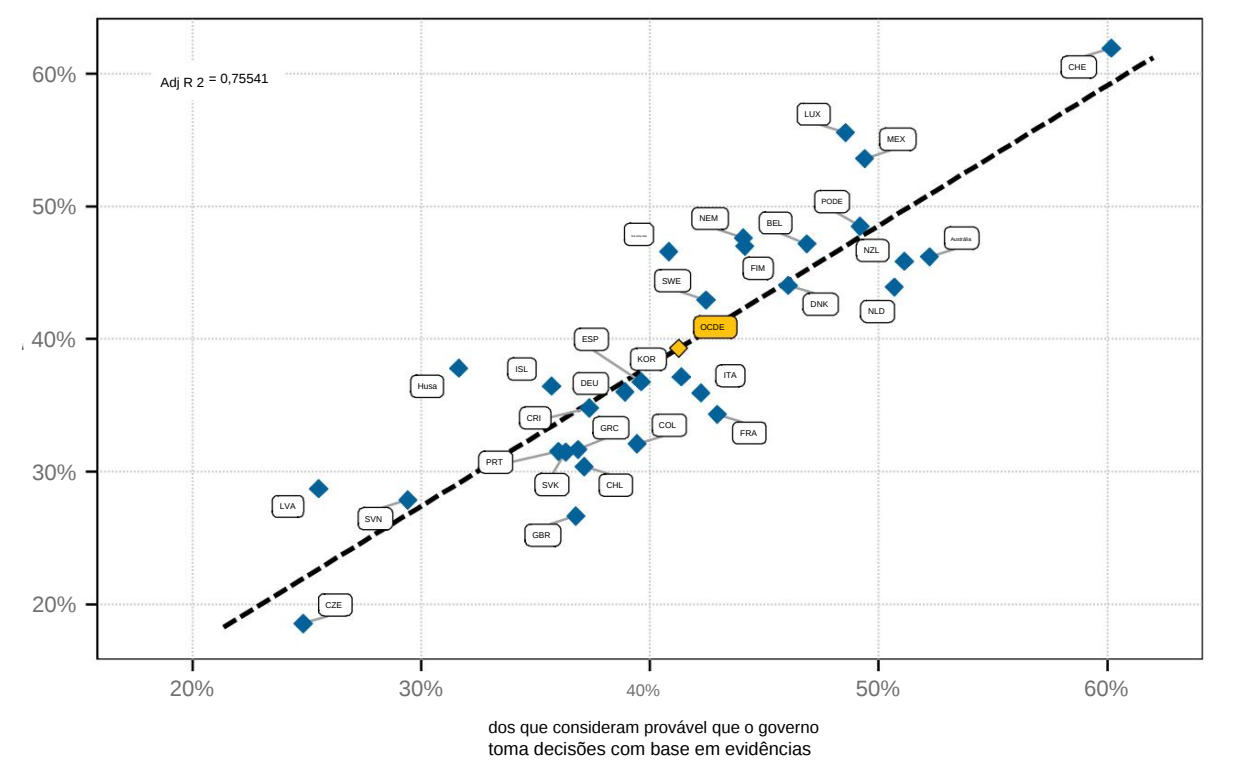
Nota: A figura mostra a distribuição das respostas à pergunta: "Se o governo nacional tomar uma decisão, qual a probabilidade de que ela se baseie nas melhores evidências, pesquisas e dados estatísticos disponíveis?" A proporção "provável" corresponde à soma das respostas de 6 a 10 na escala; "neutro" corresponde à resposta 5; "improvável" corresponde à soma das respostas de 1 a 4; e "não sei" era uma opção de resposta separada. "OCDE" apresenta a média não ponderada das respostas entre os países.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/h1edfo>

Figura 5.13. A confiança na capacidade do governo de formular políticas com base nas melhores evidências disponíveis está intimamente relacionada à confiança no governo nacional.

Proporção da população com alta ou moderada confiança no governo nacional (eixo y) em relação à proporção de pessoas que acreditam ser provável que o governo tome decisões com base nas melhores evidências disponíveis (eixo x), 2023



Nota: O gráfico de dispersão apresenta a proporção de respostas de "confiança alta a moderadamente alta" à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, o quanto você confia no governo nacional?" no eixo y. O eixo x apresenta a porcentagem de respostas "provável" para a pergunta "Se o governo nacional tomar uma decisão, qual a probabilidade de que ele se baseie nas melhores evidências, pesquisas e dados estatísticos disponíveis?". Tanto a confiança alta ou moderadamente alta quanto a resposta "provável" correspondem às faixas de 6 a 10 na escala de 0 a 10.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/1akw9v>

Além disso, como observado neste capítulo, muitos se sentem mal atendidos pela comunicação pública. Mais notavelmente, 40% acreditam ser improvável que o governo explique claramente como uma reforma política os afetaria, o que sugere que há espaço para melhorias nessa área. Indivíduos financeiramente vulneráveis ou com menor nível de escolaridade tendem a ter

significativamente menos confiança na disponibilidade de informações sobre serviços públicos e na capacidade do governo de comunicar claramente os impactos da reforma. Aqueles preocupados com a situação financeira de suas famílias

Pessoas com boa situação financeira têm de 11 a 12 pontos percentuais a mais de probabilidade de não prever receber benefícios financeiros.

informações em ambas as frentes.¹ Da mesma forma, mesmo quando todos os outros fatores são iguais, aqueles que não concluíram o ensino secundário superior são um pouco mais propensos (em quatro pontos percentuais) a se sentirem "mal atendidos" em relação às informações sobre serviços. Uma comunicação pública mais acessível e inclusiva seria, portanto, importante para ajudar a garantir que a população como um todo esteja bem informada e, conseqüentemente, capacitada para avaliar o desempenho do governo e participar da vida política. O Relatório da OCDE sobre Comunicação Pública de 2021 oferece algumas orientações sobre como os países podem alcançar esse objetivo (ver Quadro 5.3).

Quadro 5.3. Cinco princípios-chave para a comunicação pública

O primeiro Relatório da OCDE sobre Comunicação Pública: O Contexto Global e o Caminho a Seguir examina as estruturas, os mandatos e as práticas de comunicação pública dos governos centrais e ministérios da saúde de 46 países. O relatório destaca cinco princípios fundamentais para a comunicação pública:

- Fortalecer a função de comunicação pública, definindo mandatos adequados e desenvolvendo estratégias para orientar a comunicação a serviço dos objetivos políticos e dos princípios do governo aberto: transparência, integridade, responsabilidade e participação das partes interessadas; e separando-a, na medida do possível, da comunicação política.
- Institucionalizar e profissionalizar as unidades de comunicação para que tenham capacidade suficiente, inclusive incorporando as competências e especializações necessárias que estão liderando a transformação da área, e garantindo recursos humanos e financeiros adequados.
- Transição para uma comunicação mais informada, construída em torno de objetivos políticos mensuráveis e fundamentada em evidências, por meio da aquisição de insights sobre os comportamentos, percepções e preferências de diversos públicos, e da avaliação de suas atividades com base em métricas de impacto.
- Aproveite o potencial da tecnologia digital, mas com responsabilidade: ferramentas digitais, dados e IA podem facilitar maior engajamento e inclusão se forem usados de forma ética e com respeito à privacidade.
- Combater a desinformação. O governo deve estar equipado para antecipar e desmentir informações falsas e enganosas. Desinformação por meio de práticas e diretrizes claras.

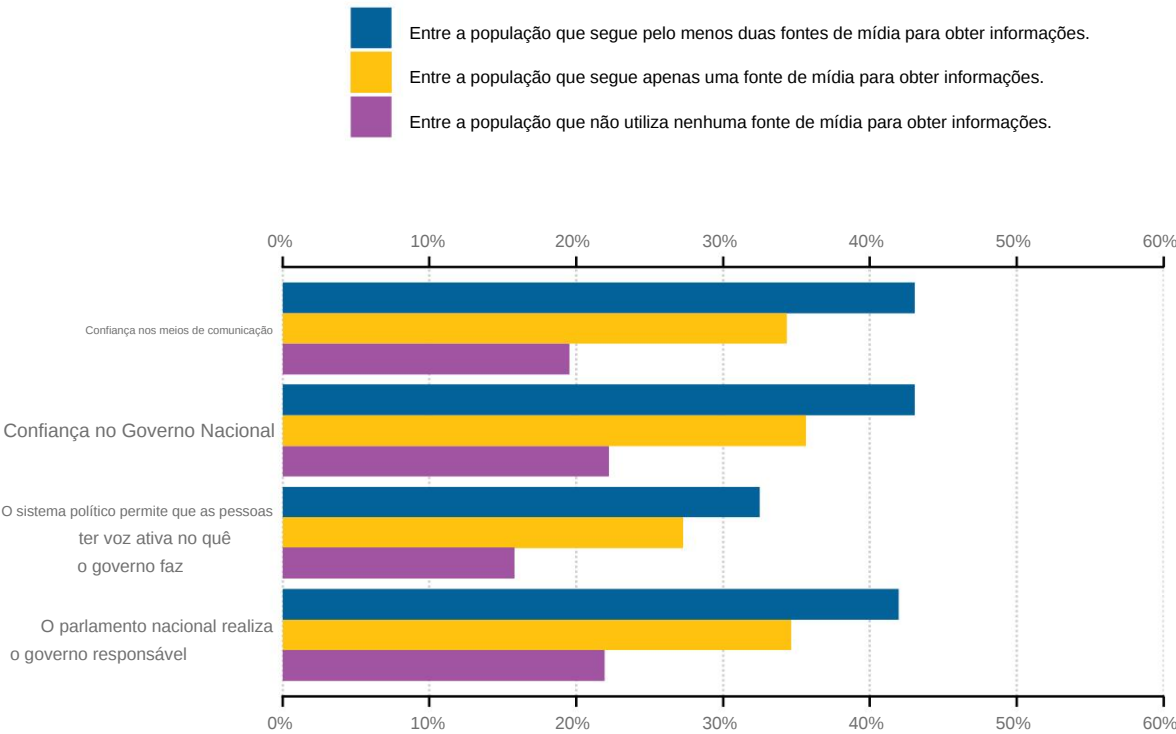
Fonte: (OCDE, 2021[23]).

Indo além da comunicação pública e abrangendo o ecossistema de informação mais amplo, os governos apoiam Um ecossistema midiático que permita informações independentes e plurais é essencial. De fato, evidências da Pesquisa de Confiança mostram que pessoas que obtêm informações de múltiplas fontes confiam substancialmente mais na mídia e no governo nacional, além de terem uma percepção melhor de quão bem o sistema permite que pessoas como elas tenham acesso a informações.

como podemos observar (Figura 5.14). Obviamente, esse dado não nos permite determinar em que medida esses As fontes de mídia são politicamente alinhadas ou refletem visões de mundo semelhantes e, como tal, não são uma medida de pluralismo midiático em si. No entanto, esses resultados sugerem que os governos têm interesse em garantir que o público possa e seja incentivado a acessar notícias em uma mídia plural e diversificada. paisagem.

Figura 5.14. Pessoas que coletam informações de múltiplas fontes tendem a ser mais confiantes.

Percentagem da população que reporta um nível de confiança elevado ou moderadamente elevado em questões selecionadas, OCDE, 2023



Nota: Nas duas primeiras perguntas sobre confiança no eixo y, os respondentes foram questionados: "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, em geral, quanta confiança você tem em: [OPÇÃO]?". As duas perguntas restantes refletem as preferências dos respondentes, expressas em suas respostas às perguntas: "Em sua opinião, o sistema político em [PAÍS] permite que pessoas como você tenham voz nas decisões do governo?" e "Qual a probabilidade de o parlamento nacional responsabilizar efetivamente o governo nacional por suas políticas e condutas, por exemplo, questionando um ministro ou revisando o orçamento?". O eixo x mostra as médias não ponderadas da OCDE para a participação da população.

que relataram 'confiança alta ou moderadamente alta' ou 'provável', que é uma agregação de respostas variando de 6 a 10 na escala. As barras coloridas são categorizadas de acordo com o número de fontes de mídia que os participantes relataram seguir para obter informações, usando a seguinte pergunta: "Em um dia típico, de quais das seguintes fontes, se houver, você obtém informações sobre política e atualidades? [OPÇÃO]". Eles podiam selecionar 'TV ou rádio', 'Mídias sociais', 'Jornais, revistas ou mídia online' ou 'Não sei'.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

StatLink 2<https://stat.link/bztcyd>

Além disso, a educação para a literacia mediática e informacional pode ajudar os indivíduos a reconhecer informações tendenciosas ou enganosas. Em 2018, 54% dos estudantes de 15 anos nos países da OCDE relataram que a sua escola os ensinou a identificar informações subjetivas ou tendenciosas (OCDE, s.d. [24]). No entanto, as evidências existentes sobre a eficácia dos programas de literacia mediática ainda não são robustas (OCDE, 2024 [3]).

Em seu relatório "*Fatos, não Fakes*", a OCDE elaborou uma estrutura que aborda essa questão, em profundidade, visando fortalecer a integridade da informação, protegendo as liberdades fundamentais e abordando o desafio global da desinformação (Quadro 5.4).

Quadro 5.4. Fatos, não notícias falsas: combatendo a desinformação e fortalecendo a integridade da informação

O relatório da OCDE "*Fatos, não Fakes: Combatendo a Desinformação, Fortalecendo a Integridade da Informação*" descreve um quadro político que abrange uma série de opções para combater a desinformação e fortalecer a integridade da informação. O relatório enfatiza que os esforços para construir integridade da informação não devem se limitar a abordar preocupações específicas de setores ou tecnologias, mas também responder aos desafios enfrentados pelos ecossistemas de mídia e informação como um todo.

Com base nas primeiras lições aprendidas com as iniciativas emergentes dos países membros da OCDE nesta área, a estrutura política sugerida para orientar as ações governamentais centra-se em:

- *Implementar políticas para promover a transparência, a responsabilização e a pluralidade de informações.*
fontes:
Isso inclui a promoção de políticas que apoiem um setor de mídia diversificado, plural e independente, com a necessária ênfase no jornalismo local. Abrange também políticas que podem ser utilizadas para aumentar o grau de responsabilidade e transparência das plataformas online, de modo que seu poder de mercado e seus interesses comerciais não contribuam para disseminar desproporcionalmente a desinformação.
- *Promover a resiliência da sociedade à desinformação:*
Isso envolve capacitar os indivíduos a desenvolver habilidades de pensamento crítico, reconhecer e combater... combater a desinformação, bem como mobilizar todos os setores da sociedade para desenvolver políticas abrangentes e baseadas em evidências em apoio à integridade da informação.
- *Aprimorar as medidas de governança e as instituições públicas para garantir a integridade da informação.*
espaço:
Isso envolve o desenvolvimento e a implementação, conforme apropriado, de capacidades regulatórias, mecanismos de coordenação, estruturas estratégicas e programas de capacitação que apoiem uma visão e uma abordagem coerentes para fortalecer a integridade da informação na administração pública, garantindo, ao mesmo tempo, mandatos claros e o respeito às liberdades fundamentais. Envolve também a promoção da aprendizagem entre pares e da cooperação internacional entre democracias que enfrentam ameaças semelhantes de desinformação.

Fonte: (OCDE, 2024[3]).

5.5. CONCLUSÃO PARA AÇÕES POLÍTICAS QUE AUMENTEM A CONFIANÇA

O panorama da informação influencia significativamente a percepção pública e a confiança nas instituições públicas. Um ecossistema de informações confiável é essencial para verificar as ações e o desempenho do governo.

No entanto, tendências disruptivas como a concentração do mercado de mídia, a fragmentação da audiência, a desinformação e o discurso polarizador podem degradar a qualidade do jornalismo e a disponibilidade de informações, afetando a confiança na mídia e nas instituições públicas.

Nesse contexto, os tomadores de decisão podem adotar diversas medidas para aumentar a confiança.

- Existe uma forte correlação positiva entre aqueles que confiam no governo nacional e aqueles que percebem a tomada de decisões governamentais como baseada em evidências. Os governos se beneficiariam de uma comunicação mais ativa sobre as evidências, pesquisas e estatísticas que fundamentam suas decisões, a fim de melhorar a percepção pública do processo decisório.
- Confiança na capacidade do governo de explicar o impacto potencial das reformas

A confiança no governo nacional está positivamente correlacionada com a própria confiança. No entanto, 40% acreditam que é improvável que o governo explique claramente como uma reforma política os afetaria, o que indica que há espaço para melhorias.

As instituições públicas precisam aprimorar suas estratégias de comunicação com o público, garantindo que expliquem claramente como as reformas políticas afetam a população, a fim de gerar confiança e credibilidade.

- A comunicação pública inclusiva deve ser uma prioridade, direcionada especificamente a indivíduos financeiramente vulneráveis ou com menor poder aquisitivo. níveis de escolaridade, para garantir que todos tenham acesso a informações sobre serviços públicos e compreendam o impacto que as reformas terão sobre eles.
- Os governos têm a responsabilidade e o interesse de promover um ambiente midiático saudável, diversificado e independente. Isso permite o escrutínio público e a tomada de decisões informadas, fomentando a confiança cética, que é um elemento fundamental da democracia.
- O atual ecossistema de informações tornou difícil para os indivíduos compreenderem e avaliarem a confiabilidade.

de notícias. Portanto, investir em abordagens de alfabetização midiática baseadas em evidências é essencial para promover a resiliência da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Arguedas, A. et al. (2023), *Notícias para os poderosos e privilegiados: como a deturpação e a sub-representação de comunidades desfavorecidas mina sua confiança nas notícias*, Universidade de Oxford, <https://doi.org/10.60625/risj-jgny-t942>. [16]
- Argyrous, G. (2012), "Política Baseada em Evidências: Princípios de Transparência e Responsabilidade", *Australian Journal of Public Administration*, Vol. 71/4, pp. 457-468, <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2012.00786.x>. [22]
- Blastland, M. e A. Dilnot (2022), *Revisão da imparcialidade da cobertura da BBC sobre tributação, gastos públicos, empréstimos governamentais e dívida*, <https://www.bbc.co.uk/aboutthebbc/documents/thematic-review-taxation-public-spending-govt-borrowing-debt.pdf> (acessado em 27 de março de 2023). [17]
- Castro, L. et al. (2022), "Navegando em ambientes de informação política europeia de alta escolha: uma análise comparativa de perfis de usuários de notícias e conhecimento político", *The International Journal of Press/Politics*, Vol. 27/4, pp. 827-859, <https://doi.org/10.1177/19401612211012572>. [6]
- Guriev, S. e D. Treisman (2019), "Autocratas Informacionais", *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 33/4, pp. 100-127, <https://doi.org/10.1257/jep.33.4.100>. [5]
- Jackob, N. et al. (2019), "Medienskepsis und Medienzynismus Funktionale und disfunktionale Formen von Medienkritik. MEDIEN(SELBST)KRITIK", <https://doi.org/10.5771/0010-3497-2019-1-19>. [21]
- Kleis Nielsen, R. (2012), "Relatório do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo: Dez Anos que "Agitou o mundo da mídia: grandes questões e grandes tendências nos desenvolvimentos da mídia internacional". [15]
- Marcinkowski, F. e C. Starke (2018), "Confiança no governo: o que a mídia noticiosa tem a ver com isso?" *Estudos em Ciências da Comunicação*, Vol. 18/1, pp. 87-102, <https://doi.org/10.24434/J.SCOMS.2018.01.006>. [1]
- Matasick, C., C. Alfonsi e A. Bellantoni (2020), "Respostas de governança à desinformação: como os princípios do governo aberto podem informar as opções de políticas", *Documentos de Trabalho da OCDE sobre Governança Pública*, nº 39, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/d6237c85-en>. [12]
- Newman, N. et al. (2023), *Relatório de Notícias Digitais 2023*, Instituto Reuters e Universidade de Oxford, <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. [13]
- Norris, P. (2022), *Em louvor ao ceticismo*, Oxford University Press, Nova York, <https://doi.org/10.1093/oso/9780197530108.001.0001>. [2]
- Norris, P. (2000), *Um Círculo Virtuoso: Comunicações Políticas em Sociedades Pós-Industriais*, Cambridge University Press, <https://doi.org/10.1017/CBO9780511609343>. [8]
- OCDE (2024), *Fatos, não falsificações: combatendo a desinformação, fortalecendo a integridade da informação*, OCDE Publicação, Paris, <https://doi.org/10.1787/d909ff7a-en>. [3]
- OCDE (2022), *Construindo Confiança e Reforçando a Democracia: Preparando o Terreno para o Governo Ação*, OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/76972a4a-en>. [4]

- OCDE (2022), *A proteção e promoção do espaço cívico: fortalecendo o alinhamento com as normas e orientações internacionais*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/d234e975-en>. [9]
-
- OCDE (2021), *Questões de concorrência relativas aos meios de comunicação e às plataformas digitais*, Documento de Discussão do Comité de Concorrência da OCDE. [11]
- OCDE (2021), "Relatório da OCDE sobre Comunicação Pública: O Contexto Global e o Caminho a Seguir - Destaques do Relatório". [18]
- OCDE (2021), *Relatório da OCDE sobre Comunicação Pública: O Contexto Global e o Caminho a Seguir*, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/22f8031c-en>. [23]
- OCDE (s.d.), *PISA em foco*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/22260919>. [24]
- Papathanassopoulos, S. et al. (2023), "A mídia na Europa 1990–2020", pp. 35-67, https://doi.org/10.1007/978-3-031-32216-7_3. [14]
- Repórteres sem Fronteiras (2022), *Índice Mundial de Liberdade de Imprensa*, <https://rsf.org/en/index>. [10]
- Strömbäck, J., M. Djerf-Pierre e A. Shehata (2016), "Uma Questão de Tempo? Uma Longitudinal Análise da relação entre o consumo de notícias e a confiança política", *The International Journal of Press/Politics*, Vol. 21/1, pp. 88-110, <https://doi.org/10.1177/1940161215613059>. [7]
-
- UNSTATS (2023), *Classificação das Atividades Estatísticas, Versão 2.0*, <https://unstats.un.org/unsd/classifications/CSA2> (acessado em 24 de janeiro de 2024). [20]
- UNSTATS (2014), *Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais*, https://unstats.un.org/unsd/dnss/hb/E-fundamental%20principles_A4-WEB.pdf (acessado em 24 de janeiro de 2024). [19]

OBSERVAÇÃO

1 Os resultados discutidos neste parágrafo provêm de análises econométricas. Foram obtidos a partir de regressões logísticas que avaliam se a pessoa considera provável que a informação sobre serviços administrativos seja facilmente obtida/que o governo explique claramente como será afetada por uma reforma, considerando o género, a faixa etária, o nível de escolaridade e as preocupações financeiras da pessoa, bem como efeitos fixos por país. Os efeitos das preocupações financeiras e dos níveis de escolaridade discutidos correspondem aos seus efeitos marginais médios.

Anexo A. Os fatores de governança pública e as características pessoais que moldam a confiança nas instituições públicas.

Considerando que múltiplos fatores influenciam a confiança pública no governo, é interessante explorar simultaneamente a relação desses fatores com os níveis de confiança. Isso é feito por meio de análise econométrica, que examina as ligações entre o resultado de interesse – a confiança em uma instituição pública – com os fatores determinantes da confiança na governança pública e as características individuais. Este capítulo adota uma perspectiva holística: os fatores determinantes da governança pública são vistos de uma perspectiva geral, desprovidos de seus detalhes, mas considerados em conjunto com outros fatores.

Isso permite considerar como as percepções positivas de um determinado fator estão relacionadas à probabilidade de se depositar alta ou moderadamente alta confiança em uma instituição pública, mantendo-se constantes outras percepções e características de contexto. Os resultados da análise econométrica podem ser particularmente úteis para identificar áreas em que melhorias poderiam levar a um aumento nos níveis de confiança.

COMPREENDENDO COMO MÚLTIPLOS FATORES QUE AFETAM A GOVERNANÇA PÚBLICA CONFIAR

Os resultados da análise econométrica mostram o quanto a probabilidade de um indivíduo ter alta ou moderadamente alta confiança em uma determinada instituição pública aumenta se ele tiver uma percepção positiva do respectivo fator determinante da governança pública, mantendo constantes sua avaliação dos demais fatores determinantes e seu contexto socioeconômico e político. A análise, portanto, oferece insights sobre como mudanças na percepção de um determinado fator determinante podem afetar os níveis de confiança.

O Quadro A.1 fornece mais detalhes sobre o método analítico.

No entanto, a análise apresenta limitações quanto à capacidade de avaliar se o fator determinante ~~leva~~ ao aumento da confiança. Primeiro, a confiança em uma instituição pode torná-la mais eficaz, indicando a possibilidade de causalidade reversa. Segundo, as percepções das pessoas sobre diferentes fatores determinantes da governança pública podem não apenas evoluir em paralelo, levando à colinearidade, mas também ter um impacto conjunto sobre a confiança. Terceiro, fatores não mensurados pela Pesquisa de Confiança também podem influenciar a confiança, contribuindo para o viés de variável omitida.

Apesar dessas e de outras dificuldades metodológicas, a análise econométrica é uma ferramenta útil para compreender quais fatores de governança pública têm a associação mais forte com a confiança, mesmo levando em consideração outras variáveis que sabidamente afetam a confiança. Os resultados dessa análise fornecem aos governos uma bússola para orientá-los sobre quais dimensões devem ser aproveitadas ou aprimoradas para aumentar a confiança.

As subseções a seguir mostram os resultados da análise de regressão logística da confiança no governo nacional, na administração pública nacional, no parlamento nacional e no governo local em relação às variáveis explicativas e de controle. Cada figura mostra todas as variáveis que apresentam relação estatisticamente significativa com a confiança nas respectivas instituições, sendo que uma maior relevância (movendo-se da esquerda para a direita ao longo do eixo x) indica uma associação estimada maior com a confiança. A posição ao longo do eixo y mostra a porcentagem média não ponderada de respondentes que avaliaram positivamente a respectiva variável (percentual de respostas “6-10” em uma escala de 0 a 10).

escala 10).

**Capacidade de resposta às evidências,
equilíbrio das necessidades intergeracionais e garantia de
A participação política está fortemente associada
à confiança no governo.**

A crescente percepção positiva da capacidade do governo de usar as melhores evidências disponíveis na tomada de decisões e de equilibrar adequadamente os interesses das gerações presentes e futuras provavelmente terá a maior influência na confiança no governo nacional. Indivíduos que confiam nesses dois aspectos têm, respectivamente, 6,8 e 6,4 pontos percentuais a mais de probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional.

Garantir que as pessoas sintam que têm voz nas ações do governo está associado a um aumento de 3,1 pontos percentuais na confiança (Figura A.1).

A percepção positiva média desses três principais fatores de confiança no governo nacional é bastante diferente: enquanto 41% acreditam que o governo usaria as melhores evidências disponíveis na tomada de decisões, 37% esperam um equilíbrio justo dos interesses intergeracionais e apenas 30% sentem que têm voz política (Figura A.1).

É importante notar também que, mesmo entre aqueles que não votaram no governo atual, a tomada de decisões baseada em evidências e o equilíbrio entre

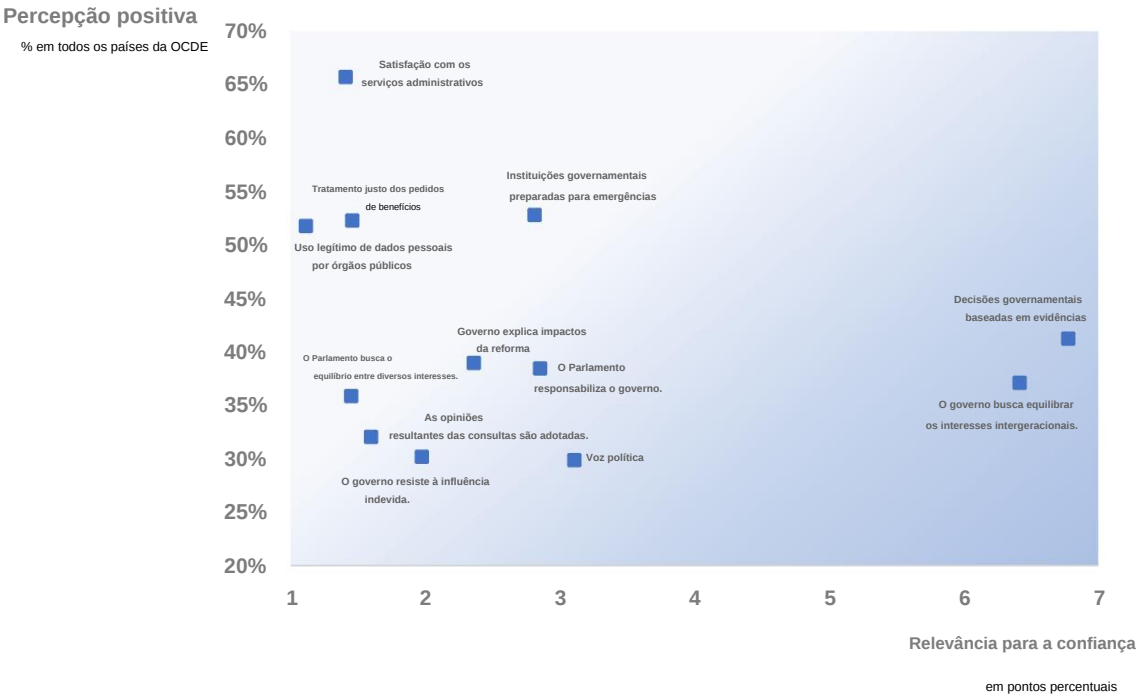
Os interesses das gerações atuais e futuras, bem como a garantia de que as pessoas sintam que têm voz política, continuam sendo os principais fatores que impulsionam a confiança no governo nacional.

Além da forte associação dessas duas variáveis com a confiança, outras variáveis de governança também apresentam uma relação significativa com ela. Entre elas, destaca-se a dimensão de confiabilidade, já percebida positivamente, de estar preparado para emergências futuras, que está associada a uma maior probabilidade de

A confiança, que aumentou em 2,8 pontos percentuais, e a capacidade do parlamento nacional de reforçar a integridade e responsabilizar o governo nacional, cuja percepção positiva pode elevar a confiança em 2,8 pontos percentuais. Diversos outros fatores de governança pública, principalmente relacionados a questões políticas complexas, como a resistência do governo a influências indevidas, a adoção de opiniões levantadas em consultas públicas, o equilíbrio entre os interesses de diferentes grupos da sociedade e a explicação do impacto das reformas, também apresentam uma relação significativa com a confiança no governo nacional; além de alguns fatores de governança pública relacionados à interação cotidiana entre cidadãos e governo, como o tratamento justo das solicitações de serviços, o uso de dados pessoais apenas para fins legítimos e a garantia da satisfação com os serviços administrativos.

Figura A.1. Pessoas que percebem o governo como utilizando as melhores evidências disponíveis e equilibrando os interesses intergeracionais têm maior probabilidade de apresentar um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo nacional.

Variação percentual na confiança alta ou moderadamente alta no governo nacional em resposta a uma percepção mais positiva das variáveis de governança pública (eixo X) e a média não ponderada da OCDE da parcela da população com uma percepção positiva das variáveis mencionadas (eixo Y).



Nota: A figura mostra os determinantes estatisticamente significativos da confiança no governo nacional em uma estimativa logística que controla as características individuais, incluindo se votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, os níveis de confiança interpessoal autodeclarados e os efeitos fixos do país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas ao nível de $p < 0,01$.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

Confiabilidade, imparcialidade e transparência percebidas estão associadas a uma maior confiança no serviço público nacional.

Diversos fatores que impulsionam a governança pública e que já são bem vistos pela população também estão altamente associados a níveis de confiança elevados ou moderadamente altos no funcionalismo público nacional, o que proporciona às instituições públicas uma alavancagem para aumentar ainda mais os níveis de confiança (Figura A.2). Entre eles, destacam-se três medidas de confiabilidade: Primeiro, maior satisfação com Os serviços administrativos, com os quais dois terços dos países participantes já estão satisfeitos, estão associados a um aumento de 4,7 pontos percentuais na probabilidade de se ter um nível de confiança alto ou moderadamente alto no serviço público nacional. Acreditando que

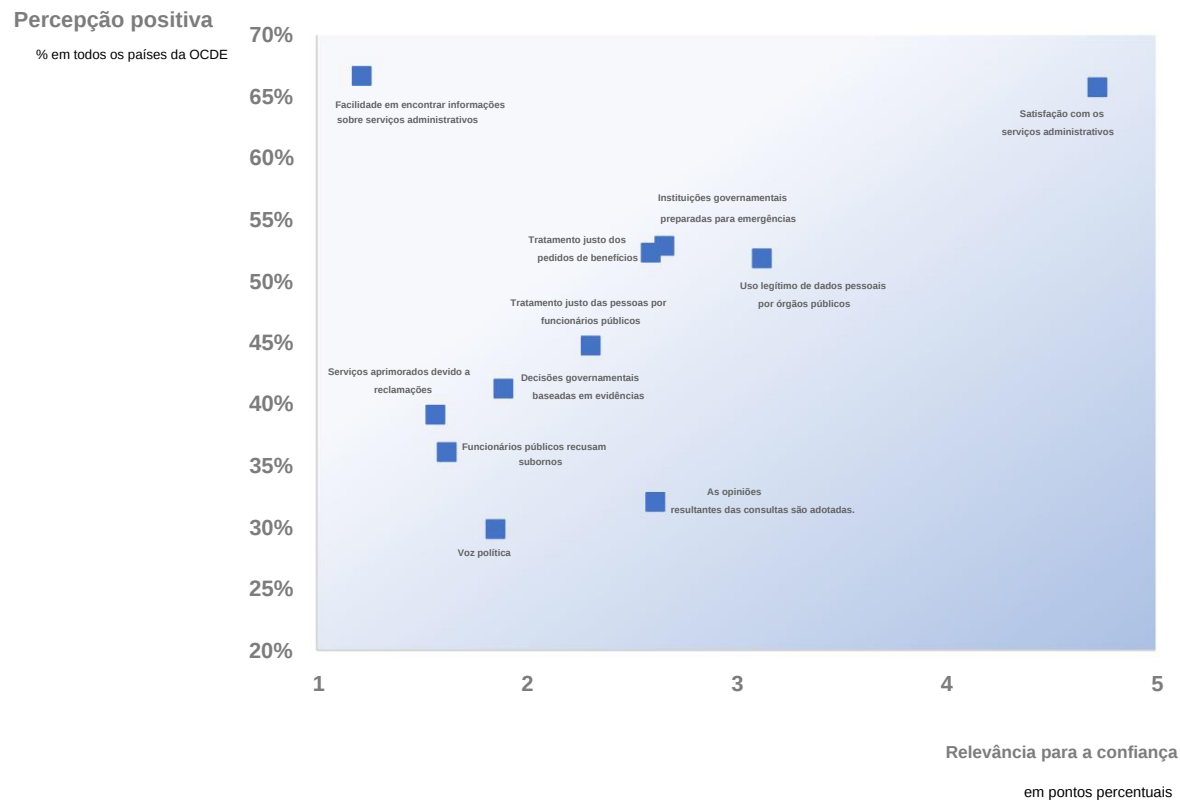
A utilização de dados pessoais apenas para fins legítimos por instituições, o que ocorre em média em cerca de metade delas, está associada a um aumento de 3,1 pontos percentuais na probabilidade de se ter confiança no serviço público nacional. Por fim, a capacidade de proteger vidas em situações de emergência de grande escala, na qual metade dos indivíduos confia, está associada a um aumento de 2,7 pontos percentuais na probabilidade de se ter alta ou moderadamente alta confiança no serviço público nacional. A imparcialidade no tratamento dos pedidos de serviços e benefícios está associada a um aumento de 2,6 pontos percentuais na probabilidade de confiança. Embora a maioria dos fatores que impulsionam a confiança no serviço público nacional se refira às interações cotidianas entre cidadãos e governo,

Alguns se referem a questões políticas complexas. A variável de maior impacto na confiança no funcionalismo público nacional, para a qual muitos respondentes têm uma percepção mais negativa, é a probabilidade de o governo adotar as opiniões expressas em uma consulta pública sobre a reforma de uma área política. Uma percepção positiva dessa dimensão de abertura, atualmente demonstrada por apenas um terço dos respondentes, está associada a um aumento de 2,6 pontos percentuais na probabilidade de alta ou moderadamente alta confiança no funcionalismo público nacional (Figura A.2). Concentrar-se na melhoria das percepções nessa área poderia, portanto, ter um impacto moderadamente positivo no aumento da confiança no funcionalismo público nacional.

Além dessas variáveis, outros fatores de governança pública que impulsionam a confiança também apresentam uma associação positiva e significativa com a confiança no funcionalismo público nacional. Esses fatores incluem garantir que as pessoas sintam que têm voz nas ações do governo, que os servidores públicos sejam vistos como íntegros, que as decisões sejam baseadas nas melhores evidências disponíveis e que, nas interações cotidianas, as reclamações sobre os serviços públicos resultem em mudanças, que as pessoas sejam tratadas com igualdade e que haja informações claras sobre os serviços públicos.

Figura A.2. Garantir que os serviços públicos sejam percebidos como confiáveis pode manter altos níveis de confiança no serviço público.

Variação percentual na confiança alta ou moderadamente alta no funcionalismo público nacional em resposta a uma percepção mais positiva das variáveis de governança pública (eixo X) e a média não ponderada da OCDE da parcela da população com uma percepção positiva das variáveis mencionadas (eixo Y).



Nota: A figura mostra os determinantes estatisticamente significativos da autoconfiança relatada no serviço público nacional em uma estimativa logística que controla as características individuais, incluindo se votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, os níveis autodeclarados de confiança interpessoal e os efeitos fixos do país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas ao nível de $p < 0,01$.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

A confiança no parlamento é maior se houver a percepção de que ele equilibra os interesses de diferentes grupos e responsabiliza o governo.

Diante de uma insatisfação generalizada com os parlamentos – com menos de quatro em cada dez pessoas relatando alta ou moderada confiança neles – ter maior confiança na capacidade das instituições públicas de equilibrar as necessidades e os interesses nacionais e intergeracionais está altamente correlacionado com a confiança no parlamento nacional.

Uma função de supervisão percebida de forma eficaz também tem uma forte associação positiva com a confiança no parlamento. De fato, essa dimensão de responsabilidade da integridade acaba tendo a segunda maior associação com a confiança no parlamento nacional (Figura A.3).

E as dimensões da decisão baseada em evidências criação e garantia de voz política, que são

Os principais fatores que impulsionam a confiança no governo nacional também são importantes fatores que impulsionam a confiança no parlamento.

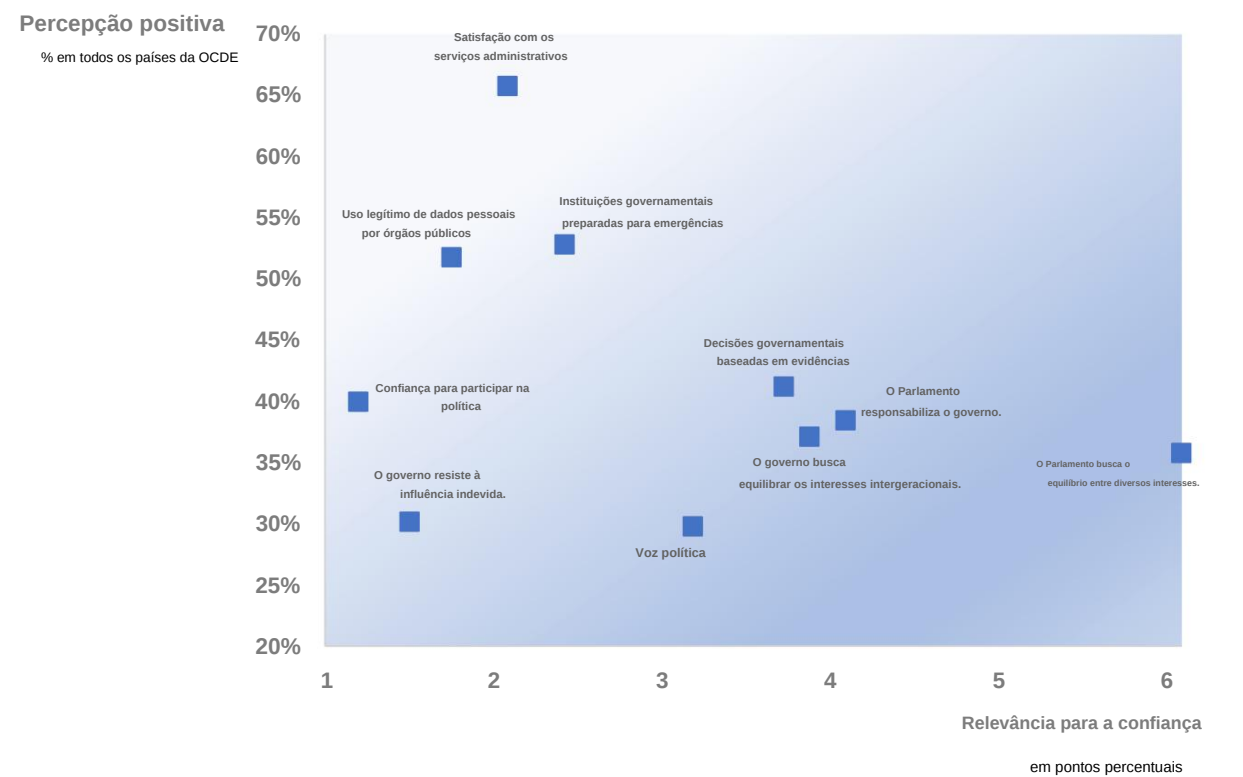
Os demais fatores de governança pública relacionados a uma maior probabilidade de confiança no parlamento também se relacionam, em sua maioria, à tomada de decisões complexas, mas alguns também se relacionam às interações cotidianas com o público. Na primeira categoria, encontram-se fatores relacionados à participação política (acreditar que pessoas como você têm voz nas ações do governo e ter confiança para participar da política); integridade (considerar provável que o governo nacional se recuse a tomar uma decisão em favor de uma corporação que possa ser prejudicial à sociedade); e confiabilidade (preparação para emergências). Na última categoria, estão a satisfação com os serviços administrativos e

Considerando provável que as instituições governamentais utilizem dados pessoais apenas para fins legítimos.



Figura A.3. A confiança no papel do parlamento em responsabilizar o governo e legislar de forma justa pode aumentar a confiança.

Variação percentual na confiança alta ou moderadamente alta no parlamento nacional em resposta a uma percepção mais positiva das variáveis de governança pública (eixo X) e a média não ponderada da OCDE da parcela da população com uma percepção positiva das variáveis mencionadas (eixo Y).



Nota: A figura mostra os determinantes mais robustos da autoconfiança no parlamento em uma estimativa logística que controla características individuais, incluindo se votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, níveis autodeclarados de confiança interpessoal e efeitos fixos de país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas com $p < 0,01$.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

A abertura ao feedback do público é o fator mais importante para a construção de confiança no governo local.

Em relação à confiança no governo local, uma variável se destaca como foco para aumentá-la: indivíduos que consideram mais provável que o governo local lhes dê a oportunidade de expressar sua opinião ao tomar uma decisão que afeta sua comunidade têm 6,1 pontos percentuais a mais de probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo local (Figura A.4). Em média, 41% dos entrevistados consideram provável que o governo local seja de fato aberto dessa forma.

A confiabilidade e a equidade, fatores que influenciam a satisfação com os serviços administrativos e o tratamento justo das solicitações de serviços, também impactam a confiança no governo local. Estar satisfeito com os serviços administrativos está associado a uma probabilidade 3,9 pontos percentuais maior de alta ou moderada confiança no governo local, enquanto acreditar que sua solicitação será tratada de forma justa está associado a um aumento de 2 pontos percentuais (Figura A.4).

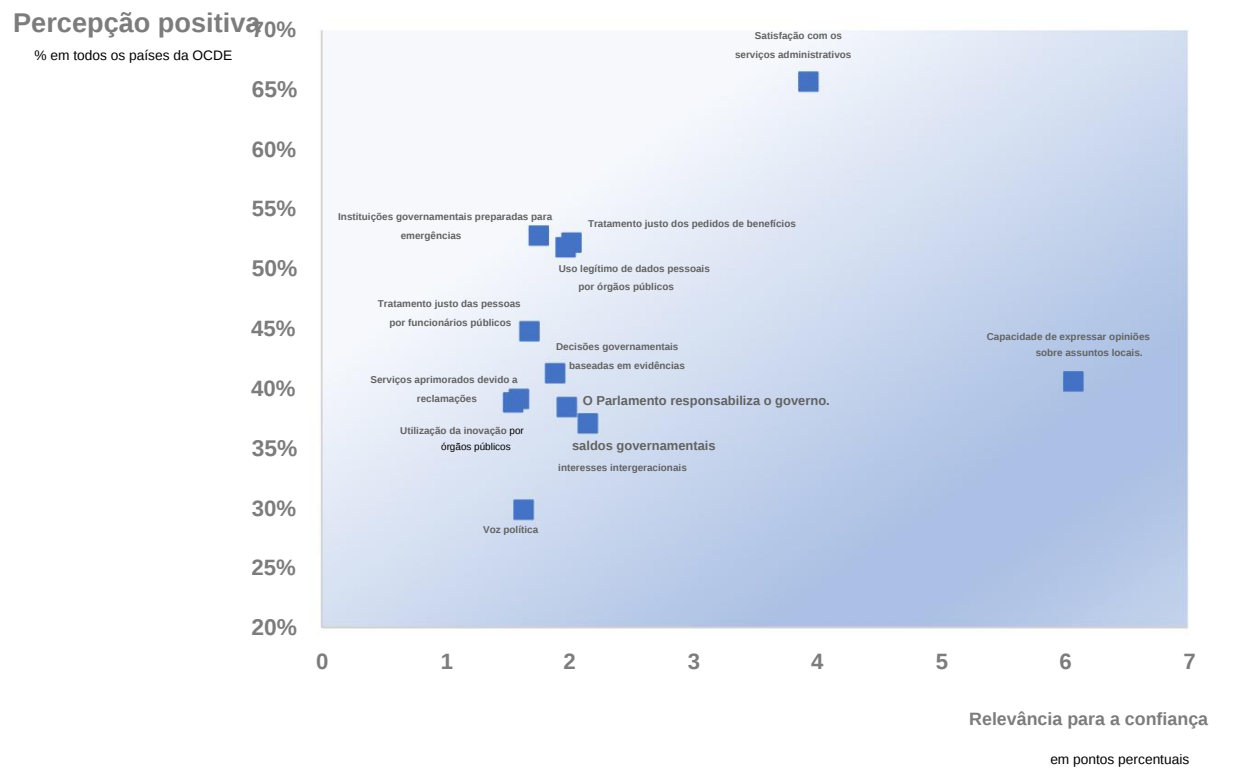
Finalmente, e talvez de forma contraintuitiva, a capacidade do governo *nacional* de equilibrar os interesses intergeracionais, que apenas 37% consideram provável, também está associada a uma maior probabilidade de

2,2 pontos percentuais indicam níveis de confiança altos a moderadamente altos no governo local (Figura A.4). Uma possível interpretação é que as pessoas se preocupam com a capacidade de planejamento a longo prazo de todas as instituições públicas e que a capacidade percebida do governo nacional de equilibrar os interesses intergeracionais, mensurada pela pesquisa, é altamente...

correlacionada com a capacidade percebida do governo local de pensar estrategicamente sobre questões com implicações de longo prazo, algo que a pesquisa não mensura. A variável incluída pode, portanto, ser interpretada como uma medida indireta imperfeita da capacidade de planejamento de longo prazo dos governos locais.

Figura A.4. A disposição para permitir que as pessoas expressem opiniões sobre decisões que afetam sua comunidade tem o maior potencial para aumentar a confiança no governo local.

Variação percentual na confiança alta ou moderadamente alta no governo local em resposta a uma percepção mais positiva das variáveis de governança pública (eixo X) e a média não ponderada da OCDE da parcela da população com uma percepção positiva das variáveis mencionadas (eixo Y).



Nota: A figura mostra os determinantes estatisticamente significativos da autoconfiança no governo local em uma estimativa logística que controla as características individuais, incluindo se votaram ou teriam votado em um dos partidos atualmente no poder, os níveis autodeclarados de confiança interpessoal e os efeitos fixos do país. Todas as variáveis apresentadas são estatisticamente significativas ao nível de $p < 0,01$.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E PARTIDARISMO COMO INFLUENCIADOR DE CONFIAR

O perfil demográfico e socioeconômico das pessoas, bem como sua afinidade com o governo vigente, influencia sua percepção das instituições públicas. Isso pode ser observado em uma análise simples da proporção de pessoas com alta ou moderada confiança em diferentes grupos com características distintas. Em menor grau, essa mesma observação também se aplica à análise de múltiplos níveis de confiança.

fatores determinantes e características de contexto em conjunto.

A nível individual, o Inquérito da OCDE sobre a Confiança revela que, em média, as mulheres, os jovens e as pessoas com menor escolaridade tendem a ter menor confiança no governo nacional (Capítulo 2). Contudo, essas relações nem sempre se mantêm nas análises de regressão que controlam múltiplos fatores simultaneamente. Em particular, a diferença entre a probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo local, no funcionalismo público nacional e no parlamento nacional não existe quando se comparam homens e mulheres com históricos e percepções de governança pública semelhantes; e é muito pequena para o governo nacional (um efeito marginal médio de -1 ponto percentual). Uma explicação para essa constatação é que diferentes percepções dos fatores que influenciam a governança pública, percepções de agência política e partidarismo entre homens e mulheres (quase, no caso do governo nacional) explicam integralmente suas diferenças nos níveis de confiança.

Em um nível macro, uma via importante pela qual as tendências econômicas, ambientais, de saúde pública e de segurança provavelmente afetarão os níveis de confiança é por meio de seu impacto na sensação de estabilidade e segurança dos indivíduos. Os resultados da Pesquisa de Confiança da OCDE sugerem que as preocupações com a economia

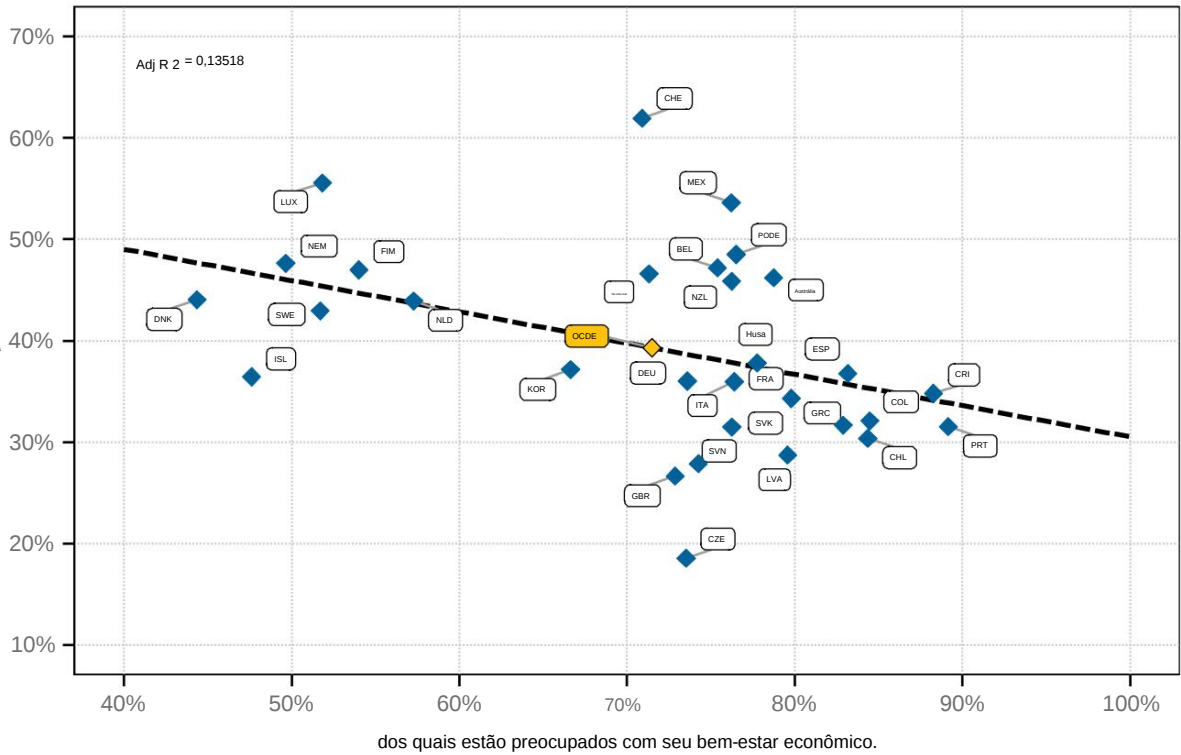
e o bem-estar financeiro da própria família estão negativamente correlacionados com a confiança no governo nacional. No entanto, essa correlação não é muito forte em nível nacional (Figura A.5). Evidências da pesquisa no Chile sugerem que pessoas que têm mais medo de serem vítimas de um crime também apresentam níveis de confiança mais baixos; ecoando uma descoberta de um estudo de 2023 sobre os fatores determinantes da confiança em instituições públicas no Brasil (OCDE, 2023[1]).

A relação entre micropercepções e macrotendências, por exemplo, no que diz respeito ao bem-estar econômico da família e à saúde da economia, é complexa. Ela não se relaciona apenas com as tendências dos principais indicadores econômicos, como o crescimento do PIB e a taxa de desemprego, mas também com as experiências individuais em seu ambiente imediato, seu contexto socioeconômico e a rede social percebida proporcionada pelo sistema tributário e de benefícios. Por exemplo, pessoas com emprego instável parecem avaliar o desempenho da economia com base na pobreza, em vez das taxas de desemprego ou de crescimento (Hellwig e Marinova, 2022[2]); enquanto indivíduos com maior segurança econômica parecem dar mais atenção ao PIB, ao desemprego e à inflação ao determinar seu grau de satisfação com as condições econômicas (Fraile e Pardo-Prado, 2013[3]). O aumento da insegurança no emprego e a superação dos custos de bens e serviços essenciais, como educação e moradia, em comparação com a inflação geral (OCDE, 2019[4]) podem ter um impacto maior na percepção de insegurança econômica da própria família do que a taxa de crescimento econômico por si só.

A vulnerabilidade financeira percebida reduz em dois pontos percentuais a probabilidade de ter um nível de confiança alto ou moderadamente alto no governo nacional e no parlamento, mas não tem impacto estatisticamente significativo, ao nível de significância de 0,01, na confiança no governo local e na função pública nacional.

Figura A.5. Em países onde as preocupações com o bem-estar econômico da família são mais generalizadas, a confiança no governo nacional tende a ser menor.

Percentual de respondentes que relataram ter alta ou moderada confiança no governo nacional e percentual de respondentes que têm preocupações com as finanças de suas famílias ou com o bem-estar geral em um futuro próximo, 2023



Nota: Este gráfico de dispersão apresenta a proporção de respostas altas ou moderadamente altas à pergunta "Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nada e 10 significa totalmente, quanta confiança você tem no seu governo nacional?", equivalente aos valores das respostas de 6 a 10. Na escala de resposta, o eixo y representa o valor 10. O eixo x apresenta a porcentagem de respondentes que responderam "um pouco" ou "muito preocupado" à pergunta "De modo geral, pensando no próximo ano ou nos próximos dois anos, qual é o seu nível de preocupação com as finanças da sua família e o bem-estar econômico geral?".

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2023.

Em nível individual, a Pesquisa de Confiança constata que aqueles que se sentem politicamente empoderados e alinhados com o governo atual tendem a ter mais confiança tanto no governo quanto nas instituições administrativas. No entanto, nas análises de regressão, podemos ver claramente que grande parte da diferença bruta de confiança entre aqueles que votaram e os que não votaram no governo atual está relacionada a outras características e às suas percepções sobre os fatores que impulsionam a governança pública. Em particular, embora os indivíduos que votaram ou teriam votado em um dos partidos no poder tenham dez pontos percentuais a mais de probabilidade de ter alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional, essa diferença é muito menor do que a diferença de confiança partidária não ajustada de 27 pontos percentuais (ver Capítulo 2). Além disso,

Esse efeito marginal cai para três pontos percentuais quando se trata de confiança no parlamento nacional. Para o governo local e o funcionalismo público nacional, por sua vez, não há relação estatisticamente significativa (ao nível de 0,01).

É claro que o apoio popular ao governo atual nas últimas eleições também pode influenciar a forma como as pessoas percebem os fatores que impulsionam a governança pública, mas, felizmente, isso tem pouco impacto sobre o que as pessoas consideram significativo para determinar seus níveis de confiança. Além disso, também não afeta a relação estatística entre os fatores que impulsionam a confiança e resultados confiáveis.

Além de responder a situações hipotéticas relacionadas aos diferentes aspectos do público

Na Pesquisa de Confiança de 2023 sobre governança, os participantes também foram solicitados a indicar qual fator contribuiu para o sucesso do estudo. Dentre seis opções que visavam avaliar competências governamentais, integridade, transparência, cumprimento de promessas eleitorais e equidade intergeracional, bem como preferências políticas ("As políticas governamentais correspondem às minhas preferências"), a confiança no governo nacional foi o fator mais citado. As respostas a essa pergunta mostram que, em média, apenas 26% dos entrevistados citam políticas governamentais que correspondem às suas preferências, o fator menos mencionado. Em contrapartida, 59% selecionaram "os funcionários do governo seguem as mesmas regras que todos" como o principal fator que influencia seus níveis de confiança. Nossa análise revela que os entrevistados têm opiniões semelhantes sobre quais fatores têm o maior impacto na confiança no governo, independentemente de terem votado ou não no governo atual. As pessoas que não votaram em nenhum dos partidos atualmente no poder enfatizaram um pouco mais a integridade; e as pessoas que (teriam) votado em um dos partidos governistas enfatizaram um pouco mais a correspondência entre suas preferências políticas e as políticas governamentais. Mas, de resto, os padrões são muito semelhantes entre os dois grupos. Essa descoberta sugere que, embora o apoio ou a oposição ao governo em exercício possa afetar a forma como as pessoas avaliam o desempenho das instituições públicas e o grau de confiança que depositam nelas, os critérios que moldam essa confiança no governo nacional não variam sistematicamente.¹

AVALIANDO A EXTENSÃO EM QUE MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE CONFIANÇA SÃO RELACIONADO À MUDANÇA DE PERCEPÇÕES DE MOTORES DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Os níveis de confiança em alguns dos países participantes da Pesquisa de Confiança de 2021 e 2023 sofreram alterações significativas, exigindo uma explicação para essas mudanças. A confiança nas instituições públicas é afetada por uma multiplicidade de fatores. Muitos desses fatores são mensurados pela Pesquisa de Confiança e incluídos na análise econométrica acima. No entanto, outros fatores, relacionados, por exemplo, ao ciclo político, também podem levar a flutuações nos níveis de confiança. Um fator natural é a variação natural da confiança nas instituições públicas. A questão é, portanto, em que medida as mudanças no

A percepção dos fatores que impulsionam a governança pública e das características de base estão por trás dessas mudanças nos níveis de confiança.

A comparação simples apresentada no Capítulo 1 entre as mudanças nas percepções médias dos fatores determinantes da confiança na governança pública e a participação com a confiança alta ou moderadamente alta no governo nacional forneceu as primeiras pistas sobre essa questão. Em particular, os países em que a percepção pública em relação a todos os fatores de governança pública melhorou ao longo dos dois anos também apresentaram aumentos na proporção de pessoas com confiança alta ou moderadamente alta no governo nacional; e o oposto ocorreu nos países em que as percepções médias em relação a todos os fatores de governança pública pioraram (Tabela 1.A.2 do Anexo no Capítulo 1). No entanto, para os casos intermediários, ou seja, países em que as percepções sobre alguns fatores de governança pública melhoraram e outras permaneceram constantes ou pioraram, essa simples comparação é insuficiente para determinar em que medida as mudanças nos níveis de confiança podem ser atribuídas a mudanças nos fatores de confiança.

Portanto, é necessária uma análise econométrica para abordar essa questão com mais precisão. A análise de decomposição tem sido tradicionalmente usada para analisar em que medida as diferenças nos resultados entre dois grupos são significativas. grupos, como nos rendimentos de homens e mulheres, As variações podem ou não ser atribuídas a diferenças em suas características. Aplicamos um método de decomposição comum, a decomposição dupla de Blinder-Oaxaca, para entender qual parcela da mudança nos níveis de confiança em cada um dos países participantes da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2021 e 2023 pode ser explicada por mudanças nos fatores determinantes da governança pública e nas características de base, e qual parcela não pode.

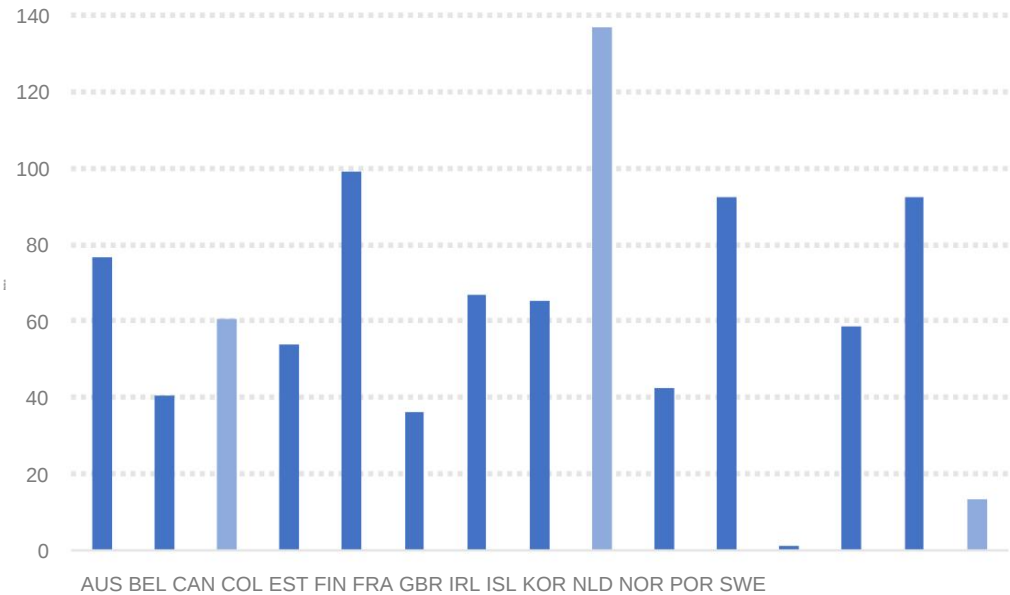
Os resultados da análise de decomposição mostram que, para a maioria dos países com informações disponíveis sobre os níveis de confiança e os fatores determinantes, Com base nas pesquisas de 2021 e 2023, pelo menos 30% da variação nos níveis de confiança entre 2021 e 2023 pode ser explicada pelo modelo econométrico aplicado neste capítulo. Em alguns países, incluindo Austrália, Colômbia, Estônia, França, Coreia do Sul, Portugal e Reino Unido, a parcela explicada é substancialmente maior. Isso significa que, por exemplo, na Estônia e na Coreia do Sul, as mudanças na percepção dos motivos podem explicar quase toda a variação.

a mudança nos níveis de confiança observada entre 2021 e 2023. No entanto, em outros países, a diferença explicada não é estatisticamente significativa;

Na Dinamarca e nos Países Baixos, a diferença explicada aponta na direção oposta à variação nos níveis de confiança que é efetivamente observada.

Figura A.6. Em metade dos países com informações disponíveis, grande parte da variação nos níveis de confiança entre 2021 e 2023 pode ser atribuída a mudanças nos fatores determinantes da governança pública.

Porcentagem da diferença na proporção de indivíduos com níveis de confiança elevados ou moderadamente elevados no governo nacional entre 2021 e 2023, explicada pelos fatores determinantes da governação pública e variáveis contextuais.



Nota: A figura mostra a parcela da diferença na proporção de pessoas com alta ou moderadamente alta confiança no governo nacional entre 2021 e 2023 que pode ser explicada por mudanças nos fatores determinantes da governança pública e variáveis contextuais. Os resultados foram obtidos por meio de uma decomposição de Blinder-Oaxaca em duas etapas. A diferença explicada não é estatisticamente significativa ($p < 0,01$) para os países em azul claro (Canadá, Irlanda, Holanda e Suécia). Para a Dinamarca e Luxemburgo, a diferença também não é estatisticamente significativa, mas mudanças nos fatores determinantes da governança pública sugerem que a variação nos níveis de confiança seria na direção oposta à observada. A decomposição inclui as variáveis sobre os fatores determinantes da governança pública que permaneceram estáveis entre 2021 e 2023, bem como a faixa etária, o nível de escolaridade, o gênero, as preocupações financeiras dos respondentes e se votaram ou teriam votado no governo atual.

Fonte: Pesquisa de Confiança da OCDE 2021 e 2023.

Diferentes fatores podem contribuir para os resultados bastante distintos em termos da parcela da lacuna de confiança que pode ser explicada pelo modelo. Uma primeira diferença pode ser a inclusão ou não, na pesquisa, de fatores determinantes da governança pública que são particularmente relevantes em um determinado país. Por exemplo, a alta significância de algumas das novas variáveis na Pesquisa de Confiança de 2023 sugere que elas abrangem aspectos da governança pública que são importantes para os indivíduos e que não eram anteriormente contemplados pelas outras variáveis de governança pública. Como elas

Não foram incluídos no Inquérito de 2021, pelo que não podem ser contabilizados nesta análise de decomposição. Em segundo lugar, é também possível que os fatores não estejam relacionados com os dados medidos.

As características de contexto, assim como as percepções sobre os fatores que impulsionam a governança pública, podem ter impacto nos níveis de confiança. Por exemplo, o ciclo político pode ter um impacto nos níveis de confiança que não é totalmente capturado pelos fatores que impulsionam a governança pública. Por exemplo, um aumento do otimismo após uma eleição recente pode não se traduzir em avaliações mais positivas de

As competências e os valores das instituições públicas. Em vez disso, pode levar a que mais pessoas relatem níveis de confiança elevados ou moderadamente elevados no governo nacional. A exclusão desses fatores significa que o modelo só pode explicar parte, mas não toda, a variação nos níveis de confiança. Terceiro, uma mudança na pertinência de fatores específicos da governança pública, para

Por exemplo, um ambiente midiático diferente também pode contribuir para mudanças na forma como os fatores que impulsionam a governança pública se relacionam com a confiança. Por exemplo, em 2021, as pessoas podem ter dado mais importância à preparação para pandemias ou emergências do que em 2023.

Quadro A.1. Regressão logística avaliando a significância de diferentes fatores relacionados à confiança

Os resultados econométricos apresentados neste anexo são análises de regressão logística para estabelecer os principais fatores determinantes da confiança no governo nacional, no governo local, na função pública e no parlamento nacional em 30 países da OCDE. Resultados detalhados da regressão serão apresentados em (Ciccolini e Kups, no prelo[5]).

Com base na Estrutura da OCDE sobre os Impulsionadores da Confiança, espera-se que as percepções dos respondentes sobre a capacidade de resposta, confiabilidade, abertura, integridade e imparcialidade das instituições públicas, bem como seus sentimentos de protagonismo político, sejam os principais impulsionadores da confiança nas três instituições. A pergunta da pesquisa que mede a confiança em cada instituição separadamente é formulada da seguinte maneira: “Em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa nenhuma confiança e 10 significa total confiança, quanta confiança você tem em cada um dos seguintes itens?”. Nas análises de regressão, a confiança é recodificada como uma variável binária (baixa ou nenhuma confiança: 0-4 e alta ou moderadamente alta confiança: 6-10). Respostas neutras (5) e “não sei” são excluídas.

A análise operacionaliza as competências governamentais (incluindo a satisfação com os serviços administrativos) e os valores por meio de 19 variáveis, medidas em uma escala de resposta de 0 a 10 e padronizadas para a análise. A capacidade de ação política é operacionalizada por meio das variáveis de eficácia política interna e externa, ou seja, a confiança do indivíduo em participar da política e sua percepção de que pessoas como ele têm voz nas ações do governo; e as percepções das ações governamentais em relação aos desafios globais e de longo prazo são operacionalizadas por meio de variáveis de confiança no sucesso do país na redução das emissões de gases de efeito estufa e confiança de que o governo equilibra os interesses das gerações atuais e futuras.

A seguir, são explicados os detalhes técnicos da análise econométrica.

- Especificação do modelo: Todos os modelos controlam as características sociodemográficas dos indivíduos (idade, sexo, escolaridade, autodeclaração de pertencimento a um grupo discriminado), a confiança interpessoal e a experiência de preocupações financeiras. Controlam também se votaram (ou teriam votado) em um dos partidos atualmente no poder. Incluem efeitos fixos por país nas análises entre países e efeitos fixos por ano nas análises que combinam dados de ambas as rodadas da pesquisa. Todos os modelos incluem ponderações da pesquisa. Os dados faltantes são excluídos por meio da exclusão de casos com dados faltantes.
- Interpretação técnica: Os fatores determinantes estatisticamente

significativos são apresentados como efeitos marginais médios.

Estatisticamente significativo refere-se às variáveis independentes de governança pública incluídas no modelo de regressão logística que resultaram em $p < 0,01$. A interpretação técnica do efeito da confiabilidade do governo em tomar decisões baseadas em evidências sobre a confiança, por exemplo, é que um aumento de um desvio padrão na confiabilidade percebida está associado a um aumento de 6,8 pontos percentuais na confiança no governo nacional. Ou – considerando todas as outras variáveis no modelo – mantendo-se tudo o mais constante, passar de um cidadão médio para um com um nível tipicamente mais alto de confiança na confiabilidade do governo está associado a um aumento de 6,8 pontos percentuais na confiança no governo nacional.

Os resultados da regressão exigem uma interpretação cautelosa, evitando inferir que essas variáveis significativas aumentam causalmente a confiança. Todas as variáveis incluídas nos modelos de regressão estão correlacionadas e a direção da relação entre confiança e percepções da governança pública pode ser recíproca.

No entanto, os resultados são em grande parte robustos à escolha do modelo. Por exemplo, a direção e a significância dos resultados são semelhantes quando se aplica um modelo de mínimos quadrados ordinários ou um modelo logit em que as variáveis explicativas (fatores determinantes da governança pública) são igualmente recodificadas como variáveis indicadoras 0-1 (onde '1' corresponde a 6-10 na escala de resposta e '0' às respostas 0-5 e 'não sei').

REFERÊNCIAS

- Ciccolini, G. e S. Kups (no prelo), *Identificando os fatores determinantes da confiança na governança pública - Uma análise econométrica da Pesquisa da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas*, OCDE. [5]
- Fraile, M. e S. Pardos-Prado (2013), "Correspondência entre as economias objetiva e subjetiva: o papel das circunstâncias econômicas pessoais", *Political Studies*, Vol. 62/4, pp. 895-912, <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12055>. [3]
- Hellwig, T. e D. Marinova (2022), "Avaliando a economia desigual: risco de pobreza, indicadores econômicos e a lacuna de percepção", *Political Research Quarterly*, Vol. 76/1, pp. 253-266, <https://doi.org/10.1177/10659129221075579>. [2]
- OCDE (2023), *Fatores determinantes da confiança nas instituições públicas no Brasil*, Construindo confiança nas instituições públicas, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fb0e1896-en>. [1]
- OCDE (2019), *Sob pressão: a classe média espremida*, OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/689afed1-en>. [4]

OBSERVAÇÃO

1 Esta constatação de que os critérios autodeclarados não diferem entre eleitores (potenciais) e não eleitores do governo atual é corroborada por resultados de análises econométricas. Em particular, quando regressões separadas da confiança no governo nacional sobre os fatores determinantes da governança pública e características de contexto que são idênticas às descritas na seção "Receptividade às evidências, equilíbrio das necessidades intergeracionais e garantia de participação política estão altamente associadas à confiança no governo nacional" são realizadas para indivíduos que votaram (ou teriam votado) e não votaram (ou não teriam votado) no governo atual, os fatores determinantes mais importantes da confiança, por exemplo, no governo nacional e no funcionalismo público nacional, permanecem os mesmos.

Anexo B. Visão geral da metodologia da Pesquisa de Confiança da OCDE de 2023

A Pesquisa da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas de 2023 é a segunda edição da pesquisa, após a edição inaugural de 2021. Este anexo apresenta uma breve visão geral da coleta de dados da Pesquisa da OCDE sobre Confiança de 2023. Mais detalhes podem ser encontrados no anexo online do relatório.

Os países podiam optar entre participar de uma coleta de dados centralizada, coordenada pelo Secretariado da OCDE, ou gerenciar sua própria coleta de dados por meio do Instituto Nacional de Estatística ou de outro provedor de pesquisas. A maioria dos países, com exceção de seis, optou pela primeira opção.

Seguindo a metodologia da onda de pesquisa de 2021, na maioria dos países, a pesquisa de 2023 utilizou uma abordagem de amostragem não probabilística. Essa abordagem consistiu em cotas ex ante em nível nacional para a distribuição por idade, sexo, escolaridade e região (cotas rígidas) e renda (cota flexível). As cotas específicas para cada país, referentes à distribuição por idade, sexo, escolaridade e região, juntamente com a ponderação ex post, garantem a representatividade nacional.

os dados da pesquisa para essas características. As quotas foram derivadas de diferentes dados nacionais e da OCDE.

fontes (Tabela B.1). Em 24 países, as pesquisas online foram conduzidas pela empresa de pesquisa Ipsos e a amostra foi baseada nos painéis online da Ipsos e de seus parceiros, compostos por indivíduos em cada país que se inscreveram voluntariamente para participar de pesquisas de mercado. Em alguns países onde a coleta de dados foi gerenciada pelos Institutos Nacionais de Estatística ou por outras empresas de pesquisa, a amostragem não foi probabilística. Por exemplo, na Finlândia, a base de amostragem foi o banco de dados do censo; na Irlanda, a base de amostragem foi extraída do censo do Instituto Nacional de Estatística e combinada a uma amostra não probabilística com base em gênero, faixa etária, nível de escolaridade, tamanho da família, principal situação econômica e tipo de moradia; e no México, domicílios urbanos foram selecionados para entrevistas presenciais com base em um procedimento de amostragem em três etapas.

Tabela B.1. Visão geral das quotas de amostragem rígidas e flexíveis

	Categorias	Fonte
Idade	Seis grupos: 18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65+	Último censo populacional
Gênero	Dois grupos: feminino e masculino (grupo não binário como opção de resposta)	Último censo populacional
Educação	Três grupos: baixo (ensino fundamental incompleto), médio (ensino fundamental II e pós-secundário), alto (ensino superior).	Último censo populacional: Classificação por grupos com base na definição ISCED-2011
Região extensa, variando conforme o país: 3 a 21 regiões		OECD.Stat: Demografia Regional – População, Grandes regiões
Renda	Três grupos: os 20% mais pobres, os 60% da classe média e os 20% mais ricos.	Base de dados de distribuição de rendimentos da OCDE/ ESS/Inquéritos sobre o rendimento das famílias

Nota: A tabela mostra os grupos utilizados nas quatro quotas rígidas (idade, sexo, escolaridade e região geográfica) e na quota flexível (rendimento) para garantir dados de pesquisa representativos a nível nacional com base nessas características.

A pesquisa foi realizada entre 20 de setembro e 12 de dezembro de 2023 e obteve um total de 58.230 respostas válidas entre a população adulta (18+) em 30 países da OCDE (Tabela B.2).

Tabela B.2. Visão geral da coleta de dados

País	Amostra Tamanho	Línguas	Datas do trabalho de campo (2023)	Fornecedor da pesquisa	Modo de pesquisa
Austrália	2.020	Inglês	25 de outubro – 26 de novembro	Ipsos	On-line
Bélgica	2.000	Francês, flamengo	25 de outubro a 20 de novembro	Ipsos	On-line
Canadá	2.002	Inglês, francês	14 de outubro a 25 de novembro	Ipsos	On-line
Chile	2.008	Espanhol	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
Colômbia	2.067	Espanhol	16 de outubro a 25 de novembro	Ipsos	On-line
Costa Rica	2.019	Espanhol	25 de outubro a 28 de novembro	Ipsos	On-line
República Tcheca	2.002	Tcheco	25 de outubro a 24 de novembro	Ipsos	On-line
Dinamarca	2.016	dinamarquês	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
Estônia	2.016	Estoniano, russo	26 de outubro – 26 de novembro	Ipsos	On-line
Finlândia	1.035	Finlandês, sueco, inglês	1 de outubro – 19 de outubro	Estatísticas da Finlândia	Online, telefone
França	2.000	Francês	25 de outubro a 20 de novembro	Ipsos	On-line
Alemanha	2.000	Alemão	25 de outubro a 18 de novembro	Ipsos	On-line
Grécia	2.116	grego	25 de outubro a 23 de novembro	Ipsos	On-line
Islândia	1.253	islandês	3 de outubro – 4 de novembro	Ciências Sociais Instituto de Pesquisa	On-line
Irlanda	1.969	Inglês	20 de setembro a 23 de outubro	Estatísticas Centrais Escritório	On-line
Itália	2.000	italiano	25 de outubro a 20 de novembro	Ipsos	On-line
Letônia	2.027	Letão, russo	26 de outubro – 26 de novembro	Ipsos	On-line
Luxemburgo	1.009	Alemão, francês, inglês, Luxemburguês	26 de outubro a 24 de novembro	Ipsos	On-line
México	1.965	Espanhol	25 de setembro a 4 de outubro	INEGI	Cara a cara
Holanda	2.011	Holandês	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
Nova Zelândia	2.004	Inglês	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
Noruega	2.671	Nynorsk, Bokmål, Sami, Inglês, polonês	3 de outubro - 12 de dezembro	Verian/Kantar	Online, em formato impresso
Portugal	2.021	Português	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
República Eslovaca	2.016	Eslovaco	25 de outubro a 17 de novembro	Ipsos	On-line
Eslovênia	2.019	esloveno	26 de outubro a 28 de novembro	Ipsos	On-line
Coréia do Sul	2.016	coreano	16 de outubro a 26 de novembro	Ipsos	On-line
Espanha	2.024	Espanhol	25 de outubro a 22 de novembro	Ipsos	On-line
Suécia	2.001	sueco	25 de outubro a 19 de novembro	Ipsos	On-line
Suíça	2.004	Alemão, francês, italiano	25 de outubro a 27 de novembro	Ipsos	On-line
Reino Unido	1.919	Inglês, galês	27 de setembro - 23 de outubro	Escritório para o Nacional Estatísticas	Online, telefone

Pesquisa da OCDE sobre os fatores que influenciam a confiança no setor público. Instituições – Resultados de 2024

CONSTRUINDO CONFIANÇA EM UM AMBIENTE POLÍTICO COMPLEXO

Este relatório apresenta as principais conclusões da segunda Pesquisa Transnacional da OCDE sobre os Fatores Determinantes da Confiança nas Instituições Públicas, realizada no final de 2023. Com quase 60.000 respostas, representativas da população adulta em 30 países da OCDE, a pesquisa investigou como as expectativas e experiências das pessoas com o governo influenciam sua confiança nas instituições públicas. Essas experiências e expectativas variam desde as interações cotidianas com as instituições públicas até a tomada de decisões governamentais sobre questões políticas complexas. O relatório identifica alguns dos principais fatores determinantes da confiança no governo e em outras instituições públicas e discute oportunidades para ações políticas. Pela primeira vez, o relatório também analisa como os níveis e os fatores determinantes da confiança evoluíram nos 20 países da OCDE que participaram da pesquisa de 2021 e como um ambiente informacional marcado por uma quantidade crescente de conteúdo polarizador e desinformação afeta a confiança das pessoas nas instituições públicas.

